UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANSELMO BARRETO DE SOUZA BASTOS

**Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação
da crise do trabalho na expansão do consumo**

Versão Corrigida

São Paulo
2019

ANSELMO BARRETO DE SOUZA BASTOS

**Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação
da crise do trabalho na expansão do consumo**

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Geografia Humana

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Capa: BASTOS, Anselmo B. S. Favela de Heliópolis, a partir da Estrada das Lágrimas. 05/12/2017.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B324u Bastos, Anselmo Barreto de Souza
Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a
juridificação da crise do trabalho na expansão do
consumo / Anselmo Barreto de Souza Bastos ;
orientador Anselmo Alfredo. - São Paulo, 2019.
377 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Urbanização. 2. Crise do trabalho. 3. Favela.
4. Consumo. 5. Endividamento. I. Alfredo, Anselmo,
orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): ANSELMO BARRETO DE SOUZA BASTOS

Data da defesa: 13/12/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): ANSELMO ALFREDO

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 11/02/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

BASTOS, A. B. S. Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação da crise do trabalho na expansão do consumo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

O percurso da pesquisa nunca é fácil, pois demanda criarmos, muitas das vezes, um tempo que não possuímos, principalmente quando, nos seus momentos de pausa, precisamos reproduzir um momento (vários na verdade) da nossa existência como força de trabalho. Nesse processo, descuidamos das pessoas queridas, dos nossos. Que falta fazem os momentos de descontração e as alegrias compartilhadas com minhas sobrinhas Alice, Bia e Carol! Dos familiares, amigos e amigas de longa data, de outro tanto que chegou para ficar, que sabem o quanto colaboraram para este percurso, para a superação dos desafios diários. Há um tanto de vocês nessa minha travessia.

Agradeço muito a todos vocês e também aos amigos que fiz em Heliópolis...saudades do nosso futebol de várzea “valendo” refrigerante, mas também dos momentos das lutas políticas, motivo da representatividade social que sua gente conquistou. Agradeço à minha tia “Preta”, já falecida, militante social em Heliópolis e quem, talvez sem o saber, instigou minha posição crítica; sua contribuição foi imprescindível. Agradeço aos moradores de Heliópolis, gente nossa.

Agradeço também aos amigos e amigas, alunos e professores, que a participação em disciplinas e em práticas de campo me proporcionaram, gente que dos seus múltiplos lugares e áreas do conhecimento nos dão a mão, sobretudo nesses tempos difíceis.

No Departamento de Geografia, da USP, fiz algumas amizades, muitos deles tornaram-se amigos para a vida; agradeço a todos, em especial aos amigos que compartilham dos momentos da crítica ao capital, azeitados a partir da leitura de diversos intérpretes, que realizamos no Laboratório de Geografia Urbana, o Labur – são momentos necessários. Um abraço caloroso também às professoras e professores do departamento, sem os quais o caminho da crítica aqui não se viabilizaria. Aqui, expresso minha gratidão ao Anselmo Alfredo, professor e orientador, pela paciência com minhas idas e vindas teóricas.

Em derradeiro, agradeço aos meus pais, nordestinos fortes e que me inculcaram a necessidade do questionamento e, aos seus modos, do senso crítico.

Digo: o real não está na saída nem
na chegada: ele se dispõe para a
gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa, Grande Sertão:
Veredas.

Fotografia 3 x 4 – Belchior

Eu me lembro muito bem do dia que eu cheguei
Jovem que desce do norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar léguas tirana
E lágrimas nos olhos de ler o Pessoa
E de ver o verde da cana

Em cada esquina que eu passava, um guarda me parava
Pedia os meus documentos e depois sorria
Examinando o 3x4 da fotografia
E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha

Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade
Disso Newton já sabia!
Cai no sul, grande cidade
São Paulo violento, corre o Rio que me engana
Copacabana, Zona Norte e os cabarês da Lapa onde eu morei

Mesmo vivendo assim, não me esqueci de amar
Que o homem é pra mulher e o coração pra gente dar
Mas a mulher, a mulher que eu amei
Não, não pôde me seguir não
Esses casos de família e de dinheiro, eu nunca entendi bem
Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do norte e vai viver na rua

A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
E pela dor eu descobri o poder da alegria
E a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer

A minha história é, talvez
É, talvez, igual a tua
Jovem que desceu do norte
Que no sul viveu na rua
Que ficou desnortado
Como é comum no seu tempo
E que ficou desapontado
Como é comum no seu tempo
E que ficou apaixonado e violento como...como você

A minha história é, talvez
É, talvez, igual a tua
Jovem que desceu do norte
Que no sul viveu na rua
Que ficou desnortado
Como é comum no seu tempo
E que ficou desapontado
Como é comum no seu tempo
E que ficou apaixonado e violento como...como você

Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você, que me ouve agora
Eu, eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você

RESUMO

BASTOS, Anselmo B. S. **Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação da crise do trabalho na expansão do consumo.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa tem como principal objetivo compreender o processo de urbanização da favela de Heliópolis, localizada na zona sudeste do município de São Paulo, sobretudo em seu contexto contemporâneo, no qual se generalizam formas diversas de pequenos comércios e prestadores (autônomos) de serviços concomitantemente à ampliação da presença de bancos e outros agentes do mercado financeiro, entrelaçamento que aparece como desenvolvimento urbano da favela ou como “integração” à cidade, da mesma forma pela qual o consumo aparece como instância apartada da produção, representações que, em essência, explicitam as determinações críticas do capital no movimento deste para com o processo de urbanização. Nesse caminhar, o pressuposto lógico assumido é o da contradição intrínseca à relação capital-trabalho, no sentido de uma sociabilidade que carrega consigo a sua afirmação tautológica (trabalho que gera mais trabalho) e sua negação, argumento mobilizado por Karl Marx n’*O Capital*. Portanto, a negatividade categorial do trabalho apresenta-se como fundamento determinante na análise desse “urbano economizado”, nos termos de um processo de “urbanização crítica” (DAMIANI, 2004; 2009). Oferecemos o pressuposto de que o trabalho constitui uma categoria própria da formação capitalista, enquanto abstração social que se efetiva como média social de tempo de trabalho, como *valor*. Em outros termos, partilhamos da compreensão de que o capital é a contradição em processo, posto que põe na relação identitária, porém negativa, entre trabalho e crise do trabalho a sua centralidade. Tensionamos criticamente os desdobramentos dessa reprodução crítica do capital com o que se interpretou como *lócus* de reprodução da classe trabalhadora no contexto de uma realidade urbano-industrial - em nosso caso empírico, Heliópolis - a qual, no momento atual de crise de reprodução do capital na sua forma fictícia, como outras periferias da cidade, expõe formas precárias de sobrevivência simultaneamente à expansão das relações de consumo e endividamento, possibilitados pelo fácil acesso ao crédito. A teoria marxiana do valor permite acessarmos a concepção usual do sujeito favelado enquanto portador de uma subjetividade contestatória em relação aos processos espoliatórios da metrópole, o “sujeito revolucionário”, contrapondo-a à outra possibilidade interpretativa, qual seja, a noção de “sujeito de direito”. Momento em que teorizações sobre as periferias urbanas enquanto produção de novas centralidades, ou mesmo por meio da hipótese da realização de novas lógicas de subordinação entre o que se entende por circuitos superior e inferior da economia urbana, permitem questionamentos.

Palavras-chave: Crise do trabalho. Consumo. Sujeito de direito. Urbanização crítica.

ABSTRACT

BASTOS, Anselmo B. S. Urbanization and critical modernization. Heliópolis and the juridification of labor crisis in the expansion of consumption. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2019.

The present research has as main objective to understand the urbanization process of the Heliópolis slum, located in the southeastern area of the city of São Paulo, especially in its contemporary context, in which different forms of small trades and self-employed concomitantly the expansion of the presence of banks and other agents of the financial market, an interweaving that appears as urban development of the *favela* (slum) or as its "integration" to the city, in the same way that consumption appears as a separate instance of production, representations that, in essence, make explicit the critical determinations of capital in the movement of this to the process of urbanization. In this walk, the logical presupposition assumed is that of the intrinsic contradiction to the capital-labor relation, in the sense of a sociability that carries with it its tautological affirmation (labor that generates more labor) and its negation. Therefore, the categorial negativity of the labor presents itself as a determining foundation in the analysis of this "urbanized economy", in terms of a process of "critical urbanization". We offer the assumption that labor constitutes a proper category of capitalist formation, as a social abstraction that becomes effective as a socially necessary labor time, as value. In other words, we share the understanding that capital is the contradiction in process, since it puts its centrality in the identity, however negative, relationship between labor and labor crisis. We critically consider the consequences of this critical reproduction of capital with what was interpreted as the locus of reproduction of the working class in the context of an urban-industrial reality - in our empirical case, Heliópolis - which, at the present moment of crisis of reproduction of capital in its fictitious form, like other peripheries of the city, exposes precarious forms of survival simultaneously to the expansion of the relations of consumption and indebtedness, made possible by easy access to credit. The Marxian theory of value allows us to access the usual conception of the slum dwellers (subject) as a carrier of a contestatory subjectivity in relation to the metropolis spoliatory processes, the "revolutionary subject," opposing it to the other interpretative possibility, which is, the notion of "legal subject". The moment in which theories about the urban peripheries as the production of new centralities, or even through the hypothesis of the realization of new logics of subordination between what is understood by upper and lower circuits of the urban economy, allow questions.

Keywords: Labor crisis. Consumption. Legal subject. Critical urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Acesso à Heliópolis a partir do Ipiranga	246
Figura 2 - Boletim Informativo de Urbanização - SEHAB	247
Figura 3 - Centralidade em Heliópolis	249
Figura 4 - Moradores questionam política da COHAB-SP(Jornal UNAS)	250
Figura 5 - Jornada da Habitação: poder público e moradores	251
Figura 6 - Imobiliária com anúncios de imóveis localizados na favela	253
Figura 7 - Matéria de jornal sobre novos condomínios.....	263
Figura 8 - Televisão por assinatura.	264
Figura 9 - Divulgação de televisão por assinatura na favela	265
Figura 10 - Mosaico de projetos habitacionais em Heliópolis.....	269
Figura 11 - Programa de Urbanização de Favelas, Jornal da USP.....	270
Figura 12 - Heliópolis acessado a partir do Sacomã	277
Figura 13 - Foto aérea do entorno do bairro do Ipiranga, 1940.....	281
Figura 14 - Primeira sede da UNAS.	283
Figura 15 - “Volante” produzido em 1984, pelo movimento de moradia.....	284
Figura 16 - Início da formação de Heliópolis	285
Figura 17 - Foto aérea de Heliópolis, entorno e glebas.....	286
Figura 18 - Mobilização de moradores para a construção de suas casas.....	288
Figura 19 - Despejo em Heliópolis (Década de 1970).....	290
Figura 20 - UNAS e moradores reivindicam o “direito à cidade”.	291
Figura 21 - Foto aérea da região do Ipiranga, em 1989.	292
Figura 22 - Foto aérea de Heliópolis.	297
Figura 23 - Vistoria técnica na Gleba H, Heliópolis	298
Figura 24 - Palestra Sebrae-Bradesco, em Heliópolis: “acesso ao crédito” ...	303
Figura 25 - "Crédito orientado"	303
Figura 26 - Exemplos de ações práticas do Sebrae e Banco Bradesco.....	304
Figura 27 - Caminhada pela Paz, em Heliópolis	307
Figura 28 - Divulgação de uma das empresas de crédito.	308
Figura 29 - Novos medidores "econômicos" de energia elétrica	310
Figura 30 - MEI:Panfleto distribuído à população local	311
Figura 31 - "Formalize-se Heliópolis"	311
Figura 32 - Evento “MEI é ser legal”, 2011.....	314

Figura 33 - Na favela também há "novo conceito" de barbearia	319
Figura 34 - Shopping Heliópolis	323
Figura 35 - Loja de conveniência "Preço Justo", Heliópolis.....	326
Figura 36 - Lanchonete "Mec Favela", Heliópolis.....	327
Figura 37 - Lojas de fastfood "Ragazzo"	327
Figura 38 - Paisagem e cores recentes de Heliópolis, 2019.	328
Figura 39 - Divulgação de financiamento.	329
Figura 40 - Agências bancárias e loja da Casas Bahia	329
Figura 41 - Presença de lojas de departamentos.....	330
Figura 42 - Supermercado popular em Heliópolis	331
Figura 43 - Lojas de Roupas "Arlene Modas".....	335
Figura 44 - Instalações do projeto "Facebook na Comunidade"	340
Figura 45 - Loja de roupas disputando espaço com moradias	340
Figura 46 - Mecânica de motos Xique-Xique.....	344
Figura 47 - Residencial Juntas Provisórias, visto a partir do Ipiranga	346
Figura 48 - Residencial Juntas Provisórias, vista interna	346
Figura 49 - Ocupação irregular na Gleba H.....	347
Figura 50 - Conjunto Residencial Silvio Baccarelli	347
Figura 51 - Divulgação imobiliária conjugada com outros negócios.....	350
Figura 52 - Prédios residenciais construídos por empreiteiros em Heliópolis	351
Figura 53 - Exemplo de "novo conceito" de bar em Heliópolis	351
Figura 54 - Comércio consolidado em Heliópolis	352
Figura 55 - Mobilização da laje para fins de renda.....	352
Figura 56 - Grandes marcas investem na favela.....	353
Figura 57 - "Fenômeno" das clínicas odontológicas na região	353
Figura 58 - Cine Favela, Heliópolis	355
Figura 59 - "Arraiá da UNAS"	356
Figura 60 - Jornal UNAS "Urbanização e Direito à cidade"	357

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento do número de MEIs no Brasil	313
Gráfico 2 - Atividades com maior nº de MEIs cadastrados (março/2019)	314

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Heliópolis	277
Mapa 2- Localização de Heliópolis no Município de São Paulo.	278
Mapa 3 - Mapa Topográfico do Município de São Paulo 1928-1930.....	280
Mapa 4 - - Localização da rede de comércio, serviços e equipamentos públicos do entorno do complexo Heliópolis	325

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro síntese da duplicação das forças produtivas (taxa de mais-valia x taxa de lucro)	223
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEBRAP	Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
HABISP	Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEI	Microempreendedor individual
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMSP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEBES	Secretaria Municipal do Bem-Estar Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEHAB-PMSP	Secretaria Municipal da Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo
UNAS	União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1 GEOGRAFIA COMO POSITIVIDADE: UM PRODUTO DO MODERNO	22
1.1 Geografia em crise. Crise para além da Geografia	37
1.2 A Geografia e tudo isso: muito além dos dois circuitos da economia	48
2 MERCADORIA E CONTRADIÇÃO SOCIAL	61
2.1 Fetiche e socialização pelo valor	70
2.2 Contradições espaço-temporais: resgate da metafísica em Kant, Hegel e Marx	92
3 TEORIA DA CRISE: O DEBATE A PARTIR DE MARX	101
3.1 Crise imanente do capital ou acumulação sem limites? Algumas das contribuições mais pertinentes do marxismo para o debate	106
3.2 Henryk Grossmann e Robert Kurz: leitores de Marx e intérpretes do colapso do capital	129
3.2.1 <i>A qualidade da crise imanente do capital na contribuição teórica de Henryk Grossmann</i>	130
3.2.2 <i>O colapso da modernização de Robert Kurz: crítica contemporânea do fundamento negativo do capital</i>	138
3.3 A teoria marxiana do valor na forma da crítica do direito de Pachukanis	153
4 PERIFERIAS URBANAS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE HENRI LEFEBVRE PARA A INTERPRETAÇÃO MARXISTA DA URBANIZAÇÃO	160
5 A CRISE DO CAPITAL COMO FETICHE DE DISTRIBUIÇÃO: TEORIA MARXISTA E O DEBATE ACERCA DAS PERIFERIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA	172
5.1 Formação da metrópole paulistana e periferização da classe trabalhadora: relação centro-periferia e crise do trabalho	185
5.2 Processo de metropolização de São Paulo enquanto expansão do consumo	204

6 JURIDIFICAÇÃO DA CRISE: PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E REPRODUÇÃO DA CRISE DO CAPITAL	233
6.1 Crise do trabalho e “urbanização crítica”: os sentidos da formação de Heliópolis.	271
6.2 Expansão do consumo e endividamento: os nexos mais recentes do “inserir-se” no urbano	293
6.3 Um negócio chamado favela: o avesso dos “laços financeiros”	298
6.4 Empreendedorismo como discurso contraditório: a lógica da “formalização”	312
6.5 “Heliópolis, bairro educador”: lutas sociais e resistências urbanas	354
CONSIDERAÇÕES FINAIS	358
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	360
ANEXO A	372

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa envolve dois momentos da formação social do sujeito que resolveu mobilizá-la, enquanto momentos que se cruzam: o primeiro diz respeito a minha implicação e dos meus familiares no processo de urbanização da metrópole paulistana. Meus pais, enquanto jovens que saem do norte pra cidade grande – relembrando as sábias palavras de Belchior – são parte de um contingente enorme de retirantes do nordeste que buscavam “um lugar ao sol”, como oportunidades de trabalho e moradia numa capital que se oferecia mais promissora que o pequeno município de Ibipêba, na Bahia, nossa terra. Seu Edésio, meu pai, tentou se achar na indústria; profissionalizou-se como cozinheiro industrial; mas sua carteira profissional – a diversidade de registros e ocupações ali anotados - sugere um pouco a dificuldade que teve na cidade grande. Minha mãe, Eumiza, começou trabalhando como empregada doméstica, porém precisou cuidar dos filhos. Nesse processo, eu e meus irmãos crescemos observando a família na labuta constante para conquistar a casa própria, da qual, no final da conta, nem título de propriedade temos. Entre alguns cômodos e outros, ora cedidos por parentes e ora fruto de construção por meio de mutirão com outros familiares, em 1995, enquanto ainda havia espaços disponíveis em Heliópolis, compramos uma casa de três cômodos, com possibilidades para receber mais pavimentos. A aquisição só foi possível pela composição de renda entre meus pais, tios e primos.

No decorrer desses anos, principalmente na minha juventude, pude observar e acompanhar minha tia Guiomar (Tia Preta) em reuniões que, de encontros religiosos realizados pelo padre da Igreja Santa Edwiges, localizada na Estrada das Lágrimas, no entorno de Heliópolis, transformavam-se em acalorados debates sobre, dentre outros assuntos, asfaltamento no bairro, instalação de energia elétrica ou mesmo sobre os enfrentamentos com a Prefeitura de São Paulo ou com a Cohab, sobretudo a respeito da posse da terra. Com o passar do tempo a favela ganhou mais materialidade, infraestruturas

diversas, “desenvolveu-se”. Hoje tem denominação de bairro: “bairro educador”. Novos conflitos também se apresentaram.

Essa experiência, objeto de questionamentos na minha adolescência, pode ser potencializada na forma de alguns entendimentos, contraditórios às vezes, não fugindo à regra do que é viver na cidade, e que ganharam conteúdo interpretativo a partir do meu ingresso no curso de Geografia, na Universidade de São Paulo, em 2005. Porém, é justo reconhecer que os elementos da geografia crítica já estavam postos em minha formação desde o “Cursinho da Poli”, pré-vestibular, em 2004, quando entrei em contato com os escritos de importantes intérpretes da realidade periférica brasileira, sobretudo com as obras do geógrafo Milton Santos. Dito isso, e aqui adianto parte dos nossos pressupostos teóricos, se assumirmos que o capital é a “contradição em processo”, referida lógica de efetivar-se implica uma posição crítica diante da realidade daí decorrente, bem como às categorias envolvidas. No meu percurso, foi a Geografia que me possibilitou os elementos iniciais e, de certa forma, essenciais, a condição dessa maneira de olhar, de interpretar.

É nesse horizonte que se encontra o segundo momento: a busca por pertinentes caminhos interpretativos que de alguma forma permitissem acessar os conteúdos e processos que estavam implícitos e constantemente são assim repostos no horizonte do urbano como síntese de processos mundiais do capital e, nesse movimento, também decifrar, se possível, a formação e reprodução social a partir de Heliópolis, aqui entendida como momento do moderno e da modernização. A nosso ver, o desenvolvimento material da favela, como pressuposto da reprodução do espaço no urbano, sugere algo além da positividade oferecida, e teorizada, como “inserção” da mesma no urbano, como condição para ser considerada cidade.

Desde sua formação, se repõem em Heliópolis constantes atualizações do sentido da propriedade da terra, lógica que a condição de realização por meios “irregulares” não deixa de reafirmar a força econômica que a abstração real impõe no contexto do urbano. Não por acaso, ao transitar-se pelo interior da favela, não só a impressão, mas sobretudo a prática das mais distintas formas e meios de construção sugerem que todo e qualquer espaço precisa ser

constantemente mobilizado, seja para a realização do morar ou, em épocas como a atual, de desemprego estrutural, para a instalação de um pequeno comércio ou mesmo para uma potencial renda a partir de aluguel para fins residencial ou comercial.

O caso seria o de encontrar o nexu lógico, portanto desconfiando das determinações do tempo (do histórico), subjacente à forma fenomênica do desenvolvimento aludido. Em outros termos, partimos do pressuposto de que, se a reprodução da favela, a partir do contexto socioeconômico da sua gênese, em 1972, permitiu interpretações - tanto pela Geografia, bem como por meio de outros campos das ciências humanas como a Sociologia Urbana etc. - no interior do debate sobre o lugar de reprodução da classe trabalhadora, a premissa aqui sustentada da crise do trabalho mobilizaria necessariamente o devido retorno (crítico) a este debate, no sentido de que a reprodução crítica do capital, em processos contemporâneos de dinheiro a gerar mais dinheiro, cada vez mais sem passar pela mediação da tríade produção material-exploração de trabalho-produção de mais-valia, implica em recuperarmos a crítica marxiana ao fetiche do capital, isto é, necessariamente questionarmos as propostas teóricas que tentam explicar as contradições do capitalismo a partir da ideia de contingencialidade, enquanto crises cíclicas, periódicas, portanto, como processo racional, passível de ser administrado.

Na contramão do positivismo, procuramos explorar o conteúdo social contraditório, essencialmente crítico, negativo, que a forma *precisa* esconder; vez que, sob o processo do capital, o fenômeno obrigatoriamente se apresentaria pelo contrário do que é. Para tanto, o caminho desenhado reclama um método específico: aqui, tentamos acompanhar o método da crítica às categorias da economia política empreendido por Marx, a sua dialética. O percurso significou, assim, partir das observações mais gerais, do conteúdo abstrato, aos desdobramentos concretos, específicos. Em outros termos: o que a realidade chamada favela oferece e o que escamoteia. O fenômeno sugere processos, e esses envolvem leituras, interpretações. Tentamos, destarte, não esgotar as formas interpretativas sobre Heliópolis no contexto do urbano, mas sim desenvolver uma leitura possível, uma crítica viável. Como bem afirma a

professora Odette Seabra: o fenômeno não é o problema; a questão é ficarmos, permanecermos nele. A partir disso, acrescento: O importante é o movimento, a passagem.

Desta feita, tentamos construir essa “passagem” da seguinte forma, ou melhor, com o seguinte conteúdo: o Capítulo 1 se configura como um esforço de retomada às bases da construção da ciência geográfica, rediscutindo, na medida do possível, seus termos em paralelo com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, isto é, buscando discutir o lugar de construção desse campo do conhecimento científico. O argumento é o de que, ao ser edificada como ciência no interior do invólucro da formação social capitalista, as determinações e os limites críticos estariam numa espécie de aporia teórica, fundamentada no comprometimento acadêmico com as diretrizes da sociedade capitalista. Trata-se da tentativa de embasar a crítica ao moderno a partir da disciplina que constituiu o nosso primeiro momento da crítica, enquanto campo do conhecimento que possibilitou, na forma da mobilização teórica de seus professores, pesquisadores e pesquisadoras, a nossa apropriação crítica do real.

Em *Mercadoria e contradição social*, Capítulo 2, procuramos construir o argumento de que, no mesmo nexos da forma mercadoria, a sociabilidade engendrada pelo capital pressupõe a contradição entre essência e aparência como relação necessária na qual se fundamentam as interações sociais no capitalismo. No Capítulo 3 abordamos o debate produzido no horizonte do marxismo das décadas de 1920 e 1930, característico por recuperar a polêmica em torno da existência de uma teoria da crise em Marx, bem como se essa manifestação crítica constituía um limite interno ao capital ou cenários conjunturais, crises cíclicas propriamente ditas, possibilidades que alimentaram interpretações antagônicas no meio teórico aludido. Como intérprete situado nessa polêmica, procuramos discutir os termos que qualificam as contribuições de Henryk Grossmann para a problemática da crise imanente do capital. Aproveitamos, nessa toada, para estender a questão da crise do capital na forma em que Robert Kurz a mobilizou. Acessamos alguns momentos teóricos de ambos intérpretes do colapso do capital.

No Capítulo 4, com o propósito de discutir leituras de vertente marxista na interpretação das relações capitalistas na dimensão do urbano e do processo de urbanização, na sua expressão a partir das periferias urbanas, optamos por apresentar algumas contribuições teóricas, sobretudo pequenos momentos da obra de Henri Lefebvre. O Capítulo 5 corresponde a um esboço de crítica em relação à perspectiva distributivista presente nas correntes teóricas marxistas que se voltaram a estudar as periferias urbanas da América Latina, momento textual no qual discutimos, no limite da proposta da pesquisa, a formação da metrópole paulistana no interior das contradições teóricas existentes entre a relação centro periférica e a perspectiva da crise do trabalho. Desenvolvemos, outrossim, o argumento de que as relações de consumo têm centralidade, isto é, pertinência teórica no processo de metropolização de São Paulo.

No Capítulo 6 propusemos abordar o fragmento do urbano que tem motivado nossas inquietações, qual seja, a favela de Heliópolis, tomando inicialmente os nexos socioespaciais de sua formação, enquanto realidade que não deve ser absolutizada, como se passasse a existir espontaneamente, mas que, ao contrário, devém de processos espoliatórios do campo e da cidade, assim como sugerimos abordar os processos de institucionalização das relações sociais aí presentes conforme avançam as políticas públicas de urbanização efetivadas em tal espacialidade, do urbanismo como lógica. Nessa empreitada, exploramos os caminhos possíveis de uma leitura dos sentidos da formação de Heliópolis no horizonte interpretativo da crise do trabalho e dos termos críticos da urbanização que a fundamenta. Por fim, a prática de campo, cujos resultados compõem esse derradeiro capítulo, a nosso ver, no mínimo sugerem que há uma expansão das práticas de consumo - a repor derivados meios financeiros, e consequente endividamento da população - que, sob a aparência de desenvolvimento social, na forma do "inserir-se" no urbano, isto é, nas suas contradições, possibilita-nos mobilizar os termos críticos do avesso dos referidos "laços financeiros". Por outro lado, a história de Heliópolis como representatividade da luta social na cidade implica também momentos de resistência, enquanto "resíduo irreduzível" (Odette Seabra), contradições que nos

motivou a adentrar, ainda que ligeiramente e no final do referido capítulo, na questão da dimensão social do projeto “Heliópolis, bairro educador”.

1 GEOGRAFIA COMO POSITIVIDADE: UM PRODUTO DO MODERNO

Começar tomando a geografia como artefato do moderno e da modernização implica considerarmos os termos dessa produção científica no contexto do parcelamento das áreas do saber, como momento no qual distintas ciências modernas buscam consolidar seus respectivos objetos de estudo e análise e, a partir do qual, a geografia, não de forma diferente, posto que nasce e busca consolidar seus fundamentos conceituais sob as determinações do “sistema burguês do Ocidente” (KURZ, 1993), ambiciona legitimar-se enquanto ciência autônoma, correspondendo, portanto, a uma busca de cunho cientificista e despreocupada em explorar os limites do pensamento que se propunha, através do parcelamento do real entre os campos científicos, acerca do desenvolvimento (crítico) da formação social moderna. Portanto, a geografia, aqui entendida como uma das ciências parcelares, quando do início de sua institucionalização, e justamente por conta do seu propósito de justaposição na ordem social vigente, não demonstrava empenho em estabelecer análises sobre a crise inerente aos pressupostos teóricos de um conhecimento que já nascia encomendado - enquanto forma do conhecimento mobilizada pelo capital na sua fase concorrencial - posto ter que produzir conceitos e análises os quais a justificassem na condição de ciência e a colocasse à disposição (utilitarismo) do progresso do “moderno sistema produtor de mercadorias” (KURZ, 1993).

Para não esquecermos, a necessária apropriação crítica pela geografia frente ao desenvolvimento do capitalismo, seguindo um movimento no conjunto das ciências humanas, somente ocorrerá após a segunda guerra mundial, mas ainda não como pensamento crítico radical. Não que os fundamentos do capitalismo como sistema socialmente contraditório estivessem encobertos por qualquer possibilidade emancipatória prometida por este sistema, ao contrário, pois que Marx já explicitava quase um século antes, na sua obra *O Capital* (1984), o reino das contradições e crises no qual o capitalismo se fundamenta. Mais uma vez: a ciência geográfica foi edificada institucionalmente no bojo do espraio das relações capitalistas pelo mundo.

Desta forma, a *legitimação* da Ciência Geográfica, tornada legítima exclusivamente por caber no retorno que se esperava de uma ciência gestada no e por meio do moderno, pode ser entendida, assim como o trabalho abstrato, como um fim em si mesmo, enquanto conhecimento erigido por meio da generalização do processo de valorização do valor e posto a repor os pressupostos científicos e lógicos necessários ao projeto expansionista, sobretudo nas versões imperialistas, das economias centrais do sistema capitalista. Com o “desinteressado” propósito de se estender o conhecimento das diversas possibilidades de interação entre o homem e o meio, a Geografia humana, principalmente a escola fundada por Paul Vidal de la Blache (1845-1918), cambiava seus métodos em busca da construção de um saber prático, empírico, rico em descrições, pois que, “rasgaram-se mais largos horizontes” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 35). O homem, concebido por este geógrafo francês como “fator geográfico”, personificaria então a figura do desbravador de obstáculos, na condição de agente civilizador, de cujo movimento no processo civilizatório a geografia então caberia se ocupar. Corresponder a um conhecimento utilitarista, e extremamente positivista, portanto, a serviço do capital, este foi o preço pago pela geografia para adquirir o *status* de ciência moderna e não cair no limbo, ou “tornar-se mera excentricidade acadêmica”, como observa Silvio Monteiro de Lima (2011, p. 2). Paul Vidal de la Blache (VIDAL DE LA BLACHE apud CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 45) afirma que “a Geografia se distingue como ciência essencialmente descritiva”. Para tanto, enquanto a constatação de semelhanças e diferenças entre os lugares, bem como as distintas formas de relação entre homem e meio, constituiriam o conceito de região, a descrição exaustiva, a despeito da qualidade transformadora do homem, conformaria o método dessa ciência hodierna. Não por acaso, para este representante da geografia tradicional, “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes” (VIDAL DE LA BLACHE apud CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 47).

Como sujeito a serviço do moderno, no ápice da “Era dos Impérios” (HOBSBAWN, 2003), o pensamento lablacheano estava pari passu com a posição da França de seu período, qual seja, como possuidora do segundo maior império colonial do globo terrestre (RIBEIRO, 2014). Assim, mesmo que tenha proposto que o pesquisador de geografia humana ouse-se observar, fazer um balanço dos “estigmas” e “destruições”, de origem humana ou não, impostas aos seres vivos, e “perscrutar as transformações atualmente em curso e que é permitido prever” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 45), não há nessa perspectiva de entendimento do real elementos que explicitem a relação sujeito e objeto como relação posta no invólucro da formação social que lhe sustenta e confere-lhe sentido. Pelo contrário, aqui há uma ode ao empreendimento do capital:

[...] a ação presente e futura do homem, senhor das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe ao seu serviço, ultrapassa muito a ação que os nossos longínquos antepassados podiam exercer. Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem. (VIDAL DE LA BLACHE, 1954, p. 45-46)

Nesse horizonte da fundação da Geografia Humana, o descompromisso desta ciência para com uma crítica radical das categorias determinantes da realidade social subjacente justifica-se por meio da patente “dívida” contraída com o moderno e a modernização, aos quais necessitava fundamentar, e não desfundamentar, de forma a explorar seus limites categoriais. Não por acaso, podemos pôr acento na *Antropogeografia*, obra de maior representatividade da contribuição de Friedrich Ratzel (1844-1904) para a sistematização da geografia moderna, na condição de outra face positivista¹ na qual também se lastreou a o pensamento geográfico hodierno; contudo, faz-se necessário dizer, projeto anterior aos estudos de cunho “possibilista” de la Blache. Subintitulada *Princípios de aplicação da ciência geográfica à história*, a obra *Antropogeografia* já recuperava elementos do cientificismo positivista, tal como a perspectiva

¹ Segundo Antônio Carlos Robert Moraes (1990, p. 12), “A evidencia mais fundamental dessa filiação ao positivismo está no fato de Ratzel professar o princípio da unidade do método científico, isto é, a ideia da existência de um único método comum a todas as ciências – as quais seriam, conseqüentemente, definidas por objetos próprios”.

evolucionista defendida por aquele geógrafo alemão, sobretudo na defesa explícita que o mesmo fazia de um determinado povo, que apresenta-se estágio mais avançado de civilização, naturalmente poder anexar outros territórios cujo povo apresenta-se estágio inferior de desenvolvimento (MORAES, 1990), concebendo, assim, a expansão dos povos - e da forma Estado, pois é subjacente e estruturante o desenvolvimento da Prússia no contexto da realização do capitalismo à época – como processo inexorável ao progresso, leia-se, à colonização e às demais formas violentas de expropriação efetivadas pelo capital. Desta forma, em Ratzel, por meio de sua antropogeografia enquanto ciência empírica, a luta pelo espaço vital era interpretada pelo viés da causalidade, ou seja, retirava-se da relação todas as determinações concretas e históricas do projeto expansionista prussiano-alemão, sua qualidade social portanto, para justificá-lo na racionalidade capitalistamente demandada como causa e consequência, não obstante o modelo científico então assumido provinha da física.

O viés determinista do projeto ratzeliano, naturalizando as contradições sociais, obscureceu os termos pelos quais deveriam ser dirigidas às críticas ao desenvolvimento capitalista da época. Porém, e aqui ressaltamos uma vez mais, como a institucionalização da ciência geográfica deve necessariamente ser apreendida concomitantemente ao processo de formação e reprodução das categorias do capital, não seria outro o caminho para esta reafirmação desse campo disciplinar perante as demais ciências engendradas no invólucro do capitalismo. Em outros termos, o arcabouço conceitual dessa área do conhecimento, seja em sua versão determinista ou possibilita, como desdobramento do positivismo na Geografia, tem a exata medida necessária para a legitimação da sociabilidade capitalista, corroborando cientificamente, ou seja, concedendo status de verdade, posto que se trataria de fenômenos, observações (difusão espacial, anexações etc.) amparadas em leis. Nesse sentido, com o propósito de consolidar o estudo das influências exercidas pelo meio (*milieu*), a natureza, sobre as condições físicas e intelectuais do homem, “sobre o desenvolvimento dos indivíduos e dos povos”, enquanto método amparado em leis próprias, internas ao conhecimento geográfico então

alcançado, Ratzel comemorava o prestígio científico representado na possibilidade dos “conceitos verdadeiros” (positivistas) serem formulados, mobilizados, pelo viés geográfico na interpretação do desenvolvimento da humanidade, superando, portanto, a visão dessa ciência como mistura variada de termos e conceitos tomados emprestados tanto da filosofia quanto das demais ciências. Abraçar o positivismo e pôr seu método e categoriais à disposição da reprodução do capital, não questionando seus nexos, isso sim representou o tão aguardado polimento que a transformaria em sólido corpo científico.

O geógrafo não só estava mais preparado para estudar as condições naturais, que no caso eram o seu argumento, do que o filósofo ou o historiador para indagar suas influências históricas como também deveria estabelecer a medida, o contorno e a determinação daqueles fenômenos, com o que ficava assegurada a abordagem positiva de uma parte do difícil problema. (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 47).

É importante salientar que as escolas ratzeliana e lablacheana, como formas interpretativas engendradas no desenvolvimento da forma valor, ou seja, como repositoras da racionalidade irracional do capital e do trabalho como fim em si mesmo, ainda que remetessem a duas importantes realidades socioeconômicas no contexto global da época e, inclusive, as quais dominavam a produção do conhecimento geográfico, não podem ser concluídas como únicas interpretações produzidas no horizonte da sistematização do conhecimento geográfico entre meados do século XIX e começo do século XX. Nesse sentido, a contribuição crítica de Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo e militante anarquista, corresponde a postura de quem, mesmo sendo contemporâneo de Ratzel e Vidal de la Blache, contrariou o pensamento geográfico da sua época ao não submeter sua produção intelectual ao poder estatal, bem como apreendia a realidade social como produção material que explicitava as contradições decorrentes da luta de classes, também desdobrada por Reclus enquanto expressões da relação capital e trabalho. Segundo Manoel Correia de Andrade (1985, p. 18-19)

Enquanto Reclus tomava essa posição, os maiores geógrafos do seu tempo – como Ratzel – ou os que o sucederam – como Vidal de la Blache – ignoravam a existência das classes sociais, considerando-as categorias a serem analisadas por sociólogos

e historiadores, e concentravam os seus estudos nos gêneros de vida dominantes nas sociedades primitivas.

Portanto, aonde aqueles buscavam a racionalidade do sistema capitalista, nos limites da relação homem-meio, fetichizado como desenvolvimento civilizatório, Reclus defendia que a geografia deveria aí se ocupar, tomar partido frente às questões sociais latentes, e contribuir de modo a explicitar as determinações dos problemas sociais então colocados pela expansão do capital, bem como na produção de possíveis soluções para tais questões. Assim, a geografia social (no lugar de geografia humana) proposta por Reclus é tributária da dialética marxista, a partir da qual não se contenta em configurar uma forma conservadora de interpretação da realidade social vigente, nem mesmo operar a especialização científica tão em voga na sua época, responsável pelo dualismo materializado na separação entre o que seria uma geografia humana e outra física.

À ideia positivista de “geograficidade”, enquanto qualidade formal na qual os geógrafos sucessores de Reclus estabeleciam os contornos e limites do *status* científico da geografia (ANDRADE, 1985), base do legado comteano para com a neutralidade científica, Élisée Reclus optara em problematizar as realidades sociais que conheceu a partir da manutenção da proposta de unicidade da geografia, do entendimento de que a totalidade social constituía-se de relações recíprocas entre o meio natural e o homem, conduzindo-o à produção do espaço, momento em que o conjunto conceitual da geografia permitiria ao geógrafo apreender e contestar os problemas sociais inerentes ao capitalismo, já esgarçados à época como, por exemplo, desenvolvimento industrial crescimento urbano e, sobretudo, das questões sociais decorrentes desse processo. Como posição militante em contraposição aos estudos geográficos que, a serviço da reprodução do valor, justificavam as práticas expansionistas como obrigatórias ao progresso, ao desenvolvimento do processo civilizatório, Reclus expõe as cidades em desenvolvimento a partir de coexistências contraditórias tais como acumulação e miséria, planejamento urbano e periferização, constituição de centralidade concomitante com processo de marginalização, especulação imobiliária e formação de favelas, como saída que resta para a população pobre morar etc., vez que “o alto preço dos aluguéis

urbanos naturalmente leva os trabalhadores a se deslocarem para a periferia, e os empresários industriais favorecem o êxodo, pois provocaria uma queda no preço da mão-de-obra”. (RECLUS apud ANDRADE, 1985, p. 162).

Para este geógrafo anarquista, a totalidade social não é passível de descrições e decomposições mecanicistas a fim de se obter partes empíricas; ao contrário, é notório nos seus escritos a explicitação e a crítica de um social que se constituía de determinações diversas, produto e revelador de contrações fundamentais da sociabilidade capitalista e que, portanto, demandava estudos que rompessem os limites positivistas encerrados nas monografias regionais, ou seja, nos estudos geográficos que se esgotavam na relação homem-meio, método deveras presente no conjunto da produção teórica até aquele momento, sobretudo na tradição disciplinar francesa. Reclus preconizava, assim, uma produção teórica que enveredasse pela “complexidade da produção do espaço geográfico” (ANDRADE, 1985).

Apesar desse breve “resgate” dos termos dialéticos na contribuição de Élisée Reclus na sistematização do pensamento geográfico, não podemos deixar de comentar os resquícios positivistas presentes no conjunto da obra do autor, posto que o mesmo mobiliza as vezes uma proposta crítica de geografia frente às contradições sociais porém com vistas a resoluções organicistas, no sentido de organização do espaço, na espera da formação social capitalista conter uma racionalidade possível, chegando a comparar a circulação de pessoas entre cidades “ao vaivém do sangue no corpo humano” na busca por um equilíbrio possível entre as cidades mais e menos concentradas. Pois que “o novo funcionamento dará nascimento a novos organismos, e as cidades, já tantas vezes renovadas, terão de renascer ainda sob novos aspectos, de acordo com o conjunto da evolução econômica e social” (RECLUS apud ANDRADE, 1985, p. 166).

Pode-se levantar a hipótese de que os escritos de Élisée Reclus explicitam a dificuldade em se produzir uma interpretação crítica radical, compreensível, de um pesquisador que carrega consigo o entusiasmo com o progresso científico de sua época, bem como deposita no positivismo evolucionista a perspectiva de uma racionalidade organicista possível, na forma,

por exemplo, de uma sociedade como organismo sadio. Desta forma, fala-se de cidades como corpos orgânicos belos e sadios, ou mesmo como portadoras de vícios e doenças crônicas, ao mesmo tempo em que se discute as aglomerações urbanas a partir de contradições sociais produzidas pela forma social capitalista, tais como a coexistência entre riqueza e pobreza, luxo e miséria, centralidades e periferias, enquanto “consequência necessária da desigualdade, da hostilidade, que cortam em dois o corpo social” (RECLUS apud ANDRADE, 1985, p. 161). A salubridade de um tipo ideal de cidade aí defendido perde sentido na condição social geral das grandes cidades modernas observadas por Reclus, segundo o qual, frequentemente tem cada uma delas suas zonas marginalizadas, seus vícios.

Até nas cidades em que os administradores procuram encobrir hipocritamente todos os horrores, mascarando-os por muretas decentes e lavadas, a miséria não deixa de infiltrar-se; sente-se que ali a morte desempenha sua obra mais cruelmente que alhures. (RECLUS apud ANDRADE, 1985, p. 161)

Contudo, feitas as ressalvas acima, o objetivo de recuperar as contribuições intelectuais desse geógrafo francês caminha no sentido de ressaltar a sua deliberada posição crítica diante da produção de um conhecimento, solidificação dos seus fundamentos enquanto ciência moderna, engendrado notadamente para aquele momento histórico – e também lógico, posto envolver as determinações de umas formas do capital em relação à outras – da acumulação do capital. Desta forma, diferentemente de seus contemporâneos, os quais optaram por reproduzir um conhecimento que repunha os pressupostos do capital, sobretudo por meio do poder do Estado, Reclus, mesmo sendo opositor das ideias de Karl Marx, pode ser interpretado como um intelectual importante na apreensão materialista e dialética da sociedade, ainda que de forma incipiente, mas em certo modo engajado no projeto de ciência enquanto possibilidade crítica, contestatória, sobretudo ao enxergar processos sociais no lugar de interações, sociedade em contraposição à povo, contradições sociais onde se deduzia progresso, e assim por diante.

É possível afirmarmos que, desde as suas versões determinista ou possibilista, as últimas extremamente comprometidas com o desenvolvimento do capitalismo em sua fase concorrencial, bem como “A New Geography” e por

último a denominada “Geografia Crítica”, esta com algumas exceções², no geral a ciência geográfica esteve comprometida com um necessário reconhecimento científico de estudos caracterizados como geográficos - principalmente buscando-se “o seu objeto” de análise - e com a *aplicabilidade* deste campo disciplinar no desenvolvimento das forças produtivas do capital³. Quando não diretamente associada ao desenvolvimento do capitalismo, a exemplo do trabalho conduzido na produção de teorias sob a modelização matemática utilizada pela Geografia Quantitativa, ou mesma à surdina através de uma pseudo crítica, essas duas escolas recentes são partícipes do engajamento da Geografia com a afirmação da sociabilidade capitalista posta pela generalização do valor enquanto mediação social.

A “New Geography”, também conhecida como Geografia Teorética, a despeito da crítica que empreendera sobre a chamada geografia tradicional, na sua base filosófica se mostrara tão conservadora quanto aquela geografia tradicional que pretendia criticar (GONÇALVES, 1978), de modo que sua essência filosófica era o positivismo lógico. Momento em que a linguagem

² Este comprometimento acadêmico com as relações capitalistas concretizou-se principalmente a partir da internalização de um “sentido de aplicabilidade” (ABREU, 2002) conferido à geografia por meio do planejamento territorial (padrões espaciais), este entendido por nós como um falseamento (materialidade fetichista) dos “verdadeiros” fundamentos da sociedade capitalista, porém que necessariamente aparece, e é assim incorporado, como referencial que nega o conflito/contradição posta, já que se assume como modelo de superação de “desequilíbrios” sistêmicos. Nesse sentido, cabe destacar que dentro da “Geografia Crítica” temos posições teóricas as quais criticam essa opção ao planejamento, bem como as premissas aí gestadas; são análises cujos argumentos dão credibilidade a teoria marxiana e consideram os desdobramentos da lógica do valor como determinantes para as relações sociais postas pela sociabilidade capitalista, daí suas reflexões constituírem-se enquanto crítica à objetividade da valorização do valor, bem como à produção social e ao planejamento enquanto cientificidade que ilude tal objetividade ao conferir racionalidade a esta produção. Assim, destacam-se as contribuições teóricas das professoras Ana Fani A. Carlos (1987), Amélia L. Damiani (1985) e Odette C.L. Seabra (1987), pela profundidade com a qual conduziram a crítica à produção capitalista, salvando a proposição de pensamento crítico daquela “Geografia Crítica” por meio de pertinente perspectiva que é a leitura do espaço enquanto produção social, portanto relacionado às contradições da relação capital-trabalho.

³ Na obra *Perspectivas da Geografia* A. Christofletti (1982) trata, entre outros propósitos da “Nova Geografia”, do pressuposto de unidade das ciências através dos métodos aplicados, momento em que cita, entre outros autores que contribuíram com esse compromisso cientificista, David Harvey e seu respectivo livro *Explanation in Geography*, no qual se enfatiza, segundo Christofletti, uma “lógica da justificação” da Geografia enquanto uma das áreas do conhecimento, daí “que todo o volume está dirigido para mostrar o ‘como fazer’, e não se preocupa fundamentalmente com ‘o que é Geografia’”. Se a lógica da justificativa é o problema essencial, então é necessário assinalar as características da *explicação* e as exigências que devem ser cumpridas se se deseja que a mesma se torne científica.” (Idem, p. 75)

matemática passa a prevalecer como método de análise de tudo que for considerado geográfico, bem como se trata de uma época de expansão dos modelos matemático-estatísticos para outros campos do conhecimento, processo que remete a um desenvolvimento do saber institucionalizado em paralelo ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Portanto, o grau de cientificidade atingido pela geografia contribuía para repor os pressupostos da crise de produção do valor da qual ela era produto. E não só isso, posto que as próprias análises produzidas através das pesquisas realizadas no período buscavam dar coerência, por meio de quantificações, probabilidades, variáveis, indicadores – enfim, um empirismo exacerbado – às contradições sociais da realidade mundial. Assim, a essência da crise posta pelo desdobramento da forma valor tornava-se obscurecida pelos propósitos institucionais da Geografia, de modo que os limites irracionais do modo de produção capitalista ganha, sob o ímpeto da planificação, o fetiche da administração da crise de produção e valorização do valor, cujo pretexto para essa ilusão é a pretensa ideia de organização do espaço, já que na visão do positivismo lógico “há uma ordem subjacente na realidade”, conforme observa Sandra Lencioni (2003), em que pese a abordagem sistêmica adotada pelos geógrafos como instrumento conceitual para tratar da organização espacial.

O comprometimento da ciência geográfica com uma crítica mais velada que negativa (que exponha a negatividade conceitual do capital) em relação ao positivismo lógico e à sociabilidade capitalista a quem sustenta está evidente em outra passagem da obra de Antônio Christofolletti (1982, p. 16):

Em cada ciência, o que a diferencia das demais é seu objeto de estudo. Cada ciência contribui para a compreensão da ordem e da estrutura existentes, e o setor da Geografia é o das organizações espaciais. A abordagem da geografia científica está na observação empírica, na verificação de seus enunciados e na importância de isolar os fatos de seus valores. Ao separar os valores atribuídos aos fatos dos próprios fatos, a ciência procura ser objetiva e imparcial.

A obra *Perspectivas da Geografia* contribui para evidenciarmos o quanto a Geografia firmou-se como uma área do saber tributária da lógica de reprodução do valor; contribui com a busca por uma *objetividade* nas “organizações espaciais”, tal qual a “aparência objetiva das determinações sociais do trabalho”

(Marx, 1985, L I, T1, p. 77) deveras denunciada por Marx n'O Capital (1984), uma "objetividade tramada" nos termos de José Arthur Giannotti (2000), e que aqui ganha *status* de um "real racional" através da incorporação da ideia de planificar as desigualdades sociais e econômicas, tal contribuição remete à incapacidade do pensamento burguês em romper com os limites teóricos acerca de uma realidade que em essência é irracional. Esta superação pressupõe o entendimento dessa irracionalidade enquanto manifestação de uma "razão irracional" generalizada sob a sociabilidade capitalista. Uma medida desta ilusão de ordenação espacial pode ser exemplificada pela passagem abaixo:

A verdadeira igualdade social só se pode conseguir alterando as forças que geram a desigualdade; como estas são fundamentais para o funcionamento do sistema de produção capitalista, a igualdade social implica necessariamente grandes trocas neste sistema e de modo especial o controle social sobre os meios de produção de riqueza [...]

Os geógrafos podem acelerar a consecução da igualdade criando modelos alternativos e convincentes para planificar e controlar o meio ambiente. O modelo alternativo mais real é o de incrementar o controle central e estatal sobre a inversão, no meio ambiente, de recursos sociais, para assegurar que a igualdade se faça (PEET apud CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 267)⁴.

A *dada* existência de condições sociais carentes de racionalidade (de administração, planejamento, controle etc.), condição falsificada pela lógica capitalista, suprime a crítica ao caráter irracional dos fundamentos dessa sociabilidade, o qual é o verdadeiro cerne destas condições sociais. A ideia burguesa de que os problemas sociais derivam da ausência de racionalidade sobre a realidade, ao invés da reflexão de que o que existe é uma forma social cuja irracionalidade é sua Razão, encontra amparo na afirmação hegeliana de que "todo Real é racional, e todo racional é Real", a qual implica uma identidade

⁴ Este tipo de aparente crítica pode ser assim classificada devido a mesma não se fundamentar nas determinações negativas da forma valor que regem a lógica do capitalismo; ao contrário, não só mantém o trabalho como categoria trans-histórica, bem como é construída a partir da ideia de socialização dos meios de produção, portanto descolada do pressuposto, defendido em nossa tese, de que a lógica da produção capitalista (produção e reprodução do valor) é um fim em si mesmo, finalidade a ser criticada, diferentemente de se fazer apologia às teorias distributivistas. Ademais, ao depositar a possibilidade de igualdade social através da intervenção estatal, não estabelece (essa geografia) o Estado como expressão da crise de reprodução do valor, ou nos termos de Robert Kurz (1997, p. 107), "como instância fundamentalmente desprovida de autonomia diante do mercado".

entre o Real e o Racional; portanto se trata de uma positividade (identificação) que legitima o que está dado, o atual (MATOS, 2005, pp. 25-26). Nesse sentido, o idealismo de Hegel, ao pressupor o possível (postulado como um devir contido no que é atual) como necessidade para a efetivação de um real em sua forma “verdadeira”, não estabelece uma crítica negativa e descompromissada com a *ratio* burguesa, já que vislumbra nas condições materiais postas pelo capitalismo a qualidade de serem “racionalizáveis”, sem, contudo, romper com as formas de consciência que ontologizam, por exemplo, o trabalho enquanto categoria capitalista.

Herbert Marcuse, em *Razão e Revolução* (2004), explora os fundamentos do sistema filosófico hegeliano e seus desdobramentos com o advento da teoria social, cabendo aqui as seguintes passagens em relação à esta forma idealista concebida por Hegel acerca do real: Há uma relação entre o dado e o possível. Só é possível o que pode ser derivado do próprio conteúdo do real. [...] A forma em que o real existe imediatamente é apenas uma etapa do processo pelo qual se expande seu conteúdo, isto é, a realidade dada é ‘equivalente à possibilidade’. Ao considerar que o possível e o real estão numa relação dialética, detendo-se na lógica hegeliana, exemplifica esta relação:

[...] se as relações existentes dentro de um sistema social dado são injustas e desumanas, elas não serão compensadas por outras possibilidades realizáveis, a não ser que estas outras possibilidades evidenciem possuir raízes dentro do sistema. Elas têm de estar presentes ali sob a forma, por exemplo, da riqueza patente das forças produtivas, da ampliação das necessidades materiais e dos desejos dos homens, da sua cultura avançada, da sua maturidade política e social etc. (MARCUSE, 2004, pp. 136-137)

Ainda que Hegel tenha contribuído, com seu método dialético, para expor ampla e conscientemente as formas gerais do movimento do real, como reconhece Marx, este faz a seguinte ressalva a respeito da dialética hegeliana: “É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 1985, L I, T 1, pp. 21-21, posfácio da segunda edição) .

Na condição de conhecimento gestado para dar sentido à sociedade da mercadoria, conquanto não exponha a irracionalidade por trás da produção pela produção (fim em si mesmo), sendo essa sua “razão suficiente” (HEGEL apud

ALFREDO, 2008), a geografia apenas reproduz a totalidade que é inerente à produção e reprodução do valor - a totalidade da mercadoria - processo que subsume a qualidade social das relações entre os homens em prol de determinada, e falsificada, objetividade entre coisas/mercadorias. Destarte, colocando-o como processo natural (valor como característica inata à produção material) porque presume solução racional, uma ordem latente, o saber dito geográfico representa de corpo e alma os limites do pensamento burguês ao desenvolver-se na condição de discurso laudatório do moderno e da modernização. Nesse sentido, podemos encontrar em Lukács, na sua *História e consciência de classe* (2003), uma crítica a esta forma positivista de compreensão da realidade praticada por determinada forma de pensamento. Assim, segundo Georg Lukács (2003, p. 136, grifos do autor),

O pensamento burguês, contudo, deve deparar aqui com uma barreira intransponível, visto que seu ponto de partida e sua meta são, embora nem sempre consciente, a apologia da ordem existente das coisas ou, pelo menos, a demonstração de sua imutabilidade. [...] Desse modo, a história é entregue como tarefa ao pensamento burguês, mas como tarefa *insolúvel*. Pois ele deve suprimir completamente todo o processo histórico e apreender, nas formas de organização do presente, as leis eternas da natureza que, no passado – por razões misteriosas – e de uma maneira incompatível com os princípios da ciência racional na procura de leis, não se estabeleceram por completo ou de modo algum (sociologia burguesa).

É oportuno lembrar aqui que a generalização das formas próprias à sociedade capitalista, apresentadas na condição de formas *inevitáveis*, representam um dos principais alvos da crítica efetivada por Marx à economia política, mais precisamente a Adam Smith e D. Ricardo⁵, a qual imprime às suas

⁵ No afã de se afirmar na condição de pensamento científico válido perante a sociedade, os economistas políticos citados limitaram-se a atingir somente o trabalho produtor como “conteúdo oculto” do valor, porém o fizeram sob a pena da eternização das categorias dessa concepção clássica, daí a pertinente crítica feita por Marx através da sua importante nota de rodapé, a saber: “É uma das falhas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria. A razão não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a mais geral do modo burguês de produção, que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se, no entanto, for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto,

categorias a qualidade de serem universais (leis) e eternas, derivando daí o engajamento da mesma na defesa do valor como objetividade, posição que exclui do entendimento as contradições que o efetivam, bem como a sua apreensão enquanto fundante de uma forma social específica; mas não o faz como lapso ou erro, ao contrário, constitui-se como dever seu enquanto portadora de *status* científico, ciência autêntica, ao passo que busca justificar apenas o adjetivo “lei” que acompanha a categoria valor. Deste modo, a funcionalidade desse pensamento é justificada pelo poder de explicação da formação social capitalista a partir de determinações *imediatas* do valor, numa espécie de exposição a partir do interior da lógica de produção dessa abstração moderna (o valor), reduzida a uma categoria ontológica por este pensamento formal. Não obstante, a ontologia é recorrente ao pensamento burguês (moderno), prática em que o Conceito, na acepção hegeliana, atingiria sua realização afirmativa. Daí ocorre que o papel da economia política redunde na explicação da coerência aparente (forjada) do capital, momento em que se procura a congruência entre a realidade e o valor, o qual aparece, se mostra – e assim [superficialmente] é apreendido - então como propriedade inerente às coisas, bem como o trabalho, diferente da sua apreensão como socialmente determinado (*abstractum da modernidade*), é capturado como algo inerente ao homem, como algo trans-histórico. O valor, como necessidade de sua reprodução, subsume as múltiplas determinações da realidade e a põe como afirmação, ou ausente de contradições, de modo que resta ao pensamento moderno, neste caso, aos economistas políticos, explicar, sem comprometer, essa afirmação (coerência); ou seja, como momento do processo capitalista, cabe a este pensamento dar sentido à reprodução do valor e suas aparências.

Nesse contexto, no qual a geografia efetiva-se como pensamento gestado no interior dessa forma social moderna, fica evidente a crença, depositada no planejamento, e que corresponde ao espírito dos modelos teórico-quantitativos comuns à “New Geography”, de que a realidade é susceptível de intervenção e pode desenvolver um “equilíbrio espacial”, termo empregado por Leslie J. KING

da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc.” (MARX, 1984, L I, T1, p. 76, nota 32).

no texto *Alternativas para uma Geografia Econômica Positiva* (KING apud CHRISTOFOLETTI, 1982). Desta forma, o próprio planejamento é alçado pela Geografia à qualidade de disciplina curricular sob esse pretexto, de modo que o pensamento geográfico, através de revistas especializadas, realização de congressos e simpósios tendo na sua vanguarda o planejamento como corpo disciplinar e ferramenta, auto promove-se por todo o globo obnubilando a irracionalidade do processo de produção do valor, já que se apresenta como aparente solução para as disparidades regionais, forma de manifestação necessária ao capital e a própria disciplina, posto que (o planejamento) é parte da crise de reprodução do valor, e não externo a essa.

A geógrafa Sandra Lencioni (2003) nos dá ideia de como foi possível este encontro, favorável ao capitalismo, entre a Geografia e o planejamento, perfazendo, na nossa conclusão, a ilusão de existir algo de coerente ou lógico na organização do espaço:

A ideia de que há uma ordem subjacente ao espaço possibilita o estabelecimento de projeções. Ou seja, à medida que a ordem se revela, torna-se possível pensar como o espaço tenderá a ser organizado. A possibilidade de estimar projeções e de fazer prognósticos torna-se, então, factível. Por isso é que desvendar a ordem subjacente ao espaço e estimar projeções aproximaram a Geografia do planejamento (LENCIONI, 2003, p. 134).

Destarte, incapaz de apreender o movimento do real e as determinações da forma valor, até porque essa reflexão corresponderia a um corte na própria carne, o planejamento institui a modelização matemática nas análises da realidade comprometendo todo o conteúdo social atinente à mesma, posto que toda a subjetividade é eliminada em prol da racionalização máxima empreendida pelo positivismo lógico.

1.1 Geografia em crise. Crise para além da Geografia

Nesse sentido, quando significativas transformações sociais ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, não restou a esta ciência estabelecer uma crítica substancial ao “moderno sistema produtor de mercadorias”, principalmente devido aos seus limites coincidirem com os limites da realidade posta pelo capital, já que o conhecimento produzido no seio da geografia há muito correspondera à reposição dos pressupostos lógicos da reprodução do valor, de modo que efetivar uma crítica categorial, nos termos de Anselmo Alfredo (2009), remete a um pensamento que pressuponha enfrentar o arcabouço categorial apresentado por esta ciência parcelar antes como categorias inerentes ao capital, próprias a este, que categorias peculiares à disciplina, ou seja, aquelas que lhe teriam proporcionado determinada cientificidade.

Tamanha preocupação cientificista, em detrimento de uma crítica categorial necessária a um saber posto pelo capital, pode ser observada nas colocações de Milton Santos, na obra *Por uma Geografia Nova* (2004), sobre a formação de uma “teoria geográfica totalmente válida” (SANTOS, 2004, p. 46), área do saber que, segundo ele, pecou pelo “ecletismo filosófico” nos primórdios de sua estruturação enquanto ciência. O autor, ao tecer esse comentário, uma espécie de crítica moral, põe na externalidade do argumento uma crítica que deveria estar voltada para as determinações abstratas (desdobramentos da forma valor) que impunham o parcelamento da realidade por meio das ciências sociais, ciências naturais e exatas as quais sustentaram a legitimação da ciência geográfica. Assim, se existia uma crise no progresso dessa disciplina, esta não se fazia entender enquanto parte de uma crise maior, própria ao capitalismo, mas, ao contrário, mostrou-se necessariamente como uma crise de identidade. Conclui Santos (2004, p. 46): “Nosso progresso como ciência retardou-se porque nos mantivemos exageradamente tributários de um círculo fechado de ideias velhas e de temas surrados”.

É justamente por se tratar de uma obra a qual busca dar sentido aos novos caminhos a serem trilhados pela geografia no oásis das ciências modernas que

a crítica empreendida por Milton Santos figura como um alento para o momento de “crise” pelo qual passava as ciências, na qual a geografia também se enxergava. A preocupação com o caráter cientificista dessa área do saber faz desse esforço miltoniano, expoente da “Geografia Crítica”, mais um distanciamento dos fundamentos reais da sociedade capitalista que o autor se dispusera a analisar do que uma crítica substancial ao moderno sistema produtor de mercadorias. Assim, ao invés de construir uma teoria crítica a respeito dos fenômenos próprios e derivados da crise de produção do valor, abstração essa que impõe a própria existência da ciência geográfica e outras ciências como necessidade para sua realização, Milton Santos justifica a busca, ou retorno, ao que chama o objeto científico dessa disciplina - o espaço - já que a Geografia estaria “viúva do espaço” (SANTOS, 2004, p. 118). Ademais, as expectativas acerca de uma teoria cuja potencialidade de reflexão estava a serviço da sua própria legitimação enquanto ciência, ou seja, seus limites de esboço crítico representam as suas próprias bases de existência, tais expectativas são ofuscadas pela natureza (produto do moderno) dessa área do saber.

A geografia nasce e desenvolve-se como parte da crise, e não como um saber a partir do qual a crise categorial seria e será superada. Para Milton Santos, a “multiplicidade” de geografias afastou esta ciência do seu objeto, o espaço. E a isso se resume a condição de “crise” (determinada ciência “colcha de retalhos”, especializações) então analisada pelo autor, de modo que, para o mesmo:

Tudo isso vem do fato de que, posta a serviço das coisas e não mais do homem, a busca de uma identidade ou de uma legitimação realmente científica deixou de ser uma preocupação permanente para ser um estorvo a um trabalho que se tornou muito mais ligado ao mundo dos negócios do que ao interesse social. A reflexão tornou-se, assim, desnecessária. (SANTOS, 2004, p. 119)

Cabe destacar aqui que estes escritos de Milton Santos representam um esforço teórico de rompimento com a herança da chamada “Geografia Tradicional”, e com os reducionismos produtos da “New Geography”, como trampolim para a teorização do que apontou como objeto próprio da geografia, o espaço geográfico.

Com o deslocamento da hegemonia imperialista da Europa para os Estados Unidos, observada nos anos 1920, as favoráveis condições econômicas apresentadas pela nação norte-americana durante a década de 1950 (“Anos Dourados”) possibilitaram o desenvolvimento do planejamento enquanto disciplina acadêmica e componente do pensamento geográfico de maneira a corroborar a lógica de produção do valor. A crença desmesurada no planejamento determinou estudos de todas as ordens cujos resultados foram glorificados através das políticas governamentais promovidas pelo Estado de bem-estar social, cabendo aos planejadores proporem intervenções espaciais em regiões consideradas em desacordo com o padrão de desenvolvimento apresentado pelo país naquele momento⁶. Nesse sentido, na academia, a geografia abraça essa responsabilidade e produz um saber instrumentalizado, focando as disparidades socioeconômicas como objeto de intervenção, numa espécie de aparente resolução das contradições sociais, as quais são produto da mesma crise categorial que põe fetichistamente o planejamento como condição necessária para a contínua (crise de) valorização do valor.

À esta *função* em que havia se estabelecido a ciência geográfica, fora direcionada, principalmente no início da década de 1970, uma série de críticas por conta do distanciamento da geografia em relação ao conteúdo social das determinações que envolvem a realidade, qualidade essa eliminada pela tendência *neokantiana* que prevaleceu, nessa área do saber, após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, aquela que foi denominada “Geografia Crítica” pouco rompeu com o dogma do planejamento enquanto postura teórico-metodológica frente aos novos fenômenos postos pela crise de reprodução do valor, salvo algumas exceções ainda a serem abordadas neste texto. Ao teorizar sobre um conceito de espaço relativo (diferente da noção de espaço absoluto, central à visão espacial teórica-quantitativa) e sobre ações em busca por determinada justiça social, através da intervenção estatal nas disparidades espaciais, esta

⁶ Um corolário desta crença pode ser deduzido das colocações de Richard Peet (PEET apud CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 230, grifos meus): “Então, na década de 1950, nos E.U.A, um pouco mais tarde que em outros lugares, teorias espaciais e os métodos científicos foram combinados na ‘Nova Geografia’, sob a influência das novas necessidades da sociedade tendo em vista a eficiência espacial e o planejamento regional. Os geógrafos responderam ao apelo dos políticos espaciais como velhos soldados retornando a um exército perdido há muito tempo. A Geografia foi, novamente, uma ciência em funcionamento.

ciência apenas aproximou a proposta do materialismo histórico ao estudo do seu objeto. Portanto, o espaço passaria a ser entendido enquanto uma construção social, como relação social, de maneira que a compreensão da realidade geográfica passaria pelo necessário entendimento da sociedade (LENCIONI, 2003, p. 145).

Nesse sentido, o problema posto como limite teórico para a apreensão da crise categorial do capital por parte deste pensamento “crítico” residia justamente na restrita compreensão da sociedade a partir da sua condição de sociedade de classes, ou seja, a partir da noção da luta de classes, e ainda tinha como referencial o pensamento de cunho marxista próprio ao movimento operário, momento em que colaboraram autores tais como Manuel Castells, David Harvey, Jean Lojkin entre outros. Esses referenciais possibilitaram, por conta dessa limitada capacidade crítica, a manutenção do planejamento enquanto ilusão necessária à reprodução crítica do valor posta sob a produção de mercadorias, ainda que na produção geográfica em geral - consequência de uma crítica moral estabelecida - o entendimento comum era o de que a ação estatal estivesse reduzindo as mazelas do capitalismo empreendidas pela burguesia.

Derivando dessa corrente que se propôs crítica, o geógrafo Milton Santos empreendeu muitas críticas ao pensamento lógico-positivista, porém não rompeu com a ilusão de uma ordem espacial possível, sobretudo porque o próprio positivismo, ao estabelecer a materialidade do espaço enquanto possibilidade de resistência e de superação das contradições postas pelo avançar das forças produtivas capitalistas, uma contradição nos próprios termos, impedira-o de apreender o capitalismo enquanto negatividade em processo; noutros termos, o cientificismo atrelado ao materialismo (o espaço concreto) não possibilitava compreender valorização e crise de valorização do valor – no limite, colocados por este geógrafo como crescimento e ausência de crescimento - como faces de uma mesma moeda: do processo de produção e reprodução do capitalismo.

Uma análise da obra *Economia Espacial*, de Milton Santos, publicada originalmente em 1979, permite-nos identificar os limites de um pensamento que busca coerência numa lógica/ilógica a qual corresponde o processo de produção

capitalista assentado na generalização da mercadoria, momento teórico no qual o planejamento espacial, segundo ele “instrumento do capital”, aparece como passível de maior humanização, meio para uma “difusão social do crescimento” (SANTOS, 2007, p. 174). Esta busca por uma outra via, numa espécie de utopia de superação da crise do capital através da planificação, ilusão que expõe um horizonte teórico limitado pelas próprias condições concretas que o autor pôs-se a criticar, foi anteriormente observada por Silvio Monteiro de Lima (2011), sendo que também cabe destacarmos, para reforço do argumento, a seguinte colocação de Milton Santos, no capítulo intitulado de “Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza”:

Este trabalho não deve ser tomado por algo que ele não é: uma profissão de fé antiplanejamento. Condenamos simplesmente aquele planejamento que é do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados (SANTOS, 2007, p. 34).

O apego ao argumento de uma sociedade movida pela luta de classes, porto seguro da crítica marxista estabelecida nos limites teóricos do movimento operário, e na condição de barreira posta pelo pensamento positivista, dá fôlego para que Milton Santos vislumbre uma forma mais *equilibrada* para o que chamou de “universalização perversa” (SANTOS, 2004) da produção capitalista. Desta maneira, a interpretação classista, muitas das vezes carregada de estruturalismo, que o mesmo faz da sociabilidade capitalista compromete um pensamento que seja substancialmente crítico, no horizonte de uma potente crítica à economia política, e que denuncie os fundamentos que constituem o Real a partir da negatividade dos mesmos. Ao contrário, compreende o Real como tal se afirma e, portanto, compactua com a objetividade aparente do processo de reprodução ampliada do mais-trabalho, bem como com a falsa ideia de que a sociedade reproduz generalizadamente mercadorias como necessidade de sua própria reprodução.

O conteúdo exposto por Milton Santos na obra citada remete à situação aporética na qual a ciência, a qual o mesmo propôs defender, inseriu-se, ainda que apenas o contrário estivesse externalizado (como realidade superável), pois que, ao não se reconhecer enquanto momento crítico de uma crise maior, a crise

do valor, coube a todo pensamento lastreado nos ideais burgueses – sendo a geografia um exemplar - *identificar* coerência (racionalidade latente) na realidade apresentada ou capturada pelas pesquisas empíricas. Desta forma, as possibilidades de superação das desigualdades sociais analisadas por Milton Santos estavam pressupostas no próprio moderno sistema de produção capitalista. Põe-se, então, como necessidade, para resolvê-las ou minimizá-las, uma distribuição mais justa da riqueza e da modernização em geral, conforme podemos concluir a partir deste escrito. Daí deriva a expectativa depositada na espécie de um devir positivado, no planejamento como solução, ideal comum na obra de Milton Santos. Ao pôr acento “numa outra” planificação, enquanto proposta (suposta) crítica, ainda mais porque o que aí se busca são “alternativas” conforme o próprio subtítulo do livro “Economia Espacial”, a teoria miltoniana redundava por afirmar a unidade (essência e aparência do real) onde existem a oposição e a contradição dos fundamentos que o constituem. Contudo, diferentemente de ser uma unidade efetivada através da identidade de termos contrários, o que enriqueceria a crítica com um qualitativo hegeliano (como o fizera Marx, ao incorporar negativamente a razão hegeliana às suas análises mais “maduras”), a crítica encabeçada por Milton Santos prevê unicidade entre a forma e o conteúdo do real, interpretação que enxerga na realidade posta como caótica uma possibilidade de superação, noção que por si só pressupõe coerência nos fundamentos dessa sociedade da mercadoria - os quais, na perspectiva aqui trilhada, deveriam constituir o início analítico de toda teoria que se dispõe a realizar uma crítica radical ao capitalismo, em que pese a especificidade da forma mercadoria (produto que contém a relação capital-trabalho) e seus desdobramentos para a sociedade do capital.

A centralidade da forma mercadoria enquanto pressuposto teórico imprescindível para a crítica radical da sociabilidade capitalista devém da observação desta abstração concreta para com o método de exposição consolidado por Marx na sua obra *O Capital* (1984), cujo primeiro capítulo versar justamente sobre, e intitulado, “A mercadoria”. O entendimento defendido é de que, ao explorar a forma aparente de coisa material a partir da qual a mercadoria é ilusoriamente compreendida - posta como produção necessária à reprodução

social, através duma “objetividade fantasmagórica” - principalmente por parte dos economistas políticos, Marx reforça a nuclearidade dessa abstração concreta para a apreensão da sociabilidade capitalista enquanto relação social fundada numa irracionalidade tautológica de reprodução do valor, portanto voltada não para a satisfação de necessidades humanas, mas, como forma determinante do capital, a qual tem condições de realizar as potencialidades deste, por isso a forma mercadoria detém a universalidade do processo capitalista. Nesse sentido, é pertinente a seguinte observação:

Como a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão porque aparece cedo, embora não da mesma maneira dominante e, portanto, característica como hoje em dia, seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar. Nas formas mais concretas desaparece mesmo essa aparência de simplicidade. (MARX, 1985, L I, T1, p. 77).

Nesse caminhar, este conhecido geógrafo, ao interpretar a realidade a partir de uma teoria sistêmica e estruturalista, como o faz ao atribuir ao espaço urbano dois circuitos econômicos (“circuito superior e inferior”), numa espécie de dicotomia, não traz à sua crítica a radicalidade na exposição de como as desigualdades socioeconômicas presentes no que ele denomina “circuito inferior” estão relacionadas com o “circuito superior” na condição de fenômenos próprios da reprodução crítica do valor no momento em que esta abstração (o valor) efetiva-se enquanto crise de si mesma, seja dispensando força de trabalho ou repondo exponencialmente formas fictícias no processo de sua reprodução, sendo a crise uma qualidade inerente ao próprio capital. Ao contrário, ao fazer tal interpretação, Milton Santos põe a crise capitalista numa condição conjuntural, administrável - principalmente por meio do Estado - e enobrece a planificação como possibilidade de “justiça social” e “retomada” de uma “coerência espacial perdida”. Assim, ao criticar as mazelas dos “polos de crescimento” inseridos nos países periféricos, a realidade produzida por estes polos aparece como falta de racionalidade na execução e/ou administração dessa produção; ou seja, escamoteia os problemas decorrentes da forma social capitalista enquanto manifestações da inerente irracionalidade dessa sociedade. Para o autor, “A solução [para o sucesso dos polos nessas realidades] está em se encontrarem modos de difundir o crescimento através do espaço e de evitar

que a modernização amplie o circuito inferior, em razão de sua falta de efeitos positivos, o que tem piorado a pobreza” (SANTOS, 2007, p. 178).

Ao estabelecer a crítica nesse patamar, a Geografia contribui para a efetivação positiva das determinações da forma-valor e comprova a necessidade que o capitalismo tem de submeter distintas formas de pensamento sobre a realidade aos desígnios da reprodução ampliada do valor, a partir de um processo em que ela (ciência geográfica) anda de mãos dadas com o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente ao direcionarem-se enormes investimentos para a realização de pesquisas afetas aos interesses capitalistas. Ao não se estabelecer como uma crítica imanentemente negativa, coube a este campo científico, ao contrário, apontar possível harmonia (racionalidade) na totalidade irracional imposta pela lógica da mercadoria, correspondendo o planejamento à aceitação acadêmica dessa possibilidade, momento em que atinge, a crise do valor, o patamar institucional. Contudo, no lugar de uma apreensão da crise enquanto categoria do capital, ou seja, imanente a este, como propõe Anselmo Alfredo (2010), a visão acadêmica destacada não superou os próprios limites impostos pelo pensamento racional e instrumentalizado da sociedade produtora de mercadorias, colocando a crise na condição de contingência de um processo que, como observa Marx (1985), *passa às costas dos sujeitos sociais* inseridos na sociabilidade pela troca, e cuja qualidade dos trabalhos individuais realizados sucumbem ao tempo social médio de produção imposto pelo movimento necessário de reprodução ampliada do capital (ALFREDO, 2010). Segundo este

O desenvolvimento das forças produtivas, entretanto, é determinado por esta média que, formada a posteriori, retroage para definir a validade dos trabalhos que a formaram. Tem-se, assim, a *imanência da crise* como categoria condicionante da reprodução ampliada do capital (ALFREDO, 2010, p. 41, grifo do autor).

Desta forma, ao conceber a crise como possibilidade, incerteza de ruptura nas “fases” da reprodução capitalista, o pensamento burguês que comanda a produção acadêmica só reforça a aparência de uma objetividade subjacente à forma mercadoria - razão necessária a sua afirmação - ao depositar esperanças na crença ao planejamento como prática de distribuição equitativa

ou mesmo equilíbrio de um fenômeno que, na nossa concepção, é antes extensão, desdobrar da crise do capital, que a própria superação das contradições postas. Pois, para Santos (2007), crescimento é parte da solução - numa espécie de receita para superação da crise - ao invés de significar fetiche de superação da mesma:

Não obstante, o problema da igualdade é inseparável de uma organização espacial adequada, baseada numa estrutura de produção adequada. Como, entretanto, isto pode ser conseguido? O problema básico é se encontrar uma estrutura de produção que seja capaz tanto de transmitir o crescimento dos setores modernos aos não modernos como de atribuir os recursos disponíveis de uma maneira mais equitativa. (SANTOS, 2007, p. 178).

O que perpassa a busca incessante, empreendida na posição teórica de Milton Santos, por um resquício de racionalidade na esfera da realidade, é o caráter identitário da teoria - uma “lógica-identitária”, na concepção de Robert Kurz (2010) - a qual generaliza as teorias modernas enquanto produto de uma fonte maior, a saber, a filosofia do Esclarecimento, de maneira que a análise percorre a realidade social em perseguição duma condição passível de prescrição de medidas corretivas em relação às *aparentes* contradições capitalistas, momento em que a Geografia (nascida como ciência parcelar) se propõe ciência de cunho crítico a esta formação social.

É necessário expor neste momento que, o que foi capturado por este geógrafo como contradição - e que é lugar-comum nas formas de pensamento que assenta raízes na razão burguesa, ou seja, a partir do trecho acima, a coexistência de setores modernos e não modernos, de modo que a contradição aparece como distribuição desigual da produção capitalista, portanto, subentende-se que a produção do valor, assim como a realização capitalista enquanto relação capital-trabalho, só são efetivadas a partir da realização positiva (racional) dos conceitos valor, capital e trabalho, reduzidos aí a esfera da produção - trata-se da unidade da razão (burguesa) perseguida no real, sendo que tal coexistência aludida apresenta-se como irracionalidade do processo de produção e reprodução capitalista (a ausência de racionalidade desse processo põe na razão uma lógica totalitária). Assim, o que é divergente aparece como contraditório, bem como contradição e ausência de contradição afirmam o

primado da razão, restando, nessa perspectiva, a forma burguesa de pensamento impor unidade através de ações racionalizantes.

Uma análise do moderno e da modernização que considere a crise imanente às categorias que compõem o capital permite situarmos a proposta da Geografia Crítica, ou aquela incorporada por boa parte dos seus representantes, bem como as teorias das ciências humanas ditas de esquerda, numa vertente marxista cuja denotação crítica baseia-se no ponto de vista do operariado e na “luta de classes”. Nesse sentido, trata-se de um campo teórico nos quais o “sobretabalho” e “exploração”, em que pese a polarização - abordada por Marx - entre proletários e capitalistas, respondem pela (ou são entendidos como) totalidade do sistema capitalista, momento em que o distributivismo aparece como solução para as contradições postas pelo e no capitalismo, abrindo espaço para o recorrente confronto sistêmico entre capitalismo burguês e socialismo operário, principalmente a partir da experiência e centralidade estatal comum a este segundo, quando o Estado é alçado a ente antípoda ao mercado ou à economia. Trata-se, conforme as observações de Kurz permite-nos considerar, de um marxismo ou crítica social produzida no interior e limitada ao “invólucro burguês formal”, correspondendo a uma teoria “imanente à modernização”, já que não só ontologiza mas principalmente não relativiza o trabalho abstrato, aí reduzido ao “valor” da mercadoria força de trabalho ao invés de sua apreensão enquanto trabalho social médio. Deriva dessa acepção a ideia de que o trabalho pode ser mais humanamente explorado ou remunerado (acordos coletivos), assim como a produção pode ser mais bem repartida, por meio de políticas distributivas estatais; ideia que achou seu lugar nessa Geografia denominada de cunho crítico. Em suma, corresponde a uma concepção dita crítica cuja fonte marxista (o movimento operário) não possibilitou estabelecer uma crítica real a uma sociedade cuja totalidade é posta na forma social do Capital, a forma-valor ou forma-mercadoria, segundo Robert Kurz uma “forma total de reprodução social” (KURZ, 1992). Não obstante,

Com sua crítica, o marxismo da modernização ou o marxismo operário nunca visara essa forma *mesma*, que concebia sobretudo como fundamento ontológico insuperável da sociabilidade em geral. Para este, o problema não era o “valor”, isto é, a forma social das mercadorias, mas simplesmente a

“mais valia” imposta de fora para dentro. Em Marx mesmo, ao contrário, o plano imanente da teoria é possibilitado justamente pela crítica radical do valor *enquanto* valor. O conceito de *fetichismo* é categoria central dessa crítica, ascendendo do fetiche da mercadoria aos fetiches do dinheiro, do capital, do salário, do direito e do Estado. No fundo, *todas* as categorias sociais da modernidade são aqui submetidas a crítica radical, ao passo que a ideologia burguesa, inclusive o marxismo, sempre se limitou a postular seu lado positivo (KURZ, 1992, grifos do autor).

1.2 A Geografia e tudo isso: muito além dos dois circuitos da economia

Trazer o que se constituiu como ciência geográfica para o debate acerca da relação centro e periferia, a partir dos elementos postos pela reprodução do capitalismo no urbano, impõe reconhecermos de antemão qual o lugar dessa ciência na posição de crítica a esta formação social, sobretudo quando a sociabilidade mobilizada pelo capital se revelou como incapaz de resolver as desigualdades sociais produzidas por ela mesmo. Afinal, a segunda guerra mundial explicitou as contradições mais gerais da relação entre desenvolvimento econômico e barbárie, na forma de crises econômicas, ambiental e humanitária.

Diante desse quadro social, a Geografia, assim como outros campos das ciências humanas em geral, como a Sociologia Urbana, se percebeu obrigada a firmar posição de questionamento e, portanto, não se reafirmar positivamente, na condição de mera ciência, pois a crise que se efetivava na sociedade também envolvia as formas científicas de interpretação do mundo, e a Geografia era uma delas, era parte do todo, de uma totalidade crítica sob os fundamentos do capital. Enquanto boa parte das ciências humanas até finais da década de 1950 produziam suas interpretações sobre as cidades a partir de arcabouço teórico de vertente neopositivista, o momento do pós-guerra exigiu uma mudança significativa da produção teórica acerca da realidade urbana, já que o processo de metropolização dos grandes centros urbanos impunha drásticas consequências socioeconômicas à crescente população que se viu obrigada a sobreviver no meio urbano, dentre tais implicações temos o processo de suburbanização ou periferização.

Assim, no lugar de análises que prezavam por propostas funcionais e organicistas para dar conta de “sanar” os problemas urbanos, e esta foi a posição advogada pela denominada Escola de Chicago, as novas correntes interpretativas das ciências humanas, um número bastante expressivo delas ao menos, e sobretudo aquelas que se aproximaram da teoria marxista, deslocaram a necessidade da busca por equilíbrio ou por harmonia que, na interpretação neopositivista, significava o problema urbano, na forma de disfunção da organização espacial, para o que definiram ser as reais determinações dos

problemas sociais no âmbito das cidades, das consequências da urbanização.

O que se entendia como ausência de organização, como falta de racionalização, passou a ser apreendido enquanto expressão espacial da desigualdade econômica produzida pelo sistema capitalista, ou seja, como explicitação, na realidade urbana, do conflito entre a classe daqueles que detém os meios de produção e os despossuídos desses meios, os quais dispõem apenas do próprio trabalho para continuar sobrevivendo. Ademais, para tais concepções então emergentes, lastreadas nas ideias do jovem Marx e da sua proposta do materialismo histórico e dialético, o que se observava nas realidades urbanas da América Latina, por exemplo, correspondia a uma distribuição injusta da riqueza social, de modo que esta desigualdade social, enquanto fundamento do capitalismo, estava também escancarada na dimensão espacial, esta entendida a partir daí como possibilidade interpretativa, sobretudo para a Geografia, que o tomou como seu objeto. Ou seja, em posição divergente da pretensa neutralidade comum a qualquer pensamento positivista, para os teóricos marxistas a contradição entre as distintas classes deveria ser tomada como centralidade na crítica ao capitalismo, principalmente quando a problemática urbana ganhava tamanhas proporções pelo mundo.

Esse “movimento de renovação da Geografia” (MORAES, 1983), consolidado em meados da década 1970, significou sobretudo a mobilização de conceitos mais condizentes com a realidade social contraditória explicitada pelo processo de desenvolvimento capitalista à época, principalmente a partir da grave crise econômica estabelecida nessa década, momento em que os estudos geográficos passaram a considerar mais pertinentes para o entendimento das contradições sociais, do processo social, sobretudo aquelas engendradas no urbano, noções tais como sociedade, relações sociais de produção, processo de produção, formação social, desenvolvimento das forças produtivas entre outros. Vale apontar que conceitos de base marxista já estavam postos e mobilizados nos trabalhos de Pierre George, o qual, ainda que vinculado a corrente denominada Geografia Ativa, de certa forma introduziu elementos conceituais lastreados no marxismo histórico na apreensão do contexto que apresentava ao pesquisador como realidades injustas, carentes de denúncia e crítica sociais,

preparando o terreno para correntes teóricas de embasamento crítico mais contundente, como foi o caso da Geografia Radical.

Desta forma, ao estabelecer e mobilizar esses termos conceituais enquanto arcabouço prioritário na análise geográfica, este campo do saber produzia um entendimento no qual o processo do capital se punha não apenas em escala local ou regional, mas enquanto determinação totalitária, de modo que os processos e relações estudados deveriam ser interpretados como desdobramentos do capital pelo globo. Para Lencioni, “a incorporação do marxismo à Geografia verificou-se na valorização da análise urbana, revelando a perversão da cidade capitalista em face de uma acentuada segregação espacial nas cidades” (LENCIONI, 2003, p. 163).

No horizonte da geografia crítica brasileira, a qual acompanhou o movimento de renovação dessa ciência, temos a importante colaboração de Milton Santos, sobretudo se considerarmos que este autor, à sua época, expôs a necessidade de o pesquisador tomar partido socialmente e se posicionar também teoricamente frente as desigualdades e contradições sociais postas pelo capitalismo, as quais ganhavam pertinência de entendimento enquanto contradições espaciais.

Nesse sentido, Milton Santos põem em movimento as categorias marxistas de análise, tais como processo de produção, relações de produção etc., e outros conceitos daí desdobrados, por exemplo, desenvolvimento desigual e combinado, subdesenvolvimento entre outros, com o objetivo de compreender como as relações contraditórias entre capital e trabalho se explicitam, por exemplo, enquanto disparidades espaciais. Trata-se de uma postura intelectual que passava a privilegiar o “espaço social”, como produto e obra humana, portanto a produção do espaço, como objeto sobre o qual geógrafo precisa se deter, já que, sendo resultado da realização do homem, do seu trabalho na história, o espaço constituía uma realidade e, sobretudo, uma pertinente categoria de apreensão da realidade posta pelo capital. A concepção de produção do espaço para Santos estaria mobilizada em torno do pressuposto de que a economia capitalista se expressava desigualmente no espaço urbano, de onde deriva a sua análise sistêmica, estrutural, em relação ao processo de

urbanização dos países periféricos.

O estudo “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, originalmente publicada em francês em 1975, por Milton Santos, e traduzida em língua portuguesa em 1979⁷, compreende justamente esta análise marxista acerca do que se entendia como desigualdades socioeconômicas expressas espacialmente, implicações da ideia de que a acumulação de capital pressupunha processos desiguais, principalmente no que diz respeito a circulação do capital seja em âmbito global ou regional, na medida em que, para Santos, a existência de um circuito superior e um inferior no interior de uma realidade subdesenvolvida estaria vinculada a relação externa entre países, enquanto embate e dependência entre economias desenvolvidas, de um lado, e atrasadas, de outro, de modo que a existência desses dois circuitos nas economias subdesenvolvidas representava a particularidade, relação necessária, dos países assim considerados com os países que controlavam o processo de acumulação de capital, e as “forças da modernização” (SANTOS, 2008).

Observa-se na obra que, para o autor, as diferenças de rendimento entre classes sociais que coexistem em uma mesma realidade (a urbana, nas cidades), portanto na capacidade financeira de os sujeitos terem acesso aos bens e serviços, fundamentariam a realização dos dois circuitos da economia urbana citados, sendo que “essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços” (SANTOS, 2008, p. 37). Em relação as diferenças estabelecidas entre o circuito superior e o circuito inferior, Santos aponta que a diferença fundamental entre eles reside no alto grau de desenvolvimento tecnológico e organizacional. Nesse sentido, o circuito superior corresponderia ao “resultado direto da modernização tecnológica”, compreendendo as atividades geradas em “função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles”, concentradora de grandes somas de capital (SANTOS, 2008, p. 38). Por outro lado, mas também resultante

⁷ Utilizamos aqui a segunda edição, reimpressa em 2008, pela Editora da Universidade de São Paulo.

do que ele denomina modernização, encontra-se o circuito inferior, produto indireto desse processo e que atende aos sujeitos que pouco ou nenhum acesso têm aos “progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”, respondendo por baixos investimentos de capital mas cujos lucros seriam incorporados por empresas do circuito moderno, superior.

Entretanto, se este viés interpretativo demonstrou sua potência como pensamento crítico frente ao ideário positivista que dominava até então as formas de leitura sobre o urbano - as quais buscavam métodos de organização do espaço das cidades, modos de racionalização de realidades que se interpretavam equivocadamente como desordenadas, sem planejamento etc.- e representou a tomada de consciência de que a problemática urbana devém das contradições inerentes ao sistema capitalista, na forma do espraiamento ou reprodução das relações de produção no âmbito das cidades, toda esta pertinência interpretativa, lastreada na produção de valor de ordem industrial, ou seja, com a exploração crescente da força de trabalho pela indústria, coloca-se sob questionamento, já que, com o desenvolvimento das forças produtivas (fundamento negativo porém inexorável ao capital), o capital busca explorar, produtivamente (leia-se, produção efetiva de mais-valia) cada vez menos trabalhadores. Destarte, se coube a acumulação de capital de natureza urbano-industrial engendrar a produção social das espacialidades citadinas, nas realidades do denominado terceiro mundo, bem como explicitar suas contradições internas na qualidade de desigualdades sócio- espaciais, a condição atual de exacerbação da crise estrutural do capital, no mínimo, implica, no nosso entendimento, pôr em descoberto o arcabouço teórico de corte marxista, sobretudo no entendimento elaborado no horizonte do marxismo do movimento operário, com o movimento crítico e necessário, enquanto lógica inerente ao capital, da relação entre desenvolvimento das forças produtivas e autonomização do valor na forma de capital fictício, de dinheiro que produz mais dinheiro sem passar necessariamente pelos processos produtivos.

A proposta de tensionamentos que ora fazemos se justifica devido, na atualidade, esta corrente teórica dos dois circuitos da economia urbana ter sido recorrente em estudos que se propuseram a entender a expansão das formas

de endividamento, financeirização e consumo das parcelas pobres da população em grandes cidades brasileiras. Nesse sentido, Maria Laura Silveira (2009) retoma conceitos como formação socioespacial e divisão do trabalho para produzir uma análise sobre a pobreza estrutural relacionada com os dois circuitos da economia urbana, considerados “vasos comunicantes”, posto que, segundo esta geógrafa, mudanças de cunho tecnológicas ou organizacionais efetivadas no circuito superior redefinem as relações de dependência do circuito inferior com sua face mais moderna.

Assim, Silveira (2009) indica que a grande disponibilidade de “crédito desburocratizado”, porém concentrado nas mãos das grandes empresas que compõem o circuito superior, o qual, entretanto, no entendimento da autora, tem se espalhado e recorrido às classes e espacialidades segregadas das cidades, por meio de “novos nexos de subordinação” (SILVEIRA, 2009), para compor novos patamares de lucros, cujo “agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres” (SILVEIRA, 2009, p. 66). Aqui, esta geógrafa compreende que a difusão de sistemas técnicos automatizados remete tanto a eliminação de trabalho humano da produção quanto à reafirmação de lugares que há muito possuem concentração de densidade técnica, portanto, se trata de um processo que repõe disparidades territoriais. A acumulação de capital, assim posta, estaria se resolvendo na reorganização territorial empreendida pelas empresas modernas sobre empresas menores, dependentes de crédito desprendido de burocracias para se manterem vivas no mercado. Assim, “a cidade pode ser vista, desse modo, como um conjunto indissociável de formas materiais, modernas e antigas, e de formas dominantes e subordinadas de trabalhar e acumular” (SILVEIRA, 2009, p. 68).

No estudo empreendido pela autora, inexistiu uma análise crítica acerca do capital na sua forma de crédito, enquanto forma crítica derivada do valor, sobretudo na necessária relação da generalização do crédito, na atualidade, com o processo de redução da incorporação do trabalhador como força de trabalho no horizonte da produção de mais-valia, ou seja, da expansão do crédito apreendido como antecipação de um trabalho futuro ou, no limite, de um trabalho que não se realizará. Antes, a forma creditícia do capital aparece como saída

encontrada pelas empresas do circuito moderno da economia para alavancar seus lucros, como racionalidade passível de ser administrada. Vejamos:

Causa e consequência dessa expansão territorial e econômica das instituições financeiras, o crédito rápido, formal e liberado de exigências burocráticas torna-se onipresente. [...] Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos. (SILVEIRA, 2009, p. 69).

A interpretação suscitada por nossa pesquisa caminha no sentido de encontrar os termos da crise do capital financeiro ou, de modo geral, como a crise imanente à reprodução do capital se explicita na atualidade enquanto espraçamento do capital portador de juros. Esta generalização do capital nas formas mais diversificadas de crédito, sobretudo aquele denominado de “desburocratizado”, tem fundamento na crise interna e imanente ao capital que, principalmente após a terceira revolução industrial (dinamizada pela microeletrônica), efetiva a expansão do próprio capital como espraçamento de sua crise, pois que a queda tendencial da taxa de lucro impõe o desenvolvimento das forças produtivas do capital em tamanha magnitude que o processo de produção demanda cada vez mais valor a ser investido, porém, como há uma crescente produção de mercadorias sem estar amparada em igual demanda de força de trabalho (ao contrário, o faz negando-o, pressupondo cada vez menos trabalhadores), tanto a base creditícia bem como a monetária (o dinheiro), antes lastreadas na mais-valia produzida, desprendem-se da referência do valor como medida face ao processo do capital, ou seja, o dinheiro, que detém a finalidade de *representar fetichistamente*, por meio do preço, o valor contido nas mercadorias, em contexto de generalização das contradições entre capital e trabalho, a forma de equivalente geral (o dinheiro, a circulação monetária) reafirma a necessidade do crédito se passar pela mais-valia, como se ela fosse.

Nesse sentido,

[...] há um deslocamento da base creditícia e monetária em relação à substância valor produzida pela sociedade. Na redução desta, todas as formas de riqueza monetária se tornam excedentes e encontram na circulação financeira a forma fetichizada de sua remuneração. [...] Resulta uma migração dos capitais do setor produtivo para a circulação financeira. [...] A queda tendencial da taxa de lucro, entretanto, desloca o dinheiro

de sua base substancial, o valor, o que leva a que toda expressão monetária de valor se coloque como uma ficção de valor, na medida em que se põe como crédito, isto é, promessa de trabalho, numa sociedade cujo tempo de trabalho é o tempo zero de trabalho, isto é, a sua plena improdutividade. (ALFREDO, 2010, p. 46).

Insistimos em ressaltar que o processo do capital se põe como totalidade contraditória para a sociedade como um todo, de modo que a expansão das formas creditícias do capital e a imposição do consumo como meio para a liquidez do crédito em abundância – e, sobretudo, como forma de sociabilidade posta pelo moderno - não se restrinja a setores ou segmentos da economia ou mesmo a uma só classe ou segmento social. Isto equivale a dizer que, independente do poder de compra – pensando em sujeitos – ou da capacidade de investimento de qualquer tamanho de empresa, bem como independente de classe social, os desdobramentos do crédito e a realidade do endividamento, na forma generalizada do consumo, são determinações de um processo crítico do capital, da sociabilidade posta pelo valor e pela contração de dívidas como, no plano mais abstrato, fetichização de realização do valor.

O que se põe como pressuposto da interpretação aqui defendida é que a sociedade hodierna se efetiva enquanto realização do processo do capital, no sentido de que este movimento implica a metamorfose do capital em suas variadas formas, uma negando as outras, como determinação para a realização do capital sempre como mais capital, ou seja, como processo tautológico a pôr um valor que inexoravelmente se auto valoriza, portanto como desdobramento da relação capital-trabalho na forma de generalização da abstração valor enquanto fundamento da atual sociabilidade crítica.

Contudo, nesse movimento do capital enquanto lógica que objetiva a sua própria reprodução, do capital enquanto capital, como valor a ser exponencialmente repostado, o fundamento negativo imanente ao capital faz com que sua realização se efetive simultaneamente como maior produção de mercadorias e da massa de capital em geral e, contraditoriamente, mobilizando para tanto um número cada vez menor de trabalhadores nas unidades de produção. Estes, como forma de sobrevivência, são absorvidos atualmente pelo setor de serviços e comércio, ora como empregados ou, numa situação cada vez

mais comum, sobretudo nas áreas mais pobres da cidade, reproduzindo ilusoriamente a condição de empreendedores individuais, talvez enquanto explicitação de formas mais críticas do “sujeito de direito”. Desta forma,

Quanto mais próximo o capital está de seu conceito, da sua realização com o processo ampliado do capital, maior é a produtividade do capital, menor a unidade elementar de trabalho, como unidade de capital. A produtividade social do capital realiza-se como crise do capital e crise do trabalho.

[...]. Portanto, há uma tendência à reprodução volátil do capital, financeirizando-se, isto é, movendo a si mesmo sem substância de valor real produzido (DAMIANI, 2009, p. 318).

O sujeito favelado, nesse sentido, na sua maioria, já não se realiza mais como o operário explorado no chão de fábrica, a produzir mais-valia que será incorporada por capitais urbano-industriais; negativamente, são mobilizados no processo de urbanização como força de trabalho no âmbito da circulação de capital, em setores improdutivos do ponto de vista da produção da substância que fundamenta o capital (o valor) e, não obstante esta reprodução social negativa, a contradição parece se redobrar quando pensamos que esta relação social tem se generalizado a partir de formas de consumo mediadas por empréstimos pessoais e empresariais, cartões de crédito, financiamentos diversos, entre outras formas de endividamento, as quais, ainda que necessariamente apareçam como desenvolvimento social e economia pujante, devem ser apreendidos como manifestação de um social economicizado, enquanto desdobramento da reprodução crítica do capital na forma de reprodução do dinheiro como mais dinheiro (D-D'), autonomização social dessa expressão do valor que já não reconhece este seu fundamento, que “ascende aos céus” (KURZ, 1995).

A partir do que Marx (1984) teorizou como “ficção de produção”, enquanto lógica inerente ao capital financeiro se pôr como desdobramento crítico do valor, entendemos que a composição de capital na forma da disponibilização generalizada do crédito está fundamentada na ficcionalidade das próprias categorias do capital – no fetiche de realização dos seus momentos necessários – a qual constitui a impossibilidade dessa reprodução. A produção de valor, anteposta nessa lógica fetichista, é em essência circulação monetária, ilusão de valor que se valoriza.

Quando falamos da autonomização do capital na sua forma financeira, não exatamente concluímos que este passe a ser independente do capital produtivo, mas se trata de uma maneira de enfatizar o desdobramento dessa determinação numa maior pressão sobre este último, no sentido de que tanto o capital produtivo quanto sua substância, o trabalho, necessitam dar conta da reprodução social no contexto particular em que o capital portador de juros se isola como pressuposto do seu próprio processo de reprodução. Assim, “no descompasso entre essas duas formas de capitais pode se instituir tanto o capital fictício como as crises” (DAMIANI et al. 2006, p. 56). Ainda segundo Amélia Damiani, “[...] esse avançado estágio de financeirização, que a economia capitalista alcançou, como superação de seus limites, não resolve as crises, apenas a empurra para outros níveis” (DAMIANI et al. 2006, p. 58), momento em que vislumbramos o Estado como instância social que não resolve tal irracionalidade; antes, o mesmo só se efetiva redobrando-a, sobretudo ao pressupor que a institucionalização, o acoplamento das relações sociais que *aparecem* como ilegais, como o que é externo ao horizonte estatal, às relações jurídicas, irá solucionar as contradições postas no urbano. As relações de natureza jurídicas são engendradas no invólucro da lógica do valor, e das contradições que devém dessa abstração. Justamente por isso que Kashiura Júnior (2009) retoma Pachukanis indicando no sentido de que, à medida que a generalização de mercadorias caracteriza economicamente a sociedade capitalista, esta se apresenta, a partir da ótica jurídica, um sem fim de relações jurídicas.

A interpretação das relações econômicas no urbano a partir da perspectiva dos dois circuitos, superior e inferior, permitiu Kauê Lopes dos Santos (2017) identificar na relação entre expansão dos produtos financeiros voltados para o consumo popular e alterações na paisagem da periferia de São Paulo o que ele denominou de “uma nova pobreza urbana”, principalmente ao se deparar com realidades nas quais há um descompasso, por exemplo, entre a má qualidade do acabamento das casas de autoconstrução dos moradores e a quantidade e diversidade dos produtos eletroeletrônicos que essas mesmas pessoas possuem no interior das precárias residências; ou mesmo aponta certa

contradição entre a coexistência de meios técnicos científicos informacionais (SANTOS, 2008) de última geração, como antenas de transmissão de companhias telefônicas, instalados nas periferias para possibilitar a difusão dos aparelhos celulares, e a ausência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo nessas realidades. Aqui, tal interpretação derivou para o dualismo entre formas arcaicas e modernas, correspondendo ao capital financeiro o elemento dinamizador do novo patamar de consumo das parcelas mais pobres na realidade paulistana. Não por acaso,

O desenvolvimento desigual e combinado, além de ser motor da história econômica, é um aspecto importante para entender o fenômeno da pobreza, sobretudo na contemporaneidade. O imperativo das finanças permitiu a renovação dos padrões de consumo das camadas mais pobres das cidades, que experimentam, ao mesmo tempo, a precariedade em seu cotidiano. Dessa maneira, pobreza urbana é nova porque possui os conteúdos do atual período da história, e é velha porque ocorre em co-presença da falta de serviços e infraestruturas básicas. Sob o mesmo teto, o passado e o futuro caracterizam a contradição que se faz presente (LOPES DOS SANTOS, 2017, p. 100).

Enquanto a exposição acima caracteriza-se por uma análise que identifica na financeirização (definida pelo autor como comércio de dinheiro) do capital o processo pelo qual as grandes empresas reproduzem a centralização de capital nas mãos dos setores ditos modernos, por meio de expedientes e relações de dominação sobre as empresas que compõem o circuito inferior, a interpretação por nós empreendida, qual seja, a de que o capital carrega consigo a crise entre capital e trabalho como seu fundamento, busca apreender a generalização do capital na forma de portador de juros (capital fictício) enquanto processo que se põe para toda a sociedade, e não apenas para o pequeno empreendedor individual, ao comerciante de bairro ou aos grandes empresários. Se há um sujeito do processo, este seria o próprio capital.

Está claro que em interpretações como as observadas acima, recorrente na ciência geográfica e na qual observa-se certa atualização da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos, o problema do capitalismo está posto no âmbito da circulação, sobretudo da forma de mobilização do dinheiro. Nesse sentido, para essas análises, as “contradições” estariam

colocadas na relação da centralidade que o dinheiro ocupa na atualidade, enquanto finanças (variável moderna, pertencente ao circuito superior) para com os sujeitos que compõem o circuito inferior, principalmente aqueles pertencentes às camadas mais pobres da população, os quais realizam a generalização do consumo via distintas forma de créditos pessoais. Sob tal perspectiva, as contradições estariam obscurecidas na condição de conflitos, ou seja, no lugar de a teoria pressupor que o capital está fundamentado na reprodução tautológica da sua medida (KURZ, 1993), o valor (trabalho abstrato), e na sua crise imanente, essa perspectiva parte do pressuposto de que o capitalismo apresenta crises pontuais e conjunturais, portanto passível de ser administrado, planejado, de tornar-se mais palatável. Limita-se a interpretar o capitalismo, imaginando a realização positiva de suas categorias e instituições, dentre elas o Estado moderno. Ou seja, afasta-se a negatividade categorial como fundamento da relação capital trabalho.

Desta forma, a *teoria dos dois circuitos* não adentra no argumento de que o capital é a contradição em processo, e que esta determinação crítica atravessa os seus momentos, sendo o capital a totalidade dos mesmos; assim, para nosso entendimento, a crise está na produção e na circulação de capital, é contradição efetivada pela simultaneidade. Antes mesmo deste entendimento, carece a teoria citada de antever na forma do valor (trabalho abstrato posto como média social) a forma da riqueza desta sociedade hodierna, bem como de explicitar, por exemplo, o dinheiro enquanto equivalente geral e representante do valor, ou seja, não sendo ele propriamente o valor, nem autônomo a esta abstração social, mas sim uma ilusão sua. Por outro lado, a forma criticamente desdobrada do capital, como capital fictício, devém da reprodução crítica do valor, condição que implica uma crítica teórica voltada ao cerne da coisa, à crise imanente ao trabalho, e não iludida com o desenvolvimento técnico-científico informacional ou com a falta deste. A concepção distributivista, para a teoria crítica do valor, precisa ser negada e posta em relação com a finalidade tautológica da sociedade produtora de mercadorias.

Sobre as implicações dessa interpretação no seio da ciência geográfica,

(...) convém atentar sobre como a crise de reprodução do capital e a *ficcionalização* de suas categorias são lidas como questões postas no âmbito de uma *economia política espacial*, enquanto problemas de planejamento, de escolha política interesseira e interessada ligadas ao processo de globalização, que resultam numa crítica distributivista e moral do capital que não considera a contrariedade de seu desenvolvimento. A crítica presente na visão atual da teoria dos dois circuitos, que põe acento sobre as *finanças* como mais uma forma ou mecanismo de drenagem de renda e empobrecimento da população, mais especificamente do circuito inferior, é possível de ser entendida como crítica afirmativa que apaga, esconde, ou ainda, relega a crise do trabalho e a contradição da sociedade moderna produtora de mercadorias à ficção científica da ineficiência política da tecnocracia do Estado Nacional, na qual a academia e a ciência parecem encontrar-se, reclamando por empregos e desenvolvimento técnico. (RIBEIRO, 2014, p. 72, grifos da autora).

2 MERCADORIA E CONTRADIÇÃO SOCIAL

No estudo crítico da sociedade moderna, aqui esboçado como crítica social dialética - esta como máximo legado da tradição hegeliana - a realidade que se apresenta de imediato ao sujeito deve ser apreendida enquanto contradição entre o real e o irreal, e não apenas na sua expressão física, material, já que é justamente por meio dessa forma fenomênica que o capital se impõem como racionalidade e produz formas de consciência que assim o corroboram. Contudo, *é no meio da travessia*, na passagem, ou melhor, na relação entre o concreto e o abstrato, que vislumbramos o foco da crítica social. Afinal, se a sociabilidade capitalista se realiza a partir das suas abstrações reais tais como mercadoria e dinheiro – as quais são fundamentalmente expressões da essência do capital, qual seja, tempo social de trabalho – portanto a crítica social ao moderno e à modernização, assentada na dialética de Marx, necessita ter como pressuposto a relação contraditória entre física e metafísica, sobretudo contrapondo esta última à forma quimérica que assume a materialidade na sociedade hodierna.

Neste sentido, compartilhamos da ideia de que para explicitarmos criticamente os fundamentos da sociedade capitalista, a partir da teoria marxiana do valor, faz-se necessária resgatar a importância pela qual Marx (1984) inicia *O Capital* por meio da exposição crítica da mercadoria, contrapondo as determinações físicas (valor de uso), trabalho concreto, com as determinações denominadas metafísicas dessa forma capitalista, a *forma elementar* da sociedade moderna, ou seja, desta (forma mercadoria) enquanto trabalho abstrato (valor), gasto indiferenciado de energia humana. São abstrações que devem ser analisadas uma em relação (contraditória, negativa) com a outra, pois que não existe valor sem valor de uso, o momento físico (material) do valor (MARX, 1984), ainda que o capital imponha, necessariamente, determinada independência entre essas categorias. Isso posto, podemos pensar que a matéria se efetiva como a contradição entre o físico e o metafísico: é esta passagem; por isso ela é os dois, porém, para o pressuposto da relação sujeito objeto, o físico é o ilusório. A relação entre matéria e abstração implicaria em que

a abstração é material porque detém os dois termos da relação: físico e metafísico. Como se trata de contradição, a matéria estaria na contradição para com a abstração, por isso a contradição entre matéria e abstração implicaria na contradição entre físico e metafísico.

Se aproximamos a forma mercadoria à ideia de contradição social, esta derivação decorre justamente de a mercadoria, sob o crivo das relações sociais capitalistas, na concepção marxiana, ser presidida necessariamente por fundamentos lógicos que se realizam negativamente, porém sem aparecer como tal; ao contrário, os fundamentos e caracteres físicos (as propriedades físicas) de qualquer mercadoria precisam equivaler, aparecer, como sendo forma objetiva do próprio trabalho socialmente posto em marcha, relação ilusória teorizada por Marx (1984) como fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, e seguindo Marx, compartilhamos do entendimento de que a forma mercadoria detém a totalidade crítica da sociedade capitalista, de modo que, se a mercadoria se realiza necessariamente afirmando o que de fato ela não é, ou seja, negando seus pressupostos sociais a favor da sua fisicidade - já que somente assim se sustenta neste mundo - a totalidade social que põe esta forma do valor somente pode ser apreendida como generalização das contradições sociais derivadas do fetichismo da mercadoria, da ilusão ou misticismo necessários à manifestação desta forma perante os sujeitos. Assim, a expressão fenomenológica da mercadoria carrega consigo os fundamentos do capital, escamoteando-os; por isso, começar por esta forma é pertinente. Não por acaso, para Marx, “à primeira vista, a riqueza burguesa *aparece* como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de valor de uso e valor de troca” (MARX, 1982, p. 31).

Assim como há a necessidade de distinguirmos o trabalho como dispêndio de energia, trabalho na sua forma concreta, aquele presente em formações sociais antigas, supra-histórico, e cuja finalidade consistia na reprodução do próprio homem, por meio da produção de valores - do trabalho especificamente capitalista, que nega qualquer pressuposto ontológico, ou seja, enquanto forma abstrata tautológica, ou “trabalho abstrato como máquina que traz em si sua

própria finalidade” (KURZ, 1993), igualmente se faz imprescindível analisar a mercadoria produzida sob as determinações capitalistas a partir de sua contraposição com produtos, “valores de uso”, formas diretas que mobilizaram o trabalho em formações pré-capitalistas. Desta forma, ao passo que a mercadoria nessas formações sociais representava resultados imediatos do dispêndio de energia, produtos sobre os quais os sujeitos detinham conhecimento e domínio do processo de produção como um todo, nas relações sociais postas sob a “sociedade produtora de mercadorias” (KURZ, 1993), a “forma mercadoria”, enquanto momento de realização do capital, justamente por isso se efetiva como mediação social, forma que foge do controle dos sujeitos que a produz, oferecendo-se, a estes, antes como resultado natural do processo social do qual resulta, como coisas meramente físicas, do que lhes explicando que, por detrás da aparência de coisa, a mercadoria, tal qual e como momento do capital, é *relação social*, vez que resulta da contradição entre capital e trabalho abstrato (média socialmente imposta), trabalho vivo e trabalho morto, objetivado.

Em um mundo no qual a forma mercadoria assume a dianteira do processo social, como mediação necessária entre os sujeitos, as relações entre estes assumem, enigmaticamente como observou Marx (1984) sobre a mercadoria, a condição de relação entre coisas, como *movimento de coisas*, numa aparente ciranda entre os produtos do trabalho. Em outros termos, enquanto intimamente cada mercadoria se fundamenta simultaneamente como valores de uso e “portadores materiais do valor de troca” (MARX, 1984, p. 46), ou seja, efetivamente esta forma do capital tem suas propriedades (qualidades) reduzidas a mera condição de ser produto do trabalho, concentração trabalho humano indiferenciado, conquanto este trabalho abstrato represente a “substância social comum” a todas as mercadorias, decorrendo daí que são mercadorias para serem trocadas.

Buscando atestar que esta “objetividade fantasmagórica” que adere aos produtos do trabalho nada tem que ver com as propriedades físicas, naturais, das próprias coisas, mas sim a ver com determinações sociais modernas, enquanto materialização de trabalho humano abstrato, Marx aponta que “é, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou de tempo de

trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza do seu valor” (MARX, 1984, p. 48). O que se apresenta até aqui como forma da contradição social relacionada à forma mercadoria, é justamente como essa coisa física guarda em suas entranhas a abstração social que permite identificarmos a modernidade como sendo o capitalismo como formação social, qual seja, o valor de troca, ou forma valor.

Nesse sentido, se Marx debruça-se sobre esta categoria simultaneamente ao definir a mercadoria enquanto forma que implica o “duplo caráter do trabalho”, assim o faz para enfatizar quão é específica a sociedade capitalista, cujos elos ou relações sociais entre os sujeitos se dão seja na forma de relações entre sujeitos que vendem a força de trabalho ou que compram e vendem mercadorias, em que pese a realização do próprio trabalho como mercadoria. Aprendemos com Marx que o elemento comum entre o trabalho e a mercadoria é o valor, já que, sob o capitalismo, as distintas qualidades de atividades laborais ou trabalho enquanto atividade que dispense energia, portanto nas suas mais variadas utilidades – como “forças de trabalho individuais” – reduzem-se nessa formação social hodierna a um denominador social comum, o valor, ou, em outros termos, à uma quantidade média de trabalho socialmente necessário, também definida por Marx como “uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado” (MARX, 1984, p. 47).

Somente a apreensão deste processo social enquanto falsa coerência permite-nos observar a mercadoria e as relações sociais mediadas por esta abstração concreta como contradição social, vez que o que comanda a relação de troca, por exemplo, seguindo o raciocínio de Marx, de um quilo de açúcar com duas barras de aço (sendo aqui açúcar igualado ao aço), é a existência impositiva de um terceiro elemento, ao qual estes valores de uso são submetidos, fadados a serem valores de troca. Portanto, na sociabilidade capitalista açúcar é igual a aço, que por sua vez é igual a farinha, a qual pode se equivaler a medidas de couro e assim por diante, conquanto todos estes produtos do trabalho carregam a determinação de serem cambiáveis, corresponderem a valores de troca, implicarem a condição de serem representantes de uma média social abstrata encerrada em uma forma física (a

mercadoria em si), enquanto portadores de valor.

É patente salientar que na forma da sociedade por nós apreendida as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, enquanto sociabilidade pelas trocas, são incutidas na cabeça dos mesmos como uma interação simétrica, já que, por exemplo, o fabricante de tecido pensa um metro do seu produto na equivalência a uma calça, duas camisetas etc., isto é, um coisa pela outra, o que, aos olhos de quem observa o capitalismo a partir de pressuposta coerência interna, parece que as relações sociais são regidas por uma lógica ou relação de paridade ou proporção. Contudo, há que se entender tal ideia de simetria como resultante de relações assimétricas estabelecidas no movimento efetivo do próprio capital.

O imbróglio disso tudo para Marx, e que também se põe como desafio teórico a todo tempo para nossa pesquisa, é a forma pela qual o processo social de troca se apresenta inicialmente, se observado fenomenologicamente apenas; daí que, à primeira vista, as relações sociais sob o julgo do capital aparecem como relações entre sujeitos que necessariamente trocam mercadorias umas pelas outras, independentemente do que qualitativamente são ou que tipo de trabalho as produziu, ou seja, a característica de serem objetos trocáveis assim estaria presente em toda e qualquer mercadoria, como qualidade trans-histórica sua, ao mesmo tempo em que se apresentaria, o valor de troca, como relação meramente quantitativa, contingente e ou fortuita. Assim, para Marx, o valor de troca se apresentar como imanência à mercadoria, intrínseco a esta abstração concreta, é uma *contradictio in adjecto* (MARX, 1984, p. 46, grifos do autor), pois que, ao se efetivar como modo de expressão do valor, ser produto do trabalho e, portanto, representar trabalho abstrato cristalizado, a mercadoria sob a sociabilidade do capital devém desta relação e, por conseguinte, é valor, representando uma relação social específica. Destarte, por detrás da carcaça física de cada mercadoria, temos a objetividade totalitária a qual esta forma social foi reduzida: a trabalho humano (abstrato) acumulado, conteúdo que determina a condição de existência da mercadoria, da sua efetivação como momento de realização do capital. “Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas [mercadorias] valores – valores mercantis” (MARX,

1984, p. 47).

Temos aí que, enquanto em formações sociais anteriores o trabalho se colocava como necessidade imediata imposta pela natureza, portanto muito distante da mobilização abstrata da força de trabalho, no sistema produtor de mercadorias denominado capitalismo, como aponta Kurz (1993), o desenvolvimento das forças produtivas representado pela junção da industrialização e conhecimento científico se sobrepôs à coação e aos limites impostos pela “primeira natureza”, na forma do que denominou de “coação social secundária”, a qual passa às costas do sujeitos, porém adquire viés ontológico, como necessidade natural. Assim, “a forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma ‘segunda natureza’, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da ‘primeira natureza, apesar da sua origem puramente social” (KURZ, 1993, p. 25).

Se insistimos em discutir a forma mercadoria enquanto especificidade dessa formação social moderna, o fazemos para não perder o elo desta abstração concreta com as relações sociais impostas pelo capitalismo, conquanto sejam obrigatoriamente apreendidas enquanto relações de troca a reporem os pressupostos da sociabilidade que traz em si sua própria finalidade, qual seja, por meio da exploração de trabalho vivo generalizar o trabalho morto, sobretudo na forma do dinheiro. Mas aqui observamos que esta finalidade tautológica tem seus limites lógicos repostos enquanto o capital produtivo pôde representar o lastro da acumulação capitalista, ou seja, antes das alterações estruturais nas forças produtivas proporcionadas pela revolução microeletrônica ou terceira revolução tecnológica (KURZ, 1993; MANDEL, 1985). Não obstante, no transcorrer do desenvolvimento das forças produtivas, é esta representação do valor (MARX, 1984) – o dinheiro – que cada vez mais tem se efetivado como finalidade do processo social comandado pelo capital, negando inclusive a fonte de produção do valor (ou seja, do seu conteúdo), o trabalho abstrato, movimento crítico, do capital, que ainda desenvolveremos no decurso do texto. Por ora, observemos mais de perto a necessidade de a mercadoria apresentar-se como de fato ela não é, ao menos em totalidade, isto é, como mera coisa física.

Na abordagem da mercadoria como forma nuclear da reprodução social

capitalista, Marx (1984) explicita a determinação necessária que fundamenta a efetivação dessa forma central enquanto momento de realização do capital, já que, em sendo a mercadoria, ao menos inicialmente, a forma mediata de realização do valor, na passagem do dinheiro para o processo produtivo, deste para a produção de mercadoria e, conseqüentemente, na geração de mais dinheiro (D-M-D'), a mesma se realiza inevitavelmente como resultado direto da mobilização de trabalho indiferenciado, portanto como portadora de trabalho abstrato socialmente necessário, em suma, valor; contudo, simultaneamente a esta realização obrigatória, enquanto produto tangível pelo trabalhador, é justamente nessa manifestação sensível que a forma mercadoria se faz resumir de modo que esta forma de aparecer esconde a determinação social que obrigatoriamente preside sua essência, ou seja, o valor abstrato que comanda a existência da mercadoria aparece determinando-se negativamente, conceitualmente negado, como forma objetivada e, assim, desvinculada de qualquer "conteúdo concreto sensível" (KURZ, 1993, p. 26); destarte, não se sabe ao certo por onde apanhar a objetividade do valor das mercadorias.⁸

A forma de consciência por nós desenvolvida, que está conformada pelos próprios pressupostos do capital, ou seja, uma forma positivista de entendimento do mundo, faz com que troquemos mercadorias umas pelas outras, equivalendo-as subjetivamente, procedimento pelo qual equiparamos determinada quantidade de dois tipos de mercadorias diferentes, por exemplo, 20 varas de linho = 1 casaco, como estabeleceu Marx (1984), para quem somente se reduzidas, distintas mercadorias, a uma mesma unidade, neste caso o valor,

⁸ "Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto" (MARX, L I, T 1, 1984, p. 54).

tornando-se grandezas comensuráveis, tal equivalência pode aparecer como razoável. Nesse momento do desenvolvimento da passagem sobre a mercadoria, Marx já chamava a atenção para como essa “forma mercadoria simples” constituirá o princípio da forma dinheiro, o equivalente geral, esta mesmo posta como desdobramento derradeiro da forma valor. Como aponta, “a forma equivalente de uma mercadoria é consequentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (MARX, 1984, p. 59). Não por acaso, ferro só pode ser comparado com farinha se ambos forem reduzidos a uma mesma propriedade natural comum, que é a noção de peso. Por outro lado, “o casaco representa na expressão de valor do linho uma propriedade sobrenatural a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social” (MARX, 1984, p. 60). Aqui este filósofo alemão expõe as três peculiaridades da forma equivalente, quais sejam, “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, o valor” (MARX, 1984, p. 59), “trabalho concreto se converte na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” e “trabalho vivo se converte na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (MARX, 1984, p. 61). Nesse ponto, já na condição de trabalho indiferenciado, este se desprende da exclusiva relação de multiplicidade ou diversidade qualitativa própria aos trabalhos concretos e se destaca justamente como abstração. O “diverso” como momento de diferenciação entre coisas, importante na tradição dialética hegeliana, é tensionado com a relação de “oposição”, posto que o trabalho tomado como tempo médio de trabalho socialmente necessário difere-se das suas manifestações concretas ao contrapor-se às mesmas. O capital não se realiza senão por meio do revolucionamento de suas formas. Para Grespan, “aqui comparece a segunda forma da diferença, forma propriamente dialética, a da “oposição”. Esta é que fixa a diferença de dois termos, relacionando-os. No caso, o trabalho abstrato se diferencia porque se opõe ao trabalho concreto em geral.” (GRESPLAN, 2006, nota à p. 18)

Nosso objetivo com estes desdobramentos sobre a forma mercadoria é justamente o de explicitar como as relações fantasmagóricas que presidem a efetivação dessa abstração concreta se iniciam com a lógica de ser da mercadoria numa sociedade que tem como fundamento a reprodução

tautológica de trabalho abstrato e, tais relações, espraíam-se para a sociedade em geral constituindo as relações sociais de produção próprias ao capitalismo. Porém, como Marx já observara, este processo, tal qual o fundamento lógico da forma mercadoria, não se revela à primeira vista e tem na forma de consciência positivada, sobretudo a demonstrada pela economia política, o limite mais imediato de apreensão da relação entre a mercadoria e as contradições sociais da sociedade engendrada por esta categoria. O caráter fetichista da mercadoria apontado por Marx (1984) se efetiva, a nosso ver, como estruturante das relações sociais capitalistas, de modo que o fundamento crítico do valor, enquanto força motriz da forma mercadoria, desdobra-se em diversos outros momentos sociais nos quais a contradição entre essência e aparência, divergência entre forma e conteúdo, se coloca como determinação social generalizada, como totalidade da formação social capitalista, desde que a apreendamos enquanto sociedade produtora de mercadorias.

2.1 Fetichismo e socialização pelo valor

Afinal, onde reside o “caráter místico”, fetichista da mercadoria? Segundo Marx (1984), esta qualidade enigmática dos produtos do trabalho não se vincula ao valor de uso proporcionado por elas, isto é, pelo fato de servirem para satisfazer necessidades ou mesmo por representarem produção de trabalho humano, dispêndio de cérebro e músculos; bem como não está atrelado (o fetichismo) às propriedades físicas da mercadoria, pois que madeira e mesa, materialmente, são relacionadas apenas sendo a segunda a primeira transformada. Por outro lado, e isto é o que se explicita como pertinente, Marx afirma que o caráter místico da mercadoria reside nessa forma mesmo - ou seja, no físico e no metafísico, na forma de troca, de $A=B$, portanto, na determinação que a fundamenta enquanto forma específica que carrega a contradição entre capital e trabalho, e que justamente por ser produto de uma forma social que tem na reprodução do trabalho abstrato seu *perpetuum mobile* necessita aparecer como produto de relações socialmente necessárias, como corolário de um processo social racional.

Desta forma, a despeito da mercadoria ser coisa física e, simultaneamente, metafísica, a racionalidade do capital põe a equivalência indistinta dos trabalhos humanos como “forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho”, assim como tempo de trabalho médio aparece resumido, obscurecidamente, enquanto “forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho” ou, na totalidade do processo social sob o capital, como enfatiza Marx, as relações sociais efetivadas entre os trabalhadores que produzem as mercadorias “assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho” (MARX, 1984, LI, T1, p. 71), como coisas que vão ao mercado trocarem-se por livre e espontânea vontade, como sua virtude pressuposta.

Nesse horizonte, o valor enquanto abstração social aparece como conteúdo natural (natural, no sentido de natureza da coisa, ou seja, natureza equivale ao fetichismo da forma, daquela forma mesma) e inerente à própria mercadoria, como objetividade pertencente ao campo da materialidade da coisa,

em outros termos, o que se realiza única e exclusivamente a partir de relação social entre capital e trabalho (abstrato), apresenta-se como algo em si e de forma absolutizada, sem relação com o quantum de trabalho socialmente mobilizado. Portanto, para a forma de consciência efetivada pelo capital, o trabalho morto, socialmente realizado, é deduzido como se fosse da natureza da mercadoria. Assim, a mercadoria detém a potencialidade de se apresentar, de aparecer aos sujeitos permutando ilusoriamente determinações sociais contraditórias por particularidades limitadas ao campo da física, das propriedades materiais dos produtos do trabalho humano. Mas é no horizonte estritamente social que o valor se lastreia, se implica umbilicalmente, momento em que apenas no entendimento do moderno como explicitação da “contradição identitária” entre física e metafísica, a natureza seria chamada para a conversa, pois, como observa Anselmo Alfredo, “os termos da composição interna e substancial do valor não devêm, a não ser negativamente, de nenhuma determinação natural para sua efetividade lógica” (ALFREDO, 2015, p. 4).

Para José Arthur Giannotti, a situação é a de que “o valor, abstração real, resulta primeiramente de certa quantificação do trabalho para em seguida se pôr enquanto identidade *qualificada* como fetiche” (GIANNOTTI, 2002, p. 265, grifo do autor). Portanto, a pleora de mercadoria enquanto resultado do processo de produção capitalista, como materialidade resultante, constitui um momento necessário de realização do valor, e precisa ser relacionada necessariamente a esta determinação lógica, pois são elas (as mercadorias) unidades depositárias de determinações formais (MARX, 1984). Destarte,

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais [...] Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações sociais materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a

forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1984, L I, T 1, p. 71).

Como Marx enfatiza em *O Capital*, esta condição fetichista do universo das mercadorias decore do quão é específico o trabalho que as produz, ou seja, do fato de ser somente no horizonte da forma social capitalista que o trabalho é identificado à produção incessante do valor e pode ter sob a mercadoria o seu melhor disfarce. Assim, a forma mercadoria encerra, sem denunciar, uma multiplicidade de trabalhos particulares, porém, neste processo, apartados cada trabalho um do outro, sem que se constitua uma consciência de totalidade por parte dos produtores de mercadoria. A junção de todos os trabalhos privados, em sua complexidade, Marx definiu como sendo “o trabalho social total” (MARX, 1984, L I, T 1, p. 71). Contudo, o que mobiliza cada produtor individual a se relacionar com outro, a estabelecer contato social, é a possibilidade da troca de mercadoria entre eles, e não a tomada de consciência sobre as determinações sociais da produção e das trocas, o processo social que comanda o mundo das mercadorias aparece de maneira invertida aos sujeitos envolvidos, pois que estes o incorporam, simultânea e necessariamente enquanto relações coisificadas entre os sujeitos e relações socialmente estabelecidas entre as coisas (MARX, 1984).

Insistimos, seguindo os passos de Marx, no pressuposto de que há uma íntima relação entre os processos mobilizados pelo capital e a realização de uma forma social, de modo que as relações sociais estabelecidas na sociabilidade posta pelo modo de produção capitalista necessitam repor os fundamentos absurdamente críticos da reprodução capitalista, críticos porque cada vez mais a força de trabalho humana - única fonte produtora de valor – é afastada do processo de produção de mais-valia, vez que o desenvolvimento das forças produtivas se constitui como um dos fundamentos do capitalismo, negatividade que embaralha o desenvolvimento do capital, o qual, contudo, prepondera aparecendo como processo racional. Nessa condição de se apresentar como relação social coerente e natural, a totalidade do capital enquanto processo de produção e circulação do valor, disfarçados na objetividade da mercadoria, sua portadora, põe o fetiche enquanto relação e forma de consciência necessárias – porque intrínsecas – ao capital como processo social. Assim, as reais

determinações da forma mercadoria estão além de quanto são suas dimensões ou volumes, constituindo tais particularidades mensuráveis, e restritas aos limites postos pelas ciências ditas exatas, a um “mal necessário” conquanto signifique mediação para a realização do processo do trabalho abstrato, funcionando os produtos do trabalho como coisas de valor. Por outro lado, o valor só se presta como “forma social da mercadoria” (KURZ, 1993), e sob está óptica, qualquer qualidade relacionada a esforço físico dos sujeitos, do trabalho constituído socialmente, no moderno, como força de trabalho, se efetiva como trabalho abstrato efetivado como “metafísica real social” (KURZ, 2005), embate entre aparência e fundamento da aparência (FAUSTO, 1997), concreto e abstrato. Ademais,

O trabalho abstrato é por isso um determinado estado de agregação da idealidade da forma moderna fetichista, que, no entanto, não deixa de fazer referência a um quantum energético de força de trabalho realmente despendida, ou seja, a um conteúdo material quantificável (não em relação à mercadoria individual, mas à média social das mercadorias). Este conteúdo, no entanto, como abstração é ‘fantasmático’, não só enquanto resultado da objetividade do valor, mas já no próprio processo do dispêndio, ou seja, em termos práticos, como definição de uma massa de dispêndio de nervo, músculo e cérebro separada da sua forma material. Proceder-se a determinadas transformações de materiais naturais com base na determinação essencial apriorística de que aqui são despendidos quanta de energia humana abstrata sem olhar à forma material concreta do seu dispêndio – tal determinação é substancial num sentido material, que não é um sentido natural, mas sim social, e que não é trans-histórico, mas sim historicamente específico na constituição do fetiche moderno. (KURZ, 2005).

Denominadas por Robert Kurz de “categorias sociais da modernidade” (KURZ, 1992), tendo sob o valor enquanto a abstração social que comanda o moderno e a modernização e forma da qual derivam, tais categorias expressam-se fenomenicamente, e necessariamente, como manifestação coerente de um mundo cuja racionalidade (trocas em geral) aparece como característica natural dos objetos cambiados entre os sujeitos, escamoteando tanto a forma positiva de interpretação deste real posta na “limitação” teórica inerente ao pensamento burguês (entendimento pressuposto e produto deste moderno) - o qual assume a posição de discurso oficial e “eficaz” como parte do invólucro capitalista – bem como esconde o conteúdo social que, de fato, efetiva estes objetos

(mercadorias) antes como relações sociais de produção, portanto, não como qualidade natural social das coisas ou objetividade própria às mercadorias, mas como trabalho abstrato encerrado numa matéria, em que pese a exposição de Marx no item 4, intitulado “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, parte constitutiva do capítulo “A Mercadoria”, capítulo que inicia a obra *O Capital*. Como se faz necessário enfatizar, é um momento da exposição marxiana por meio da qual se busca explicitar o conteúdo fetichista das relações capitalistas de modo a identificar o moderno enquanto realização objetiva de abstrações as quais se autonomizaram, constituindo o indivíduo como forma de consciência fetichizada, subsumindo o mesmo na qualidade de agentes automáticos e reprodutores no processo de objetivação dessas abstrações hodiernas. Assim, a potência do fetichismo enquanto relação social põe o sujeito como indivíduo que mobiliza as categorias do capital, reproduzindo-o enquanto processo social, ou seja, fazem, mas não o sabem (MARX, 1984).

Posta nestes patamares, a exponencial produção material própria a esta sociabilidade aparece e é capturada teoricamente pelo pensamento racional como desenvolvimento humano e não enquanto expressão crítica das proporções que as contradições do capital atingem. Não por acaso essa relação social “fantasmagórica” - relação social entre coisas - necessariamente apela para as determinações físicas (materialidade) ao se expor, em detrimento de se evidenciar como materialidade metafisicamente determinada e fundamentada antes por contradições sociais que por racionalidade imanente.

Enquanto contradições próprias à sociabilidade capitalista, são elas contradições intrínsecas à forma valor, a medida do tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho objetivado) posta como abstração totalitária. Nesse sentido, se o capital é a contradição em processo (Marx), esta determinação está fundada na condição de que, no seu movimento de valorização, o capital busca reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, porém, simultaneamente, pressupõe o trabalho enquanto exclusiva medida e fonte de riqueza. Assim, põe-se a reduzir o tempo de trabalho necessário com o intuito de aumentar o trabalho excedente, o mais valor. Para tanto, o desenvolvimento das forças produtivas, posto historicamente como desenvolvimento científico, devém

efetivamente da determinação lógica do capital em empenhar mudanças técnicas nos processos produtivos com o objetivo de, por meio de maior produtividade e menor tempo possível de rotação do capital, incorporar um montante cada vez maior de mais-valia.

Portanto, para uma apreensão substancial da totalidade crítica do capital, a categoria fetiche não se basta como algo que ilude, mas realiza-se pertinentemente por ter a determinação da própria forma que se efetiva como realidade, já que o real se afirma, em fenômeno, como algo que não é, ou seja, põe-se de forma invertida. No contexto da sua obra máxima, *O Capital*, o que Marx explicita são elementos da dialética de Hegel, sobretudo a relação negativa entre essência e aparência, posto que é nesta dimensão que se operacionaliza o fetiche. Em um mundo em que os produtos do trabalho social aparecem como portadores naturais das relações sociais que lhe dão forma, obscuridade a partir da qual adquirem “a aparência objetiva das características sociais do trabalho” (MARX, 1984, L1, T 1, p. 72), e essa é a lógica desmistificada n’*O Capital* de Marx, não surpreende toda a produção social ser interpretada *como sendo* trabalho socialmente posto em movimento para realização das necessidades dos indivíduos⁹; ou seja, não é determinada objetividade inerente às mercadorias que efetiva as relações entre os produtores desta realidade, a partir da qual os produtos aparecem como autônomos em relação aos seus produtores, mas se trata da subjetividade por trás da forma valor a determinação destas relações

⁹ Durante nossas leituras d’*O Capital*, no Labor-USP, sob a orientação do professor Anselmo Alfredo, é recorrente o professor fazer apontamentos de como o fetiche constitui a essência da maneira de se pôr do capital e de seu desenvolvimento, ressaltando a centralidade desta categoria para o método utilizado por Marx na análise das relações sociais sob o capitalismo; constitui-se, assim, um método de exposição, bem como um objeto de estudo. Em um dos momentos dessas leituras, nos detivemos na análise do autor sobre os *falsos custos* atinentes ao processo de circulação do capital, como os custos de estoque e de transporte das mercadorias, os quais *aparecem* como prejuízos aos capitalistas individuais porque vistos como gastos adiantados e agravados pela não realização da venda do produto, de onde esperam “compensar” tais perdas nos preços etiquetados às mercadorias; porém, são em essência momentos necessários do próprio processo de produção do valor, são deduções da mais-valia produzida/deduções do produto na forma de rendimentos pagos; segundo Marx “São necessários, falsos custos da riqueza social” (MARX, 1984, L II, T 2, p. 105). Em relação ao estoque, cuja função é reduzir tais custos ao crescer exponencialmente (reduz a desvalorização do valor e não a valorização do capital), antes de representar as contradições do processo de produção mistifica a crise aí existente (superprodução), já que é posto como impulsionador da produção.

sociais, forma esta, e destacamos mais uma vez, na qualidade de abstração dos diferentes tempos e espécies de trabalhos na consolidação da redução que representa: valor como padrão de medida de toda a produção social, como *nexo social*, equivalendo-se os distintos tempos dos trabalhos privados que constituem a totalidade do processo ao tempo de trabalho social médio. Tamaña transfiguração da sociabilidade, que engendra os produtos do trabalho, em naturalidade destes, bem como a forma aparente sob a qual as relações sociais são apresentadas aos agentes econômicos enquanto relações entre coisas, remetem ao “misterioso” da forma mercadoria, momento no método de exposição de Marx – n’*O Capital* - em que a teoria do fetichismo expõe como as relações sociais burguesas, desde suas formas mais elementares como mercadoria e dinheiro, aparecem como determinações externas, efetivadas por leis próprias. A respeito desta fantasmagoria, observamos em Jorge Grespan (1999, p. 59):

O ‘misterioso’ é que as relações sociais se ocultam por trás das relações entre as mercadorias e as movimentam na troca como se este movimento viesse das coisas mesmas. Daí seu caráter de ‘coisas sociais’, de coisas ‘sensíveis suprassensíveis’: no tangível se manifesta o humano que se tornou intangível para si mesmo. Daí a metáfora do “fetichismo”, pois na troca as coisas se movem como que dotadas de vida própria, quando o são realmente pela sociabilidade.

Não obstante, como ressaltamos, a expressão material dos produtos do trabalho não denuncia esta contradição de imediato, pelo contrário, encobre o fetiche que preside o processo de valorização do valor e os termos gerais dessa sociabilidade capitalista efetivada pelo mesmo, já que aí os produtos de diferentes espécies aparecem, na equiparação promovida nos atos de troca, na condição de valores, como trabalho humano, bem como tal apego às características físicas não possibilita desmascarmos o valor enquanto abstração social que tem no seu processo de valorização um fim em si mesmo, pois que antes da efetivação do seu objetivo (produção de valor) este já está pressuposto, na forma de medida padrão (tempo médio de trabalho), onde a regra dessa redução é o meio e também o objetivo do processo, uma finalidade sem limites. A medida inicial do processo é a medida do valor, que contraditoriamente, mas obrigatoriamente, só ao final do percurso aparecerá.

Nas palavras de José Arthur Giannotti (2000, p. 105, grifo do autor):

Do ponto de vista lógico, a condição de existência do valor, os diversos trabalhos concretos efetuados, passa a ser medida por um padrão abstrato pressuposto e representado, que se repõe no final do processo, quando o produto é trocado por outro verificando e ajustando a projeção inicial, potencializando e diminuindo as diferentes produtividades dos processos de trabalho, a fim de que sejam subsumidas na substância pressuposta, numa quantidade, porém, *post festum*.

Desta forma, a categoria fetiche em Marx é apreendida e tensionada de forma a explicitar como o núcleo contraditório da sociedade capitalista, determinada pelo movimento tautológico do valor, engendra um contexto social o qual obrigatoriamente tem de repor essa finalidade pressuposta, qual seja, valorizar o valor. Neste sentido, contudo, como enfatizamos, a contradição só se apresenta através de formas materiais as quais, e aqui recorremos a uma expressão de Marx, não trazem os termos dessa contradição escritos na testa, mas, inversamente, apresentam-se enquanto coerência, como produtos de um processo racional e que atenderiam aos anseios de uma sociedade de consumidores natos, de modo a obscurecer a tendência lógica do capitalismo de suprimir o valor, negar a exploração da força de trabalho como coesão social incoerente do capital, supressão essa consubstanciada através da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para manter esta riqueza abstrata e, em última instância, o próprio capital.

A ilusão posta, e pressuposta, já que se trata do modo necessário do valor e das suas abstrações efetivarem-se, faz-se, portanto, através do que Marx denominou o fetichismo da mercadoria, determinação ilusória que adere aos produtos do trabalho abstrato, correspondendo a mercadoria a produto de um trabalho social mobilizado para produzir “coisas úteis para serem trocadas” (MARX, 1984). Este autor aponta ainda que o conjunto dos trabalhadores privados - independentes entre si – constitui o trabalho social total. Esses realizam contato social apenas a partir da troca de seus produtos, de modo que somente conformam essa totalidade através da mediação pela mercadoria (troca das respectivas produções) e, por meio desta, relacionam-se então enquanto produtores. “Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente

sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1984, L I, T 1, p. 71).

Posta a forma mercadoria como lógica generalizada, bem como das trocas sob a sociabilidade especificamente capitalista, os trabalhos privados destes produtores adquirem “duplo caráter social”: enquanto participantes do trabalho total, necessita satisfazer determinada necessidade social (ser trabalho útil); e ser equivalente (trocável) a qualquer outra espécie de trabalho privado, donde deriva a função do valor como abstração social concreta – posto deter a dupla forma, social e natural, físico e metafísico -, onde ser equivalente (ou seja, o denominador comum de trabalhos qualitativamente incomuns entre si) remete a uma “ilusão necessária” (GIANNOTTI, 2000) de um processo em que o trabalho morto condiciona o trabalho vivo. Já em Marx (1984, L I, T 1, p. 72, grifo do autor):

A igualdade de trabalhos *toto coelo* [totalmente] diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato.

Podemos deduzir desta passagem d’*O Capital* a pertinência da categoria fetiche como determinante para a explicitação de uma sociedade posta pela crise de reprodução do valor, sobretudo porque a reprodução das relações sociais efetivada através deste processo crítico, sob a lógica totalitária da mercadoria - a lógica das representações, o espetáculo como lógica - prossegue de modo a obscurecer as reais determinações dessas relações. Nesse sentido, entendemos que o que está posto como conteúdo das relações de fetiche observadas por Marx é a contradição entre o fenômeno e a sua essência a determinar não apenas as relações sociais postas pelo capital, mas principalmente as determinações dessa contradição entre aparência e essência para as formas de pensamento lançadas sobre os processos sociais e as realidades socioeconômicas engendradas pelo capitalismo; a “objetividade tramada” (GIANNOTTI, 2000) por trás do valor enquanto trabalho abstrato põe as categorias da economia burguesa (forma valor e seus desdobramentos em dinheiro, capital, lucro etc.) na condição de “formas naturais da vida social”

(MARX, 1984), pressuposto que constitui o limite teórico das formas de pensamento emblemáticas da economia política, senão das ciências como um todo, produzidas sob o invólucro da e para a “sociedade da mercadoria”; o são limitadas não como incapacidade de reflexão, mas sobretudo por coexistirem no perímetro de realização da sociedade do capital, de maneira que reiteram os nexos da mercadoria/do capital, julgando-os, *a priori*, formas racionais, e tornando-se conhecimentos instrumentais no processo de racionalização do mundo imposto pelo capitalismo. Assim, boa parte das ciências modernas, se consideradas produto dessa forma social, podem ser entendidas como ciências do aparente, pois que incorporaram e aceitaram a manifestação positiva, e não negativa, das determinações do valor como verdadeiro conteúdo das realidades analisadas, comprometendo-se em entender a produção social a partir do atributo que ela necessita vender: produção destinada à reprodução dos sujeitos sociais, devendo as *dadas* (e não reveladas) contradições sociais serem otimizadas sem prescindir da finalidade que *realmente* as efetiva – a valorização (crítica) do valor.

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo. (MARX, 1984, L I, T 1, p. 73)

A forma valor, enquanto forma mais abstrata do capitalismo (Marx) e que condiciona, fundamenta as relações sociais postas pelo capitalismo, na qualidade de totalidade ou mundo da mercadoria, se observada a partir do que este autor denominou “místico véu nebuloso”, portanto como “a forma natural eterna da produção social”, perde a pertinência de explicitar o capitalismo como processo que necessita efetivar-se iludindo, porque invertendo, a contradição capital-trabalho posta já na forma da mercadoria. Nesse caminhar, a aparência de processo e forma dotados de objetividade põe-se como antecipação necessária para a realização plena do capital (valorização do valor).

Enquanto na circulação simples o processo de troca entre mercadorias

(M-D-M) apresenta como finalidade o consumo dos valores-de-uso – “o intercâmbio de produtos [...] constitui aqui o conteúdo do movimento” (MARX, 1984, p. 127), ou seja, estabelece-se o valor na sua forma passiva de substância, já que este não determina o desdobramento de si noutras formas de existência suas, na circulação D-M-D (na sua forma completa, ampliada, D-M-D’), por outro lado, o valor realiza-se na sua completude enquanto sujeito do processo, momento no qual o dinheiro constitui os extremos do processo, trata-se de dinheiro enquanto capital, finalidade em si mesmo, valorização do valor. Vejamos:

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação D-M-D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num **sujeito automático**. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. (MARX, 1984, p. 130, grifos meus)

Assim, as suas determinações (do valor) significam também produção de “formas de pensamento” (Marx) que apreendem o movimento deste (o capital) a partir de sua realização fenomênica/aparição (ilusória), na forma de um saber a corroborar seus pressupostos. Justamente a partir do invólucro das relações capitalistas a economia política constituiu-se um modo de conhecimento a esta altura, e aqui cabe a seguinte passagem:

Até que ponto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho demonstra, entre outras coisas, a disputa aborrecida e insípida sobre o papel da natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho

empregado numa coisa, não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação de câmbio. (MARX, 1984, p. 72)

Não obstante, o fetiche enquanto modo necessário do valor efetivar a realidade social não só opera no ato de conceder aparência de vida a coisas inanimadas, *como se fosse* da natureza destas conter o trabalho abstrato que lhe deu origem, mas impõe-se como totalidade simultânea por sobre todos os indivíduos e relações sociais desenvolvidas por estes, na forma do capital enquanto “sujeito automático”, já que este não se efetiva apenas ocultando o conteúdo social existente por trás da relação entre coisas tais como mercadorias, dinheiro e meios de produção. O faz numa dimensão mais geral pela qual, através de uma incessante produção material, a despeito da exponencial redução do mais valor produzido, se efetiva na busca de subordinar toda a sociedade ao seu objetivo maior que é valorizar o valor, e apropriar-se dos meios materiais e sociais para fazê-lo. Segundo Grespan, na forma mais completa do capital, “o valor é a finalidade que preside o movimento entre as formas-valor, conferindo-lhe “conteúdo” – unidade entre a forma e a matéria ou “substância” do valor – e se apresentando como a figura mais desenvolvida da “subjetividade” (GRESPLAN, 1999, p. 124). Nesse movimento entre formas, a forma-dinheiro, enquanto extremos do processo de autovalorização do valor (D...D’), e extensão do fetiche inerente à forma-mercadoria, aparece como expressão geral dos valores das demais mercadorias *por ser* dinheiro, ou seja, como se a sua equivalência com aquelas emanasse de qualidades naturais intrínsecas a forma-dinheiro mesmo, afirmando-se como equivalente geral (Marx) e sujeito do processo social, em que pese a subsunção da relação social a favor do enigma da qualidade natural aí presumida. Como aponta Marx, “O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio [...] O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (MARX, 1984, pp. 84-85).

O fato é que no processo de valorização do valor como único horizonte imposto pela sociabilidade capitalista, o processo de produção capitalista apresenta-se exclusivamente como *automovimento do dinheiro* (KURZ, 1993), cuja exacerbação da crise estrutural do valor desenvolve-se na atualidade como desprendimento da forma-dinheiro em relação ao trabalho que tem a qualidade

de gerar valor. Sobre a determinação social do dinheiro, observa-se que:

No contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma objetiva, fetichista, desprendida de todo conteúdo concreto sensível, abstrata e morta, em que se apresenta nos produtos um trabalho social pertencente ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, até alcançar a forma de dinheiro, a ‘coisa abstrata’. Esse valor é a qualidade distintiva de uma sociedade que não é dona de si mesma. (KURZ, 1993, p. 26, grifos do autor).

Quando Karl Marx afirma que a riqueza social das realidades capitalistas “aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (MARX, 1984, p. 45) está implícito o fetiche enquanto modo necessário do valor efetiva-se, identificando a riqueza ao aspecto material da produção, a expressão visível, numa pretensa produção de valores-de-uso para a sociedade; o que é subjacente e oculto a esta riqueza, portanto invisível e contraditoriamente posta à sua materialidade, é o valor, abstração concreta. É enquanto forma, aparência – a qual “comporta um momento de ilusão” (FAUSTO, 1997, p. 31) -, que a riqueza apresenta-se para a sociedade, revelando apenas seus fundamentos positivos (quantitativo, material), esta mesma acumulação de bens materiais produz formas de consciência do mundo, o qual por ela é posto, condizentes com seus objetivos, são formas de pensamento desprovidas de crítica, e aqui não se trata de crítica às formas de acesso a esta riqueza, mas aos seus fundamentos contraditórios, uma crítica ao valor como, simultaneamente, substância e negatividade do capital, e às relações sociais derivadas deste. Contudo, cabe enfatizar que o fetichismo, a partir das abstrações que engendram o moderno, não surge e nem é posto em atividade por razão de ausência de consciência ou reflexão por parte dos sujeitos para com as relações sociais em que se inserem, numa espécie de reflexão subjetiva, porém nasce do processo reflexionante que é o modo de produção capitalista (GIANNOTTI, 2000), através duma objetividade processual pela qual a lógica da mercadoria, sua razão, é assimilada pela sociedade *como* sua racionalidade sagrada e única, manifestando-se formalmente como necessária [necessidade tornada convencional] a sua reprodução e objeto *pressuposto* natural, entendimento que buscamos em Ruy Fausto, para quem:

O fetichismo é a naturalização do objeto, a negação de que sua gênese está em última instância (isto é, como pressuposição) na

prática dos agentes, o que representa uma recusa não só de toda antropologização (de toda antropologia positiva, até aí não há ilusão), mas também de toda ‘antropologização’ (isto é, de toda antropologia ‘negada’), e é nessa recusa que reside a ilusão. A resposta contrária – o outro ‘erro’ – é a convencionalização do objeto, a ideia de que o sentido dele se reduz às práticas que se encontram (na realidade só pressupostas) na sua gênese. É a antropologização, em suma. De um lado se supõe que as relações sociais são ‘produto arbitrário da reflexão dos homens’, de outro se exclui toda reflexão, em proveito de uma qualidade natural. Que se trata de uma reflexão, mas objetiva, é a resposta dialética. (FAUSTO, 1997, pp. 78-79, grifos do autor).

Este grau de objetividade que a forma mercadoria arroga para si, e que põe a totalidade social como expressão (reflexo) da sua lógica, remete ao processo tautológico do redobrar do capital sobre si mesmo, enquanto valorização do valor e como fim último da sociedade. Contudo, o que se encontra internamente à relação desse “sujeito automático” (o valor) com o elemento social (trabalho humano em processo) que lhe dá origem e sentido é a indissociável unidade dos contrários – valor de uso e valor de troca, qualidade e quantidade (*quantum* determinado de trabalho); assim, uma “coisa” é um processo que produz generalizadamente mercadorias *ad infinitum* com a finalidade da reprodução do valor (mesmo que este apareça com outra roupagem, sua essência é esta), outra é a capacidade de consumo desses produtos do trabalho (valores de uso) pela sociedade. Aqui se revela uma desmedida posta por aquela unidade contraditória, mas pressuposta socialmente como incapacidade de consumo que carece ser desenvolvida, melhorada, na forma de ideologia da economia política que escamoteia a crise inerente ao processo do capital, o valor como crise e o capital como contradição em marcha, jogando para a dimensão da circulação a racionalização de algo que é essencialmente irracional, já que a produção de valor a que remete ultrapassa os limites da realização social que pressupõe.

Desta forma, não sem propósito, a palavra “crítica” que acompanha o subtítulo d’*O Capital*, implica o engajamento de Marx com a análise das teorias da sua época sem o mesmo descolar destes estudos a análise do “movimento efetivo do próprio capital” (GIANNOTTI, 2000, p. 31). Trata-se de uma crítica aos fundamentos do pensamento burguês, à zona de fraqueza destes, “na medida

em que [tais formas de pensar] focalizam apenas aspectos aparentes e fragmentários de um processo de totalização que somente a desarticulação da positividade dos fenômenos é capaz de evidenciar. Assim sendo, a crítica ou é dialética ou não é crítica” (GIANNOTTI, 2000, p. 32). A dialética deve negar o positivo, pois se não o negar, afirma-o.

O desafio do pensamento substancialmente crítico é justamente capturar e desenvolver a análise do real a partir do que é inerente a essa forma social que é o capitalismo, como já expomos, a categoria fetiche, contradição entre o abstrato e o concreto. Nesse sentido, temos pressuposto o conceito de “crise”, não como externalidade que aponta os limites do sistema capitalista, mas como negatividade imanente ao capital, expressão dos seus próprios limites (internos) no desenvolver de suas formas e processos, e como momento de expressão de suas contradições fundamentais.

A forma da crise imanente é justamente esta: a de necessariamente efetivar a antecipação conceitual, ou seja, o capital obrigatoriamente se põe como já posto, efetivado, porque o processo de sua valorização tende a não se realizar, posto que o mesmo carrega a negação daquilo que o funda, qual seja, o valor, trabalho abstrato como média social. “O ato de medir é reflexionante, pois confirma, no final do processo, o padrão de que se parte” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Esta contradição, é premente pontuar, não se efetiva como um acaso, mas sim como a regra da medida, como socialização e mobilização da totalidade do trabalho vivo, de suas distintas produtividades, tendo como motor o pressuposto, a aparência, de efetivação da média abstrata, ou seja, pressupondo a concretização do trabalho morto enquanto medida social realizada. Coube a Marx explicitar os termos dessa “objetividade tramada”, ilusão necessária ao processo do capital. Avançando no argumento,

Se para Hegel a medida prefigura a lógica da essência, para Marx ela é a própria essência do processo, porque nela reside uma forma da práxis. A unidade essencial, o valor em si mesmo, sendo igualmente determinada por aquele pressuposto qualitativo ilusório de que a reposição do sistema se fará sem atrito e sem crise, comporta-se como se fosse o Conceito contendo em si mesmo a capacidade de se pôr (GIANNOTTI, 2000, p. 107).

É sobretudo diante desse segundo entendimento que a teoria crítica

marxiana se desenvolve enquanto retomada da teoria do valor de Marx, cuja potencialidade, ao contrário da concepção positivista de mundo, permite desnudar as formas aparentemente autônomas assumidas pelo conceito de “capital” na efetivação das relações capitalistas na esfera do cotidiano.

Sustenta-se nessas expressões fenomênicas, as quais se apresentam descoladas do conteúdo social do trabalho, o compromisso assumido entre as proposições positivas de desvendamento do mundo e a falsidade do real posta pelas determinações do valor, momento necessário para a afirmação do conceito positivo de capital (destituído das contradições que o fundam); devendo as teorias positivas limitarem-se a reproduzir *dada* realidade e apresentá-la, quando não apenas contemplando-a, através de conceitos ajustados, numa espécie de razão sob medida, à totalidade do capital. Conceitos por meio dos quais a contradição opera, mas não se faz possível apreender a olho nu, pelo contrário, a contradição é o fundamento que efetiva o capital, porém este necessita afirmar-se como coerência, como Conceito positivamente realizado. Este fetiche de realização do conceito, porque anteposto como realizado – capital idêntico a si mesmo, não expõe a realização necessária do capital enquanto transmutação em suas distintas formas (momentos), e que nessa passagem reside sua totalidade, já que este só é conceitualmente capital (produção de valor) no transformar-se negativamente das diferentes e imprescindíveis formas do processo (forma mercadoria, forma dinheiro etc.). Pelo contrário, uma análise apurada do desenvolvimento conceitual do capital, como a empreendida por Marx, n’*O Capital*, permite atentarmos para a negatividade inerente ao mesmo, expondo que a lógica da antecipação (ALFREDO, 2005) preside sua realização conceitual, adiantando-se em relação a sua realização enquanto categoria. Desta forma, é como fetiche de algo posto, realizado preliminarmente como se já constituísse capital, que este determinará os processos sociais duma sociedade que só a posteriori o realizará, muito embora efetivar-se signifique pôr-se ilusoriamente como capital.

Na dimensão das relações sociais determinadas pelo capital, postas numa forma social mobilizada para realizar positivamente o conceito de capital, entretanto, a realização deste enquanto totalidade do processo social apresenta

como seu próprio limite a negatividade constituinte da sua essência, na condição de conceito que necessita pôr suas formas constitutivas (modos de ser) em constante movimento e transmutação, negando-se umas pelas outras, e desta maneira compor os momentos necessários para a valorização do valor, conferindo sentido ao capital como processo lógico dependente do movimento contraditório dos seus desdobramentos formais. Desta forma, instala-se uma contradição interna a esta sua circularidade necessária, pois que o capital precisa firmar-se nas suas distintas formas de ser, “estacionando” nestas já como detração de valor, ou seja, nega-se para realizar sua finalidade social, na forma de estases conectadas com o processo reflexionante estabelecido pelo valor; segundo Anselmo Alfredo, “o capital precisa se pôr como seu contrário para realizar sua totalidade” (ALFREDO, 2005, p. 16).

Esta irracionalidade processual, enquanto “razão necessária” que domina o conceito - necessária porque de outra forma não se faz real – definitivamente não é externalizada pelo capital através das suas expressões no contexto social, pelo contrário, afirma-se como anteposição de algo realizado na sua plenitude, antecipando um devir dependente daquele movimento aludido, momento em que cabe destacar esta antecipação dos seus pressupostos como a força determinante do fetiche, tal necessidade de mostrar o seu contrário como se fosse seu conteúdo positivamente verdadeiro, inversão revelada que expõe a crise enquanto negatividade imanente à sua realização, bem como permite repensarmos as relações sociais postas na e pela sociabilidade do valor (conceito que carrega a crise na sua essência) e sua produção material não mais como realização e desenvolvimento humano, progresso como finalidade social desejada (sujeitos volitivos), inclusive para quem acumula o resultado dessa produção social¹⁰, mas na condição de processo que expõe a exacerbação da

¹⁰É a produção incessante de mais-valia que precede a apresentação desse processo cego. Para Marx, “o processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valia, representada no mais produto ou na parte alíquota das mercadorias produzidas em que trabalho não-pago está objetivado. Nunca se deve esquecer que a produção dessa mais-valia – e a retransformação de parte da mesma em capital, ou acumulação, constitui parte integrante dessa produção de mais-valia – é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista. Nunca se deve apresentá-la, portanto, como algo que ela não é, ou seja, como produção que

crise de valorização do valor em um conteúdo social posto a escamotear e dar coerência a esta abstração totalizante. De fato, o irracional, como a realização da finitude lógica histórica do capital, efetiva-se como sua própria razão, razão negativa. Portanto, concordamos que o irracional (acumulação sem valorização do valor) é, constitui, forma do racional (ALFREDO, 2009).

A própria lógica da sociedade dos “objetos-signos” (GIANNOTTI, 2000), por meio da “positividade do valor”, efetiva antecipadamente o conceito de capital sem mesmo seus pressupostos ou momentos necessários terem-se realizados. Nesse sentido, as formas burguesas de interpretação do mundo não fazem se não vislumbrar no Conceito a superação das contradições inerentes ao capital, numa retomada do logicismo hegeliano, já que na cisão fetichistamente forçada entre sujeito e objeto, a totalização elaborada pelo Conceito - o capital – molda o conteúdo da apreensão (a forma de pensar) sobre a realidade historicamente determinada e datada; ou seja, redundando em reiterar os sentidos do próprio capital, a “universalidade do valor” (ALFREDO, 2005, p. 17), e termina por buscar a superação do contraditório no plano ideal/conceitual, em vez de investigar os seus fundamentos no âmbito da atividade produtiva, esta enquanto efetivação da razão irracional que é a produção do valor. É na relação direta com este caldo material, com o processo de redução dos diferentes trabalhos concretos a uma média ideal (ideal aos propósitos tautológicos do valor), e não com o Absoluto, que o conceito de capital, e seus desdobramentos, necessitam ser apreendidos e tensionados.

Enfrentado como um conceito que põe relações sociais as quais o efetivem preliminarmente, o capital materializa uma sociabilização pelo valor, momento em que os agentes sociais aparecem como sujeitos do processo, e de suas próprias vidas; contudo, através duma análise que retire a ontologia do, e porque não, a apologia ao conceito e que ponha em relevo a crise imanente ao

tem por finalidade imediata a satisfação ou a criação de meios de satisfação para os capitalistas. Ao fazer isso, abstrai-se completamente seu caráter específico, que se apresenta em toda a sua configuração medular interior”. (MARX, 1984, L.III, T1, p. 185)

capital e ao trabalho abstrato mobilizado para sua objetividade maior (a produção de mais-valor), estaria escancarado um processo sociológico cujo sujeito não é o homem, mas o capital, de maneira que a pergunta pelo modo de constituição e nexo/razões de ser das relações sociais dele derivadas, se feita levando em consideração um sistema produtivo historicamente determinado e reflexionante, pode expor a potência do fetiche nas formas de expressão do valor (necessidade e capacidade de mostrar-se diferente do que é internamente), assim como pode permitir negarmos teoricamente a positividade dos fenômenos, o que não exclui o combate à produção teórica que fez, e ainda faz dessa positividade uma premissa intocável porque naturalizada. A realização contraditória do conceito, processo simultâneo de diversificação e ocultação de si mesmo (GIANNOTTI, 2000), diferente da trajetória isenta de percalços própria à lógica especulativa hegeliana, carece de uma apropriação intelectual apurada e profunda, já que a lógica reflexionante do valor, no seu devir, não só o ilude como “bom infinito” (GIANNOTTI, 2000), mas também detém uma razão positiva a qual pré-configura formas de pensar, promotora de intersubjetividades mediadas pela formamercadoria, conformação de indivíduos sob sua tutela. Não por acaso,

A figura acabada das relações econômicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e, portanto, também nas concepções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se estabelecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de fato o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial mas oculta, e do conceito que lhe corresponde (MARX apud GIANNOTTI, 2000, p. 269).

Tendo como fio condutor a premissa de que o capital é a contradição em movimento, José Arthur Giannotti (2000) nos informa sobre determinado “automatismo do conceito”, fazendo alusão à desconsideração, por parte de Hegel, dos momentos contraditórios e “ilusões necessárias” inerentes ao desenvolvimento conceitual do capital, porque descolados dos processos materiais que lhe dão origem e sentido; para Hegel, o conflito se dá no nível da Ideia e será superado na realização do Espírito Absoluto, portanto, uma primazia da consciência sobre a realidade.

Para este filósofo alemão, “a Ideia é a realidade, que é apenas o espelho, a expressão do conceito” (HEGEL, 1995, p. 58), posto que para ele estabelece-se a realização do conceito como superação, portanto escapa-lhe que o conceito

é o próprio movimento (transmutação) que o constituiria, identidade que o revela antes como supressão dos seus momentos necessários, e não como superação, e aqui reside a crítica de Marx. Afinal, temos um processo cuja efetivação enquanto modernização implica, por um lado, a generalização da mercadoria como mediação social, o que impõe compreendermos esta forma totalitária na sua qualidade de redutora de distintos trabalhos concretos numa temporalidade média (igualdade abstrata), ou seja, subsumindo a realidade ao valor enquanto tempo de trabalho utilizado e, por outro lado, mas *simultaneamente*, o desprendimento do valor de sua substância, ao corresponder ao valor que se autonomiza por meio de uma objetividade processual que é inerente ao valor e recaí sobre os sujeitos, já que o desenvolvimento das forças produtivas é contraditoriamente realizado ao fazer-se através de redução dos postos de trabalho ou, em outros termos, negação de trabalho socialmente necessário, do trabalho que gera valor. Esta contradição não se efetiva sem o fetiche de um capital que se desenvolve isento de crise, sem a “ilusão necessária” de uma totalidade conformada no e pelo Conceito (ilusão de completude deste) e sem o falseamento da equidade entre os diferentes trabalhos particulares. Ou seja, “a universalidade completa é o fetiche” (GIANNOTTI, 2000, p. 115).

Assim, a posição metodológica aqui assumida corresponde a tomar partido de uma perspectiva que apreende o real como resultado não histórico ao fim e ao cabo, mas, sobretudo, como efetivação de uma lógica (um processo lógico) – a do capital – cujo nexos e força motriz é a valorização do valor, portanto produto de uma objetividade, de modo que esta posição teórica signifique a negação de que a realidade posta pelo moderno e pela modernização resultaria de subjetividades (por exemplo, a classe proletária, o sujeito revolucionário), estas mesmas envolvidas e conformadas pela forma-valor, pondo, nesse entendimento equivocado, na dualidade entre dominantes e dominados a constituição do real, ou seja, como se este real derivasse dos conteúdos conscientes dos trabalhadores e/ou capitalistas, ou das intenções de classe. Uma crítica alicerçada nesses últimos pressupostos apresenta-se como uma forma de pensamento fetichista, pois que, ao tratar do trabalho como uma externalidade capitalista, deixa de observar o próprio capital como abstração que

o articula e o põe enquanto “forma determinada de mediação social do capitalismo” (POSTONE, 2014). Haveria, nesse entendimento, uma totalidade posta pelo trabalho (visto assim como categoria trans-histórica) a qual estaria obstaculizada pelas relações capitalistas, portanto por uma totalidade do capital, o que constituiria uma não relação entre tais categorias, ao invés da apreensão, desse real, a partir da relação contraditória, interna e negativa entre capital e trabalho ou mesmo duma única totalidade – a da mercadoria.

Segundo Moishe Postone (2014),

A crítica ao capitalismo do ponto de vista do trabalho é uma crítica na qual as relações sociais dominantes (propriedade privada) são tidas como particularizadas, a partir de uma posição universalista. O que é universal e verdadeiramente social é constituído pelo trabalho, porém impedido, pelas relações capitalistas individualizadas, de se tornar plenamente realizado. A visão de emancipação contida nesta compreensão do capitalismo é [...] uma visão de totalização.

A crítica desse autor dirige-se principalmente para as interpretações contestatórias da sociedade capitalista elaboradas no invólucro do denominado “marxismo tradicional”, cujo entendimento em torno da crítica do capitalismo empreendida por Marx corresponderia, em suma, a uma crítica à exploração do ponto de vista do trabalho, este tomado como fonte de riqueza social e potencial latente de emancipação humana – a despeito da , e o capitalismo, como “sistema de exploração” e distribuição desigual da riqueza produzida. Essa perspectiva fetichista, já que põe o trabalho como essência (ontologia) do ser ou sujeito, também compreendida como marxismo do movimento operário, influenciou deveras os campos das ciências humanas que se detiveram no estudo das periferias urbanas, tanto na Geografia bem como na sociologia urbana.

São formas de pensamento como esta na qual o fetiche é reposto na condição de possibilidade de um capitalismo mais justo ou, no limite, de um socialismo como novo modo de administração e regulação da produção (crítica) de valor posta pelo capitalismo, em que pese a esperança depositada no estado “salvador da pátria”, como mitigador das contradições geradas pelo mercado, portanto iludido como equalizador das desigualdades socioeconômicas através da força da lei, numa espécie de Razão (hegeliana) que paira por sobre a

sociedade capitalista. Tal é a determinação da “contradição fetiche”, em uma complexidade social a qual produz um real que, ao desenvolver-se enquanto movimento de diversificação das abstrações efetivadas pelo valor, oculta-se a si mesmo, corroborando a ideia de que não há contradição sem fetichismo (GIANNOTTI, 2000, p. 114), momento em que o próprio Estado conforma uma “ilusão necessária” à realização dessa sociabilidade que estabelece a reprodução do trabalho morto como finalidade.

2.2 Contradições espaço-temporais: resgate da metafísica em Kant, Hegel e Marx

Como vimos, a consolidação da Geografia como conhecimento científico envolveu a mesma na busca por um objeto que lhe conferisse unidade e sentido, momento no qual observamos a categoria “espaço” como consolidação de uma forma de pensamento que, no movimento de construção da sua proposta de crítica social, estabeleceu importante relação entre as contradições inerentes à reprodução do capital e os processos espaciais enquanto materialização das forças produtivas capitalistas, ou seja, enquanto espaço socialmente produzido, portanto momento de reprodução das contradições inerentes à sociabilidade capitalista. Contudo, mesmo nas suas interpretações mais radicais, pode-se observar uma crítica mais assentada nos fundamentos físicos (expressão material) da reprodução crítica do capital, do que uma crítica que explore ou mesmo se aproxime do resgate metafísico realizado por Marx (1984) na sua crítica à economia política e à sociabilidade capitalista, especialmente elaborada a partir do caráter fetichista da forma mercadoria e das relações igualmente ilusórias que compõem a formação social moderna.

A crítica social voltada para a determinação negativa da forma mercadoria, qual seja, aquela que se centra na determinação contraditória entre física e metafísica como fundamento da mercadoria, possibilita acessarmos fundamentos mais próximos a radicalidade empreendida pelo velho Marx, aquele mais aprofundado nos termos da crítica, responsável por escrever *O Capital* (1984). Encontraremos em Hegel os fundamentos da apreensão marxiana do valor, da identidade negativa entre valor e crise de valorização como simultaneidade posta pelo capital; no limite, a “metafísica social” sob a forma do valor, como viés interpretativo da reprodução (crítica) do capital, aponta desdobramentos pertinentes para fazermos a crítica ao “espaço” enquanto objeto científico, sobretudo no horizonte da Geografia. Para tanto, põe-se a necessidade de tensionarmos a reprodução crítica do capital, bem como o fetiche enquanto lógica irracional porém fundante do próprio conceito de capital (valor), e determinadas formas de consciência derivadas da e justapostas à

pretensa racionalidade de reprodução do valor, momento no qual a Geografia – seja aquela que evocou a categoria “espaço” enquanto seu fundamento científico, denominada tradicional ou mesmo a sua sucessora, proposta denominada crítica, materialista – necessita ser trazida para o debate, pois que vislumbramos uma relação íntima e identitária entre realidade crítica e pensamento crítico, ou seja, que sujeito e objeto relacionam-se criticamente.

Trata-se, mais adiante, em capítulo oportuno, de problematizarmos a reprodução de realidades urbanas como é a favela, sob um contexto de reprodução crítica do capital, que sobra na sua forma fictícia, e de modo a pôr acento no desenvolvimentismo enquanto forma de consciência que, ao representar-se em uma produção material crescente, sobretudo de mercadorias, portanto na expressão fenomênica do capital, obscurece o valor e a crise de reprodução do valor enquanto, respectivamente, fundamento e desfundamentação (razão destituída de razão) do próprio capital. Há que se observar que a forma de se pôr e repor dessa categoria (o capital) é justamente essa: identidade simultânea entre ser e não ser; em que pese o resgate transformador da dialética hegeliana, na forma do desdobrar das contradições, no método de Karl Marx, empreendido na sua obra *O Capital*.

Estendendo a crítica como base do argumento, ressalta-se a importância de reconhecermos a perda de potência crítica de qualquer campo do conhecimento que tenha delimitado na materialidade do real o horizonte da sua crítica, posto que, tomando-se a sociabilidade capitalista como relações de fetiche, essa crítica necessariamente deveria estar voltada à contradição entre o abstrato e concreto, portanto, direcionadas às suas determinações metafísicas, e não à dimensão física (produção material) dessa formação social. Retomar a análise da mercadoria empreendida por Karl Marx, em sua obra *O Capital* (1984), permite-nos acentuar esta potência crítica.

A relação da crítica empreendida por Marx, nessa obra citada, com a sociedade moderna impõe considerarmos que a realidade posta é produto ou forma do moderno, síntese de múltiplas determinações do capital, expressão deste enquanto totalidade social.

Estabelecer a forma fenomênica da realidade como objeto da crítica remete retomarmos a contribuição da física moderna enquanto ciência atrelada à proposta de se enxergar o mundo por meio dos princípios da razão, portanto através do método positivista. Assim, por exemplo, as leis da física de Isaac Newton possibilitariam o encontro da verdade do mundo, ou seja, a realidade e razão do mundo passariam pelos sentidos, sendo que o desvendamento dessa verdade dependeria das aferições promovidas pelo pesquisador. Nesse sentido, está pressuposta na física moderna a existência de uma verdade que está fora do sujeito, de modo que se trata de uma externalidade sua, e que o método (positivista) permitirá atingir-se, indo-se da coisa a própria coisa. A objetividade do objeto derivaria, assim, da sua própria existência, pois que, para Newton (1990), “[...] em investigações filosóficas, devemos abstrair de nossos sentidos e considerar as coisas em si mesmas, distintas daquilo que são tão somente suas medidas perceptíveis” (p. 9).

Tanto em Isaac Newton (1990) quanto em Albert Einstein (MINKOWISK, 1989) a forma positiva da natureza constitui-se em pensamento, suas manifestações (da natureza) bastam-se enquanto verdade, ou seja, carregariam a verdade enquanto imanência, portanto despidas de contradição. Não por acaso tempo e espaço, seja em Newton ou mesmo em Einstein, constituem-se entes reais, existentes em si, independentes do sujeito que os pensam, e unidos entre si por meio de uma relação positiva, sem percalços, e de afirmação um do outro; não obstante, enquanto aquele (tempo) se define pela duração, este (espaço) se define pela posição.

Tais propostas de compreensão da realidade, sobretudo se observados os fundamentos sociais nos quais o século XVIII foi erigido, denotam um conhecimento mobilizado por e para dar sentido à sociedade burguesa que se produzia. Portanto, é a partir do próprio invólucro do moderno e de suas categorias que essas ciências modernas se propõem a conhecer, “decifrar” a realidade social. Porém, os limites da pretensão de apreensão do real estão aí representados e já colocados enquanto conhecimento mobilizado para dar racionalidade à sociedade que se produzia, a qual antecipadamente já o pressupõe, pois se buscava não um saber que colocasse a descoberto uma

totalidade fundamentada em contradições das mais diversas, principalmente aquela existente entre capital e trabalho, senão um conhecimento a endossar a pressuposta racionalidade do real. Conforme permite Adorno (1969),

Somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa.

Contra a proposta de que o nosso conhecimento deve modelar-se à realidade, momento no qual o objeto (coisa pensada) expressaria sua verdade assim que fosse aferido, experienciado, entendimento esse próprio dos filósofos realistas, surgem as concepções de Immanuel Kant. Por um lado, se Kant permitiu pôr em questionamento qualquer verdade inata à coisa pensada, abalando o que se denominou primazia do objeto, ou seja, a ideia de que sua existência independeria do sujeito que o pensa, esse filósofo idealista, na sua proposta de problematizar as possibilidades da razão - empreendimento colocado em prática sobretudo na obra *Crítica da razão pura* – reduz as potencialidades da metafísica ao buscar no exemplo da matemática e da física a necessidade de existirem formas *a priori* do espírito para a conclusão de um conhecimento definitivamente verdadeiro, de modo que, para este filósofo alemão, esta seria a condição para que a metafísica pudesse constituir-se enquanto ciência verdadeira.

Sua *Crítica da Razão Pura* constitui, portanto, a defesa de um conhecimento puramente racional, das possibilidades da razão em relação ao conhecimento que ela possa atingir independentemente da experiência. Das proposições que constituem a razão pura perseguida por Kant, nos interessa aqui as ideias de espaço e de tempo. Ambas as proposições, espaço e tempo, são por ele definidas como conhecimento *a priori*, ou seja, fundamentados exclusivamente na estrutura interna da própria razão, portanto que preencham os requisitos de universalidade e necessidade. Enquanto intuições puras, ou formas *a priori* da sensibilidade, espaço e tempo são modos característicos pelos quais o espírito humano percebe as coisas. Desta forma, Kant concebe o espaço na condição de representação externa, fora do sujeito, já que percebemos as coisas no espaço, ou , nas palavras desse filósofo, “[...] a apresentação do

espaço não pode ser tomada emprestada, mediante a experiência, das relações do fenômeno externo, mas esta própria experiência externa é primeiramente possível só mediante referida representação” (KANT, 1983, p. 41). Ao passo que enxerga no tempo a forma de sentido interno, enquanto representação “que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui” (KANT, 1983, p. 47), condição imediata dos nossos estados da alma; Assim, “O tempo não pode ser intuído externamente, tampouco quanto o espaço como algo em nós” (KANT, 1983, p. 40).

Há que se considerar que a crítica empreendida por Kant tem como alvo o racionalismo dogmático dos filósofos que o antecede, dogmatismo a partir do qual o próprio pensamento deixava de ser objeto da reflexão, momento no qual a irracionalidade estaria, para esse filósofo, na consideração da determinação do objeto enquanto algo existente fora de mim e ao qual o pensamento haveria de se conformar, ou seja, a irracionalidade estaria na desconsideração de ser o objeto mesmo uma determinação da própria consciência, em que pese residir nesta última conclusão a revolução copernicana promovida pela crítica de Immanuel Kant na sua obra citada.

A unidade entre sujeito e objeto na crítica de Kant, no entanto, ainda que evitando a contradição, demonstra que a crítica é uma crise do pensamento em relação àquilo que se pensa, de modo a observar uma determinação – ainda que ontologizada – da consciência sobre a formação da própria objetividade do mundo (ALFREDO, 2009, p. 397).

Podemos aproximar a crítica estabelecida por Kant em relação a independência do objeto para com o sujeito à insistência da ciência geográfica em definir o espaço (sua concepção concreta, material, ao invés da concepção abstrata) como seu objeto científico, pois que a própria condição e fundamento do conhecimento, e aqui estamos tratando do moderno e da modernização, enquanto saber mobilizado sobre as determinações do capital, faz do objeto pensado – nesse caso o conceito de espaço – ser capturado como algo independente da relação sujeito e objeto que o engendra, isto é, a condição material ou física do espaço tomada enquanto objeto de reflexão teria ocorrido sem se considerar que a lógica do objeto é posta pela lógica do pensamento que

o pão, “pensamento conformador do próprio objeto enquanto objeto” (ALFREDO, 2009, p. 397).

Observamos em Kant – bem como posteriormente em Hegel e, na sua forma mais desdobrada, em Marx – um resgate da metafísica enquanto potencialidade que tem para tensionar os propósitos da atividade do pensamento em relação à conformação da coisa pensada; é com este compromisso que este o primeiro identifica os termos das antinomias tempo e espaço, um sendo a contradição do outro, porém ambos são verdadeiros, e, para o mesmo, a verdade são os dois. Temos também em Kant que a condição do pensamento estaria atrelada a existência apriorística do mundo, cujo conteúdo considerado verdadeiro repousaria no âmbito da representação, momento no qual tempo e espaço são concebidos como faculdades do pensamento. Assim, a concepção apriorística do mundo envolve que o espaço é externo, desapegado ao sujeito; enquanto o tempo é interno a este, pois que significaria a mudança do ser ao longo do tempo.

O intuito de discutirmos as concepções de Kant a respeito de tempo e espaço, além de pontuar a necessária crítica que este filósofo estabelece para a relação sujeito e objeto, diz respeito ao nosso interesse de método ao trazermos para a conversa o pensamento de Hegel, sobretudo as observações deste para com a relação espaço-temporal. Desta forma, observamos em Hegel (1936) que, diferentemente de estética kantiana, o conceito de “espaço” é do âmbito da internalidade, está na essência do ser, e não da externalidade, bem como a mudança ocorre intemporalmente, ou seja, de modo a não depender do tempo, como está em Kant. Antes de concebê-lo enquanto somatória de pontos espaciais, portanto sendo o ponto elemento de produção de um todo considerado espaço, Hegel põe na lógica negativa esta relação necessária entre ponto, linha, superfície e espaço, pois que “o ponto, o ser por si, é pois a *negação* do espaço” (HEGEL, 1936, p. 240, grifo do autor), tanto quanto o espaço seja o positivo, seguido da superfície como sua primeira negação, a linha a segunda negação, a qual (linha), referindo-se a si mesma, na sua verdade, é o ponto; afirmando Hegel (1936, p. 242) que “a necessidade da passagem é a mesma”.

O que está sendo aí questionado é a percepção da sucessão como fonte explicativa do real. Desta forma, a identidade pela negação estabelecida entre o espaço e suas outras determinações (negativas) na forma de ponto, superfície e linha, encontra-se intimamente relacionada com a definição do conceito de “tempo” operada por Hegel, para quem o tempo é a forma contraditória do espaço, ou, no sentido da identidade negativa que citamos, “a negatividade assim posta é o tempo” (HEGEL, 1936, p. 243).

Por outro lado, é pertinente destacarmos a simultaneidade enquanto lógica que põe os termos da contradição espaço-temporal desenvolvida por Hegel, e que notamos também como parte constituinte do método de exposição (dialético) mobilizado por Karl Marx n’*O Capital*. Se, naquele observamos, “O tempo, unidade negativa da exterioridade, é algo simplesmente de abstrato e ideal - O tempo é o ser que, enquanto é, não é, e, enquanto não é, é; o devenir intuído;” (HEGEL, 1936, p. 243); neste, temos que:

Simultaneamente com o desenvolvimento da força produtiva desenvolve-se a composição superior do capital, a diminuição relativa da parte variável em relação à constante (MARX, 1984, L III, T 1, p. 188).

As mesmas circunstâncias que elevaram as forças produtivas do trabalho aumentaram a massa dos produtos-mercadorias, ampliaram os mercados, aceleraram a acumulação de capital, tanto em massa quanto em valor, e reduziram a taxa de lucro, essas mesmas circunstâncias geraram uma superpopulação relativa e geraram continuamente, uma superpopulação de trabalhadores que não é empregada pelo capital excedente por causa do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos por causa da baixa taxa de lucro que ela, com o grau dado de exploração, proporcionaria. (MARX, 1984, L III, T 1, p. 193)

As reflexões de Hegel permitem observarmos que o espaço, além de constituir uma abstração, é a forma da contradição, principalmente se pensado na sua relação com o tempo, de modo que assim compreendido coloca em outro patamar a crítica que se produziu, e ainda se faz, sobretudo no âmbito da ciência geográfica, acerca do pensamento que se propõe a descortinar os fundamentos de uma sociabilidade alicerçada na produção crítica do valor, lógica que engendra o moderno e o processo de modernização aqui problematizados.

Podemos observar esse resgate dos autores citados também na produção teórica do geógrafo Milton Santos, sobretudo quando o mesmo se preocupa em recuperar os elos entre a ciência geográfica e a filosofia, com vistas a localizar os fundamentos filosóficos da categoria então mobilizada enquanto objeto desse campo disciplinar, qual seja, o *espaço*. Nesse sentido, citamos o texto *O espaço geográfico como categoria filosófica* (SANTOS, 1988), como momento intelectual no qual o autor busca recuperar as contribuições kantiana e hegeliana para o entendimento da referida categoria menos por seus referenciais com a filosofia da natureza, cujas explicações envolveriam a física, e mais pelo viés de uma natureza humanizada, ou seja, a partir das determinações sociais. Consolidar o conceito filosófico de espaço, no âmago da Geografia, corresponderia discutir uma relação necessária entre espaço e tempo, na busca pela constituição de uma totalidade. Contudo, no caminho percorrido, ao buscar o método que permitiria estabelecer essa relação necessária entre espaço e tempo, Milton Santos limita o potencial crítico - representado na obra de Kant e de Hegel - ao localizar nos atributos físicos (técnicas enquanto expressão e elementos dos meios de produção) e na sucessão temporal o fundamento do espaço geográfico. Assim, a pertinência explicativa dessa categoria enquanto contradição simultaneidade negativa do capital estaria obscurecida na ideia de espaço como acumulação de temporalidades, meios técnicos, desiguais, de modo que se antepõe, ao contrário, uma relação positiva entre tempo e espaço.

As técnicas devem ser estudadas na sua coabitação em um lugar, mas também na sua sucessão. Aqui, uma vez mais, as noções de espaço e de tempo se conjugam. Isto é fundamental para podermos interpretar a sequência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade e um espaço (SANTOS, 1988, p. 10).

Desta forma, ao buscar os elementos constituintes do que denominou uma filosofia da geografia, Milton Santos recorre ao princípio de totalidade enquanto noção fundamental para a elaboração do estudo filosófico do espaço humano, porém o faz por meio de um viés sistêmico, relacionando positivamente desenvolvimento histórico e estrutura. Assim, por um lado, se o geógrafo citado propõe a reconstrução dos elementos filosóficos atinentes à ciência geográfica,

rememorando clássicos expoentes da história do pensamento geográfico tais como Paul Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel e Carl Ritter, e mobilizando a tradição dialética para o entendimento do espaço enquanto constructo social, por outro, ao tomar o concreto como ponto de partida para se atingir as abstrações mais gerais, Milton Santos acaba por reforçar uma perspectiva estruturalista de apreensão do real, condizente com a lógica do próprio capital, de modo que fraciona a totalidade social em subdivisões analíticas, quais sejam, estrutura, processo, função e forma. Trata-se de seguir o objeto geográfico no curso do tempo (SANTOS, 1988).

Da forma à estrutura e desta, de novo, à forma, temos o caminho que conduz a uma fenomenologia do espaço e à sua construção teórica. A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social (SANTOS, 1988, p. 13).

A contribuição do autor citado para a interpretação crítica dos processos sociais postos pelo capitalismo é inegável, sobretudo se tomada no contexto de renovação da Geografia iniciada nos idos de 1970. Contudo, a proposta aqui defendida caminha no sentido de estabelecer a relação entre espaço e tempo não a partir da realização linear deste último para a efetivação do primeiro, ou seja, de modo que o conjunto de técnicas de determinadas épocas ao se sucederem acumuladamente produziriam espacialidades diferentes; porém, e aqui reafirmamos a pertinência, de se ressaltar a crise imanente ao capital enquanto categoria que se realiza negando o seu fundamento (afirmação e negação simultâneas), sua substância social, que é o trabalho (força de trabalho) produtor de valor, como observações a serem obrigatoriamente relacionadas à realização do valor enquanto tempo social médio de trabalho (abstração dos tempos individuais de cada trabalho) e à determinação dessa abstração social para com o desenvolvimento das forças produtivas do capital.

3 TEORIA DA CRISE: O DEBATE A PARTIR DE MARX

Na perspectiva da crítica social aqui estabelecida, como procuramos ressaltar em passagens anteriores, faz-se sempre necessário resgatar o pressuposto sustentado por Marx, desde os *Grundrisse* até o seu estudo final, *O Capital*, de que o capital carrega consigo tanto a potência de pôr em movimento os indivíduos e os elementos da natureza, combinados socialmente enquanto trabalho vivo transformado em trabalho objetivado, sob a determinação do tempo de trabalho empregado na produção da riqueza como fundamento da mesma, bem como, com o desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução do capital efetiva-se como crescente desproporção entre o tempo de trabalho empreendido na produção de mercadorias e a dimensão do processo social de produção em geral “comandado” pelo trabalhador, o qual será deslocado aos poucos das relações imediatas de produção para, literalmente, acompanhar o processo produtivo; ou seja, deixa de participar como seu determinante no processo. Assim, a riqueza da sociedade moderna tende a se estabelecer não mais com lastro na produção de valor de troca, na redução do trabalho socialmente necessário com vistas à aumento do trabalho excedente então resultante, mas passa a se constituir desgraçadamente na forma de uma riqueza relativamente independente do tempo de trabalho dispensado para a realizar. A contradição reside, assim, na condição em que o capital põe o tempo de trabalho como razão imanente da riqueza social, mas o faz reduzindo a um mínimo o tempo de trabalho necessário (MARX, 2011).

A referida contradição intrínseca ao capital, apensar de estar presente na interpretação produzida por críticos em períodos mais recentes, tais como Robert Kurz (1993, 2014), Anselm Jappe (2006) e Moishe Postone (2014) dentre outros pertinentes críticos do atual patamar da sociabilidade capitalista, já se encontrava posta no debate entre alguns teóricos marxistas do desenvolvimento desse modo de produção no período do entre guerras, especialmente entre 1920 e 1930, de modo que a crise de 1929 expôs generalizadamente as determinações críticas do processo do capital e proporcionou importante debate entre intérpretes da época. Nesse sentido, se a leva de teóricos da geração que

sucedeu a Marx e a Engels, não muito numerosa, representada por nomes como Antônio Labriola (1843-1904), Franz Mehring (1846-1919), Karl Kautsky (1854-1934) e Gueórgui Plekhánov (1856-1918), foi composta numa época de relativa prosperidade econômica e detiveram-se na exposição do marxismo enquanto concepção materialista da história, a segunda geração de intérpretes marxistas, cujos principais expoentes foram Vladímir Ilitch Lênin (1870-1924), Rosa Luxemburg (1871-1919), Rudolf Hilferding (1877-1941), Leon Trótski (1879-1940), Otto Bauer (1882-1938), Evguiéni Preobrajiéndki (1886-1937) e Nicolai Bukhárin (1888-1938), desenvolveu-se em um contexto socioeconômico mais conturbado, conforme o capitalismo consolidava-se na fase monopolista e por meio da ação imperialista, e sobretudo nos desdobramentos que resultaram na Primeira Guerra Mundial (ANDERSON, 2018).

Desta forma, a produção teórica desse último grupo, em sua grande maioria, esteve centrada na importância de se entender e mobilizar as leis fundamentais de realização do capital naquele estágio recente de desenvolvimento histórico. As análises produzidas remetiam, assim, seja como interpretação crítica da ação colonialista das nações centro europeias, entendida por Rosa Luxemburg, em sua *A acumulação do Capital* (1984), como busca por realização da mais-valia em realidades não capitalistas, portanto o papel do mercado externo (consumo) para o processo de acumulação do capital ou mesmo como expressão do desenvolvimento desigual do capitalismo; bem como a partir da relação necessária entre a realização crítica do capital em uma determinada realidade - no caso a Rússia como formação social concreta - com a totalidade do capital e com o rigor metodológico de Marx enquanto crítica da sociedade alicerçada no valor, como o fez Lenin na obra *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1982). Como centro do debate travado entre os autores do grupo citado, no qual se incluí estes dois últimos, apontamos a discussão sobre os esquemas de reprodução de Marx, localizados no Tomo II de *O Capital*, e retomados à época para alimentar as interpretações acerca da reprodução expandida do capital.

Para expor os termos da reprodução do capital social global, Marx (1984) divide a totalidade do produto social em dois departamentos, sendo o

departamento I produtor de meios de produção e o departamento II, produtor de meios de consumo. E, no interior de cada departamento, o valor de seus produtos estaria representado como $c + v + m$, ou seja, o capital constante invertido no processo produtivo, o capital variável dispensado em salários e a mais-valia desdobrada nesse processo produtivo. A questão, para Marx, colocava-se em torno da proporção a ser intercambiada por cada componente do valor do produto de ambos departamentos para ser possível de realizar o processo produtivo posterior (ROSDOLSKY, 2001). Assim, se na dimensão da reprodução simples a fórmula do seu equilíbrio se apresentava como $c_{II} = v_1 + m_1$, na situação da reprodução ampliada, como era, por exemplo, o início do século XX, tais esquemas deveriam considerar uma maior composição orgânica do capital, bem como o “plano máximo de abstrações” no qual Marx havia se baseado e que por isso carecia de aproximação com elementos mais concretos da realidade capitalista, tais como classes sociais, realidades não capitalistas, números do comércio exterior, exemplos de taxas de lucro média etc. (ROSDOLSKY, 2001), os quais abundavam na realidade social experimentada pela segunda geração de interpretes marxistas citada.

O interessante é recuperar o embate teórico produzido a respeito dos aludidos esquemas de reprodução, na medida em que as abstrações aí realizadas por Marx tinham como propósito genuíno explicitar a complexidade das relações entre valor de uso e valor de troca no contexto mais geral do processo de produção social (TULA, 1999), ou seja, implicavam,

[...] uma função crítica na confrontação com a economia clássica que, incapaz de distinguir entre capital constante e capital variável, acabava por identificar o produto social anual com o crédito do mesmo período. Através de exemplos numéricos deliberadamente arbitrários, Marx havia se limitado a delinear as condições necessárias para a reprodução, sem que isso implicasse sua realizabilidade de forma equilibrada e harmônica (HERMANIN apud TULA, 1999, p. 12).

O que de imediato nos interessa aqui, principalmente para discutir a atualidade da crise do capital, é como alguns desses intelectuais marxistas absolutizaram a pertinência implicada nos esquemas de reprodução de Marx, sobretudo ao negligenciarem a determinação negativa do aumento constante da composição orgânica do capital para com a relação entre capital e trabalho.

Ademais, não aproximaram as observações marxianas sobre tais esquemas ao conjunto teórico marxiano da teoria das crises imanentes e do colapso. Ao contrário, desdobraram da análise da reprodução simples a possibilidade concreta da reprodução ilimitada do modo de produção capitalista. Assim como, tendo em vista o agravamento das crises econômicas, retomou nos meios marxistas a possibilidade da ação da prática revolucionária, do proletariado, como contraponto ao desenvolvimento e às mazelas do capitalismo, aí capturado como portador de crises cíclicas, portanto momentâneas.

A questão sobre a perspectiva da crise imanente ou objetiva da crise estrutural do capitalismo a partir de suas contradições objetivas ou a partir da ação do consciente do sujeito revolucionário animou o debate marxista por muito tempo, em especial na década de 30 do século XX e no período atual retoma com força a partir de uma conjuntura de crise do capitalismo. Entendemos que a leitura de uma crise objetiva do desenvolvimento do capitalismo foi, de certa forma, ofuscada pela leitura mediada pela práxis revolucionária que se tornou hegemônica, seja nos meios acadêmicos, seja no interior dos diversos movimentos revolucionários ou de negação do capitalismo. Essa hegemonia da perspectiva classista se deve, entre outros fatores, como nos diz Colletti (1985), à fragmentação da teoria da crise do capital na obra de Marx ou mesmo à concepção de que não existiria, de modo coerente, uma teoria da crise na obra deste autor. (PINHO, 2017, p. 14)

Neste capítulo, propomos resgatar o entendimento estabelecido por alguns dos autores citados, no sentido de entender como o desenvolvimento crítico do capital possibilitou interpretações tanto harmônicas quanto de ruptura em relação à sociabilidade capitalista no horizonte do marxismo. A abordagem da perspectiva da crise imanente ao capital, seja pelo viés das contradições lógicas ou pela ótica subjetiva, a da potencialidade do sujeito revolucionário, mobilizou o debate entre os teóricos marxistas que exploraremos, bem como contribuiu na produção teórica nas ciências humanas em geral, sobretudo no campo dos estudos urbanos de vertente marxistas realizados pela sociologia urbana e também no campo da geografia. Nosso interesse é aproximar esse debate com a discussão sobre as contradições do capital no urbano e a (re)produção das periferias urbanas, especificamente a realidade da favela de Heliópolis.

Para essa empreitada, exploramos a contribuição teórica de Grossmann (1979) e Colletti (1985), pois que, no nosso entendimento, tais autores proporcionaram a sua época importantes contribuições ao entendimento do capital enquanto portador da crise imanente e da teoria do colapso como interpretação pertinente no horizonte do marxismo. São obras que repõem a discussão sobre o colapso do sistema capitalista a partir das suas contradições internas ou mesmo na forma administrada das contradições, ou seja, na potencialidade da práxis revolucionária em superar as conjunturas de crise. Para tanto, cotejamos, na medida do possível, tais referenciais teóricos com a contribuição de outros autores como Elmar Altvater (1987) e outros. Como segundo momento, tecemos observações sobre a contribuição de Pachukanis (1891-1937), sobretudo em sua *A Teoria Geral do Direito e do Marxismo* (1988, 2017), contemporâneo de Henryk Grossmann (1881-1950), como contribuinte da interpretação crítica da teoria marxiana do valor, enquanto apreensão da totalidade crítica do capital, ao mobilizar com acuidade a lógica de Marx por sobre a falácia do direito enquanto norma, restituindo a natureza íntima dessa forma com a valorização do valor. Entendemos que conceitos pachukanianos como “sujeito de direito” podem ser tensionados com a ideia de “sujeito revolucionário”, principalmente na atual fase da reprodução crítica do capital.

3.1 Crise imanente do capital ou acumulação sem limites? Algumas das contribuições mais pertinentes do marxismo para o debate

A discussão entorno da questão de se o capitalismo plenamente desenvolvido configurava-se um sistema econômico capaz de expandir suas bases reprodutivas sem qualquer limite ou, ao contrário, se a sua reprodução pressupunha o confronto com barreiras internas ao sistema corresponde a um momento importante no horizonte marxista, sobretudo no papel central que a perspectiva marxiana ocupou no centro do debate socialista acerca da acumulação do capital nos anos iniciais do século XX. Concordando com Marramao (1990), a virada dos anos vinte para os anos trinta se apresenta como ponto crucial para a recuperação crítica, seja no âmbito da produção intelectual ou mesmo no horizonte da “práxis revolucionária”, das controvérsias em relação aos processos de metamorfose do capital. Assim, por um lado, se elementos considerados mais do encadeamento lógico do processo do capital eram incorporados à produção teórica socialista da época, portanto galgando espaço nas já consolidadas análises conjunturais e nos debates sobre as etapas históricas do capitalismo e as formas de resistência do proletariado, por outro eram chacoalhados os redutos teóricos ocupados por autores socialdemocratas, bem como economistas de gabinetes, enquanto exímios defensores de um capitalismo sólido e autorregulador das suas próprias crises.

É justamente nesse contexto que Henryk Grossmann (1881-1950) produz uma das mais importantes interpretações no campo do marxismo em relação a perspectiva da teoria marxiana da acumulação de capital, sobretudo por recuperar a exposição do método de investigação de Marx e mobilizar as categorias com a total autenticidade que a crítica à sociabilidade capitalista requer, explicitando a negatividade fundante do processo do capital como lógica necessária que impera na produção e reprodução aí implicadas.

A principal contribuição teórica de Grossmann situa-se na sua obra *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. Resultado de pesquisas desenvolvidas junto ao Instituto de Investigação Social da Universidade de Frankfurt, este “tratado sobre o colapso do sistema capitalista”

(TULA, 1999) foi publicado na irrupção da crise de 1929, situação que põe mais destaque ainda sobre a centralidade da teoria das crises e do colapso no interior da lógica de Marx e a originalidade desse autor em recuperar o melhor da crítica produzida pelo velho Marx. Para tal empreitada, Grossmann retoma em detalhes alguns intérpretes marxistas da II Internacional, com os quais dialoga criticamente com o fulcro de estabelecer novos alicerces para a teoria da crises e do colapso, no sentido de confrontar as diferenças existentes entre o enfoque (elementos) da estrutura lógica (fundamentos internos) das categorias marxianas e aquelas utilizadas pelos intérpretes clássicos. Nesse movimento, um dos méritos de Grossmann foi estabelecer a teoria crítica do valor como pertinente capacidade interpretativa para o processo do capital enquanto relação necessária entre produção e reprodução.

No capitalismo se produz 'a regulação da produção global pelo valor'. A lei do valor domina a totalidade do processo econômico do capitalismo, e posto que sua dinâmica as tendências de seu desenvolvimento só podem ser compreendidas a partir desta lei, assim, seu fim - o colapso -, deve ser igualmente explicado a *partir da lei do valor*. (GROSSMANN, 1979, p. 14) (tradução minha, grifos do autor).

Destarte, o objetivo de Grossmann caminha no sentido de questionar as teorias subconsumistas, nas quais o desenvolvimento das crises aparece como desdobrado da não realização da mais-valia no âmbito da circulação (mercado), portanto como externalidade ao processo. Sua tese vai na contramão dessa suposta falta de realização de um consumo "ideal": o problema reside na frequente impossibilidade de o capital metamorfosear-se, reproduzir-se nas suas distintas formas. Assim:

El objeto del análisis marxiano no está configurado por las crisis, sino por el proceso de reproducción capitalista en su conjunto. Siguiendo el método adoptado, Marx investiga la *circulación del capital* y sus funciones a lo largo de todas las fases del proceso de reproducción y em uma escala cada vez más ampliada (GROSSMANN, 1979, p. 92, grifos do autor).

Para a discussão sobre a contribuição de Henryk Grossmann, recorreremos à introdução produzida por Jorge Tula, intitulada "A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista"¹¹, por ocasião da publicação da

¹¹ Trata-se de tradução publicada na Revista Novos Rumos, nº 29, 1999, pp. 2-31.

obra citada. Tula apresenta uma discussão contextualizada da temática sobre a crise o colapso nos embates entre os principais teóricos marxistas e com os quais Grossmann dialogava, momento em que reafirma a relevância da leitura crítica do capital, à partir da teoria marxiana do valor, para uma contribuição mais profícua à reflexão marxista acerca da controvérsia envolvendo a “teorias da crise e do colapso”.

Como forma de situar os termos a respeito da referida polêmica, Tula (1999) apresenta a periodização produzida pelo filósofo italiano Giacomo Marramao em *Teoria do colapso e capitalismo organizado nas discussões do ‘extremismo histórico’*¹², na qual são apresentadas possíveis três fases da “teoria do colapso”, as quais reproduzimos a seguir e que, segundo o proponente, envolve “as formas em que se manifesta a concepção do fim inevitável do capitalismo nas diferentes conjunturas do movimento operário” (MARRAMAO, 1990, p. 85):

- 1) a primeira delas é a teoria do colapso que define como ‘clássica da segunda internacional’ e que, desenvolvida a partir da década de 1890, tem sua melhor expressão na exposição feita por Heinrich Cunow na *Die Neue Zeit*, na qual se omite a distinção ‘entre lado objetivo e lado subjetivo da exposição marxiana da crise, pelo que não se vacila a atribuir a Marx o ingênuo catastrofismo criticado por Bernstein’;
- 2) a segunda fase começa em 1905 com o debate a respeito do papel que deve ser desempenhado pela greve de massa na ‘organização proletária em relação à dinâmica da crise imperialista’. É nesse período e nessa circunstância que surge a alternativa ‘colapso ou revolução’, ou seja, a discussão a respeito de se é ou não compatível uma teoria do colapso com uma perspectiva ativista revolucionária. Essa faze chegaria, segundo Marramao, ao redor de 1924, isto é, até o *Stabilisierungsperiode* (período de estabilização), não sem antes incluir os começos do chamado ‘marxismo ocidental’;
- 3) esta última fase, ‘que coincide com o refluxo e, depois, com a derrota do movimento operário europeu’, inicia-se em meados da década de 1920 e culmina com o debate ‘sobre a crise e o capitalismo de Estado que se desenvolve entre os

¹² Este referido texto é parte integrante do livro “O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta. (cf. MARRAMAO, 1990).

anos vinte e os anos trinta'. Dessa fase diz Marramao que 'é emblematicamente expressa pelo esclerosamento da teoria catastrofista na Internacional Comunista, por um lado, e pelo desenvolvimento e complementariedade da teoria do ciclo 'no campo burguês', por outro' e que se distinguiria da fase precedente na 'queda (determinada pela *débâcle* do movimento de classe) do debate sobre a tática, que subordinava a teoria do colapso a uma contra-senha política; daí a impressão de uma maior separação da política, diretamente proporcional à exigência de um enfoque científico-preditivo das tendências de desenvolvimento do modo de produção capitalista' Nas melhores produções teóricas e analíticas, termina afirmando Marramao, 'essa atitude produzirá um enfrentamento cerrado e fecundo com o pensamento econômico burguês – Keynes em particular – e com a problemática do intervencionismo estatal'(TULA, 1999, p. 5, grifos do autor).

No conjunto dos teóricos que perpassa as três fases destacadas, Tula (1999) enfatiza que a posição sobre o destino do capitalismo não se constituía em algo homogêneo entre eles, nem mesmo entre as posições da considerada esquerda radical, momento em que cita as discrepantes diferenças teóricas havidas entre Rosa Luxemburg e Anton Pannekoek.

Voltando a contextualização proposta por Marramao, é com a publicação de *As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*, de Eduard Bernstein, em 1899, que a polêmica em torno da teoria do colapso se inicia. Esse expoente da socialdemocracia destacou-se por propor o retorno às premissas que embasaram a controvérsia da teoria do colapso, principalmente no conjunto das discussões conhecido como *Bernstein-Debatte*, posto que, como apontava, de modo diverso daquele apontado por Marx e Engels (sobretudo no Manifesto do Partido Comunista)¹³, a tendência do desenvolvimento capitalista seguia outros rumos, quais sejam, as crises não se intensificaram ou se avolumaram, ao contrário, houve considerável arrefecimento das mesmas, acompanhado de alguma melhoria na situação dos trabalhadores; não se processou uma concentração da propriedade e do capital; houve, sim, pulverização do capital das empresas, principalmente com o advento das sociedades anônimas,

¹³ "(...) com o desenvolvimento da indústria, amplia-se não apenas o proletariado; ele se aglomera em massas maiores, sua força cresce e ele a percebe cada vez mais. (...) a melhoria em desenvolvimento sempre veloz e incessante do maquinário torna sua condição de vida cada vez mais incerta;" (MARX e ENGELS, 2016, p. 67-68)

lastreadas nas emissões de ações; a prognosticada queda tendencial da taxa de lucro também não se realizara; não se notava o crescimento da classe de proletários face a uma pequena classe burguesa: ao contrário, tanto a burguesia como os proletários ganharam estratos médios. Tampouco o capital sucumbia por conta de determinações próprias ao seu processo, tal como superprodução, já que “se resolvia” por meio de uma nova forma de capitalismo organizada e regulamentada (BERTELLI et al, 2000).

Diante desse balanço ao qual chegara Bernstein, e cuja discussão no bojo do conhecido *Debatte* se prolongou até 1914, as conclusões então levantadas foram interpretadas pelo mesmo como que indicavam clara tendência a melhoria das condições sociais gerais do capitalismo e, portanto, carecia a teoria do colapso de fundamentos que a corroborassem. Ao passo que questiona a referida teoria, Bernstein propõem uma “modernização e revisão do marxismo” (TULA, 1999, p. 6), no sentido de que a ação revolucionária deveria ser substituída por movimentos progressivos de instalação do socialismo, como “marcha do movimento do proletariado” (BERTELLI et al, p. 6) nessa transição. Assim, por exemplo, para Bernstein a possibilidade dos carteis não realizarem a realização da valorização do valor seria uma preocupação secundária para o movimento operário, ou seja, de efetivarem a crise objetiva do capital; mas que aos trabalhadores era de suma importância saber da formação dos carteis ou trustes, no sentido de produzir-se expectativas e prognósticos para o movimento de emancipação da classe.

Virtualmente el antídoto capitalista contra las crisis lleva en sí los gérmenes de un nuevo y agravado *sometimiento* de la clase obrera, y al mismo tempo de privilegios de producción que representan una forma más potente que los antiguos privilegios corporativos. (BERNSTEIN apud COLLETTI, 1979, p. 161, grifos do autor).

Na sua retomada da discussão sobre a controvérsia da teoria do colapso, Grossmann recupera também a interpretação produzida por Tugan-Baranovski enquanto figura principal do revisionismo e do neo-harmonicismo, cuja “teoria do equilíbrio” – ideia de que a partir de uma divisão proporcional da produção social a oferta de mercadoria coincidiria com a demanda – embasará teóricos da socialdemocracia alemã. Tugan-Baranovski retoma os esquemas de Marx ao

seu modo, de certa forma deturpando a proposta do seu propositor para dar sentido a hipótese a que se aferra e pela qual a repartição do investimento total entre os dois departamentos da economia se daria em conformidade com a demanda, o que o faz pressupor a necessidade de uma economia planificada e com conhecimento prévio da demanda pelas unidades produtivas. Tudo o leva a crer que a produção capitalista cria para si mesmo um mercado (TUGAN-BARANOVSKI apud TULA, p. 7). Ainda para o mesmo há crescente aumento do crescimento produtivo (maior demanda pelos meios de produção), não acompanhada por proporcional aumento na produção dos meios de consumo. Destarte, a pressuposta ausência de planejamento na produção, entendida por Tugan-Baranovski como anarquia que impera no mercado mundial, conduz infalivelmente às crises.

O limite absoluto para a expansão da produção são as forças produtivas de que a sociedade dispõe. Ao contrário, o capital nunca poderia alcançar esse limite, na medida em que a ampliação da produção se dê proporcionalmente em todos os ramos da produção (TULA, 1999, p. 7).

Como bom teórico neo-harmonicista, Tugan-Baranovski, como diz Tula (1999), “esquece” da teoria do valor enquanto lastro da teoria marxiana da acumulação, da qual parte Marx ao fazer a abstração necessária com os ditos esquemas de reprodução. Na busca para dotar de coerência as ideias de “crescimento equilibrado” e “repartição proporcional”, Tugan-Baranovski inverte os esquemas de reprodução com o objetivo de dar sentido à pretensa teoria da acumulação ilimitada de capital, a qual seria alcançada por meio do estabelecimento da proporção necessária em cada esfera e ramos de produção. A crise do capital, nesses termos, é interpretada como algo administrável, ou seja, como conjuntura e não imanência.

Portanto, as crises resultam da falta de proporcionalidade na repartição da produção social, o que, por seu turno, decorre da anarquia da produção capitalista. Dada a inexistência de planejamento no processo de distribuição social da força de trabalho e do capital, alguns setores produtivos ampliam a oferta de mercadorias acima do nível da demanda, criando assim uma superprodução nesses setores, os quais, por causa disso, restringem suas compras de mercadorias dos outros setores, provocando uma superprodução também nestes últimos. Segundo Tugan-Baranovski: ‘A superprodução geral tem por causa a superprodução parcial’. (MIGLIOLI, 2004, p. 160).

Na confusão instaurada, Tugan-Baranovski também confunde mais-valia com renda, bem como denomina de capital variável tanto a máquina quanto a força de trabalho. Compondo uma análise moral do capitalismo, permite entendermos que “a deficiência da sociedade capitalista consistiria em que os proprietários se tornam donos dessa mais-valia”, portanto, a derrocada do capitalismo como sistema injusto de apropriação de mais-valia “só terá lugar por razões éticas” (TULA, 1999, p. 8). Aqui, Tugan-Baranovski, como típico da economia política, ontologiza a crise objetiva do capital e põe no sujeito os fundamentos da razão irracional (ALFREDO, 2009) do capital.

Como aponta Tula (1999) ao citar a obra de Tugan-Baranovski, *Fundamentos teóricos do Marxismo*, ao mesmo tempo em que descarta a teoria do colapso para o entendimento, pois que “la envoltura capitalista de la sociedade moderna no se derrumba, ni siquiera en condiciones que parecieran hacer fracassar cualquier objetivo racional de la economia” (TUGAN-BARANOVSKI apud COLLETTI, 1985), o mesmo nega a possibilidade de entendimento de que o capitalismo possa se reproduzir ilimitadamente. Afirma que o capitalismo, segundo seu fundamento mais íntimo, viola a “norma ética suprema”, momento em que recorre à concepção kantiana de sujeito como fim em si mesmo para respaldar a condição do proletariado enquanto sujeito revolucionário, contra o qual se volta o capital, porém quem irá destruí-lo.

Pero sí reconozco la existencia, en el sistema económico capitalista, de una contradicción interna insoluble, que debe llevarlo en forma fatal (aunque no económicamente) necesaria a su perdición. Esa contradicción consiste en que la economía capitalista convierte al hombre que trabaja en un mero medio económico, y al mismo tiempo conduce a la difusión del concepto jurídico¹⁴ que ve el fin supremo en sí mismo en la

¹⁴ Em *Sujeito de direito e capitalismo*, texto com o qual cotejaremos em momento oportuno nesse trabalho, Celso N. Kashiura Jr., ao percorrer em parte da obra kantiana os caminhos possíveis da concepção jurídica desse pensador as quais ensejariam a forma sujeito de direito, aponta a relação contraditória entre a premissa da generalização de um sujeito moral autônomo e a efetiva realização de uma sociedade (pré-burguesa) ainda alicerçada em coerções sociais. Como afirma Kashiura Jr., o alcance aos termos dessa contradição pressupõe resgatar o método de exposição de Marx. Nesse sentido, Tugan-Baranovski, ao contrapor a noção de homem enquanto mero meio econômico àquela de que o ser humano é a razão última do processo social, como fim em si mesmo, não captura a contraposição dos termos como aparência, os quais, em nosso entendimento, devém de uma mesma determinação, qual seja, a necessária fetichização (naturalização) de relações sociais postas mobilizadas pelo capital. Talvez seria aqui o caso de se apreender “a personalidade jurídica como face subjetiva da circulação mercantil da força de

persona humana (TUGAN-BARANOVSKI apud COLLETTI, 1985, p. 257).

Sobre a confusão que faz Tugan-Baranovski ao colocar no mesmo balaio o positivismo kantiano e a dialética marxiana, posto que emenda na crítica ao capital mobilizada por este a ideia de liberdade e os *a priori* daquele, completa Tula, a respeito do ponto de vista defendido pelo citado neo-harmonicista russo (TULA, 1999, p. 8):

E é precisamente a contravenção dessa norma ética suprema – a norma ética kantiana segundo a qual o homem existe como fim em si mesmo – que permitirá que o capitalismo seja destruído pela decisão consciente dos homens, destruído pela classe explorada pelo capital: o proletariado.

Rudolf Hilferding também integra o debate em torno das transformações apresentadas pelo capitalismo no contexto dos anos 20 e 30 do século XX e os respectivos desdobramentos do debate sobre crise conjuntural ou estrutural (objetiva) do capital. Ao remeter aos esquemas de reprodução do tomo II, Hilferding discorda de Tugan-Baranovski no sentido de que se houvesse proporção na relação entre os departamentos I e II o capital acumularia de forma ilimitada (TULA, 1999). Por outro lado, as coincidências entre tais intérpretes da teoria da crise estão no âmbito do fundamento da produção capitalista, tal qual Marx pontuava, ou seja, em que o lastro da produção é a valorização do valor, e não o consumo.

Assim, Hilferding se esforça para afastar a situação do subconsumo como fenômeno que determinaria a ocorrência periódica das crises, ressaltando uma importância relacional entre as esferas (produção e circulação) como fator de irrupção ou não das crises, porém buscará na paralisação da circulação a explicação para a efetivação das mesmas, já que, nessas condições, estariam interrompidos os pressupostos necessários para o equilíbrio do processo de reprodução social baseado na valorização do valor (TULA, 1999). É notório que Hilferding, apesar de conhecer empiricamente os fatores e as determinantes das crises reais, obscurece o exercício de fôlego realizado por Marx na elaboração de tais determinações recíprocas entre os dois departamentos da economia

trabalho, essencial à multiplicação do capital” (KASHIURA JR., 2014, p. 242), e não como potencial forma contestatória, cuja vontade (sujeito volitivo) o derrotará.

capitalista ao depreender dessa abstração marxiana condições monocausais (como a proporcionalidade) para a realização da reprodução capitalista sem perturbações. Portanto, como observa Rosdolsky (2001), ao remeter às considerações “em si” dos referidos esquemas, Hilferding acaba por:

demonstrar que, no processo de reprodução social, o que importa é só, em última instância, a relação de proporcionalidade dos diversos ramos da produção. Do que surge logo, conseqüentemente, sua teoria da desproporcionalidade, assim como sua rejeição a qualquer teoria do colapso (ROSDOLSKY, 2001, p. 29).

Embora toda a elucubração desenvolvida por Marx de forma antecipada à elaboração dos esquemas de reprodução no corpo e sequência dos livros que compõem *O Capital* nos permita conceber que já estavam pressupostos tanto o desenvolvimento das forças produtivas (incorporação de nova composição orgânica do capital), aumento da taxa de extração da mais-valia etc., como efetividades concretas na reprodução ampliada, esses condicionantes da perturbação de tais esquemas praticamente são ignorados na reprodução imaginada (idealizada) por Hilferding, para quem a “confusão dos esquemas abstratos com a realidade concreta” (ROSDOLSKY, 2001, p. 31), nesses termos, somente poderia produzir a ideia de que o colapso econômico da formação capitalista é uma noção que carece de racionalidade. Falta racionalidade para a concepção da crise imanente e conseqüente colapso do capital em Hilferding porque este se aferra, sobretudo em sua obra *O Capital Financeiro* (1910), à hipótese de que a forma financeira do capital comandaria a expansão imperialista, como expressão do desenvolvimento dos monopólios, dos cartéis e das práticas protecionistas daí resultantes, como concentração de capital em geral, momento em que advoga a tese de que a tal transformação econômica estariam relacionadas diversas tendências políticas e sociais, as quais impuseram determinada socialização por meio de novas formas de regulação e planejamento na economia, ou seja, no fortalecimento do Estado como instância que administraria (racionalizaria) as contradições postas entre o capital e a sociedade, vez que “de acordo com sua tendência, o capital financeiro significa a criação do controle social da produção” (HILFERDING, 1985, p. 343). Acredita-

se, destarte, que o sistema possa ser reformado nas bases racionais de uma economia “organizada”.

O resultado das tendências capitalistas de desenvolvimento não é a desestabilização, mas sim a estabilização, a racionalização, sobretudo na medida em que o Estado intervém ativamente na regulamentação social. Deste modo, a estabilização social é justificada com duas ordens de argumentos: a mudança econômica de estrutura, derivada da monopolização e da organização capitalista; e o novo papel desempenhado pelas intervenções do Estado na sociedade (ALTVATER, 1987, p. 55).

Desta forma, a tendência ao colapso aparece para Hilferding como *derrumbe* da política imperialista do capital financeiro, a qual caberá a ação consciente da versão do sujeito revolucionário hilferdinguiano, o proletariado¹⁵, cuja *práxis* deverá convergir no sentido de combater a política expansionista do capital financeiro - principalmente os conflitos bélicos produzidos por essa tendência. Pois que:

(...) a vitória somente pode provir da permanente luta com essa política, porque só então o proletariado poderá ser o herdeiro do malogro a que essa política conduz, considerando-se que se trata de um malogro político e social, e não econômico, que de forma alguma é uma concepção racional (HILFERDING, 1985, p. 342).

Com a intensificação do capitalismo monopolista, a desproporcionalidade entre as esferas econômicas se reconfigura por conta da restrição concorrencial instaurada pelo movimento tendencial de formação dos cartéis industriais, fusões entre grupos, trustes etc., processo interpretado por Hilferding como fenômeno que tenderia a transpor os limites dos territórios nacionais e representar a formação de um “cartel geral”, o qual significaria a administração consciente da produção e distribuição sob a economia capitalista. Nesse sentido, a crise imanente do capital aparece para Hilferding primeiro não como intrínseca ao processo do capital e, na sequência, como ainda passível de regulação, como se o capital portasse uma racionalidade possível. Estabelecidos esses pressupostos, a pretensa regulação consciente da produção, portanto “administração” das determinações contraditórias do capital, se efetivaria a partir

¹⁵ “Segundo Hilferding, “o mais decisivo inimigo do imperialismo” (HILFERDING, 1985, p. 344).

da crescente planificação da produção, alcançada justamente por conta do processo de concentração aludido.

Desta forma, o “capitalismo organizado” de Hilferding resolveria o que chamavam de condição anárquica da produção capitalista de modo a conter as crises no invólucro da produção administrada e controlada pelos cartéis, tudo isso sem trazer para o debate a mobilização do capital variável na produção da substância do capital (o valor). Hilferding ainda observa que a centralização geral da produção social possibilitaria uma transição pacífica da formação capitalista para o socialismo, processo no qual o capital financeiro - enquanto forma do capital que se generalizava nessa tendência monopolista, sobretudo com a concentração do capital monetário na forma de restrito grupo de bancos – funcionaria como meio importante para a “emancipação” postulada. Não por acaso atribui a esta forma desdobrada do valor o que denominou de “função socializadora”, de modo a afastar qualquer relação crítica entre a autonomização do valor face ao processo de financeirização econômica e a concentração da mais-valia socialmente produzida nas mãos dos capitais mais produtivos.

A função socializadora do capital financeiro facilita extraordinariamente a superação do capitalismo. Tão logo o capital financeiro tenha colocado sob seu controle os ramos mais importantes da produção, basta que a sociedade se aproprie do capital financeiro por meio do seu órgão consciente de execução, o Estado, conquistado pelo proletariado, para dispor imediatamente dos ramos de produção mais importantes (HILFERDING, 1985, p. 344, grifos meus).

Está patente em Hilferding que a derrocada do capital não se dará pelas leis internas, como esgarçamento máximo das contradições lógicas de um processo social que carrega consigo a negação do seu próprio fundamento, qual seja, a valorização e crise de valorização do valor como relação dialética basilar; ao contrário, se Grossmann (1979) o situa na fileira dos teóricos neo-harmonicistas¹⁶, aquele socialdemocrata austríaco assim se enquadra

¹⁶ Grossmann (1979) não só afasta a ideia de que haveria uma tendência histórica à preponderância dos bancos no curso do desenvolvimento capitalista, posto que esse processo está vinculado a uma fase específica desse modo de produção, bem como aponta para a pletora de capital, ou seja, a sobreacumulação enquanto tendência inexorável do capital. Assim, voltando-se a Hilferding: “la tendencia historica del capital no avanza en la dirección de un ‘banco central’ que domina la vida económica controlada y ‘regulada’ por un cartel general sino que a través del proceso de concentración de la industria y la progresiva acumulación llega al

justamente por a transferir a *tendência ao colapso* do capitalismo do plano categorial para a dimensão histórica na forma da luta de classes, posto que referido colapso se daria como desdobramento da “ação consciente da vontade da classe operária” (TULA, 1999, p. 9). Nesse sentido, uma vez concentrado o poder econômico em poucos grupos empresariais, situação da qual Hilferding deduz dominação política, estaria configurada, para o mesmo, a forma estatal¹⁷ “como instrumento invencível da manutenção da dominação econômica”, e de cujo fundamento – o capital financeiro – a sociedade deveria se apossar, por meio, claro, do poder político (o Estado), enquanto “condição prévia da emancipação econômica” (HILFERDING, 1985, p. 345); assim como, “a vitória do proletariado está ligada à concentração do poder econômico nas mãos de poucos magnatas do capital ou de associações de magnatas e à sua dominação do poder estatal” (HILFERDING, 1985, p. 346). “Con la misma lógica podría demostrar Hilferding que la voluntad consciente de los obreros, que aspiran a elevar sus salarios por medio de la huelga, prueba la inexistencia de leyes económicas que determinen los salarios (GROSSMANN, 1979, p. 42).

É desta forma que Hilferding acredita que se resolverá a tendência imanente do capital em sobreacumular, ou seja, não realizar a passagem a outras formas de capital, em cuja metamorfose se constitui como processo social. Não obstante, é a ideia de proporção justa que, segundo o mesmo, corresponderá aos anseios da classe trabalhadora detentora do poder revolucionário, portanto como possibilidade real e fundada em fatores políticos extra econômicos enquanto solução volitiva para a derrubada do sistema capitalista. Nesses termos se produzem os fundamentos éticos do socialismo nos quais se sustentam os neo-harmonicistas da socialdemocracia.

derrumbe definitivo como consecuencia de la sobreacumulacion (GROSSMANN, 1979, p. 373). Trata-se de uma indústria altamente produtiva (massa de mercadorias) mas simultaneamente com baixíssima produção de valor.

¹⁷ Nesse momento observamos que Hilferding não enxerga na forma do Estado uma determinação direta da relação econômica pela qual se efetiva o capital, ou seja, não como o outro do processo, como coerção econômica indireta, porém fundamentada no valor. Com algumas ressalvas, concordamos com Mascaro no sentido de que “a razão de ser estrutural do Estado” (MASCARO, 2013, p. 19) deve ser apreendida no interior das próprias relações capitalista, enquanto forma derivada necessária do capital e imprescindível para a reprodução do valor. Portanto, o Estado também se realiza como reprodutor da crise imanente.

Em linhas gerais, o movimento teórico que Hilferding realiza - seja quando da publicação de *O Capital Financeiro*, mas principalmente a partir de suas declarações no congresso socialdemocrata realizado em Kiel, em 1927, ocasião na qual declara que “marxismo não é fatalismo, mas, ao contrário, ativismos dos mais intensos” (TULA, 1999, p. 9) – reproduzido também por Otto Bauer, pode-se dizer que se configura como um *falseamento de Marx*¹⁸, posto que articulam as análises dos esquemas de reprodução do tomo II de modo a conferir sentido à teses que nada mais são que receitas para o enfrentamento das crises conjunturais, elaboradas no interior do próprio invólucro da sociabilidade crítica do capital, mas que aparece como racionalização possível, sobretudo se se levar em conta a fé depositada no subjetivismo revolucionário.

Não obstante Hilferding ter negado algumas vezes a concepção de que o capitalismo poderia se reproduzir ilimitadamente, a tendenciosa interpretação desse socialdemocrata ainda deixa dúvidas sobre o papel desempenhado pelo consumo no processo de reprodução do capital. De fato, ao se esquivar da possibilidade de o capital se constituir como *contradição em processo*, isto é, como categoria que carrega um limite intrínseco na passagem entre as suas formas necessárias enquanto totalidade do capital, tal teórico marxista não apreende a tendência ao capital desenvolver de forma exponencial as *forças produtivas*¹⁹, sendo a superprodução, seja de capital ou de mercadorias, expressão crítica do processo tautológico de valorização do valor.

¹⁸ Em carta enviada a Paul Mattick, em 1937, Grossmann criticava este “falsear Marx”, sistematicamente recorrente entre “os novos defensores da harmonia”: “os Hilferding e os Bauer” (GROSSMANN apud MARRAMAO, 1990, p. 139). Nesses termos, o resgate crítico que fazemos dos teóricos marxista envolvidos no famoso debate *colapso ou revolução*, desdobrado das interpretações dos esquemas citados, caminha no sentido de manter coerência e reafirmação do raciocínio de Marx, como observa Grossmann: “como é possível que na reprodução simples, em que parece reinar por todo lado um equilíbrio tão harmonioso, se desenvolva uma crise?” (Idem, ibidem).

¹⁹ “As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado. A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, o crescimento sempre acelerado desse valor). [...] [O que implica em] diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas” (MARX, 1984, L.III, T.1, p. 188).

Crítico porque envolve simultaneamente constituição e destituição do seu fundamento, como relação fundante negativa:

A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o *capital* e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a *sociedade* dos produtores.

[...] Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (MARX, 1984, L III, T1, p. 189, grifos do autor).

Como mais uma contribuição teórica no debate posto, podemos citar os estudos de Rosa Luxemburg, especialmente aqueles que correspondem ao livro *A Acumulação do Capital* (1984), enquanto crítica aos reformistas Tugan-Baranovski e Hilferding, especialmente à ideia que sustentavam acerca de que ao desenvolvimento do capitalismo não se poderia atribuir um limite objetivo. Será sobre a questão mal resolvida pelos neo-harmonicistas quanto a potencialidade crítica dos esquemas marxianos que Rosa Luxemburg derivará a hipótese de um desequilíbrio permanente entre os dois departamentos da economia capitalista, decorrente por sua vez da impossibilidade da realização da mais-valia no horizonte da relação entre capital e trabalho, ou seja, no interior da sociabilidade capitalista.

Para ela, a teoria da acumulação de Marx, derivada da interpretação das relações de dependência e proporções do esquema de reprodução aludidos, não dá conta de apontar os termos críticos do capital já que a análise marxiana aí estabelecida supõe que a produção capitalista, no horizonte de uma sociedade pressuposta somente por capitalistas e operários, seja ela própria a consumidora do sobreproduto, ou seja, que a mais-valia produzida seria invertida nos próprios pressupostos necessários de reprodução do capital. “Dessa perspectiva, os diferentes ramos da indústria cresceriam harmonicamente e proporcionalmente e se propiciariam entre eles o necessário mercado de venda” (TULA, 1999, p. 10). Estariam, assim, estabelecidas as bases de uma produção sem limites.

Rosa Luxemburg, como importante intérprete do desenvolvimento do capitalismo a partir da teoria marxiana do valor, compreende que o fundamento da produção capitalista é tautológico, posto que significa a valorização do valor, isto é, como forma social que se edifica e se sustenta na afirmação (e negação também) do “trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade” (KURZ, 1993).²⁰ Apesar de não mobilizar a crítica ao capital nesses termos, enquanto crise da sociedade de trabalho, a particular interpretação de viés marxiano empreendida pela autora nos permite fazer tais aproximações entre ambos críticos marxistas da sociabilidade capitalista. Contudo, no afã de estabelecer a crítica à possibilidade da reprodução ampliada se efetivar sem barreiras, e à falta de sentido ao que corresponderia a noção de sociedade composta apenas entre capitalistas e trabalhadores, Rosa Luxemburg aponta equivocadamente para realidades sociais que julga ser não capitalistas como resposta a sua colocação sobre a quem caberia realizar a mais-valia em constante crescimento do processo de produção como um todo. O erro, a nosso ver, reside em empurrar para a fronteira, qual seja, para áreas nas quais, segundo a mesma, o processo civilizatório do capital não teria ainda avançado, a possibilidade de o capital resolver a sua crise imanente, a sobreacumulação observada.

Nesse horizonte interpretativo, o sobreproduto, para se realizar como acumulação reiterada, necessita de realidades ou sociedades cujas relações de produção não se constituam na forma capitalista, na medida em que são entendidas como formações sociais fornecedoras de novos meios de produção, principalmente matéria-prima, bem como de força de trabalho suplementar. (TULA, 1999). Observemos algumas passagens sobre esse entendimento, desenvolvido sobretudo no livro *A Acumulação do Capital*:

Para o emprego da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de

²⁰ “Em sua forma especificamente histórica [nada supra-histórico] o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias primas. [...] Mas o trabalho, nessa estranha forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma” (KURZ, 1993, p. 21).

ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção.

Uma das condições prévias indispensáveis ao processo de acumulação, no referente a sua elasticidade e sua capacidade súbita de ampliação, é a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas, de proporções ilimitadas, a fim de poder enfrentar tanto as vicissitudes e interrupções eventuais no estabelecimento de matérias-primas por parte dos antigos fornecedores, quanto as ampliações súbitas das necessidades sociais. (LUXEMBURG, 1984, T.II, p. 24).

Desta forma, pode-se concluir a partir do raciocínio luxemburguiano, que a acumulação do capital irá se efetivar enquanto existirem áreas para a realização de novas “acumulações primitivas”, o que nos leva a afirmar que há no seu entendimento a crise do capital não como lógica imanente, portanto objetiva, senão uma possibilidade de colapso posta no tempo ou, dizendo de outra maneira, no decurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, portanto, no movimento em que a simultaneidade posta como totalidade crítica do capital não se faz presente como forma de entendimento e apreensão da crise categorial como lógica inexorável do seu desenvolvimento. Nesse sentido, a expansão de economias centrais na forma do imperialismo não é outra coisa senão parte do processo crítico do capital, da reprodução crítica do valor como totalidade social. Isso para nós, pois que para Luxemburg o “processo histórico” do capital que constitui a acumulação capitalista vincula-se obrigatoriamente à incorporação exploratória das realidades julgadas como não capitalistas. Desta forma, a particular teoria da acumulação produzida por ela, como demonstração de estreito entendimento das contribuições hegelianas aos esquemas de reprodução do tomo II, de certa forma “enraizada na compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx” (ROSDOLSKY, 2001, p. 34) - atrela-se à condição de que a acumulação do capital deveria ser necessariamente elucidada a partir das denominadas “terceiras pessoas”, ou seja, da importância do domínio das áreas não capitalistas para a realização da mais-valia correspondente à capitalização.

Como observou, Tula (1999), a contradição que conduziria ao colapso derradeiro do capitalismo, para Rosa Luxemburg, funda-se na concepção de que o interior das economias capitalistas dão conta de resolver, via processo de troca, apenas partes do produto social total, portanto, constituem um limite a

priori estabelecido à valorização do valor; a qual será efetivada (capitalização) a partir da colonização das ditas formações sociais não capitalizadas²¹. Assim, há nas suas conclusões o que Marx já apontava como generalização do capitalismo como modo de produção, bem como significaria a fase imperialista a etapa final do desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, é justamente aqui que começa o verdadeiro problema, pois, uma vez alcançado o verdadeiro final, a acumulação torna-se impossível, tudo o que faz não é senão mostrar o limite histórico do movimento de acumulação ou, o que é o mesmo, a impossibilidade de um desenvolvimento ulterior das forças produtivas (TULA, 1999, p. 11).

É importante reconhecer que, como aponta Rosdolsky (2001), apesar da compreensão equivocada por parte de Rosa Luxemburg acerca da abstração proposta por Marx no contexto dos esquemas de reprodução, sobretudo a hipotética ideia de uma “sociedade puramente capitalista” enquanto abstração que necessitava ser mobilizada com a história em sua concretude, a mesma mobiliza tais esquemas com a possibilidade da incorporação do desenvolvimento tecnológico à situação de reprodução ampliada de Marx, de modo que ao se tentar inserir modificações técnicas aos esquemas, inviabiliza-se a aplicação da fórmula então sugerida por Marx. Luxemburg aponta, como resultante, um excedente de mercadorias sobrantes no departamento II. Observa-se que, “ao crescer a composição orgânica do capital, há menos operários novos que são empregados, e por isto o consumo social não pode ser ampliado suficientemente para incorporar todo o produto-mercadoria do departamento II” (ROSDOLKY, 2001, p. 36).

Contudo, Roman Rosdolsky (2001) ressalta que, diferentemente do que Luxemburg conclui - de que o crescimento da magnitude da composição orgânica do capital confirmaria o insucesso ou “fracasso” do esquema

²¹ Faz-se necessário observar que, do ponto de vista da abstração da análise marxiana do processo de acumulação, no qual a sociedade capitalista é concebida como composta por duas classes antagônicas (trabalhadores e capitalistas), a possibilidade de “terceiras pessoas” ou “mercados externos” inexistem, ou seja, não interfere no processo do capital. Ou “A existência de obstáculos e contradições no processo de acumulação [...] não nega a validade lógica da teoria formulada por Marx; pelo contrário, o próprio Marx acentuou o caráter contraditório do processo capitalista de acumulação; assim, para explicar esse processo, apesar do seu caráter contraditório, não é necessário introduzir outros elementos como os ‘mercados externos’” (MIGLIOLI, 2004, p. 214).

reprodutivo e que a acumulação é praticamente irrealizável – o revolucionamento das forças produtivas de forma socialmente generalizada reconfigura as situações de equilíbrio entre os ramos produtivos, e explicita a crise como imanência na forma de perturbações e crises, ou mesmo na expressão fenomênica de novo equilíbrio temporário.

O fato é que a obra de Rosa Luxemburg, no seu peculiar entendimento do sistema teórico marxiano, gerou contestações entre intérpretes neo-harmonicistas como Otto Bauer, cujos escritos foram citados por Kautsky e Lenin nas respectivas investidas contra a interpretação que aquela produziu sobre o processo de acumulação de capital. Contra a tese sustentada por Rosa Luxemburg, através de seu artigo *Acumulação de Capital* (1912) Bauer constrói um modelo de esquema de reprodução que, mesmo considerando o crescimento das variáveis intrínsecas ao processo de acumulação, tais como aumento da composição orgânica do capital, da força de trabalho empregada etc., conduz a uma comprovação da possibilidade de um desenvolvimento equilibrado do processo, de modo que aponta em elementos exteriores a causa das perturbações ao equilíbrio (TULA, 1999).

Assim, a possibilidade de o modo de produção capitalista deter uma imanência crítica que mais cedo ou mais tarde culminaria no respectivo colapso é substituída por uma concepção positivista do processo do capital, posto que o mesmo é antevisto pelo neo-harmonicistas como “um processo automático e permanente”. Nesse sentido, Bauer também falseia Marx, na medida em que ignora a premissa central marxiana, esboçada nos esquemas, a de que a única relação efetivada entre os dois departamentos (bens de produção e meios de consumo) seria a da troca recíproca dos seus produtos.

Ao contrário, [Bauer] faz com que o departamento II, que, devido aos incrementos técnicos ocorridos em virtude da crescente composição do capital, permanece sempre com um resíduo invendável de mercadorias, ‘invista’ todos os anos no departamento I uma soma de dinheiro equivalente ao valor deste resíduo de mercadorias, a fim de que tal departamento amplie sua produção que no ano seguinte diminua o resíduo real de mercadoria do departamento II. Então, ambos os departamentos da produção social podem crescer e acumular sem originar-se uma discrepância no valor dos produtos que devem ser trocados

e que possa ameaçar deter o *perpetuum mobile* da acumulação do capital (ROSDOLSKY, 2001, p. 38, grifos do autor).

Desconsidera, portanto, o pressuposto a partir do qual Marx explicitara a complexidade da relação entre valor de uso e valor de troca e a realização da contradição entre elas estabelecida no horizonte da produção social. Não obstante, por meio de modelo que correlaciona crescimento populacional e desenvolvimento técnico controlado, os quais lhe forneceram magnitudes e taxas de entrada do capital variável e constante, Bauer afirma ser possível obter o que seria uma taxa de acumulação (relação entre mais-valia total e a acumulada) que nortearia o modelo de investimento “ideal” nos dois departamentos, donde deriva a viabilidade de um desenvolvimento econômico sem barreiras, já que seria inerente ao capitalismo adequar-se a acumulação do capital ao incremento populacional. Ademais, a tese de Bauer pressupõe um colapso do capital não enquanto exacerbação das suas contradições internas, porém cairá em decorrência da sublevação das massas operárias. “O capitalismo não fracassará devido à impossibilidade mecânica de se realizar a mais-valia. Sucumbirá, ao contrário, pela rebelião para a qual impulsiona as massas do povo” (BAUER apud TULA, 1999, p. 12).

Lenin não esteve alheio à polêmica então estabelecida na discussão sobre se a derrocada do capitalismo se daria a partir das contradições objetivas no curso do seu desenvolvimento ou se tal sistema seria derrotado pela sublevação da classe operária mundialmente organizada. Nesse contexto, Lenin contribui para a investida crítica em relação às “terceiras pessoas” citadas por Rosa Luxemburg ao estabelecer os mercados eternos como elos necessários para a realização da acumulação e, sobretudo, a explicitação da crise do capital. O faz no sentido de que o que põe o comércio externo não são as leis de realização do produto social, mas antes é determinado, realizado, tão somente como determinação da circulação de mercadorias que necessariamente extrapola os limites nacionais (TULA, 1999). Desdobra-se da interpretação de Lenin que a crise é geral, e que não haveria uma externalidade possível para sua mitigação.

Examinando os esquemas do Tomo II de maneira mais pertinente, Lenin (1982) contribui para uma interpretação mais contundente da contradição imanente ao capital ao enxergar na realização da mais-valia e do produto social efetuada teorizada esquematicamente por Marx o crescimento dos meios de produção por sobre os artigos de consumo, processo entendido por ele como lei da produção do valor o modo com que o capital constante aumente de forma mais veloz em relação ao capital variável. Portanto, ainda que não o tenha descoberto (a citada lei) a partir das observações sobre a composição orgânica como elemento crítico do capital, desenvolvidas no decorrer do Tomo III d'O *Capital*, Lenin (1982) antevê a crise imanente do capital como fundamento negativo em todos os seus momentos ou formas. Destarte, exportar mercadorias não resolve a crise do capital, ao contrário, expõe e generaliza as contradições do valor, conquanto seja compreendido tal processo como condição do desenvolvimento, por exemplo de formações sociais periféricas em relação às economias centrais ao capitalismo. Assim,

[...] fala-se de 'dificuldades' da realização, das crises que com esse motivo surgem, etc., é preciso reconhecer que essas 'dificuldades', além de possíveis, são necessárias em relação a todas as partes do produto capitalista e de algum modo a respeito somente da mais-valia. As dificuldades desse gênero, dependentes da falta de proporcionalidade na distribuição dos diferentes ramos da produção, brotam constantemente não só ao realizar-se a mais-valia, mas também ao realizar-se o capital variável e o capital constante; não só na realização do produto em artigos de consumo, mas também em meios de produção (LENIN apud TULA, p. 13).

O limite interpretativo a que se pode imputar à Lenin, bem como aos teóricos neo-harmonicistas, e inclusive a Rosa Luxemburg, segundo Rosdolsky (2001), estaria vinculado ao aspecto metodológico engendrado por Marx no conjunto da sua obra madura, pois que o conteúdo envolvido nos esquemas de reprodução não ofereciam de forma absoluta a totalidade do método de apreensão da crítica à economia política mobilizada por Marx. Nesse sentido, o fato de não terem acessado a publicação de outras obras estruturais do método marxiano, a saber, *As Teorias da Mais-valia* e os *Grundrisse*²², constitui um limite

²² Os primeiros escritos de Lenin sobre a realização do capital datam de 1890, momento em que não conhecia as obras citadas (ROSDOLSKY, 2001); *As Teorias*, apesar de escritas por Marx entre 1862-1863, concebidas inicialmente para comporem o livro quarto de O Capital, foram

teórico para a apreensão da totalidade crítica do processo do capital. A completude da teoria marxiana do valor se realiza no movimento do pensamento de Marx na “passagem” dessas duas referências citadas até a produção da sua obra máxima, *O Capital*, enquanto síntese dos momentos contraditórios do capital. Ao não acessar o desdobramento crítico do valor por meio do conjunto da obra marxiana, os intérpretes marxistas aludidos não puderam desdobrar da teoria marxiana da acumulação, particularmente no horizonte da realização do capital, a lei do colapso do capitalismo; em outros termos, a sua qualidade enquanto crise categoria, imanente.

É que nenhum deles entendeu em sua verdadeira dimensão que os esquemas de reprodução e a análise efetuada no tomo II de *O Capital* não estavam em condições de esclarecer por si sós a totalidade do problema da realização, pois para situá-los exatamente no *corpus* marxiano era necessário vinculá-los à teoria marxiana das crises e do colapso (TULA, 199, p. 14, grifos do autor).

Outro teórico marxista a engrossar o debate em discussão foi Karl Kautsky, mas cuja interpretação acerca do desenvolvimento do capital transitou da negação da teoria das crises de Tugan-Baranovski-Baranovski – conhecidamente harmonicista – para a aceitação definitiva dos mesmos argumentos desse último teórico. Assim, se a princípio Kautsky concordava que tanto a ausência de planificação da produção como o subconsumo são determinações do modo de produção capitalista, isto é, tomadas enquanto relação contraditória entre produção e distribuição, portanto como contradições internas à própria produção (potenciais fundamentos das crises), 25 anos depois de determinado posicionamento crítico limita-se ao entendimento de que as crises do capitalismo são perturbações conjunturais, momentâneas, cujas causas resultam do descuido com a proporcionalidade do capital entre os dois departamentos da economia. Uma vez na posição de revisionista, e tendo considerado que o capitalismo superara as crises e inclusive se reinventava, Kautsky não só se contentou em renunciar à teoria marxiana do colapso econômico derradeiro do capitalismo mas, sobretudo, converteu-se em um

publicadas pela primeira vez apenas em 1905-1910, por Karl Kautsky. Os *Grundrisse*: esboços da crítica à economia política, correspondem a manuscritos econômicos elaborados por Marx entre 1857 e 1858, e vieram a público pela primeira vez somente em 1939.

admirador em tempo integral do capitalismo, o qual considerou ter restado mais forte que nunca após as guerras (GROSSMANN, 1979). Não de outra forma, restou a Kautsky vislumbrar no fortalecimento necessário da massa proletária a possibilidade do socialismo, vez que tamanha conquista se materializaria antes mesmo de que ocorra qualquer limite aventado pelos demais teóricos do desenvolvimento das forças produtivas do capital (TULA, 1999, p. 16).

Nicolai Bukharin, ao concluir sua obra *O Imperialismo e a Acumulação do Capital* (1924) deixou sua contribuição na histórica polêmica a respeito das crises e colapso do capitalismo, sobretudo ao defender a posição luxemburguiana sobre a dependência do capital em relação às áreas não capitalistas, bem como afirma a teoria do colapso sistema capitalista não pela impossibilidade de realização da mais-valia, mas por consequência de problemas que julga internos. Porém, Bukharin assim como fizera Lenin, concorda com Marx no sentido da inexistência de qualquer obstáculo à contínua acumulação e realização da mais-valia, momento em que questiona a interpretação de Luxemburg a respeito dos referidos esquemas de reprodução.

Contudo, Bukharin se consolida finalmente mais como um teórico da corrente neo-harmonicista do que um exímio intérprete marxista da teoria do colapso. Não por acaso recuperou parte da teoria da desproporcionalidade de Tugan-Baranovski-Baranovski e de Hilferding a determinação do subconsumo para a formação do seu entendimento sobre as crises. Como aponta Tula (1999), Bukharin não só concebia a existência de uma dupla teoria das crises em Marx, qual seja, a teoria do valor e as implicações daí desdobradas para a queda tendencial da taxa de lucro e a teoria do subconsumo da massa de trabalhadores – bem como afirmava haver não uma contradição fundante entre elas, mas sobretudo uma relação de complementariedade. Por fim, resguardando a influência racionalista de Tugan-Baranovski, conclui-se que a teoria da crise e do colapso bukhariniana não se fundamenta na decomposição do sistema como consequência da objetividade negativa e interna ao capital, como expressão das leis inexoráveis da economia capitalista, senão como resultado de determinações externas, como a guerra, a qual leva, por exemplo, a destruição do aparato produtivo (TULA, 1999).

Ao fim e ao cabo, o resgate da contribuição teórica dos intérpretes marxistas produzida no decurso da passagem entre o começo do século XX e os anos 1930 caminha no sentido de situarmos, ainda que brevemente, o debate a respeito da polêmica entre as perspectivas de desenvolvimento administrado das crises do capitalismo e aquelas que vislumbravam a tendência ao colapso do capital. Em outros termos, de como a teoria marxista da acumulação teria sido mobilizada como interpretação marxiana, ou seja, a partir das leis do valor e suas determinações críticas internas ao capital, enquanto contradição objetiva, ou, por outro lado, como o método de Marx, sobretudo nas discussões sobre os esquemas de reprodução do tomo II, permitiram a alguns marxistas derivarem de tais apreensões possibilidades de uma crise conjuntural, portanto administrável e não fatalista, do sistema capitalista.

Nos interessa também, feito essa recuperação, explicitar um novo momento da polêmica entre teoria da crise e teoria do colapso a qual pode ser localizada em livros e artigos mais recentes, sobretudo no campo das ciências humanas – mais especificamente, e aqui situa a nossa pesquisa, na discussão produzida seja pela sociologia urbana ou pela Geografia – em relação ao processo de acumulação (crítico) do capital, cujas contradições socioespaciais podem ser acessadas no fazer-se do processo de urbanização hodierno. Antes disso, convém-nos situar a importância da produção teórica de Henrik Grossmann na recuperação crítica da referida polêmica e, na medida do possível, aproximarmos a interpretação marxiana do colapso que o mesmo engendrou à crítica necessariamente negativa às relações sociais postas pelo capital, também produzida no mesmo período histórico por Pachukanis, ambas enquanto pertinentes lastros para a nossa tentativa de crítica à socialização pelo consumo exacerbada na forma do atual processo do capital.

3.2 Henryk Grossmann e Robert Kurz: leitores de Marx e intérpretes do colapso do capital

A publicação da obra prima *Lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista* de Henryk Grossmann ocorreu às portas da crise mundial de 1929, enquanto uma das mais emblemáticas crises de realização do capital. Enquanto explicitação da reprodução crítica do capital na forma de uma superacumulação, essa crise de expressão mundial pode conferir a principal obra desse autor marxista uma particular relevância, já que se edificava justamente no rigor do método e da lógica de Marx acerca da teoria da acumulação de capital, bem como no resgate das diversas contribuições críticas produzidas no quadro dos intelectuais marxistas da Segunda Internacional, como movimento por meio do qual Grossmann busca estabelecer novas bases para o que estaria constituído como o fundamento central do sistema de Marx, qual seja, a teoria das crises e do colapso do sistema capitalista.

3.2.1 A qualidade da crise imanente do capital na contribuição teórica de Henryk Grossmann

Nessa empreitada, Grossmann se aprofundou no que se constitui a estrutura e os elementos lógicos, categoriais, de Marx, comparando-os com acervo teórico dos economistas clássicos até atingir a pertinência interpretativa da teoria do valor para com a totalidade do capital, ou seja, tomado enquanto produção e reprodução sociais. Realizar esse movimento remete à importância que o desenvolvimento histórico – sem perder de vista o imbricamento lógico - das teorias econômicas ocupa no curso do pensamento grossmanniano, enquanto lastro indispensável no qual necessariamente estariam submetidas à apreensão das categorias do método de Marx. A totalidade desse movimento corrobora a posição do autor por principiar sua crítica pelos teóricos que advogaram o subconsumo fazendo-o de maneira a deslocar o núcleo de desenvolvimento da crise para a realização da mais-valia, ou seja, para a esfera do mercado, em suma, para as determinações da circulação.

Aqui, a crítica de Grossmann vai no sentido de que, ao transferir para a circulação, os adeptos do subconsumo se “esqueciam” que o desenvolvimento do capitalismo precisava ser necessariamente capturado pela sua totalidade, a partir da unidade contraditória entre produção-reprodução, e não por meio de qualquer lógica dual como produção-consumo. Com tal deslocamento, e no qual reside sua qualidade interpretativa, Henryk Grossmann diferencia-se de nomes como Fritz Sternberg, e mesmo Rosa Luxemburg, na conformação de entendimento sobre a relação entre a reprodução ampliada do capital e a latente crise que o mesmo arrasta consigo. Enquanto estes últimos vinculavam o problema da reprodução (a valorização do capital) à expansão imperialista sobre as formações sociais ditas não capitalistas, às “terceiras pessoas” na concepção luxemburguiana, portanto em claro entendimento de que ao capitalismo sempre se reserva um novo fôlego, seja na forma de novos consumidores ou reabastecimento do efetivo do exército de reserva; Grossmann, nos dizeres de Giacomo Marramao (1990, p. 137), “ao contrário, sustentava que a tendência

para a crise e para o ‘colapso’ do sistema capitalista só podia ser explicada a *partir da teoria marxiana do valor*”.

Assim, se na interpretação daqueles dois marxistas críticos do imperialismo, os fundamentos da crise eram derivados da esfera do mercado, ou seja, explicavam-nas a partir da circulação do capital, e não enquanto problema posto no invólucro da própria esfera da produção, restava impossível apreender a reprodução do capital em conexão necessária com o processo crítico capital-trabalho, como contradição processual que se efetiva não na realização das suas formas em absoluto – na aceitação da “realização” da mais-valia como problema central – mas enquanto negatividade a efetivar obrigatoriamente o trabalho socialmente necessário como abstração que fundamenta o capital como totalidade social.

É importante situar que o marxismo da Segunda Internacional, por meio da maioria dos seus expoentes, encontrava-se no dilema de buscar ações sociais práticas frente ao quadro econômico e político da época, em especial na passagem dos anos vinte ao trinta, momento em que as leituras que remetiam à crise ou colapso do capitalismo quando não eram tidas como “mitologia”, por exemplo, em Raniero Panziere (cf. MARRAMAO, 1990), com finalidade de instrumentalizar o caráter objetivo das leis internas do capital, usando-o como trampolim para a defesa contumaz da planificação estatal como chave resolutive das contradições do modo de produção capitalista; eram mobilizadas para dar sentido à ideias práticas revolucionárias como a “atitude subjetivista” citada por Karl Korsch, típica da versão socialdemocrata da teoria da crise (Hilferding, Bernstein, Lederer etc.), em contraposição ao que definia como “atitude objetivista”, correspondente, segundo o mesmo (MARRAMAO, 1990), à teoria do colapso empreendida por Rosa Luxemburg, F. Sternberg e, sobretudo, na acurada interpretação marxiana produzida por Grossmann.

Por outro lado, Karl Korsch, podemos assim dizer, enquanto representante da tradição neo-harmonicista no horizonte do marxismo ao qual Henryk Grossmann se deteve, traz como opção à polêmica da “crise imanente ou administração das crises capitalistas” a “atitude ativista-materialista”, uma exímia teoria prática voltada para a revolução proletária, cuja sustentação estava

na negação de qualquer interpretação teórica da contradição movente do capital, sobretudo aquela desenvolvida por Grossmann. Destarte, enquanto Korsch tentava derivar a todo custo uma leitura político revolucionária da estrutura metodológica de *O Capital*, forçando “a necessidade de se interpretar a crítica da economia política em conexão com a teoria das classes e da revolução” (MARRAMAO, 1990, p. 134), Grossmann mobilizou com a radicalidade necessária o “modo de exposição”²³ (*Darstellungsweise*) edificado por Marx na sua obra máxima, de modo a conferir importante centralidade a *lei do valor* como centralidade necessária à crítica do modo de produção capitalista e às suas formas desdobradas.

Sobre o nexo necessário entre o lógico e o histórico, implicados no método marxiano de engendramento das categorias n’*O Capital*, e percorrido constantemente na interpretação crítico marxiana de Grossmann, recorreremos à explicação do filósofo alemão em relação às particularidades entre modo de investigação e modo de exposição, enquanto momentos do seu método dialético, antítese direta da dialética hegeliana:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (MARX, LI, T1, Posfácio da segunda edição, 1984, p. 20).

Desta forma, tendo como fundamento a teoria das crises do capitalismo lastreada na potencialidade negativa da teoria do valor, assim como na pertinência científica nos escritos mais robustos de Marx, a saber, *As Teorias da Mais-valia* e *O Capital*, Henryk Grossmann se junta a outros importantes intérpretes marxista da teoria do valor, a exemplo de Issak Illich Rubin, na contribuição da teoria marxiana no conjunto da crítica aos fundamentos da economia política. Vejamos em Grossmann a pertinência de se recuperar o

²³ Giacomo Marramao observa ainda que Korsch desviou-se da complexidade do “método de exposição”, considerando-o como “mera alegoria”, posição que sacralizava a urgência socialdemocrata de reduzir, tornar empírico, “o discurso às exigências de ‘uma teoria prática da revolução proletária’”(MARRAMANO, 1990, p. 134).

divisor de águas que representa a obra marxiana para o desnudamento da sociedade produtora de mercadoria:

‘A enorme força da obra de Marx – diz Grossmann – está precisamente em que pôde explicar a totalidade dos fenômenos próprios da produção capitalista a partir da lei do valor. Essa lei nos oferece, pois, a chave para a compreensão destes fenômenos, na medida em que configura um pressuposto tão inevitável como lógico para isso’. E, em outra parte, afirma que ‘a teoria do colapso [...] constitui um pressuposto necessário para a compreensão da teoria marxiana das crises, com a qual se encontra estreitamente entrelaçada. A solução de ambos os problemas nos é dada pela lei marxiana da acumulação, que resume a ideia central de *O capital* de Marx, ao mesmo tempo que ela mesma repousa sobre a lei marxiana do valor (GROSSMANN apud TULA, 1999, p. 25, grifos do autor).

Nesse caminhar, é necessário pontuar que mesmo não se tendo conhecimento de uma teoria específica da crise no conjunto da obra de Marx, tal constatação não invalida as constantes passagens nos seus escritos nas quais são explicitadas as contradições que envolvem os seus momentos implicados, quais sejam, capital variável, capital constante e mais-valia, bem como as relações então desdobradas como, por exemplo, taxa de lucro, taxa de mais-valia, composição orgânica do capital etc.

Dito isso, arriscamos aqui apontar que, ao incorporar mais tecnologia no processo produtivo (investimento em maquinário mais produtivo, portanto abrindo mão de mais trabalhadores no processo), há alteração consequentemente na quantidade de trabalhadores envolvidos no processo de produção do capital excedente; em outro exemplo: sendo a taxa média de lucro resultado da relação entre a mais-valia (ou seja, o valor criado a mais que o salário, produzido pelo trabalhador) e o capital total investido na produção (capital variável + capital constante), resulta que quanto maior a incorporação de capital constante no processo produtivo, proporcionalmente menos trabalho é demandado para tal finalidade. São dois momentos emblemáticos para a constatação de que a crise é imanente à realização categorial do capital, vez que aí está demonstrado que, mesmo sendo o trabalho o fundamento do processo de produção e valorização do valor, a formação da taxa média de lucro se efetiva como negação do seu próprio fundamento. Contudo, “a taxa de lucro expressa somente uma relação percentual, isto é, um conceito numérico, o qual,

evidentemente, não pode produzir o colapso de um sistema real, pois para que isso ocorra é necessária obviamente uma causa real” (TULA, 1999, p. 19).

Em outros termos: o sentido da acumulação se põe como crise de realização do seu fundamento. Aponta-se também que simultaneamente o capital expande e expõe a crise de desvalorização. Ou: “según la doctrina marxiana, la insuficiente valorización y la conseguinte desvalorización del capital original, se encuentra conectada em forma interna y lógica” (GROSSMANN, 1979, p. 101).

Outrossim, a massa real do lucro desponta no horizonte da crítica como o foco necessário para a apreensão da crise estrutural do capital²⁴. Podemos afirmar, a partir dessas colocações, que o desemprego estrutural e a crise de valorização do capital significam que a crise objetiva atua com *perpetuum mobile* do capital. Em um sistema societário cuja finalidade da produção social seja a própria produção, ou seja, no qual a satisfação de necessidades não represente o seu escopo, a superprodução e as crises aí envolvidas são a tônica do processo.

Tendo em vista a tentativa de elucidação da contradição generalizada como espécie de liga social, é justamente sobre a relação negativa entre taxa de lucro – na verdade a sua expressão cada vez mais agudizada como queda tendencial da taxa de lucro – e a redução proporcional do trabalho no processo o capital, que intérpretes marxistas da qualidade de Henryk Grossmann, a seu tempo claro (porém detendo uma crítica tão pertinente quanto a de Marx) e, mais recentemente, Robert Kurz, têm relevância na explicitação das contradições do capital não como crise de subconsumo ou mesmo como problema particular da realização da mais-valia, mas sim como imanência das relações de produção engendradas pela sociabilidade capitalista. A teoria marxiana do valor, ou lei do

²⁴ Segundo Jorge Tula, “Grossmann foi o primeiro a mostrar que o colapso não pode ser explicado a partir da taxa de lucro, isto é, da cifra-índice do lucro, mas sim da massa real do lucro que está oculta por trás dela em sua relação com a massa do capital social. ‘O caráter do problema – dirá – se torna inteligível se relacionarmos o colapso não com a taxa de lucro mas com a massa de lucro’. Afirmção essa em total consonância com aquela outra de Marx [Teorias da mais-valia], segundo a qual ‘a acumulação não depende somente do tipo de lucro, mas também da sua massa’”(TULA, 1999, p. 19).

valor, ganha centralidade no processo de investigação realizado por ambos autores. Quanto à Grossmann,

[...] transferia decididamente a questão, através de uma autorreflexão metodológica profunda, para a análise das *relações de produção*, no interior de cuja *dinâmica* devia ser buscada a tendência geral de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Baseando-se na dupla dimensão de realidade determinante e de generalidade abstrata (a respeito do movimento histórico-empírico) da lei do valor, ele chegava a conectar esta última com a teoria das crises *por meio da lei da acumulação* (MARRAMAO, 1990, p. 138, grifos do autor).

A originalidade dos estudos realizados por Grossmann, dentre os intérpretes marxistas sua época, caracteriza-se justamente na importância que confere para a pletora de capital como o fundamento determinante para o colapso do capitalismo, posto que tal superacumulação redundava em insuficiente valorização. Isto é, de forma inversa aos marxistas que o antecederam, principalmente na tendência clássica de depositarem na desproporcionalidade entre as distintas esferas da produção a causa maior das crises e do colapso, Grossmann vai buscar na lógica de Marx o entendimento de que, se se quiser falar de crises parciais como as decorrentes da referida desproporção, há que se ter no centro do fundamento crítico a determinação maior posta na crise geral, portanto não parcial, do capital, momento em que se expõe os distintos modos de exposição entre Marx e aquele de Say e Ricardo (TULA, 1999, p. 17).

No percurso de demonstrar a pertinência da teoria marxiana do valor, no contexto da retomada dos esquemas de reprodução do tomo II de *O Capital*, Grossmann mobiliza a versão do esquema então produzida por Otto Bauer, estendendo-o até o ano 35 (o autor limitava-o em 4 anos), de modo a conferir que, com o constante aumento da composição orgânica do capital – premissa considerada por Bauer, mas sem as devidas implicações críticas para a taxa de mais-valia – apesar do aumento da mais-valia absoluta (aumento do número de trabalhadores), atinge-se um ponto do processo de acumulação em que a mais-valia decorrente não se faz suficiente para repor os pressupostos da acumulação observada no ciclo anterior. É a prova cabal para Grossmann, no entendimento de Paul Mattick, recuperado por Tula, “de que o sistema traz um limite objetivo

determinado pela tendência da queda da taxa de lucro imanente a ele” (TULA, 1999, p. 19).

Entretanto, a tese de Henryk Grossmann, como dissemos, é centrada na redução da massa do mais trabalho, a qual, no avançar crítico da acumulação, caí em termos absolutos. É patente que a cada ciclo do capital se requer uma massa maior de mais-valia para que a acumulação seja garantida. Ou, nos seus termos, “La dificultad se encuentra más bien en la *valorización* del capital: o plusvalor no alcanza para proseguir la acumulación con la tasa de acumulación presupuesta. De allí la catástrofe” (GROSSMANN, 1979, p. 119).

Faz-se notar que a queda no ritmo da acumulação implicaria não só na não incorporação do exército de reserva decorrente do aumento populacional (o que geraria um exército permanente de desempregados), com consequente achatamento dos salários, com reflexo em possíveis aumentos da taxa de mais-valia e da massa também; bem como, por outro lado, cria-se a possibilidade de uma recusa generalizada por parte dos capitalistas em investir, posto que estariam dadas condições piores de auferir uma massa de mais-valia igual ou maior que a resultante do ciclo anterior, como observou Jorge Tula (1999), o qual resgata a seguinte passagem de *A Lei da Acumulação e do Colapso do Sistema Capitalista*:

A massa de mais-valia – dirá Grossmann – é parecida a um recipiente de água que enquanto, por um lado, recebe uma afluência de água de 5% de um certo período, por outro, por sua vez, perde durante o mesmo lapso de tempo uma maior quantidade[...]. Porém, depois de um período suficientemente prolongado, a reserva não pode senão esgotar-se; a cota que anualmente deve ser capitalizada não se limita a esgotar a mais-valia mas, finalmente, tem que terminar sendo maior que a mesma, apesar de que na realidade não é mais do que *uma parte* da mais-valia. Aqui é onde encontra-se a contradição. A massa de mais-valia já não pode prover a massa que se requer para a acumulação de acordo com o ritmo de acumulação preestabelecida. Daí deriva o colapso do sistema, seu necessário fim econômico. (GROSSMANN apud TULA, 1999, p. 19, grifos do autor).

Por fim, a retomada da interpretação produzida por Henryk Grossmann a respeito do processo de acumulação de capital e da teoria das crises ganha pertinência no escopo do nosso trabalho na medida em que não só constituiu

uma discussão necessária, à época – lembremos: nas vésperas da crise de 1929 – em relação às distintas formulações de entendimento sobre a centralidade ou não da crise do capital na obra de Marx e, mais pormenorizadamente, de qual forma de apreensão, isto é, crise cíclica ou estrutural, no conjunto de intérpretes de teóricos que sucederam à Marx e Engels; e, sobretudo, corresponde à uma leitura do processo do capital a partir da esfera que boa parte dos seus contemporâneos da leva de teóricos marxistas da crise se recusou a desnudar, qual seja, do processo produtivo da mais-valia; em outros termos, da crise não como expressão do baixo poder aquisitivo do proletariado (argumento para o subconsumo), senão enquanto lógica negativa que fundamenta o desenvolvimento do capital.

É devido essa qualidade crítica que ousaremos aproximar a contribuição teórica de Grossmann a alguns momentos da teoria do colapso de Robert Kurz, no sentido de que, mesmo havendo certa diferença temporal entre as respectivas produções teóricas e, sobretudo, terem os respectivos intérpretes da crise do capital vivenciado períodos distintos do processo lógico-histórico do capitalismo, podemos sustentar a ideia de que são duas das mais importantes contribuições no horizonte da crítica marxiana à forma de produção social da mercadoria.

3.2.2 O colapso da modernização de Robert Kurz: crítica contemporânea do fundamento negativo do capital

No contexto da proposta que empreendemos desenvolver no presente trabalho, a contribuição crítica do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz (1943-2012) ganha relevância justamente por este autor ter constantemente revisitado com a devida pertinência o conjunto da obra de Marx, principalmente *O Capital*, tomado enquanto crítica aos fundamentos da economia política, e sobretudo por ter resgatado a força das abstrações, e do fetichismo como relação social contraditória, para com a realização do capital, no movimento deste em relação com a efetivação das suas formas necessárias, como totalidade social. Desta forma, interessa-nos aqui expor, não buscando esgotar toda a sua contribuição, claro, alguns momentos pertinentes da contribuição de Kurz na construção da sua teoria crítica social, como intérprete mais que necessário para a crítica negativa da sociedade moderna, enquanto crise da reprodução social posta na valorização crítica do valor, mormente se considerarmos o atual contexto de reprodução forçada das categorias do capital, como falseamento de uma reprodução social que ainda estaria lastreada na valorização do valor. Esse falseamento ou, no mínimo, fetichismo de efetiva acumulação de capital, passa às costas de todo e qualquer indivíduo que compõe essa forma social. Outrossim, a mobilização teórica das categorias do capital produzida por Robert Kurz sugerem, a nosso ver, uma generalização da barbárie, em suas variadas formas, posto que busca cada vez mais o capital se espalhar como crise - sem obrigatoriamente assim aparecer; antes, se oferece como desenvolvimento social – sobre realidades espaciais e camadas sociais há muito pauperizadas, sobretudo em relação àquelas que sobrevivem da mão para boca (Marx) nas metrópoles (periferias e favelas) da “periferia do moderno sistema produtor de mercadorias” (KURZ, 1993). Assim, por exemplo, o esgarçamento dessa “economia política da barbárie”²⁵, numa tentativa de salto sobre as próprias

²⁵ O conceito de “economia política da barbárie”, enquanto crítica à reprodução social que, já não se fazendo nas bases da exploração do trabalho que gera valor – trabalha como liga, mediação social especificamente capitalista, e única fonte de produção da mais-valia – generaliza expedientes de novas formas de desagregações sociais, violências econômicas e extra econômicas, é desenvolvido de maneira atualíssima e pertinente no conjunto de artigos

bases decrépitas, na forma de expansão do consumo, crédito e endividamento da população favelada requer uma crítica tanto à constituição dos fundamentos contraditórios da forma social edificada nas objetivações abstratas do trabalho, bem como, e especialmente, quando a acumulação de capital “já bateu no limite”, não se efetivando senão como catástrofe (MENEGAT, 2019). Referida crítica recupera o que melhor de Marx há em Kurz, o qual o eleva, traduz e o repõe numa crítica categorial na medida em que assim requer as formas contemporâneas de explicitação da crise imanente do capital.

Quanto ao que se refere à teoria crítica social desenvolvida por Robert Kurz, destaca-se sua produção em, no mínimo, dois momentos complementares da trajetória que construiu como intérprete marxiano da crise do capital (aqui excluindo-se a participação anterior em movimentos pacifista dos anos 1960 e em grupos comunistas e marxista-leninistas, nas duas décadas seguintes), quais sejam, as produções teóricas efetivadas quando fazia parte da revista *Crítica Marxista*, tornada *Krisis*, em 1990, e no processo de maturação da crítica até a fundação, por Kurz e outros expoentes da crítica social ao trabalho abstrato, em 2004, da publicação *Exit! Crítica e crise da sociedade da mercadoria*; portanto, enquanto momentos de consolidação da ruptura definitiva do autor com qualquer fundamento ontológico do trabalho e com a perspectiva da luta de classes que orbita necessariamente nessa variação de crítica ao capitalismo, atinente ao marxismo tradicional. São momentos que sugerem a passagem interpretativa de Kurz do horizonte da teoria da crise - como movimento necessário para a apreensão do fundamento negativo da sociabilidade posta na abstração da modernidade, o valor - para a conformação da posterior elaboração teórica da *crítica do valor*.

Como parte da crítica à moderna sociedade produtora de mercadoria, discutiremos algumas contribuições do autor no referido periódico *Crítica Marxista*, conjunto de textos que já explicitavam as contradições da centralidade do trabalho socialmente necessário como média social, como movimento da crítica que por seus pressupostos antecipava outro trabalho, de maior

organizados, alguns deles escritos, por Marildo Menegat sob o título *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto* (MENEGAT, 2019).

repercussão e nexos críticos, desse filósofo alemão, sob o título *O Colapso da Modernização: da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial* (1993), cuja forma desdobrada conceitualmente como crise geral e irrestrita da sociabilização pelo valor apontava limites lógicos do sistema produtor de mercadorias que se explicitavam tanto no fenômeno da economia de mercado liberal comum ao Ocidente, bem como, para a surpresa de muitos, sobretudo dos intérpretes marxistas da luta de classes, constituíam igualmente o sistema econômico de base estatal das realidades sociais do Leste. Não obstante, a crítica empreendida por Kurz face ao processo do capital, como *modernização*, se amplifica com estudos mais futuros como *Com Todo o Calor ao Colapso* (2004) e, mais recentemente, *Dinheiro sem Valor* (2014).

Com o propósito de qualificar com fundamentos mais teóricos a produção de entendimentos acerca do grau de exploração capitalista e das crises sociais advindas elaborada pela esquerda na década de 1980, o periódico *Crítica Marxista*²⁶ (cf. KURZ, 2018), em sua primeira publicação, buscou retomar as contradições do capital a partir da discussão da ideia de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se fundamenta na relação de necessidade que o capital tem em fazer da exploração do trabalho o seu núcleo essencial mas que, com o ápice do desenvolvimento das forças produtivas atingido com as inovações da revolução microeletrônica na década de 70, tem se efetivado como processo que exclui definitivamente o único elemento social que pode gerar valor, o próprio trabalho vivo, ou seja, como eliminação do trabalho do processo produtivo imediato e caráter estrutural, sem perspectiva de reincorporação futura. Assim, a tendência indicada era a de que a reprodução do capital ocorria na forma simultânea de negação do pressuposto que lhe conferia “sentido”.

Nesse contexto, enquanto a esquerda dita marxista procurava localizar as determinações históricas para a conformação do que consideravam ser mais uma demonstração de crise periódica, passageira, seja de superprodução ou de superacumulação do capitalismo, Robert Kurz deslocava qualitativamente a

²⁶ Discutiremos aqui alguns dos números principais da publicação *Crítica Marxista* na forma em que foram retomados, reproduzidos, na coletânea *A crise do valor de troca*, cujos textos foram originalmente publicados em 1986 e 1989 (KURZ, 2018).

centralidade do debate para o problema da contradição lógica inerente ao próprio processo de acumulação do capital, isto é, retirava da base de argumentação do trabalho como algo supra-histórico, da ontologia do trabalho na qual se escorava o “marxismo” tradicional, e estabelecia no plano lógico-categorial do Marx crítico da forma mercadoria os elementos da fundamentação metodológica da sua teoria da crise e, por que não, do colapso da formação social assentada no valor, como crise da própria produção do valor, movimento que claramente apresenta traços da crítica que mais tarde faria no escopo da negatividade categorial, enquanto contradição do trabalho abstrato e o limite interno total da valorização. Ao se aproximar da *lei do valor* mobilizada por Marx contra os ditames do nexos social da formação capitalista, Kurz e os demais intérpretes do *Krisis* deixam antever a virada interpretativa frente à coleção de teóricos marxistas que os precederam.

Nesse caminhar, o horizonte a que se volta a crítica estabelecida na publicação *A Crise do Valor de Troca* (KURZ, 2018) diz respeito à problemática posta na concepção de crise desdobrada da incongruência entre o alto grau de produtividade material alcançado pelo capitalismo e sua retenção na abstração social posta pelo capital, em outros termos, na contradição entre o “aparecer como imensa coleção de mercadorias” e a “forma social do valor”. Por um lado, se o engendramento da teoria marxiana da crise - pois há de fato uma leitura a partir do Marx “esotérico”, negativo, “descobridor do fetichismo social” (KURZ) - nessa fase de maturação das ideias de Kurz et al., como reflexão inaugural da teoria da crise, ainda se fazia no invólucro da posituação do trabalho como meio de conquistas no horizonte da luta de classes e da concepção do movimento operário como latente sujeito revolucionário, a crítica à relação de valor estabelecidas nos marcos dessa primeira publicação implica momentos teóricos necessários de explicitação de uma sociabilidade que, conquanto seja destituída de qualquer positividade, isto é, a começar pela destituição de qualquer aparência de naturalidade das suas categorias, não consegue parar em pé.

A potência do argumento está aí situada em Kurz na medida em que, diferentemente do marxismo do movimento operário, este não sucumbe ao instrumentalismo positivista disfarçado de crítica social dos adeptos da *práxis*

revolucionária e mantém-se coerente com a teoria do valor e teoria da crise empreendidas por Marx. Como sugere Kurz (2018, p. 16), a esquerda marxista aferra-se teoricamente às temporalidades do “declínio histórico do capital” e, fatalmente, (...) “a maturação da crise objetiva da relação capital se manifesta simultaneamente como crise da própria teoria marxista”.

O que Kurz sustenta é que muitos dos intérpretes de esquerda se mantiveram teorizando questões superficiais em relação as novas configurações e relações sociais de produção produzidas pelo desenvolvimento capitalista, deixando de produzir uma apreensão teórica da totalidade social posta pelo capital, como abandono das categorias próprias da teoria marxiana, para corroborar um entendimento limitado (KURZ, 2018). Destarte, tornar-se teórico crítico da sociedade burguesa, pondera Kurz, implica repor em contexto histórico atualizado “as categorias essenciais da crítica da *‘objetividade do valor’* e, assim, [retomar] a uma crítica histórico-concreta do *fetichismo da mercadoria* (KURZ, 2018, p. 16). A *lei do valor*, a partir da qualidade dessa retomada, perde a formalidade ou aparência de má distribuição da mais-valia, como crise ou contradição administrável, e se efetiva como lei inexorável do capital, enquanto determinação (abstração) fundamentalmente contraditória ou, se pensado ao nível da totalidade social posta pelo capital, se apresenta como contradição insuperável entre matéria (fisicidade) e forma da reprodução social, como relação antagônica entre “forças produtivas” e “relações de produção”, e inerente à relação do valor ou da própria mercadoria (KURZ, 2018). “Trata-se, pois, de expor conceitualmente a contradição entre *produtividade material*, por um lado, o *caráter do valor ou de mercadoria*, por outro lado, como núcleo essencial da *história do capital* (KURZ, 2018, p. 17, grifos do autor).

É justamente nesses arredores do desencontro entre *forma e relação* que Kurz esboça os elementos iniciais da futura hipótese sobre uma modernização colapsante, que fez do *ethos do trabalho* que gera valor a liga social entre o que se imaginava ser dois mundos antagônicos, mas que se realizou em verdade como mais um momento da sociabilidade referida na forma mercadoria. A crítica nesse movimento do pensamento de Kurz voltava-se para o marxismo corrente e para a forma de apreensão da realidade praticada no interior dos movimentos

intelectuais da esquerda, para quem a qualidade do capital como relação contraditória entre valor de uso e valor de troca, quando muito é assim entendida, resume-se nos contornos subjetivos, como mera terminologia que serve para qualquer fase do capitalismo, externalidade desprovida de relação com a possibilidade de corresponder à contradições objetivas realizadas no plano do real, posto que, por exemplo, o que denunciavam como exploração capitalista no horizonte da relação entre capital e trabalho, lastreada em processos reais nos locais de trabalho tais como fábricas etc., envolve determinações diretas com a particularidade da forma de mobilização de forças e músculos para o capital, isto é, de um processo social que por meio do dispêndio de energia busca produzir valor; assim, o que Kurz aponta como falha interpretativa do marxismo é o ato de não derivarem a contradição processual do capital, a relação antagônica entre as formas do valor, como desdobramento obrigatório do conceito de *trabalho produtivo*. O marxismo tradicional se perdeu ao não diferenciar o duplo lastro ao qual esse conceito está atrelado, como Marx (1984) reiterara.

Podemos dizer que o cerne da crítica aí empreendida estava no caráter de uma formação social cujas relações de produção não apenas deixara de se justificar como satisfação de necessidades humanas, mas que, sobretudo, generalizava-se como processo auto reflexivo e imaterial, enquanto trabalho em geral (abstrato), indistinto, e como categoria que comporta uma lógica exponencial, trabalho que produz mais trabalho. Para tanto, Robert Kurz desdobra a “determinação analítica” da forma do trabalho atrelada a sua finalidade material, física, como valor de uso, ou seja, quando a produtividade do trabalho envolve determinada relação entre os meios de trabalho disponíveis, portanto do grau de dominação do homem sobre a natureza, com a capacidade deste em transformar tais meios de produção; mas, como ressalta, ainda aqui a qualidade de trabalho produtivo guarda respaldo na materialidade como momento do processo de trabalho, como mediação necessária (KURZ, 2018).

Como segunda “determinação analítica” da produtividade do trabalho, destaca-se, então, a própria formação do valor, como resultante de um processo que envolve dispêndio de trabalho humano em geral (abstrato), que esconde ou

ficciona o valor ao se oferecer como valor de troca. Eis a forma do trabalho que prepondera na moderna sociedade produtora de mercadorias. Assim,

Sob esse ponto de vista, o único trabalho produtivo é o trabalho que é representado imediatamente como ‘abstração social real’ ou ‘substância’ formadora do valor, na qualidade de puro dispêndio de trabalho humano ‘objetivado’ em cada produto (KURZ, 2018, p. 20).

O que tais observações demonstram na sua fonte também corresponde ao fato de que no escopo da produção individual, no horizonte da reprodução simples, a cisão lógica do processo imediato do trabalho, no seu envolvimento material, e do processo de produção do valor não se faz presente como separação, mas, ao contrário, como termos que se identificam, ao passo que trabalho concreto-qualitativo e a sua face moderna, forjador de valor, encontram-se como sentido social na pessoa do trabalhador individual. Situação que será rompida, cindida, conforme avança a divisão social do trabalho, no sentido de maior cooperação nas esferas de trabalho empreendida pelo capital, aumento exponencial dos ramos de produção. Desta forma, Kurz retoma a antecipação feita pelo autor de *O Capital* em relação ao descolamento da produtividade concreta, material, e a produtividade em termos abstratos, senão metafísicos, em “*termos de valor*” (KURZ, 2018, p. 21). Entretanto, trata-se de uma contradição que exige recuperar o que há de mais dialético de Hegel em Marx, no sentido de explicitar o fetichismo por trás das formas do capital, de encontrar a tática da margem falsa da mercadoria (cuja determinação social aparece como natureza corpórea) nos demais desdobramentos do valor, nas suas categorias reais. Ou seja, de modo diverso do caminho tomado pelo marxismo tradicional, o qual tomou a contradição decorrente entre trabalho concreto e trabalho abstrato somente como produtos das ideias, sem a necessária equivalência no real engendrado pelo capital.

Ainda observa Kurz (2018) que a boa parte da esquerda marxista prendeu-se na armadilha de explicar as contradições da sociabilidade capitalista a partir da órbita do valor de troca, realizando milhares de retomadas das “passagens” da obra de Marx, contudo, sem realizar uma necessária interpretação lógico-categorial das condições reais pelas quais se efetivava o desenvolvimento histórico do capital, em como a objetividade cega do capital se

processa, mas cujas determinações necessárias estão para além do limite do valor de troca, apesar de o pressupor. O sobressalto da interpretação mobilizada por esse ensaísta alemão em relação à crítica do capital, e das teorias das crises, produzidas no horizonte do marxismo – movimento que ainda não conseguiu superar a ontologia do trabalho – pode ser representado no que Kurz denominava à época como “protótipo do novo trabalho”, cuja liga social põe-se no valor, enquanto abstração social escamoteada na materialidade da mercadoria, como núcleo irredutível e necessário da troca entre os sujeitos. Porém não se trata de qualquer forma de trabalho, mas aí já estão implicados os termos do *colapso*, como momento de *deposição* dos pressupostos da *lei do valor*, e a argumentação do autor deixa claro a contribuição dos *Grundrisse* de Marx, de toda a negatividade categorial aí mobilizada por este filósofo, para corroborar a hipótese de que o capital carrega intimamente a tanto a sua afirmação como sua desgraça, que suprime seu lastro fundamental:

(...) o trabalho socialmente imediato, materialmente produtivo de forma indireta, improdutivo conforme a essência do valor. No entanto, com a expansão do sistema de máquinas e a produção em larga escala, cresce a importância dessa nova forma de trabalho social imediato para o processo de reprodução social como um todo de um modo historicamente inexorável, tanto em sentido absoluto quanto relativo. Com isso, porém, a lei do valor deve se tornar cada vez mais obsoleta em termos lógicos e a produção baseada no valor se aproximar historicamente de um colapso objetivo (KURZ, 2018, p. 31).

Observamos que a extensão da contradição processual do capital é simultaneamente correlacionada por Kurz com o modo de percepção e teorização produzidos pela esquerda de cunho marxista para qual direcionava boa parte da sua crítica. Nesse sentido, se o capital pressupôs um desenvolvimento das relações sociais nas quais a base da riqueza e sua sustentação eram garantidas pela exploração da mais-valia em seu caráter absoluto, isto é, enquanto a acumulação de capital se fazia por meio da incorporação maciça de trabalhadores como momento de produção do valor, de modo a repor a crise imanente da *lei do valor*, com o desenvolvimento do capitalismo nas bases da expansão da mais-valia relativa, sobretudo após a intensa incorporação da “força produtiva ciência” aos processos produtivos, a

crítica, para ser condizente com o grau de contradição alcançado pelo capital, precisa se restabelecer em outros alicerces.

Como afirma Kurz, com a “congruência” da ciência natural com a “ciência do trabalho” (taylorismo-fordismo) na resultante automação da produção imediata – revolucionada com a aplicação da microeletrônica²⁷ na década de 1970, com efeitos devastadores a partir de meados dos anos 80 - “colapsa a anterior compensação histórica” (KURZ, 2018, p. 57), sustentada até os anos 1950 e 1960, ou seja, enquanto a cientifização ainda possibilitava e pressupunha incorporação de grandes massas de trabalho vivo aos processos produtivos. O resultado desse “encontro” foi uma enorme enxurrada de mercadorias postas em circulação e a busca por mercados consumidores nos lufares mais remotos do globo. Por outro lado, o processo de acumulação posto na forma de aumento exponencial da mais-valia resultou na progressiva diminuição do valor por unidade produzida (“barateamento” da mercadoria), com consequente socialização das mais diversas mercadorias, inclusive aquelas antes voltadas a extratos mais endinheirados da sociedade. A lógica do consumo em massa se generalizava a partir daí.

Tais formas mais aparentes de que o capitalismo tem uma racionalidade intrínseca, ou seja, de que pode dar certo apesar das crises (então limitadas como cíclicas, periódicas), possibilitaram (e ainda o fazem) à esquerda marxista vislumbrar seja “melhores” formas de distribuição da riqueza que julgavam ainda ser produzida (teorias do subconsumo) ou mesmo enquanto momento necessário para ulterior processo revolucionário. Há que se observar que é a lógica imanente do capital, a condição negativa de negar em todo movimento das suas formas o seu fundamento, que preside a crise categorial, a qual se exacerba quando a razão entre incorporação e dispensa de trabalho produtivo vivo pende para a dispensa estrutural dessa única fonte produtora de valor. Portanto, como observa Kurz (2018), o colapso da relação do valor não acontecerá quando o último trabalhador for dispensado do processo do capital,

²⁷ Robert Kurz, em *Com todo vapor ao colapso*, desdobra tal racionalização dos processos produtivos do ponto de vista do capital como totalidade, no sentido de que implicam em “novas forças produtivas da microeletrônica” (KURZ, 2004, p. 26).

mas essa contradição inexorável se efetiva antes, está posta na qualidade do trabalho como “*abstractum* da modernidade” (KURZ, 2004).

Percebe-se também nas posições dos teóricos marxistas a tentativa de desdobrar da capacidade produtiva do capital, em outros termos, do limite de desenvolvimento das forças produtivas como última barreira do capital, de certa maneira Rosa Luxemburg (1984) reproduz essa concepção de crise, posição que alimentou o debate entre crise ou superação das contradições do capital que mencionamos em momento anterior. Porém, o “que é alcançado não é o limite do desenvolvimento das forças produtivas, mas o limite da objetividade do valor” (KURZ, 2018, p. 63). Essa “verdadeira lógica do desenvolvimento do capital” estava, à época, bloqueada pela expansão da reprodução do capital, como realidade empírica que se apresentava afirmando a determinação positiva (fetichista) do capital e, como se fazia pela pletora de mercadorias, encontrou respaldo nos teóricos da crise conjuntural que enxergavam na circulação o “problema” do capital. Destarte, se por um lado Luxemburg tratou de discutir a crise sistemática da época enquanto limite absoluto do desenvolvimento da formação capitalista,

(...) infelizmente, porém, em acordo com o ponto de partida restrito à circulação, de forma diretamente invertida, como suposta realização capitalista da mais-valia alimentada pelo produtores não capitalistas e pré-capitalistas (ou consumidores), e não como expansão compensatória da massa de mais-valia através da absorção do trabalho vivo na produção em uma escala cada vez maior (KURZ, 2018, p. 74).

Portanto, a questão não é a de que a Segunda Internacional não mobilizou a concepção de colapso do modo de produção capitalista, mas sim por meio de quais aparatos da crítica o fez e sem a devida precisão exigida por uma crítica que se queira contundente à subjacente forma social reificada, em geral, ao contrário, efetivou - os teóricos sucessores de Marx e Engels - certo desvio de finalidade da proposta de método crítico construída sobretudo no conjunto de *O Capital*. Não por acaso, e com exceção de Luxemburg, porém com as ressalvas já elencadas, os epígonos de ambos teóricos deixaram de realizar a necessária derivação conceitual que qualquer expressão de bonança do capitalismo requeira, como teorização crítica a partir da ideia de um trabalho especificamente

determinado, conquanto seja trabalho que produz valor, onde reside a determinação de produtividade desse metabolismo da sociedade com a natureza. O movimento operário marxista não pode enxergar a negatividade subjacente ao processo do capital, enquanto relação que tende a suprimir a substância que lhe fundamenta; trata-se da supressão do trabalho não como conquista do ponto de vista do trabalhador, mas como crise objetiva da reprodução social posta na forma tautológica do trabalho abstrato.

Enquanto na própria obra de Marx a contradição aparece ainda como oposição insuperada entre a ‘posição do trabalhador’ e a crítica da economia política, o marxismo dos epígonos eliminou quase completamente a decisiva crítica forma de Marx do trabalho produtor de mercadorias, mantendo a fixação à sociedade de trabalho (KURZ, 1993, p. 81).

Restava enxergar na objetividade categorial do valor o fundamento da crise do capital, porém não apenas isso, mas, sobretudo, a possibilidade real de o capital escamotear no fenômeno de expansão da sua acumulação a reprodução não de seus pressupostos, ao contrário, mas a destituição do seu próprio fundamento, ou seja, da forma de aparecer do capital como desenvolvimento, como expansão, estar se pondo como determinação da crise de reprodução do valor, no fundo como expressão da dimensão crítica que assume o desenvolvimento das forças produtivas – como aumento da composição orgânica – para com o processo do capital. Há que se admitir que o desenrolar das categorias do capital opera não como sucessão de abstrações reais, senão como *simultaneidade*, isto é, antes como lógica; contrapondo-se, assim, com possíveis determinações temporais, históricas. Afinal, e Marx já denunciava na forma da sua dialética, por exemplo, que a expansão do capital se efetiva concomitantemente à queda tendencial da taxa de lucro (ALFREDO, 2009).

Robert Kurz (2018) ainda observa que os sucessores de Marx, principalmente a socialdemocracia representada por figuras como Bernstein e Kautsky, ao fim e ao cabo, negaram qualquer possibilidade teórica do colapso do capital, apegando-se ambos à interpretações produzidas no invólucro do elevado desenvolvimento econômico experimentado na passagem do século, ou seja, detiveram-se na esteira do “mecanismo de compensação histórico” da

reprodução do valor, mais especificamente nas possibilidades deduzidas de uma melhor distribuição da mais-valia reposta. Destarte, da crítica à economia política de Marx só sobrara ao “marxismo” acreditar na possibilidade da prática política dirimir o que entendia como contradição do capitalismo, as formas desequilibradas da circulação. Aqui, a ideia de superação da formação social capitalista estava posta na “ação político-social do proletariado, e não como um colapso objetivo subjacente às próprias relações” (KURZ, 2018, p. 75). Subjetivaram determinações que passam às costas (Marx) daqueles que compõem a fetichista sociedade produtora de mercadorias. A fuga das questões objetivas que envolvem a reprodução do valor tem-se arrastado há muito no horizonte teórico da esquerda “marxista”. “Desde então, pode-se falar em um subjetivismo reformista, que mais tarde foi complementado pelo subjetivismo revolucionário do ‘marxismo ocidental’ e, em parte, na esteira da ‘Escola de Frankfurt’ (KURZ, 2018, p. 75). A crise como externalidade ao capital, pressuposto para o entendimento de que o capitalismo comporta uma racionalidade administrável, constitui ainda hoje embasamento para muitos teóricos que se dizem críticos da sociabilidade capitalista, tais como Manuel Castells e David Harvey.

A centralidade na discussão do colapso do capital está colocada, para Kurz, nos limites lógico-históricos que a “relação de valor” vai demonstrando conforme o capitalismo avança. Contudo, não se trata das transformações implicadas nas relações quantitativas de valor, adjacentes às teorias da crise pensadas no âmbito da distribuição ou produção de mais-valia, isto é, circunscritas à ideia de desproporcionalidade, e que se detiveram sob contextos socioeconômicos engendrados pelas determinações do valor nas suas bases limitadas, sem o impacto do desenvolvimento das forças produtivas nas condições atingidas somente na década de 1970. Trata-se, por outro lado, da virada lógica categorial do capital, de quando a sua relação qualitativa de valor aponta para a destituição generalizada de seu fundamento, como colapso formação social edificada na lógica do trabalho socialmente necessário, o qual se vê negado no processo.

Neste sentido, quando Kurz aponta para a crise da acumulação do capital, remete à esfera imediata de um processo de tende a alcançar a sociedade como um todo, enquanto determinação crítica que se expressará tanto como questões ecológicas, bem como na esfera estatal, de modo que, apesar de aparecer como falta de regulação, essencialmente indica o limite objetivo atingido pelo dinheiro, forma desdobrada e *equivalente geral* posto pelo capital como mediação necessária na reprodução social lastreada na forma mercadoria. Ocorre que um dos momentos da metamorfose do capital, qual seja, a do capital-dinheiro mobilizado na produção de maior quantidade do equivalente geral, a partir da produção de mercadoria, começa a descolar desse seu “momento material”, da produção física (produtos para serem trocados), reafirmando-se como parte crescente de mais-valia não reinvestida no processo produtivo, em suma, na valorização do valor. Ademais, não há só o desacoplamento da exploração do trabalho que produz valor, mas, sobretudo, e aqui reside o problema da “autonomização do capital-dinheiro”, há simultaneamente a “migração” do dinheiro para a esfera do capital financeiro em geral, horizonte no qual passa a se reproduzir mais como capital financeirizado que capital produtivo, avesso à possibilidade de ser reinvestido em meios produtivos, ou seja, que efetivamente repõem o valor. O que se explicita corresponde às origens do processo atual de exacerbação do capital fictício, enquanto desmedida do valor, como forma de capital que procura (se é que já não o faz) se estabelecer como elo social; afinal, e assim temos percebido seja em bairros centrais em São Paulo, e mais acentuadamente em periferias e favelas dessa cidade, o acesso ao crédito e outros meios de pagamento daí decorrentes têm mobilizado a população na forma de socialização estritamente efetivada pela relação consumo-endividamento.

Uma parte cada vez maior da mais-valia realizada desaparece, assim, da esfera da *acumulação real* (industrial) e é ‘investida’ na esfera do *capital portador de juros*, ou seja, é ‘premiada’ enquanto puro capital monetário que recebe juros dos bancos e do sistema de crédito nacional e internacional sob a forma de todo um espectro de obrigações (empréstimos privados e estatais etc., e, não por acaso, o negócio dos créditos tem experimentado toda uma série de sofisticadas inovações nos últimos anos). Para o capital monetário individual é inteiramente indiferente se ele é ‘reciclado’ por meio do emprego direto em

atividades industriais ou meramente através dos juros. (KURZ, 2018, p.111, grifos do autor).

A crítica ao processo de sociabilização posto na forma da reprodução crítica da valorização do valor, nos propósitos de *O Colapso da Modernização* de Robert Kurz, se volta principalmente para essa questão do dinheiro desprender-se da sua determinação de capital, isto é, de realizar a função de comprar e mobilizar força de trabalho humana no processo produtivo, na forma específica de D-M-D'. O problema todo então se coloca no processo pelo qual sobra dinheiro na forma de capital portador de juros, como rendimento do dinheiro auferido (na condição de juros) nos sistemas bancário e de crédito em geral. Kurz (1993) retoma a problemática desenvolvida em *O Capital*, particularmente no Livro III, na medida em que ressalta a negação do fundamento real da *modernização*, como instância determinante para a avalanche de dinheiro a que foram submetidas as economias da periferia do sistema capitalista, sobretudo os países que compunham o “Terceiro Mundo”. O endividamento estrutural dessas economias, dentre as quais está o Brasil, decorreu justamente da imposição desse “dinheiro que não é ou será capital”²⁸, pelo sistema de crédito internacional, realidades nacionais que muito pouco usaram dessa monetarização em investimentos realmente produtivos (no setor industrial, por exemplo) e, a exemplo da industrialização brasileira, inverteu-se recursos em plantas e maquinários altamente poupadores de força de trabalho.

Há que se falar em determinada “pletora de dinheiro” no lugar de “pletora de capital” observada por Marx quando discutia os desdobramentos das contradições internas da queda tendencial da taxa de lucro, enquanto processo imanente ao capital. O dinheiro posto e repostado na forma de crédito, como processo de autonomização do capital financeiro, remete assim a como a acumulação (crítica) de capital fetichizada, já que refere-se cada vez mais a um processo no qual o juros não decorre tanto da produção da mais-valia, isto é, da “relação-capital” (MARX), senão generaliza-se a partir do valor se auto referenciando, como valor que valoriza a si mesmo, em que pese a sua

²⁸ “No processo de reprodução do capital, a forma-dinheiro é evanescente, um mero momento de transição. No mercado monetário, ao contrário, o capital existe sempre nessa forma” (MARX, 1984, LIII, T1, p. 294)

representação na passagem que explicita a supressão da fonte, do processo concreto que faz do valor uma abstração real: D-D'. Trata-se da alienação máxima do capital portador de juros, cuja relação social posta no horizonte da modernização colapsante não é outra senão a exacerbação do fundamento irracional do capital para outras instâncias da sociedade, como barbárie a ser administrada (MENEGAT, 2019).

Ainda sobre a perda de magnitude do capital para investimento na produção, juro concebido como capital “funcionante”, em relação à sua forma monetária, como capital monetário portador de juros, temos que:

[...] Em D-D' temos a forma irracional do capital, a inversão e a reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto do seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a *mistificação* do capital em sua forma mais crua.

[...] É somente no capital monetário que o capital se tornou mercadoria, cuja qualidade de valorizar a si mesma tem um preço fixo, cotado na taxa de juros de cada momento (MARX, 1984, LIII, T 1, p. 294, grifos meus).

A questão que se coloca na atualidade, inclusive para as realidades nacionais que foram objeto do que Kurz denominou de processo de “modernização retardatária”, é como a crise objetiva do capital, enquanto expressão em última instância da queda tendencial da taxa de lucro do capital, se desdobra tanto nas ações dos agentes econômicos, sobretudo no mercado financeiro, bem como na esfera que aparece – mas não o é – como a face oposta à economia, isto é, o Estado e as iniciativas gestadas nos seus contornos. Em outras palavras, da perspectiva de crise e colapso do “moderno sistema produtor de mercadorias” devem elementos pertinentes para a releitura necessária dos nexos atualizados de reprodução do capital, sobretudo na dimensão do urbano e das práticas de institucionalização das relações sociais no cotidiano. Aqui, as *ilusões jurídicas* se exponenciam como lastro da catástrofe a ser gerenciada. Busca-se, ademais, a partir da *crítica do valor* e do legado marxiano, os desdobramentos críticos da modernização, na qualidade de novos termos da reprodução crítica da sociabilidade capitalista.

3.3 A teoria marxiana do valor na forma da crítica do direito de Pachukanis

A principal obra escrita pelo jurista soviético Evgeni Pachukanis (1891-1937) corresponde à sua *Teoria geral do direito e marxismo*, publicado originalmente em 1924, isto é, apenas sete anos após a Revolução de Outubro. Com essa produção teórica, resultado de pesquisa que já vinha desenvolvendo no campo da crítica ao direito, sobretudo no combate teórico à corrente positivista de interpretação das relações sociais a partir do ordenamento jurídico, encarnada, por exemplo, na concepção normativista do direito de Hans Kelsen, Pachukanis vai buscar no método mobilizado por Marx na respectiva crítica da economia política, cujo arcabouço teórico será utilizado na crítica das categorias jurídicas essenciais; e mais, realizará a desconstrução do direito a partir da sua estrutura interna, derivando radicalmente o conjunto de normas, a jurisprudência dogmática, das “relações de valor” subjacentes à concepção ontológica e trans-histórica do direito. A crítica volta-se, portanto, ao problema das relações jurídicas tomadas como relações que acompanhariam a sociedade desde sempre. Assim, as relações jurídicas e a correspondente forma geral que a sucede na concepção de direito, são ou devem ser apreendidas no horizonte da formação social capitalista, na medida em que guardam estreitos elos com a forma da mercadoria e o fetichismo que preside a relação posta entre os sujeitos implicados na socialização pelo valor. Nesse sentido, Pachukanis denuncia que a propalada “ideia do direito” não é outra coisa senão a “expressão unilateral e abstrata de uma das relações da sociedade burguesa, a saber, da relação entre proprietários independentes e iguais, uma relação que é a premissa ‘natural’ do ato da troca” (PACHUKANIS, 2017, p. 234).

A retomada do método de exposição de Marx, principalmente na forma acabada com a qual está desenvolvida em *O Capital*, permite, a partir da citada crítica radical aos fundamentos jurídicos da sociabilidade capitalista, levantarmos a hipótese de que a crise categorial do capital impõe certa generalização das *ilusões jurídicas* apontadas por Marx e resgatadas com seu máximo rigor por Pachukanis. Nessa empreitada, Pachukanis se destaca em relação às interpretações realizadas no campo da filosofia do direito do seu

tempo principalmente por estabelecer, a partir do método dialético, os nexos necessários entre a forma do direito - das relações jurídicas envolvidas por essa abstração – e a forma mercadoria, de modo a expor o motivo pelo qual as relações sociais sob o capitalismo necessariamente precisam aparecer como direito ou, como busca discutir nossa pesquisa, demonstra o viés econômico como determinação objetiva da concepção de “legalidade”, do “legal” e do “ilegal” como simultaneidade a repor a crise imanente do capital.

Ao se alicerçar no método de Marx, o legado de Pachukanis rompe também a ideia comum ao marxismo em geral de que o direito representa um instrumento naturalmente de classe, reducionismo que privilegia apenas a caráter normativista, no lugar de explicitar os motivos pelos quais o conteúdo social engendrado pelo capital – particularmente nessa formação social – necessariamente assume um *forma* jurídica (NAVES, 2008). A relação jurídica, nesses termos, não advém de um conteúdo apriorístico ou do plano das ideias, porém, das abstrações concretas implicadas na totalidade social da qual devém. “[...] é uma relação abstrata e unilateral, mas nessa unilateralidade ela se manifesta não como resultado do trabalho da mente de um sujeito pensante, mas como produto do desenvolvimento da sociedade (PACHUKANIS, 2017, p. 94).

Assim, a construção da crítica pachukaniana à qualidade do sujeito e das relações sociais efetivadas entre os mesmos na condição de portadores de direitos, enquanto sujeitos da troca, segue rigorosamente a metodologia marxiana já explicitada na famosa *Introdução à crítica da economia política*, de 1857, seja no sentido de as categorias do moderno aparecerem como universais, trans-históricas, porém assim postas como “determinações de existência” das mesmas enquanto produto de uma específica formação social: a sociedade burguesa produtora de mercadorias; bem como no processo de buscar nas formas mais desenvolvidas a explicação, o nexo, das formas precedentes. Assim, por meio da dialética marxiana, Pachukanis refaz o caminho da forma jurídica em paralelo com a crítica de Marx à forma mais imediata, mais simples, que é a forma mercadoria.

Emprestando de Marx o seu entendimento em relação à mercadoria, vislumbramos em Pachukanis que a categoria fetiche é fundante na relação entre

ser e aparecer, entre essência e fenômeno na relação contraditória entre norma e relação jurídica, já que esta contradição é compreendida pela sociedade capitalista a partir da sua forma positiva (jus positivistas), como se o conjunto normativo produzisse as relações jurídicas, sendo que a pertinência da interpretação pachukaniana reside em pôr a descoberto justamente o contrário, ou seja, que são as relações jurídicas (forma jurídica), estabelecidas entre sujeitos de direito, enquanto desdobramentos da forma mercantil-capitalista, que geram o conteúdo normativo. A existência deste conteúdo está necessariamente fundamentada nas relações de produção capitalistas. Pachukanis, assim como Marx, metodologicamente caminha das formas mais simples para as mais complexas, motivo pelo qual relação e norma são analisadas enquanto formas, momentos etc., os quais, somados à outras formas, perfazem a totalidade do direito; o autor tensiona relação e norma, relacionando-as, sem absolutizá-las.

Para Pachukanis (2017), assim como a riqueza da sociedade capitalista aparece na forma de imensa acumulação de mercadorias, esta sociedade apresenta-se como uma “cadeia infinita de relações jurídicas”; é na relação jurídica que o direito “realiza o seu movimento real”, representando esta relação a célula embrionária da totalidade dessa abstração chamada direito (PACHUKANIS, 2017, p. 111); trata-se de uma abstração decorrente de relações concretas porque sociais. O universo de sujeitos ligados por pretensões recíprocas é que engendra a estrutura jurídica a qual, por sua vez, corresponde à estrutura econômica – relações de produção de uma sociedade alicerçada na divisão do trabalho e na troca. É, portanto, a relação entre os sujeitos e as suas interações que importam antes de qualquer manifestação objetificada.

O direito deve ser apreendido enquanto relação social específica, a partir da qual outras relações sociais são mobilizadas para dar conta da reprodução do capital: portanto não se trata de uma relação autônoma, mas, sobretudo, “sobredeterminada” (NAVES, 2008) por relações mercantis, pela forma mercadoria, em suma, pelo valor.

Se em Marx, sobretudo em *O Capital*, o valor não pode ser dissociado da relação com o tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho abstrato, indiferenciado) para a produção de determinada mercadoria, em Pachukanis, as

instituições do direito (norma, sujeito de direito [igualdade formal] etc.) estão necessariamente vinculadas às relações de produção que perfazem a sociabilidade capitalista. Tanto em Marx quanto em Pachukanis “trata-se de identificar o elemento que concentra em si a *especificidade* de relações sociais determinadas, e cuja *forma* permite revelar tal especificidade” (NAVES, 2008, p. 65).

Implicam, portanto, não só o fetiche que adere às mercadorias, bem como reproduzem a crise objetiva do capital enquanto *contradição processual*. Desta forma, arriscamos dizer que quanto mais o capital avança enquanto *monetização descolada da produção de mais-valia* (D-D') mais as ilusões jurídicas são mobilizadas para tentar dar coerência, aparência de racionalidade possível, às formas contemporâneas de contradição do capital. Os diversos processos de institucionalização do cotidiano, das práticas de sobrevivência das parcelas mais pobres da população sugerem tais intenções de administração da barbárie.

Nesse caminhar, se o fetiche da mercadoria naturaliza ou “coisifica” a relação social posta na forma do valor, no processo social, como relação entre objetos misteriosamente imbuídos de valor, a ilusão ou fetiche jurídico, como de maneira sagaz observou Pachukanis (2017), “inverte e completa o fetiche da mercadoria” (KASHIURA JÚNIOR, 2014, p. 220), momento em que o ser proprietário de algo, possuir determinados direitos etc., na sociedade capitalista, põe tais imposições, no limite determinações do valor, “o socialmente necessário como ato de liberdade individual” (KASHIURA JÚNIOR, 2014, p. 221), como escolha racionalmente feita pelos sujeitos.

A personalidade jurídica, determinada por relações sociais muito específicas, ressurgue, por obra do fetiche, como determinante dessas mesmas relações. O homem, que recebe a personalidade jurídica para pôr mercadorias em movimento, mais precisamente para pôr a si mesmo como mercadoria à disposição do capital, ressurgue como sujeito de direito, núcleo de uma vontade que livremente determina o conteúdo das relações sociais nas quais ele, independentemente de sua vontade, está inserido. O *qui pro quo* do fetiche da mercadoria encontra o seu par no “*quo pro quid*” do fetiche jurídico. A ideologia burguesa se constrói sobre esse giro fundamental cujo eixo é a figura do sujeito de direito (KASHIURA JÚNIOR, 2014, p. 222).

No âmbito da nossa pesquisa, que tem como objetivo compreender as determinações do capital fictício e problematizá-las com o endividamento da população pobre da capital paulista, especificamente a partir do cotidiano e das relações vividas pelos moradores da favela de Heliópolis - entendemos que a forma específica pela qual o Estado e as relações jurídicas derivam das relações de produção capitalistas tem muito a contribuir para o entendimento e, sobretudo, desvelamento da forma pela qual aparece, se apresenta, o sujeito favelado, posto seja como cidadão ou consumidor, compreensão que a categoria “sujeito de direito” tem a potência crítica de desconstruir, ao explicitar o viés de naturalidade que assumem as formas da sociabilidade capitalista. Contudo, tais relações não podem aparecer como imposições do econômico através das instâncias governamentais. Antes, precisam se efetivar como “coação muda”.

A máquina do Estado de fato se realiza como ‘vontade geral’ impessoal, como poder do direito etc., na medida em que a sociedade se constitui como um mercado. No mercado, cada vendedor e comprador é, como vimos, um *sujeito jurídico par excellence*. Onde surge em cena a categoria do valor e do valor de troca, a premissa é a vontade autônoma das pessoas que atuam na troca. O valor de troca deixa de ser valor de troca, e a mercadoria deixa de ser mercadoria, se a proporção de troca é definida por uma autoridade situada fora das leis imanentes do mercado. [...] Por isso, na sociedade dos possuidores de mercadorias e no âmbito do ato da troca, a função de coerção não pode atuar como *função social* sem ser abstrata e impessoal (PACHUKANIS, 2017, p. 174, grifos meus).

Outrossim, a realidade social sob a qual nos debruçamos se apresenta na dinâmica da urbanização brasileira - esta mesma resultante de processos que extrapolam os limites nacionais – como fragmento urbano que sintetiza múltiplas determinações, sobretudo os fundamentos de uma economia que já não se lastreia mais na hegemonia do capital produtivo, senão que na reprodução de grandes volumes de capital investidos no ramo financeiro, em proporção cada vez mais superior ao aplicado na produção propriamente dita.

As implicações da mudança estruturais do *modo de acumulação*, principalmente no período pós-fordismo (em meados da década de 1970), avançam não apenas sob a forma de desemprego estrutural, mas também na sustentação econômica dos Estados e das instituições governamentais a ele atreladas, agora não mais garantidos pela incorporação do mais-valor do setor

produtivo, mas sim na relação de crescente dependência de capitais financeiros e empréstimos externos. Por outro lado, como partilhamos da interpretação de que o ente estatal moderno e suas relações jurídicas correlatas derivam necessariamente das relações mercantis capitalistas, a exacerbação da crise estrutural do capital – crise na relação capital e trabalho, sob estes novos termos – impõe um redobrar ou mesmo o redimensionamento tanto do fetichismo da mercadoria, forma esta primeira e necessária da acumulação capitalista, quanto da ilusão jurídica que reveste as formas sociais da modernidade, tais como a forma estatal, o direito, o sujeito de direito entre outras formas desdobradas a partir da forma-mercadoria (MASCARO, 2013). Entretanto, como o capital necessita se efetivar como algo racional, portador de crises pontuais, conjunturais, nada mais coerente que o Estado moderno se apresentar como instância terceira, impessoal e independente das disputas e lutas entre as classes ou grupos que compõem a sociedade, ou seja, como se fosse o plano regulador, administrador das contradições próprias ao modo de produção capitalista.

A generalização da “ilusão jurídica” enquanto extensão das relações de fetiche necessárias à reprodução do valor também é observada por Mascaro (2013), porém na pertinente conceituação de “conformação”, qual seja, a de que a “forma jurídica” e o “sujeito de direito” derivam das relações mercantis capitalistas, das suas formas correlatas (forma mercadoria, forma valor, trabalho abstrato) e simultaneamente são forjadas a partir das mesmas, “*conformando-as*” (MASCARO, 2013). No nosso entendimento, a crítica empreendida por este autor representa uma possibilidade de leitura acerca da exacerbação da institucionalização estatal, que atravessa distintos momentos da totalidade social na modernidade, a revelar as determinações da crise imanente ao capital, aqui particularmente apreendidas na esfera do processo de metropolização da cidade de São Paulo.

Nesse contexto, o Programa de Urbanização de Favelas empreendido pelo município de São Paulo, e os desdobramentos na dinâmica socioespacial dessas áreas pauperizadas no processo de metropolização da cidade de São Paulo, é momento pertinente de explicitação das contradições inerentes à forma

pela qual o Estado *aparece*, se faz entender, na totalidade social em contraponto com a realização concreta, carregada de impasses e antagonismos, dos seus imperativos no cotidiano dos sujeitos que nelas sobrevivem. Assim, entre o embate, sobretudo jurídico, do que é considerado legal e ilegal, pressupomos que, ao pretender inserir – e já o tem feito – a população favelada no horizonte da propriedade privada, do consumo por meio do crédito, em suma, do mercado, o Estado deixa antever o elo crítico que necessariamente mantém com as relações determinadas pela valorização do valor. Nessas relações, o direito serve de dispositivo de unificação entre a forma estatal e o mercado, porém, escamoteado na positividade inerente ao capital, enquanto, respectivamente, realização da função social da propriedade e democratização do crédito.

Constantemente veiculadas como expressão da falta de controle político do mercado, portanto concebidas a partir de um pretenso modo de vida administrável, as crises do modo de produção capitalista se realizam necessariamente na dimensão de “estruturas ideológicas resistentes”, subsumindo a “subjetividade como mensuração social, o consumo, a apropriação de bens, a mercantilização do mundo” (MASCARO, 2013, p. 127). Antes disso, o capitalismo carrega a crise nas suas entranhas, é a crise em si, embora dessa forma não apareça. Já a mercadoria, só de longe se apresenta como uma consequência natural da relação social posta pelo capital. Se observada mais de perto, deixa entrever a contradição fundante dessa sociabilidade que a põe, o fetiche entre essência e aparência. A crise passa por tal relação de fetiche.

4 PERIFERIAS URBANAS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE HENRI LEFEBVRE PARA A INTERPRETAÇÃO MARXISTA DA URBANIZAÇÃO

Para um primeiro momento, abordar os espaços periféricos urbanos, as favelas, por exemplo, pertencentes às metrópoles, impõe um pensar mais geral acerca da cidade e do urbano, estes enquanto formações que contêm embates, as cisões e contradições entre campo e cidade. Acreditamos na ideia de que a generalização das indústrias através das cidades europeias e, concomitantemente, do trabalhador assalariado como população citadina, geraram o processo de urbanização e suas contradições acompanhando a formação do capitalismo. O que está posto como exercício para o pensamento é compreender uma realidade social que resulta da industrialização e a sucede, generalizando as determinações abstratas da forma – a forma do capital – que engendram esse processo. Portanto, desenvolver um entendimento de como essa relação desdobrou-se no berço do capitalismo (nas realidades centrais europeias), constituindo uma realidade urbano-industrial, impõem-se como caminho necessário para uma posterior leitura da formação e respectivo entendimento teórico dessa mesma realidade (a urbano-industrial), só que efetivada no caso do Brasil, o qual se insere de forma periférica no processo de acumulação global. O exercício teórico a que nos propusemos vai nesse sentido.

A partir daí, ao buscarmos os temas críticos da urbanização enquanto processo do moderno, nota-se, por exemplo, que a exposição de Henri Lefebvre (2008) sobre a “cidade e o urbano” aborda de forma relevante a “explosão” da cidade a partir das mudanças qualitativas impressas pela industrialização, ou, “sua negação pela industrialização” (LEFEBVRE, 2008, p. 84), momento teórico que pressupõe a urbanização enquanto generalização em processo, uma virtualidade posta como tendência. Esta possibilidade é colocada na sua análise ao atrelar as relações do setor agrário com o industrial, remetendo ao processo de industrialização na Europa, este enquanto dependente da acumulação original permitida pela subsunção das realidades agrícolas, processo analisado por Marx no capítulo denominado “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 1984, LI, T.2).

Marx, nesse capítulo específico, aponta cisões como aquela entre proprietários dos meios de produção e os próprios meios, bem como expropriações de terras antes pertencentes aos camponeses ingleses, enquanto momentos e condições necessários para a produção capitalista, de modo que a passagem da realidade agrícola para a industrial, com consequente adensamento das cidades, deu-se a partir duma destituição feudal que serviu para a determinação da sociedade moderna, a qual generalizou a mercadoria como forma de mediação necessária para a reprodução dos trabalhadores, postos na nova relação social como trabalhadores assalariados, donde depreende-se o fetiche da condição de “livres para o trabalho” para qual foram lançados os “produtores diretos”. Nas palavras de Marx (1984, LI, T2, p. 262),

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (...) A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.

Lefebvre (2008) estende as reflexões de Marx sobre a lógica do processo produtivo para sua tese, afirmando que: “o crescimento quantitativo da produção econômica produziu um fenômeno qualitativo que se traduz, ele próprio, por uma problemática nova: a problemática urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 80). Assim, a cidade antiga, comparada a uma obra de arte, detentora de certa “centralidade” e caracterizada como “lugar do encontro”, por meio de um processo de imposição da racionalidade empresarial “explode”, vai perdendo tais características e, ao fazê-lo, manifesta o urbano enquanto forma (LEFEBVRE, 2008, p. 85). Neste sentido, quando o autor aborda a dissolução das relações de produção das “formações econômicas pré-capitalistas” (Marx), destituição das condições objetivas²⁹, imposta pelo modo de produção capitalista e as

²⁹ Lefebvre, a partir de Marx, destaca numa outra obra sua a constituição de condições mediadas, e não mais imediatas (naturais), de produção, postas pela lógica negativa – no sentido de destituição – das relações especificamente capitalistas: “A forma do capital implica uma relação de não-propriedade (relação negativa) em relação à matéria prima, ao instrumento, aos meios de subsistência. O que implica, antes de tudo, a *não-propriedade da terra*, a negação das condições que provem da natureza e das relações imediatas entre o trabalho, os elementos do

segregações decorrentes nos espaços citadinos, temos as precárias condições dos trabalhadores nas cidades inglesas do século XIX como realidade emblemática dessa urbanização teorizada por Lefebvre.

Nas cidades aglomeravam-se homens e máquinas, sendo imprescindíveis concentração e aglomerações físicas até certo momento do desenvolvimento da revolução industrial, motivo pelo qual “a grande cidade é correlata à grande indústria”, segundo aponta Raquel Rolnik (1988, p. 75); e para quem, a indústria, diferentemente da manufatura, é um fenômeno urbano e carece estruturalmente dessa aglomeração de trabalhadores no seu entorno. Marx também observou que “a exploração da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 1984, LI, T2, p. 263) de maneira que a imensa massa de “proletários livres” que migra do campo para a cidade possibilitou o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Henri Lefebvre, em *A Cidade do Capital* (1999), apresenta um retorno às observações feitas no conjunto da obra de Marx e de Engels em relação à cidade e ao urbano, reconhecendo que essa problemática está mais presente nos escritos deste segundo autor, cuja obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” serviu de base para as proposições lefebvrianas. Friedrich Engels (2008) apresenta um conteúdo das relações que passam a se estabelecer nas cidades inglesas para aonde afluíram as grandes levas de camponeses e artesãos, todos despossuídos dos seus meios de produção, e nas quais eram ofertados empregos e moradias.

Longe de significar mera descrição das condições dos trabalhadores proletários nos grandes centros industriais da Inglaterra, as observações de Engels expõem uma realidade produto de abstrações determinadas por um momento específico do modo de produção capitalista, o qual necessitava, naquele período, de enormes contingentes de mão de obra para trabalharem nas diversas indústrias, as quais transformavam o ambiente citadino e as relações humanas; portanto, o que Engels denuncia é uma lógica de exploração posta na

trabalho e o próprio trabalhador, ‘o sujeito que trabalha’. Essa dissolução se completa em muitas etapas”. (LEFEBVRE, 1999, p. 101, grifo do autor).

forma de centralização e concentração, as quais têm implicações nas ocupações dos espaços urbanos por parte da força de trabalho mobilizada.

A tendência centralizadora da indústria, contudo, não se esgota nisso [transformações nas classes sociais]. Também a população se torna centralizada, como o capital – o que é natural porque, na indústria, o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial... (ENGELS, 2008, p. 64).

De pequenas vilas instaladas ao redor das fábricas, surgem pequenas cidades e, destas, grandes cidades. A modesta divisão social do trabalho presente nas relações rurais complexifica-se com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e a apropriação dos espaços nas cidades repõem as contradições inerentes ao processo de produção capitalista. Em *A Cidade do Capital*, Lefebvre propõe uma “releitura” da obra de Marx e de Engels buscando os elementos conceituais e categoriais comuns aos dois autores no que remete à cidade e aos problemas urbanos e, ao fazê-lo, retoma tais problemas a luz de apreensões mais gerais, tais como a divisão do trabalho, as forças produtivas e as relações de produção.

O que podemos deduzir a partir dos relatos de Engels acerca das condições deploráveis em que vivem os proletários industriais nessas cidades é que são condições determinadas antes por uma sociabilidade mediada pelo trabalho que resultantes da situação de convivência em aglomerações (nas fábricas, nas habitações precárias etc.), motivo pelo qual a cidade não se identifica para o autor como “uma simples desordem” (LEFEBVRE, 1999, p. 13). Assim, a aparência degradante dos centros industriais como Lancashire, Manchester, Edimburgo, entre outras, bem como as condições aviltantes nas quais são lançadas as famílias operárias, são apreendidas por Engels não na qualidade de modo de existência desses sujeitos, mas enquanto condições materiais determinadas por processos abstratos, cabendo à crise inerente ao sistema capitalista exacerbar, vez em quando, as contradições postas nessa relação de necessária aglomeração populacional junto às unidades fabris e ao desemprego estrutural. Nesse sentido, afirmações como a seguinte acompanham as observações de Engels em relação aos grandes centros industriais ingleses:

(...) embora a indústria não cesse de se desenvolver e a demanda por operários continue aumentando, a Inglaterra, segundo a admissão de todos os partidos oficiais, possui, apesar de tudo, uma população supérflua e excedente (...) A que se deve essa contradição? Deve-se à natureza mesma da indústria e da concorrência, bem como das crises comerciais delas derivadas. Dada a anarquia reinante na moderna produção e distribuição dos meios de subsistência, empreendidas não para a satisfação imediata das necessidades, mas para a obtenção do lucro, e dado o sistema em que cada um trabalha e enriquece sem se preocupar com os outros, é inevitável que a cada instante surjam perturbações (ENGELS, 2008, p. 123).

Cabe destacar que embora os primeiros bairros operários e vilas operárias sejam contíguos aos centros econômicos e industriais, conforme a necessidade já abordada, as condições insalubres desses espaços e a apropriação popular dos mesmos os colocam na condição de periferias urbanas que representam os espaços para onde serão empurradas as massas de trabalhadores em um momento posterior, pois, ainda que os trabalhadores habitem áreas próximas às centralidades e locais de trabalho, está posta uma urbanização que se efetiva por meio de uma cisão no interior da cidade, principalmente por se constituírem como espaços de reprodução da força de trabalho, além de serem caracterizados pela pobreza e violência, segundo observações de Rinaldo Pinho (2011, p. 14). Nesse contexto, recorreremos novamente às colocações de Engels (2008, p. 70):

Todas as grandes cidades têm um ou vários ‘bairros de má fama’ onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios de ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área a parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve-se safar-se, bem ou mal, sozinha.

Manchester é representativa, como frisou Engels (2008), enquanto emblemática cidade produto desse tipo de urbanização: grandiosa pelo seu crescimento comercial e industrial, porém realidade comum devido à segregação e a decomposição do centro. Ademais, “os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade” (ENGELS, 2008, p. 89). Esta aglomeração urbana é também motivo para a precisa análise de Lefebvre sobre “A situação da classe trabalhadora na

Inglaterra”, é um momento do caos urbano engendrado pelo que denominou ordem capitalista.

A burguesia dessa Inglaterra imperialmente democrática conseguiu essa obra-prima: esconder dela mesma a visão de uma miséria que a ofuscaria. Dissimula-se, ao mesmo tempo, a exploração e o resultado da exploração. ‘Os bairros operários, por um acordo inconsciente e tácito, tanto quanto por intuição consciente e confessa – estão separados com o maior rigor das partes da cidade reservadas à classe média’. Ao mesmo tempo, Manchester abriga em seu centro uma grande área comercial, deserta e vazia durante a noite (LEFEBVRE, 1999, p. 18).

A partir da análise que Lefebvre realizou, entende-se que as observações de Engels dão conta de uma “realidade urbana” (Lefebvre) cujas características “revelam a sociedade inteira”, no sentido de que as condições precárias de vestuário ou habitação, por exemplo, remetem a uma totalidade que se impõe através de destituições e explorações e, portanto, vai além do chão das fábricas. Para Henry Lefebvre, “por processos refinados, a exploração direta se duplica por meio de uma exploração indireta e se estende da empresa (a fábrica, a usina) ao conjunto da vida cotidiana no quadro urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 22). São apreensões que revelam a totalidade de um processo posto e realizado através de expropriações, nas quais está subjacente a lógica do valor.

As constatações empreendidas por Henri Lefebvre remetem à análise de uma realidade determinada pela forma “clássica” de acumulação capitalista, posto seu pensamento debruçar-se sobre países europeus, formações sociais nas quais houve um desenvolvimento positivo das categorias e conceitos próprios de uma sociabilidade capitalista; portanto, trata-se de uma abordagem que “cabe” como reflexão do desenvolvimento das determinações da forma valor na condição em que estas constituem a formação histórica dos países centrais do sistema capitalista.

São observações que exploram a cisão entre campo e cidade como momento importante do processo de modernização, pois que a polarização entre o rural e o urbano consolidou-se a serviço de uma acumulação de capital via intensificação da produção no campo (revolução agrícola) para atender a crescente indústria, nas cidades; daí compreendida uma divisão social do

trabalho, sendo a separação entre campo e cidade a “forma fundamental” desta divisão (ALFREDO, 2008b, p. 108). Nesse sentido, é peculiar a citação de Marx:

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese (...) (MARX, 1985, L I, T1, p. 278).

Desta forma, o que Lefebvre teoriza sobre a cidade tem como pressuposto a desagregação de uma realidade agrária - que não ocorreu de forma pacífica como observa Marx ao tratar da acumulação primeva - realidade essa que proporcionará condições para a extensão do modo de produção capitalista ao garantir o processo de industrialização característico às formações dos países centrais do capitalismo mundial. É justamente a partir das determinações dessa relação campo-cidade que este autor defenderá o pressuposto de que a era industrial transformou qualitativamente o processo de urbanização em curso - para ele o urbano é uma potencialidade, uma “realidade em formação” (LEFEBVRE, 2008, p. 81) - possibilitando-o deduzir conceitos e categorias do moderno a partir da realidade social determinada por esta divisão, de forma que o *urbano*, nas suas colocações, realiza-se a partir do desenvolvimento desigual, portanto, não linear, mas com rupturas, simultaneidades, da relação campo e cidade.

A análise empreendida por Lefebvre (1999) apresenta a formação de bairros de operários e denuncia as formas de segregação impostas aos trabalhadores como consequência da reprodução das relações de produção determinadas pelo capitalismo à realidade urbana. Desta forma, o espaço urbano ou “a desordem urbana” como apontou o autor, remete aos termos da reprodução da classe de trabalhadores, principalmente ao centrar na problemática da habitação, como realidades concretas que expõem o grau de exploração do sobretrabalho pelo capital aos proletários urbanos.

Essa análise, corroborada pela realidade exposta por Engels, dá conta do desdobramento da relação conflitual entre cidade e campo, processo a partir do qual aquela realidade superou este último e lhe impôs abstrações modernas (propriedade mobiliária e privada, o dinheiro enquanto equivalente universal, o

Estado etc.), bem como o conflito entre as classes sociais formadas. Tendo a habitação como foco, o processo de exploração dos trabalhadores urbanos aí denunciado revela a sequencial expulsão desses sujeitos para espaços periféricos nas cidades europeias, alterando a configuração da ocupação e concentração da força de trabalho antes interna aos bairros burgueses.

Esse processo possibilita pensarmos como a criação das periferias (na forma dos subúrbios), nesse momento de formação do capitalismo, expõe a imposição de uma segregação socioespacial à classe trabalhadora, já que a burguesia objetivava um outro lugar, que não a sua centralidade, para a instalação das moradias dos trabalhadores. Segundo Pinho (2011), estaria, nesses termos, estabelecida a relação entre a formação dessas periferias às questões da moradia e da reprodução da força de trabalho, momento em que vislumbra a cisão entre o produzir e o morar, numa realidade distinta daquela presente na ordem feudal, na qual produção e habitação constituíam-se enquanto unidade, bem como quando “um certo limite de abstração social não tinha sido transposto” (LEFEBVRE, 1999).

Nesses termos, a generalização do trabalho assalariado e suas necessidades (do trabalhador) de reprodução enquanto possuidor apenas da sua força de trabalho, em contraposição à capacidade de acumulação do seu patrão, representa, para Raquel Rolnik (1988) o processo de aceleração da segregação urbana, posto a separação física entre o espaço antes comum a ambos estar determinada pelo salário que o trabalhador passa a receber. Portanto, o conceito de segregação ganha importância, se observado a partir do que se denomina centralidade da luta de classes, para a apreensão da apropriação do espaço urbano pelas classes dominantes na realização do trabalho e da moradia e da apropriação desse mesmo espaço pela classe trabalhadora, enquanto locus de sua reprodução.

Como aponta Rolnik (1988, p. 51),

A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado. Por outro lado,

o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade.

Cabe apontar que o processo de segregação tem como elemento que o atravessa o Estado moderno, principalmente como forma de uma sociabilidade mercantilizada, e produtor de ações/planificações que possibilitam a correlação deste com a segregação social e espacial.

Capturar o artefato que identifica o moderno, qual seja, a abstração enquanto sociabilidade (ALFREDO, 2006, p. 57), aproxima a riqueza do método de Lefebvre à nossa proposta, já que sua opção de ir do abstrato ao concreto revela a potência de se pôr acento na sociabilidade capitalista e derivar das determinações da forma valor as transformações nas relações sociais de produção que corroboram sua tese, suas constatações práticas. Conforme observa:

O caráter abstrato desta reflexão sobre o urbano e desta definição pode se considerar como um obstáculo, mas não como uma objeção. É a forma geral que proporciona o sentido às constatações empíricas, e não o inverso. Em si mesmas, as constatações empíricas não chegam à forma geral. Entretanto, elas são indispensáveis, pois revelam o conteúdo da forma. Elas permitem estudar, analisar o processo, balizá-lo, demarcar os pontos importantes. (LEFEBVRE, 2008, p. 86).

Observar essa “forma geral” da sociedade implicou Lefebvre reconhecer que a industrialização foi posta a serviço de uma “ordem geral, que corresponde à lógica da mercadoria” (LEFEBVRE, 2004, p. 42), observação que vem ao encontro da perspectiva aqui esboçada, já que aponta a mercadoria como unidade elementar de uma sociedade especificamente capitalista, ou mesmo, como a generalização desta imprime uma lógica definidora do percurso temporal da modernização, sobretudo efetivada necessariamente através de uma consciência fetichista sobre o real, apontamento este que encontra referencial no primeiro parágrafo que abre o livro primeiro d’*O Capital*: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’...” (MARX, 1984, L I, T 1. p. 45).

São teorizações nas quais o conceito de crise realiza-se sobremaneira no plano da cidade, cujo fenômeno de “implosão-explosão” das suas antigas

características, como a centralidade, corresponde à “generalização da troca e do mundo da mercadoria” deduzidas do processo de industrialização (LEFEBVRE, 2008, p. 83). Ao analisar a tríade o agrário, o industrial e o urbano, Lefebvre sugere um avançar na *divisão social* do trabalho no movimento que constitui essa tríade, de maneira que podemos pensar que a cisão entre campo e cidade, bem como o processo de periferização dos operários relacionam-se a esta generalização do trabalho abstrato, total e indiferente. Atrelam-se, portanto, e assim permite afirmarmos, à divisão da população em classes, momento em que este processo se apresenta como produto da exploração capitalista, ou melhor, da apropriação pelo capital do trabalho vivo objetivado (apropriação da mais-valia), em um contexto de formação do capitalismo e do trabalho assalariado. No limite, são processos que correspondem à efetivação do trabalho abstrato como fim em si mesmo, enquanto *leitmotiv* da sociedade capitalista. Não obstante, a formação dessa realidade contraposta, urbano e agrário, engendrada a luz do processo de modernização, necessita ser desdobrada numa contradição geral que é a dialética capital-trabalho, relação da qual resulta a mais-valia; este mais-valor produzido e apropriado pelo capital é o que põe e movimenta o desenvolvimento das forças produtivas. Momento em que a acumulação capitalista revela seu fundamento e eleva a cidade à realidade que expõe e expressa enormemente esta contradição que move o capitalismo. Apreender o desenvolvimento das forças produtivas, a partir desta relação-capital, dá outro significado à aglomeração ou concentração peculiares à realidade citadina.³⁰

Em suma, Lefebvre vislumbra uma realidade por se fazer, um horizonte ou virtualidade, sendo que esse *objeto virtual*, enquanto abstração concreta (a realidade urbana) representa a crise posta pela e na sociabilidade capitalista, uma crise planetária da realidade e do próprio pensamento produzido sobre a

³⁰ Esta observação faz-se como crítica necessária a formas de pensamento que se limitam a compreender a cidade ou a realidade urbana a partir da expressão material decorrente das concentrações de pessoas e ou meios de produção, momento em que a aparência, tomada por si só enquanto fenômeno (objetos, fixos etc.), não é apreendida na relação dialética (hegeliana) com sua essência, na forma de exposição realizada por Marx no seu *o Capital*, ou seja, deixa de ser observada como determinação de processos abstratos deduzidos da forma valor, negando-a como contradição, num processo de fetichização que põe o material apenas na sua positividade/forma coerente, portanto como justificativa de estar ali enquanto necessidade social. Esta é a compreensão que está exposta em *A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, obra de Milton Santos (1999).

problemática urbana. Nos poros dessa ideia geral, apresenta elementos que revelam uma guinada substancial da cidade em relação ao campo, o qual, de centralidade em um momento anterior (ordem feudal) é lançado à condição de espaço contíguo e limítrofe ao fenômeno cidade; inverte-se à extensão da cidade, momento em que as observações do autor permitem-nos pensarmos numa decadência da centralidade do campo frente à consolidação da realidade urbana como força produtiva e, nessa nova relação com a cidade, este adquire *status* de fornecedor de matéria-prima àquela, ou, na análise de Pinho, torna-se “uma unidade no processo de produção” (PINHO, 2011, p. 19).

O pensamento lefebvriano, nesse sentido, possibilita então, como já havia observado Pinho (2011, p. 19), apontarmos que as contradições antes inerentes à relação campo e cidade são deslocadas para o interior do fenômeno urbano, na forma de distintas centralidades, seja nas áreas periféricas ou nos campos, produtos da segregação socioespacial por trás da expulsão da classe de operários dos centros urbanos. Como aponta Henri Lefebvre: “(...) a linha fronteira não passa entre *cidade* e *campo*, mas sim no interior do fenômeno urbano, entre a periferia dominada e o centro dominador” (LEFEBVRE, 1999, p. 107, grifo do autor). Os conflitos e as contradições, no movimento desse pensamento, agora se dão entre os centros de decisão e as demais centralidades. Segundo o autor, a contradição principal se desloca, passando a estar “entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro ‘riqueza-poder’ e as periferias, *entre a integração e a segregação*” (LEFEBVRE, 1999, p. 155, grifo meu)

Desta forma, a tríade subjacente ao processo de urbanização mundial, explorada por Lefebvre (2004), demonstra considerar a simultaneidade do processo de acumulação capitalista nas distintas realidades aludidas, rompendo com a perspectiva de sucessão histórica para expor esses momentos, enveredando pelo caminho da discussão da sociedade capitalista a partir da reprodução crítica da forma valor – ou da irracionalidade de uma sociedade cuja riqueza baseia-se na forma abstrata do trabalho (social) posta a realizar-se como negação do seu fundamento, daí sua manifestação de crítica às “lógicas e tautologias” da mais-valia (LEFEBVRE, 2004, p. 43). Ao incorporar tal

concomitância global da crise nas suas observações, Lefebvre expõe que: “(...) os países ditos subdesenvolvidos³¹ caracterizam-se atualmente por conhecerem simultaneamente a era rural, a era industrial, a era urbana. Eles acumularam os problemas, sem por isso acumularem as riquezas.” (LEFEBVRE, 2004, p. 40).

Antes de constituir uma análise mais detida sobre a negatividade do trabalho abstrato enquanto pressuposto para o pensamento lefebvriano, o que intentamos com o raciocínio acima é justamente expor o deslocamento da contradição social do embate entre agrário e urbano para o interior do fenômeno urbano e, principalmente, desenvolver o argumento de que o conflito entre classes sociais e o conceito de trabalho na sua forma de interpretação ontológica (positiva) constituíram-se ideias centrais na proposta de crítica social empreendida pelo marxismo, sobretudo o marxismo operário, norteando pesquisas nos campos da sociologia urbana e da geografia, principalmente em estudos acerca da formação dos subúrbios e periferias latino-americanas, como é o caso da realidade brasileira; estes são pressupostos exaustivamente considerados em análises cujos objetos são as periferias da metrópole paulistana.

³¹ A discussão aqui empreendida opta pela abordagem do termo “periferia” ao “subdesenvolvido”, posto o primeiro comportar, como base do argumento, o conceito de simultaneidade – supressão do tempo –, ou seja, representando um momento específico do processo de acumulação de capital (posto periféricamente no e pelo seu contrário: crise de acumulação) já que disso se trata, ao passo que o segundo denota a condição de uma realidade a ser superada, um vir a ser, a qual poderia “caminhar” ao desenvolvimento, portanto sucessão temporal.

5 A CRISE DO CAPITAL COMO FETICHE DE DISTRIBUIÇÃO: TEORIA MARXISTA E O DEBATE ACERCA DAS PERIFERIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA

O momento após a segunda guerra mundial significou uma mudança exponencial em relação à produção teórica acerca das cidades, principalmente pelo contexto social produzido no final da década de 1960, período em que o processo de metropolização dos grandes centros urbanos impunha drásticas consequências socioeconômicas à crescente população citadina, tais como o processo de suburbanização. O pensamento sobre o urbano até então estava determinado pela elaboração teórica de vertente neopositivista, com destaque para a produção estadunidense enquanto difusora das teorias sobre a problemática urbana, produção essa baseada em análises funcionalistas e organicistas da denominada Teoria da Ecologia Humana, encaminhadas naquele contexto pela Escola de Chicago.

A preocupação dos analistas que a representavam consistiu-se, principalmente, em buscar harmonia ou equilíbrio para determinada disfunção da organização espacial urbana, sem indicar o conflito, a desigualdade econômica, a desigualdade espacial etc. (GOTTDIENER, 1993). Tratou-se, nesses termos, de “uma formulação abstrata para a organização social estratificada e que não menciona classe, status ou poder e que desposa a sociedade de todo conflito em torno da distribuição injusta de riqueza social” (GOTTDIENER, 1993, p. 47). No nosso entendimento, trazer o conflito de classe para o debate acerca da sociedade capitalista significou uma ruptura com os neopositivistas, porém desviou a crítica para a distribuição da riqueza, processo que consideramos secundário em relação à produção do valor e a crise inerente ao capital.

É nesse contexto, marcado principalmente por movimentos de contestação e reivindicatórios diversos, que os conflitos sociais, na forma da “questão social”, ganha corpo enquanto “questão urbana” (ABREU, 2002), momento no qual a natureza crítica do sistema capitalista revela, por

consequente, a fragilidade interpretativa das concepções teóricas que o sustentava, já que estas são pressupostos da lógica capitalista. Sob o questionável argumento da falha da mão invisível do mercado, o que teria produzido “mecanismos perversos de distribuição de recursos nas áreas urbanas”³², uma maior presença, e atuação do Estado na realidade urbana surge, em um primeiro movimento teórico de contribuição à crítica da teoria econômica neoclássica, como forma (ilusória) de “garantir o funcionamento do mercado (via regulação) e de viabilizar o funcionamento de mecanismos de distribuição de renda” (ABREU, 2002, p. 50). A esta vertente esteve comprometida a obra *A Justiça Social e a Cidade*, de David Harvey, publicada em 1973.

Em um segundo movimento desta “crítica”, está o pensamento marxista de cunho estruturalista, nas bases interpretativas dadas por Luis Althusser; constituindo forma de pensamento ao qual se filiaram variados nomes da “esquerda”, tais como Manuel Castells, Jean Lojkin e David Harvey, este último já constituindo um novo momento de seu percurso teórico (ABREU, 2002, p. 50).

No conjunto das análises, a produção teórica marxista acerca do urbano esforçou-se para estabelecer uma crítica à perspectiva ecológica e seu paradigma funcionalista, perspectiva que reduz as relações sociais e a produção social decorrente destas relações a funcionalidades e determinações biológicas, quando não personificando a lógica do capital. Desta forma, os desdobramentos próprios ao fenômeno de urbanização generalizada apareciam como consequências naturais da existência da população sobre o espaço, momento em que a teoria marxista inverte essa forma de análise e traz para o centro do debate deste “novo paradigma socioespacial” (GOTTDIENER, 1993) questões mais gerais como a divisão do trabalho e a lógica da acumulação de capital, destacando a forma urbana - o espaço urbano e suas segregações - enquanto produtos de relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista. A partir de Gottdiener, podemos elencar estes pontos como o que considera

³² A própria noção de “mecanismo perverso” já pressupõe uma expectativa de um capitalismo mais justo, o que estabelece a crise imanente do mesmo como crise cíclica, passageira.

avanço da teoria marxista em relação às análises produzidas pela “teoria convencional”:

Substitui uma teoria mais simplista da localização (...) por um quadro mais preciso de localizações estabelecido pela luta de classes e pelas necessidades do processo de acumulação de capital (...) em lugar de uma versão de crescimento capitalista sem espaço (...) os marxistas especificaram o papel do ambiente construído no processo de acumulação de capital e sua vinculação a crises periódicas de acumulação. Dessa forma, o espaço se torna parte integrante das relações de produção. (...) os analistas convencionais atuam como se o Estado não existisse. Economistas políticos marxistas estudam, explicitamente, o papel do Estado no espaço (...) transcendem o vocabulário reificado de lugar ao mostrarem como a localização é o sítio das relações de produção, que no caso são integradas por um sistema global de acumulação capitalista e um processo de produção em escala mundial, inclusive uma divisão internacional do trabalho. (GOTTDIENER, 1993. p. 113).

Desta forma, a proposta marxista passa a tratar o fenômeno urbano, a forma espacial urbana, partindo da análise do processo social que está na base da produção desse espaço, momento em que forma e processo entram em mútua relação na explicitação da “problemática urbana”, não se perdendo de vista a determinação da acumulação de capital como lógica que impõe as relações de produção na dimensão do urbano. Nesse sentido, Manuel Castells expõe que:

(...) A noção de urbano (oposta a rural) pertence à dicotomia ideológica sociedade tradicional/sociedade moderna, e refere-se a uma certa heterogeneidade social e funcional, sem poder defini-la de outra forma senão pela sua distância, mais ou menos grande, com respeito à sociedade moderna. A distinção entre cidades e aldeias coloca, no entanto, o problema da diferenciação das formas espaciais da organização social. Mas esta diferenciação não se reduz nem a uma dicotomia nem a uma evolução contínua, como o supõe o evolucionismo natural, incapaz de compreender estas formas espaciais como produzidas por uma estrutura e por processos sociais (...)

Consequentemente (...) em vez de falar de urbanização, trataremos do tema da produção social das formas espaciais. (CASTELLS, 2006, p. 47, grifos do autor)

Este novo viés de entendimento do espaço urbano, como movimento de superação das categorias funcionalistas, possibilitou também à geografia brasileira, a partir da década de 1970, repensar o urbano através da sua dimensão espacial, não enquanto organizado, mas enquanto espaço produzido

ou, nas palavras de Carlos (1994, p. 194) “enquanto produto histórico e social, desigual e contraditório, lugar privilegiado da luta de classe e dos movimentos sociais, enquanto unidade do diverso”.

No arcabouço teórico desse campo disciplinar, tratou-se de um importante avanço teórico-metodológico o qual conferiu à geografia a capacidade de explorar os limites do pensamento próprios à perspectiva quantitativa que havia se estabelecido, trazendo à baila a pertinência de apontarem-se contradições nas relações sociais por traz de um espaço socialmente produzido, um imprescindível passo para a elaboração de um campo teórico que reconheça nas abstrações sociais desdobradas da crise do valor, sua negatividade processual, a real (forma própria da) efetividade das relações sociais estabelecidas nessa sociabilidade capitalista, muito embora ainda haja a concepção de espaço enquanto determinação do tempo e materialidade posta pelo e a favor do capital, como já abordamos.

Quanto à sociologia urbana, esta superação em relação ao conteúdo neopositivista que determinava os estudos urbanos fez-se a partir da incorporação da teoria marxista às análises, numa construção interpretativa tendo como base uma teoria da produção material e da estrutura de classe, de modo que o entendimento (desmistificação) referente à sociedade capitalista, em sua fase monopolista, apontava uma crescente riqueza social produzida pelo trabalho, extraída através de um processo de exploração – opondo capitalistas e trabalhadores – e distribuída de forma extremamente desigual, onde a contradição apontada residia entre o modo de produzir e o de distribuir tal riqueza.

Desta forma, a crítica social então pretendida recaía essencialmente numa “crítica histórica do modo de distribuição” (POSTONE, 2014), nesse conflito de classes e a partir de um sistema de relações de dominação. Essa perspectiva permite então pensar o trabalho como inerente ao homem, numa espécie de posituação do mesmo (pondo-o como categoria ontológica) ao não o enfrentar enquanto trabalho abstrato que gera valor e específico à formação capitalista. Nesse contexto, como a análise ocorre na dimensão do espaço urbano, a teoria social urbana estabelece a relação dessa imensa produção

social, cujos números econômicos e materiais expressam-se no nível das cidades, com a distribuição desigual dessa produção entre as classes (diferentes níveis de consumo, por exemplo) e através dos espaços distintamente apropriados pela classe dominante e a de proletários urbanos, estes o fazendo na condição de marginalizados.

Assim, a própria ilusão de coerência do modo de produção capitalista, enquanto forma fetichista de ser do capital, pondo-se como um processo caracterizado por apresentar desequilíbrios, mas propensos a ajustes, move essa forma de pensar à reflexão sobre a cidade e as cisões no seu interior, possibilitando teorizações sobre espaços denominados como segregados, marginalizados, “uma outra face da cidade”, não incluídos ou mesmo informais, em relação a cidade que detêm determinada centralidade urbana. Nisto reside a forma de interpretação desenvolvida por autores como Manuel Castells, Lúcio Kowarick, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e outros analistas vinculados ao CEBRAP³³, bem como aqueles filiados à CEPAL³⁴ - no sentido que deram à relação da produção capitalista nas cidades com a formação dos espaços periféricos no âmbito da América Latina.

Ao analisarmos a obra *Urbanização e Desenvolvimento*, de 1969, organizada por Luis Pereira, e produzida no interior da CEPAL, podemos observar os elementos da contribuição da teoria marxista referida, aproximando a perspectiva desenvolvimentista do conteúdo da teoria da marginalidade urbana latino-americana. Na busca por interpretações que apontem a causa do que chamam de condição de subdesenvolvimento em que se encontram as “regiões de cada sociedade capitalista periférica”, os autores indicam a concentração diferencial de renda, produto do sistema de classes sociais - entre os países e, principalmente, no interior das “sociedades periféricas”, nas suas cidades - como força motriz do acesso diferencial ao consumo dos bens produzidos.

A interpretação aí contida não só põe o trabalho como finalidade natural da sociedade, bem como aponta superação da situação rural - “estilo próprio e

³³ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

³⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas - ONU.

inferior de vida” (PEREIRA, 1969, p. 79) a favor do desenvolvimento urbano enquanto forma urbano-industrial, numa análise que opõe “atraso” e “moderno”; porém, na exposição, trata-se de regiões urbanas que apresentam grande crescimento populacional, decorrente de migrações internas (migração rural-urbana) e cuja população apresenta necessidades de consumo tipicamente urbanas, mas cuja posição, nas relações de produção, como mão de obra sobrando, portanto não assalariada, não possibilita realizar esse “superior” ou “mais moderno” modo de vida, apesar, como afirma, de participarem diretamente na geração do excedente econômico apresentado pelos centros urbanos.

Em outros termos, segundo esta análise, um grau maior de inserção do proletário na esfera do urbano, acompanhado do crescimento econômico possibilitado pela atividade industrial, não proporcionou a realização do que está posto como uma vontade social para o consumo de bens e serviços urbanos, já que esta urbanização demarcava-se pelo desemprego e subemprego estruturais desse contingente populacional, interpretada como “uma agudização, etapa contemporânea dessas sociedades, da contradição capitalista fundamental em sua modalidade ‘periférica’ ” (PEREIRA, 1969, p. 17); donde deriva o que chamam de “urbanização sócio-pática”, numa interpretação que, por recorrer a termos próprios às ciências biológicas, não dá conta de estabelecer a urbanização enquanto um processo de expressão das contradições postas pela crise do valor. Ao contrário, expõe a perspectiva desenvolvimentista como ilusão da existência de um capitalismo menos perverso, cabendo à passagem temporal “permitir” alcançar-se o nível de acumulação de capital típico dos países centrais, sendo o subdesenvolvimento e a marginalidade social etapas desse processo de superação. No entendimento de Pereira (1969, p. 79, grifos do autor):

Com a completção dessa etapa, atingirá a formação econômico-social capitalista brasileira a sua *maturidade*, o que de um lado significa a eliminação da dissincronia consistente num ritmo mais acelerado da urbanização com referência ao da industrialização e, do outro, a intensificação desses dois processos (...) terá a sociedade brasileira deixado de determinar-se como *subdesenvolvida* (...).

Ao proporem uma análise voltada para a realidade social da América Latina, o estudo propõe analisar como a condição periférica dos países

envolvidos apresentam em comum o processo de urbanização generalizada e a inserção desigual das populações locais ao sistema produtivo enquanto massa sobranse, momento em que buscam especificar as condições da reprodução de capital nessas “economias dependentes”, produzindo uma interpretação de como e através de quais estruturas o capital monopolista se reproduz nessas realidades. Nesse sentido, procuram estabelecer a condição de marginalidade a uma situação mais geral e em relação ao modo de produção capitalista como produtor das relações sociais e econômicas, tendo a cidade como local de realização das contradições que concentram e possibilitam a inserção, de forma marginal, de determinada parcela populacional na sociedade. Segundo a CEPAL apud PEREIRA (1969, p. 98),

A formação de uma população marginal e submarginal, com frequência nos limites dos níveis de subsistência, foi o preço mais notório que as grandes cidades latino-americanas tiveram de pagar para conciliar as altas taxas de incremento de sua população com os baixos níveis de produtividade de sua estrutura econômica. A presença de *barriadas*, *villas miserias*, favelas (...) deve ser considerada como indicadora de um fenômeno mais geral: a existência de um setor maciço da população urbana em condições marginais dos pontos de vista econômico, social e político.

Lúcio Kowarick (1985), por meio de sua obra *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, expande o debate acerca da marginalidade enquanto complexidade social e forma de inserção necessária e intrínseca a reprodução do modo de produção capitalista na periferia do sistema, propondo o rompimento com a ideia de “disfunção” de um modelo que poderia ser harmonioso, e cuja participação nele seria algo naturalmente alcançável. Bem como para este sociólogo a questão da marginalidade não se resume à “carência de consumo”, considerando que esta seria uma análise ao nível do aparente, porém advoga que a mesma deve ser deslocada para a esfera das relações sociais de produção, centrando-se nas contradições próprias a uma forma de acumulação capitalista que se processa no quadro de uma economia dependente e monopolista. Desta forma, Kowarick (1985, pp. 55-56, grifos do autor) sustenta que:

(...) a marginalidade não é resultado de disfunções do sistema. É, ao contrário, resultado das estruturas societárias de caráter

global as quais trazem em seu âmago um conjunto de contradições cujas expressões são múltiplas, e dentre essas, a própria marginalidade. A abordagem deve ser duplamente deslocada. De um lado o conceito a ser privilegiado não é mais o de *disfunção*. O conceito básico é o de *contradição*. Por outro lado, do ponto de vista teórico, essa contradição precisa ser analisada como decorrente de um tipo de configuração estrutural necessário na dinâmica da sociedade. A participação não realizada é fruto do sistema que a cria. E para o *sistema* isto não é necessariamente disfuncional. Ao contrário, representa barateamento do fator trabalho o que na ótica do *sistema* é altamente ‘funcional’, ou seja, rentável e inerente ao processo de acumulação.

A análise desse autor conclui que uma forma específica de inserção no sistema capitalista, e a luz da Teoria da Dependência, produziria uma urbanização específica, momento em que a questão da marginalidade social é deslocada para sua expressão urbana, manifestada como contradição entre capital e trabalho, na forma de uma intensificação da produção industrial que libera parte da força de trabalho. Assim, a inserção dessa população dispensada pelo setor secundário passa a constituir o denominado “exército industrial de reserva”, e, por conta disso, encontram-se compelidos a se ocuparem em atividades do setor terciário da economia³⁵ (comércio, pequenos serviços pessoais, autônomos, serviços domésticos remunerados, vendedores ambulantes etc.) ou na forma de subempregos ou mesmo desempregados, condição que permite o autor apontar uma forma específica de inserção (forma marginal) dessa população na divisão social do trabalho e no movimento de acumulação de capital. Os termos dessa “superpopulação relativa” são aí postos como excedente populacional que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho.

A partir daí, a discussão referente a esta forma marginal de inserção passa a ser estabelecida no âmbito das condições de precariedade habitacional e dos espaços periféricos aos grandes centros urbanos latino-americanos, já que

³⁵ O argumento do autor está no sentido de considerar tais atividades como não tipicamente capitalistas, as quais “longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação” (KOWARICK, 1985, p. 61). Desta forma, para Kowarick, a acumulação capitalista enquanto processo hegemônico na América Latina - já que se lastreada em processo industrial baseado no trabalho assalariado, meios de produção complexos e, prioritariamente, na produção de mais-valia – efetivava-se, ainda assim, através da combinação dessas formas com aquelas atividade mencionadas, “estruturando modalidades produtivas que correspondem a tempos históricos *desiguais*” (Idem, p. 68, grifo do autor)

são nessas realidades que a população trabalhadora terá condições de reproduzir-se. Assim, o conceito de periferia vai estar vinculado à marginalidade social, como dimensão da sua expressão urbana, e na qualidade de espaço segregado em relação aos espaços centrais da cidade.

A expressão da marginalidade urbana como segregação socioespacial intraurbana está presente sobretudo no percurso teórico de Manuel Castells, cuja especificidade da “urbanização dependente” atribuída à América Latina ganhou a definição de “urbanização selvagem”.³⁶ Porém, é na sua *A Questão Urbana*³⁷, de 1972, que encontramos a exposição da interpretação por de traz desse conceito.

Analisando as formas espaciais dessa urbanização específica, Castells (2006) define-as como “aglomerações espaciais”, as quais comumente resultam do processo de decomposição da estrutura produtiva precedente (rural e artesanal, geralmente), de maneira que as concentrações da referida massa de desempregados estruturais, nesses espaços, estaria determinada por este processo, e motivo pelo qual a dinâmica dos processos produtivos não incorporava esta camada como força de trabalho necessária. O autor aponta ainda que esta população não apresenta rentabilidade como mercado consumidor de mercadorias, e conseqüentemente, inexistiria produção de meios de consumo coletivos ou serviços urbanos voltados para atendê-la. Desta forma, para ele a “urbanização selvagem”³⁸ reside na contradição entre acumulação de base industrial (altamente produtiva) e a massa de proletários urbanos à disposição, porém deriva-a da (pretensa) riqueza social então produzida. Conforme este sociólogo, a urbanização latino-americana estaria assim caracterizada:

População urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e

³⁶ Este conceito aparece no texto “La urbanización dependiente em América Latina” (CASTELLS, 1973) na obra organizada por este mesmo autor, denominada “Imperialismo y urbanización em América Latina”.

³⁷ A edição consultada é de 2006.

³⁸ Entendemos que o conceito que melhor se aplica aos termos “urbanização sócio-pática” ou “selvagem” ou desordenada, conforme os propósitos assumidos neste trabalho, é o de “urbanização crítica”, proposto e desenvolvido por Damiani (2004) e (2009), o qual será problematizado em parte específica dessa monografia.

crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo. (CASTELLS, 2006, p. 99).

Nesse sentido, o autor sinaliza que tais formas específicas de organização espacial, enquanto realidades dependentes, apresentam processos de reprodução coletiva da força de trabalho que intensificam o desenvolvimento desigual e trazem outras conseqüências como: não incorporação da força de trabalho latente ao processo de acumulação, cuja existência como “exército de reserva” rebaixa as condições de reprodução daqueles industrialmente empregados; bem como pequena minoria acaba por consumir boa parte dos recursos em consumo improdutivo (de luxo), em detrimento da parcela destinada à reprodução da força de trabalho; e pouco investimento do Estado na esfera da reprodução da força de trabalho, de modo que tal intervenção pode existir, com o Estado atuando na produção dos bens de consumo coletivo, através de trocas motivadas por interesses políticos. (CASTELLS, 2006, p. 20)

Interessa aqui analisarmos como a sociologia urbana desenvolve o argumento do consumo coletivo como nova fonte de desigualdade social e cuja organização espacial ocorre desigualmente nas cidades, lugar da “socialização objetiva do processo de consumo” (CASTELLS, 2006, p. 578).

Manuel Castells (2006), como representante dessa forma de pensamento, analisa a intervenção estatal neste elemento componente da reprodução da força de trabalho, sendo que para ele o Estado é o “arranjador do processo de consumo no seu conjunto” (CASTELLS, 2006, p. 574) e atuante na tentativa de mitigar a crise estrutural do capital, pois que a produção desses meios em relação ao capita social total

Representa um papel fundamental na luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro. Efetivamente, desvalorizando uma parte do capital social por investimentos sem lucro, o Estado contribui para aumentar, por conseqüência, a taxa de lucro do setor privado. (CASTELLS, 2006, p. 576).

Conforme a interpretação aludida, essa intervenção estatal ocorre por conta da necessidade dos bens de consumo coletivo para a reprodução da força

de trabalho, decorrente da iniciativa privada não se ver incentivada a custeá-lo. Este sociólogo aponta uma contradição no desenvolvimento do capitalismo tardio a partir disso, pois conforme este sistema desenvolve-se, esses meios de consumo coletivos tipicamente urbanos são cada vez mais exigidos no dinamismo do capital; porém, esta lógica de acumulação, e considerando a polaridade entre as classes sociais, não poderia atender inúmeras demandas fundamentais (GOTTIDIENER, 1993). Ao assumir esse papel, seguindo o raciocínio de Castells, a intervenção do Estado não pode solucionar esta crise estrutural do capital, já que este deveria, simultaneamente, manter a queda da taxa de lucro via investimentos não produtivos e manter a qualidade de vida em geral, por meio da reprodução da força de trabalho (GOTTIDIENER, 1993).

Neste contexto, Castells “relaciona o fenômeno geral da crise estrutural do capitalismo especificamente ao meio urbano, ao conceber a cidade como uma arena para o consumo coletivo” (CASTELLS, 2006, p. 141). Assim, aproximando esta questão do debate acerca dos espaços urbanos periféricos na América Latina, podemos entender a interpretação desenvolvida pela sociologia urbana de cunho marxista (focada no marxismo do movimento operário) de como o acesso desigual aos meios de consumo coletivo, como dimensão da marginalidade urbana, representa novas disparidades as quais se expressam como “desigualdades socioespaciais do consumo coletivo” (CASTELLS, 2006, p. 141), de maneira a opor áreas centrais à periferias, no âmbito das cidades, enquanto áreas urbanas atendidas por ou carentes desses meios e equipamentos públicos.

Desta forma, o processo de marginalização socioespacial representaria uma situação de ampla segregação a que estariam sujeitas as populações residentes nas periferias urbanas, pois que constituiriam um mercado informal na esfera do trabalho urbano e que também estariam alijadas do acesso pleno a qualidade de vida urbana.

Na interpretação dada à expressão da marginalidade urbana no Brasil, Kowarick (1985) aponta que há um considerável grau de desenvolvimento econômico principalmente a partir da década de 1960, cuja acumulação caracteriza-se por lastrear-se em um setor secundário composto de ramos

modernos e dinâmicos, porém, tais ramos produtivos também se caracterizam por utilizarem meios de produção que poupam mão de obra, momento em que o autor destaca a importância teórica em apreender esta forma marginal de mercado de trabalho criado, a qual estaria conflitante com a acumulação apresentada pelo país. Destaca ainda que, a despeito do crescimento dos empregos no setor terciário, isto já desde a década de 1940, a acumulação baseia-se na exploração da atividade e emprego industriais, aos quais os trabalhadores informais em geral estariam economicamente vinculados e como componente necessário para este processo.

Observa também que o resultado dessa acumulação produziu um acesso desigual aos bens de consumo duráveis produzidos pelo tipo de indústria moderna então instalada (eletrodomésticos, automóveis etc.), já que apenas as classes médias deram conta de consumir essa produção (KOWARICK, 1985); o argumento aí desenvolvido é o de distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, reforçando a situação da marginalidade socioeconômica. Segundo Kowarick (1985, p. 171)

A forma de acumulação corporifica-se, pois, através de uma lógica restritiva em que a captação do excedente ao mesmo tempo que se concentra e beneficia poucos apoia-se na exclusão de parcelas ponderáveis: são os assalariados e os vastos contingentes populacionais que não conseguem se inserir de modo estável no mercado de trabalho tipicamente capitalista.

O argumento do autor permite-nos apontar que é justamente nesse contexto que estará edificado o entendimento de que o desenvolvimento econômico brasileiro, baseado então no modo de acumulação industrial, produzirá dualidades como: uma expressiva classe de trabalhadores, uns assalariados e outros inseridos informalmente no mercado de trabalho, marginalizados em relação ao sistema produtivo e à qualidade de vida proporcionada, e ocupantes das periferias urbanas; e inexpressivas classes médias, consumidoras dos recursos sociais produzidos e que ocupa os espaços centrais, dotados de equipamentos públicos e serviços de consumo coletivos.

A acumulação de capital e o conflito de classes estão no centro dessa argumentação, a qual nos permitirá analisar os desdobramentos dessa

perspectiva de análise ao passo que serviram de base para a sociologia urbana produzir interpretações acerca da formação da metrópole paulistana e a internalização da dualidade centro e periferia. Conceitos como “cidade formal” e “informal” estão relacionados com este processo de marginalização teoricamente desenvolvido pelos autores elencados; bem como se trata de pressupostos que estão na base da elaboração do Programa de Urbanização de Favelas efetivado pela Prefeitura do Município de São Paulo, pois que o objetivo aí assumido de “integrar a população favelada à cidade formal” parte do pressuposto de que estas realidades socioespaciais não compartilham da centralidade existente nos outros lugares da cidade.

No entanto, o curso deste trabalho prossegue no sentido de destituir o argumento da naturalização/positivação do trabalho e tensionando os processos sociais a partir não de uma pretensa acumulação de capital, mas da crise de reprodução do valor que a ilude como capital acumulado, posto entendermos o Brasil enquanto nação que teria nascido moderna, no sentido de momento do processo crítico e global da reprodução dessa abstração social (valor). Assim, se as formas de pensamento acima expostas partem do pressuposto de crises periódicas do capital, cuja resultante expressava-se no “exército industrial de reserva” e na periferia urbana enquanto lugar de reprodução dos trabalhadores em geral, a perspectiva crítica (do valor) a partir da crise estrutural do trabalho (trabalho socialmente negado) possibilita uma crítica a estes argumentos, principalmente se considerarmos que a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro significou um embaralhar na definição do que é centro e o que é periferia no espaço metropolitano. Portanto, faz-se necessário ir da teoria marxista à teoria marxiana.

5.1 Formação da metrópole paulistana e periferização da classe trabalhadora: relação centro-periferia e crise do trabalho

A análise de Alfredo e Silva (2011) dá conta de como os aldeamentos indígenas paulistas, no século XVIII, por responderem como lugar de estabelecimento da racionalidade comercial e da força de trabalho voltadas para uma acumulação externa, detinham a posição de centralidade em relação às vilas, as quais, nessa lógica, constituíam-se como periferias. Neste sentido, pensando sobre a relação entre rural e urbano, temos a determinação de um agrário sobre a realização da possibilidade urbana, momento no qual a vila de São Paulo realizava-se como uma instância jurídica e administrativa a dar suporte à relação colonial cujo centro eram os aldeamentos. Portanto, esta vila não detinha a expressão econômica. Determinação que irá se inverter após o processo maciço de industrialização brasileira após os anos 1950, quando de fato teremos constituído uma realidade urbano-industrial, já que a própria condição da modernização periférica brasileira, até então, colocava na estrutura agrário-exportadora a possibilidade de uma acumulação interna a “fomentar uma forma específica de industrialização e urbanização mesmo” (ALFREDO, 2008a, p. 12).

É justamente a partir desse segundo momento, de industrialização e urbanização crescentes, que constitui o horizonte sobre o qual as ciências humanas como a geografia e a sociologia urbana produzirão interpretações atinentes ao processo de formação das grandes metrópoles, principalmente o caso de São Paulo, ressaltando as contradições sociais e espaciais decorrentes do par industrialização-urbanização impostas a massa de trabalhadores que afluíram para estas realidades. Contribuíram para estas interpretações as análises produzidas no âmbito da CEPAL e por autores como Manuel Castells, David Harvey e membros do CEBRAP, como Lúcio Kowarick entre outros, ao passo que introduziram elementos da teoria marxista, principalmente no tocante a questão da luta de classes e da reprodução ampliada do capitalismo, ou seja, aproximaram a temática da reprodução das relações de produção ao processo de formação das cidades e do urbano.

Nesse sentido, a questão da metropolização e industrialização de São Paulo e a consequente formação dos espaços periféricos, em termos de diferenciação do que é centro e o que não é, pode ser apontada no conceito de “subúrbio”, e em como as áreas assim qualificadas transformam-se - no decorrer do processo de urbanização desta cidade, de espaços distantes e “mundos a parte” da cidade propriamente dita, constituindo-se realidades rurais em oposição ao urbano, segundo José de Souza Martins “lugar do trabalho, em oposição à cidade, que é o lugar do poder e do saber” (2008, p. 119) – em espaços considerados extensões da centralidade urbana, de modo que a cidade deixa de ser conduzida pela estrutura agrária presente nos núcleos rurais suburbanos ou aldeamentos e passa a determiná-los enquanto espaços inerentes ao desenvolvimento econômico urbano, como unidades produtivas estendidas e com a indústria impondo suas transformações, a partir do século XIX. Ainda conforme Martins (2008, pp. 121-122)

A palavra subúrbio já aparece em documentos do século XVIII, em várias regiões do Brasil, e também aqui em São Paulo, para designar o território que no contorno da cidade tem uma relação íntima e cotidiana com ela, embora ali estejam os bairros rurais. O subúrbio era a moradia dos potentados rurais. E, no caso de São Paulo, era, desde os séculos XVI e XVII, o lugar de concentração dos índios aldeados (...). Era, enfim, um cinturão caipira.

(...) Mas, a indústria se instalou num cenário rural, suburbano, e assim foi até os anos trinta [1930]. Frequentemente, a mão-de-obra dos vários membros da família estava dividida entre agricultura, artesanato e indústria, na mesma localidade. Somente a partir dos anos trinta é que a indústria acabou de ocupar grandes espaços do subúrbio e, ao mesmo tempo, estimular a ocupação dos espaços restantes com moradias operárias.

Este processo de ocupação dos subúrbios por moradias operárias revela o interesse em lucrar por parte de industriais que observaram nestes espaços, principalmente aqueles atingidos pela malha ferroviária da São Paulo Railway, a facilidade de conexão dos mercados da capital com o interior e também com o porto de Santos, pondo a especulação urbana já como elemento produtor das periferias urbanas enquanto condição de um processo de acumulação capitalista de base urbano-industrial.

Ainda que a análise acerca dos subúrbios tenha sido interpretada por outros reconhecidos autores, tais como Juergen Richard Langenbuch (1971), optamos por analisar esses espaços periféricos já a partir da consolidação das áreas urbanas como “cisão” entre estas e as áreas rurais, ou seja, a partir da realidade citadina. Neste sentido, na sequência analisaremos como os espaços denominados periféricos, em oposição aos espaços centrais da metrópole, dotados de infraestrutura e serviços públicos, foram analisados por autores ligados ao marxismo tradicional, à luz de um processo mais geral - a reprodução ampliada do capital – a partir de leituras as quais compreenderam o processo econômico nacional como uma acumulação interna de capital, de base monopolista, industrial e dependente, e através da perspectiva da luta de classes. A afirmação de Lúcio Kowarick já estabelece os parâmetros desse tipo de interpretação produzida:

Nossa análise partirá das formas de inserção dos grupos marginais na divisão do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação capitalista. Por conseguinte, a marginalidade será equacionada a partir de processos macroestruturais (KOWARICK, 1985, p. 17).

Esta realidade urbana, enquanto metrópole em formação atinge, a partir da década de 1970, novas expressões quantitativas e qualitativas. Segundo apontamentos de Santos (2005) acerca da proporção da população urbana em relação à população total do país, de um total de 15% da população brasileira em 1940, quase dobrando em 1960 (28,43%), passa a representar 51% desse todo em 1980; correspondendo a mais de 80% da população total em 1996, conforme cita Rolnik (2000).

A partir desse quadro é que as interpretações de cunho marxista supramencionadas trouxeram para o entendimento da realidade urbano-industrial das grandes cidades em formação a contribuição das teorias acerca da marginalidade social urbana, do consumo coletivo etc. reproduzidas então em um contexto em que consideravam como de reprodução de relações capitalistas e de acumulação interna de capital. Porém, a despeito de toda a riqueza produzida (crescente produção industrial), tais relações teriam produzido contradições sociais e espaciais decorrentes da relação capital-trabalho e do antagonismo entre classes sociais, no sentido de exploração intensificada,

crescentes massas de trabalhadores desempregados (interpretados como “exército industrial de reserva”) e concomitante à pauperização da força de trabalho, seja através do rebaixamento dos salários ou mesmo do pouco acesso à infraestrutura, serviços públicos, meios de consumo públicos etc. entendendo a formação das periferias urbanas como expressão espacial dessa desigualdade social. É neste sentido que Rolnik (1988) considera a urbanização brasileira ser “expressão territorial da desigualdade”. Segundo esta urbanista, “em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer” (ROLNIK, 1988, p. 2).

Numa relação geral dessa mão de obra sobrando com a dinâmica da produção capitalista, essas análises, no seu conjunto, tinham como hipótese norteadora a de que esse “exército industrial de reserva” constituía um elemento imprescindível para o processo de acumulação em curso (rebaixamento do componente salarial), processo que se expandia dilapidando boa parte da força de trabalho, principalmente a parcela sem ou com pouca qualificação, pois esta representava aqueles facilmente substituíveis pela reserva de trabalhadores à disposição.

Esta contradição apontada entre crescente capitalização e pauperização da classe de trabalhadores, neste entendimento, não fazia de São Paulo uma exceção em relação ao resto do país, mas colocava-o como uma peculiaridade no quadro nacional, porém expressão das “condições mais gerais da economia e sociedade brasileiras”, segundo Camargo et al. (1975, p. 19), pois haveria aí “exacerbação do contraste entre acumulação e riqueza” (CAMARGO et al., 1975, p. 19). Nesta obra, *São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza*, é evidente a influência das interpretações aludidas. Partindo da consideração que desenvolvimento e miséria representam dois lados de uma mesma moeda, e analisando a condição urbana da população paulistana como um todo a partir da classe trabalhadora, os autores apontam que:

A pujança econômica de São Paulo em relação a outras áreas do Brasil revela-se tanto na enormidade de sua infraestrutura (edificações, energia elétrica etc.) como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o

crescimento econômico (a produção industrial, o sistema financeiro, a renda *per capita* etc.). No entanto, se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos ‘jardins’, e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos – transporte, água, esgoto, habitação. É o contraste entre crescimento do consumo de bens de luxo e a diminuição do salário mínimo real (CAMARGO et al., 1975, p. 17).

Este quadro estava pautado no que se denominou “Milagre econômico brasileiro”, entre 1967 a 1973, período em que a economia nacional crescia (PIB) a uma expressiva taxa de 10% ao ano (CAMARGO et al., 1975, p. 59). Contudo, como aponta a análise, este considerável aumento do produto interno, ao invés de significar melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, reforçou ainda mais o potencial de acumulação empresarial (CAMARGO et al., 1975, p. 64), pois, conforme a produtividade do trabalhador cresceu, a partir do início deste período, “a taxas superiores a 5% ao ano, enquanto o salário mínimo real evoluiu a taxas, via de regra, *negativas*, foi possível às empresas apropriarem-se da totalidade dos ganhos de produtividade obtidos, elevando dessa forma o nível do excedente gerado” (CAMARGO et al., 1975, p. 64, grifo dos autores).

O conteúdo dessa interpretação corresponde à teoria do consumo coletivo elaborada por Castells (2006) em relação aos países latino-americanos, em que pese o seu conceito de “urbanização selvagem” ter sido incorporado pela sociologia urbana brasileira. Desta forma, tanto a distribuição de renda – repartição da acumulação produzida – bem como a intervenção do Estado na resolução das contradições apontadas (principalmente no acesso aos meios de consumo coletivo e serviços públicos) e a necessária mobilização social são elementos que passaram a fazer parte dessas análises sobre a metrópole paulistana³⁹. Assim, o acesso a tais bens e serviços foi atrelado à desigual

³⁹ Um exemplo: ao analisar a dimensão do que chama de “espoliação urbana”, Lúcio Kowarick (2000) aponta que “ela decorre (...) do processo de acumulação do capital mas também da dinâmica das lutas e reivindicações em relação ao acesso à terra, habitação e bens de consumo coletivo. Dessa forma, a questão fundamental reside na capacidade dos vários grupos e camadas sociais de pressionar e obter do Estado esses elementos básicos para sua sobrevivência nas cidades” (p. 23). E situa outra determinação do Estado na formação das periferias urbanas, pois “o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização

distribuição de renda, mas também à seletividade no processo de investimento público e privado na instalação e manutenção dos mesmos, pois que geralmente este aporte de recurso “é decidido em função de sua rentabilidade possível, ou de sua ‘viabilidade’”, ou seja, “são organizados para os consumidores que seguramente podem pagar por eles” (CAMARGO et al., 1975, p. 23). Trata-se, também, da especulação e da valorização do solo urbano, como propulsores para a ocupação das periferias pelas parcelas mais pobres.

Ao problematizar a questão da habitação social na cidade de São Paulo, nas suas variadas formas, com os processos engendrados pela relação entre capital e trabalho na esfera urbana RODRIGUES e SEABRA (1987, p. 38) apontam que:

A favela constitui-se em uma alternativa significativa de habitação para a população trabalhadora que recebe baixos salários, porque em geral não paga a renda da terra urbana – ocupando ‘espaços vazios’ de propriedade particular ou do poder público -, e também porque constrói seu barraco com trabalho não pago. O favelado encontra-se no limiar da reprodução da força de trabalho como resultado da sua inserção no mercado de produção capitalista.

Neste contexto, a análise da exploração da força de trabalho e do acesso desigual à renda e aos equipamentos de consumo coletivo e serviços públicos é estendida para a questão da desigualdade na apropriação do espaço, em especial os espaços de moradia, por conta da população trabalhadora, no sentido de que a distribuição espacial da mesma acompanha a condição social de marginalização ou exclusão social, momento em que a expressão “periferia”, enquanto áreas afastadas do centro e desprovidas da qualidade de vida proporcionada pelo acesso pleno àqueles bens e serviços (características da “cidade exemplar” a ser buscada), denota esta condição social urbana. Como aponta Pinho, “para estas pesquisas, as periferias urbanas seriam o local da segregação e de reprodução da classe trabalhadora e seriam marcadas

diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação espacial” (ibidem).

principalmente pela carência de infraestrutura ou equipamentos de consumo coletivo” (PINHO, 2011, p. 42).

Como expõe Pinho (2011), as ideias de David Harvey vão influenciar esta linha de pensamento, de modo que este autor correlaciona, a partir da questão do conflito de classes, o que ele denomina “ambiente construído” e o processo de reprodução ampliada do capital. Para tanto, ele vai tratar da separação entre as unidades de trabalho e a “unidade familiar”, esta última como local de reprodução da força de trabalho e do consumo, enquanto cisão imposta pelo sistema capitalista; assim, esta separação estaria posta para a condição de sobrevivência do trabalhador sob uma forma dicotômica de luta: uma no local do trabalho, abrangendo as condições de trabalho e a capacidade de consumo estabelecida pelo salário pago; e outra, “travada no local do viver”, considerada como outro patamar de exploração e apropriação, na qual “emergem tensões inevitáveis entre os apropriadores (procurando rendas), os construtores (procurando o lucro), os financistas (procurando juros) e o trabalho”, contra todos estes apropriadores. (HARVEY, 1982, p. 34)

Ao enveredar por este caminho, as interpretações que seguiram este pensamento procuraram indicar outras implicações decorrentes do processo de exploração do trabalho para a qualidade de vida urbana, mas que não se limitassem a este, momento em que a questão do acesso diferencial aos meios de consumo coletivo é aproximada da questão da segregação espacial como viés de entendimento para a problemática da moradia, a qual assume a tônica do debate enquanto dimensão da reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, tais análises não só estabelecem o capital produtivo como lógica determinante na qualificação dos espaços da metrópole, de modo que esta “economia pujante”⁴⁰ teria produzido centralidades e periferias urbanas enquanto peculiaridade da reprodução de um “capitalismo tardio”, realidade na qual a intervenção classista do Estado foi interpretada como extensão das

⁴⁰ “A Região da Grande São Paulo é o centro dinâmico do País. A produção industrial, o sistema financeiro, a renda per capita, enfim, qualquer indicador de *pujança econômica* apresenta-se com larga fartura quando comparado às outras áreas da sociedade brasileira” (KOWARICK, 1979, p. 29, grifo meu)

contradições nas relações de trabalho estabelecidas nas linhas de produção para a qualidade de contradições socioespaciais, implicando em aumento da pauperização da classe trabalhadora e ocupação maciça das áreas consideradas periféricas, como único espaços que lhe “sobram”. Desta forma, a proposta interpretativa desenvolvida por essas leituras teve também como foco descortinar os processos sociais por detrás da aparência de crescimento urbano desordenado e caótico, muitas vezes ressaltada na mídia em geral e inclusive em observações acadêmicas. Para Kowarick, “a distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” (KOWARICK, 1979, p. 30).

É a partir dessa premissa que Lucio Kowarick desenvolve seu conceito de “espoliação urbana”, na obra homônima citada. Antes, ele abre uma breve discussão a respeito da relação indústria e moradia operária no princípio do que considera como processo de industrialização nacional. Assim, aponta que do início desse processo até os anos 1930, as “vilas operárias”, como as instaladas nos bairros do Brás, Mooca e Belém, geralmente contíguas às fábricas, eram construídas pelas próprias empresas e vendidas ou alugadas para os operários e, por conta disso, desonerava o trabalhador nos custos da sua reprodução e possibilitava ao empresariado rebaixar os salários. Medida que o autor aponta como eficaz enquanto era relativamente pequena a quantidade de força de trabalho a ser incorporada e mantendo-se baixos os custos dos terrenos e de construção (KOWARICK, 1979); segundo o mesmo, com o crescente aumento do excedente de trabalho na cidade a partir da intensificação da industrialização, mais habitações eram requisitadas; somando-se isso à valorização dos terrenos em geral, a construção e manutenção de tais vilas tornavam-se, às empresas, economicamente inviáveis. Desta forma, o ônus da moradia e os gastos gerais para reprodução do trabalhador são transferidos para os próprios, bem como os atinentes aos serviços públicos e infraestruturas urbanas passam a ficar a cargo do Estado (KOWARICK, 1979).

Ao ser lançado no mercado imobiliário para resolver a questão da moradia, como aponta Kowarick (1979), o pouco recurso de que dispõe o

trabalhador e a valorização do solo urbano fazem com que a “periferia” surja como possibilidade para sua reprodução nessa “metrópole industrial”, espaços definidos pelo autor como “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (KOWARICK, 1979, p. 31). Outrossim,

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1979, p. 41)

Observando esta interpretação, a metrópole São Paulo é identificada pela produção industrial e crescente produção de mais-valia daí decorrente. O que se tem em mente é a passagem, pós anos 1930, de uma economia generalizadamente lastreada no setor agrário-exportador para o início de uma generalização da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Como observou Oliveira (2003), esse “novo modo de acumulação”, baseado na expansão industrial, fez-se na forma da superexploração da força de trabalho, processo para o qual foram imprescindíveis a disponibilidade da força de trabalho livre - já que o trabalho escravo oneraria a produção - e a regulamentação das leis trabalhistas sobretudo no controle do preço da força de trabalho.

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’. Essa conversão de enormes contingentes populacionais em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar (...) a legislação igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 38)

Ressalta-se que essa necessidade de “expulsar” o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais” (OLIVEIRA, 2003, p. 66) expressou, conforme a literatura que estamos analisando, crescente precarização da “mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas”

(KOWARICK, 1979, p. 58) já que a existência de um excedente populacional disponível para o trabalho na forma de “exército industrial de reserva” e a relativa ausência de mobilização operária e popular, só reforçaram a dilapidação dos trabalhadores, sobretudo a partir da disposição do Estado em investir em infraestruturas noutros setores/áreas que não os relacionados às parcelas mais pobres da população.

Nesse sentido, o que se discute é a superexploração do trabalho e uma distribuição mais justa do trabalho não pago, ou seja, “da capacidade de [a classe trabalhadora] aquinhoar uma parcela dos excedentes gerados pelo processo de acumulação” (KOWARICK, 1979, p. 58) Contudo, Kowarick (1979) detém-se principalmente nos desdobramentos da reprodução da força de trabalho no contexto de “capitalismo dependente”, analisando o papel da moradia ou “questão habitacional” a partir dessa superexploração do trabalho/pauperização da classe trabalhadora, de maneira que o desenvolvimento em curso estaria baseado na “dilapidação da força de trabalho”, possibilitada pela somatória da existência desta reserva de mão de obra e na referida ínfima organização sindical e política da classe operária. A resultante desse processo seria o precário ou nulo acesso às “benfeitorias da sociedade industrial” (KOWARICK, 1979, p. 49), tais como equipamentos urbanos, serviços públicos etc. e a ocupação das periferias urbanas como “alternativa”.

Nesse sentido, a habitação é tratada como componente essencial nos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho a serviço da acumulação de capital em curso, momento em que as formas de moradia nas periferias, tais como a autoconstrução, enquanto formas de reprodução da classe trabalhadora, ganham o significado de expressão espacial da pauperização denunciada pelo autor, donde deriva o que chama de “espoliação urbana”, a qual, nas suas palavras,

(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Como característica comum a este tipo de análise, a autoconstrução da moradia nos espaços periféricos é entendida como sobretrabalho em relação à proporcional redução do “trabalho necessário” na jornada de trabalho e, portanto, barateamento da reprodução da força de trabalho através do rebaixamento dos salários, o que permitiria altas taxas de acumulação (maior parcela de trabalho excedente para o capitalista), principalmente considerando-se o argumento da existência de um “exército industrial de reserva”. Entendendo a expansão industrial pós anos 1930 como desenvolvimento que introduzia relações novas em realidades arcaicas, um processo “desigual mas combinado”, Oliveira (2003) aponta a moradia construída pelo próprio trabalhador como um momento necessário para tal ampliação da acumulação de base urbano- industrial, na forma de “supertrabalho” e por esta forma generalizada de habitação rebaixar os salários efetivos pagos pelas empresas (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Tomando como horizonte essa mesma perspectiva, Bonduki e Rolnik (1979) consideram que este expediente de reprodução, a autoconstrução, envolve formas produtivas não conduzidas por relações tipicamente capitalistas, já que se trata de trabalho não remunerado, mas que significam implicitamente componente essencial no processo de acumulação de capital, bem como revela o entrelaçamento do processo de expansão da metrópole com a dinâmica de reprodução do capital. Desta forma, este estudo sustenta a tese de que a periferia acabou por se constituir como “lócus da classe trabalhadora” na medida em que os baixos rendimentos auferidos por esta classe tornou-se impeditivo para a mesma permanecer ou usufruir das benfeitorias urbanas e serviços públicos instalados em áreas ou bairros consolidados, os quais são apropriados pelas classes mais abastadas e que podem pagar por esta valorização do solo urbano. Assim, a segregação ao nível do território urbano é tratada a partir do que denominam de “renda diferencial da terra urbana”, cujo determinante é a quantidade de benfeitorias instaladas. Conforme apontam referidos teóricos, “apresentar baixa renda diferencial é o que define periferia, estando o terreno aonde estiver no espaço urbano. Consequentemente este será, por excelência o local de habitação dos trabalhadores” (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p. 85).

Porém, esta renda da terra, para ser realizada no “bolso” dos proprietários urbanos, depende da efetividade da propriedade privada do solo como direito legalmente constituído e reconhecido. Neste sentido, a favela como assentamento residencial precário e de expressão periférica, por infringir os parâmetros legais em torno da propriedade privada, já que geralmente trata-se de ocupação de áreas de propriedade alheia, não é discutida por estes autores já que esta forma “contesta diretamente a propriedade do solo”, entendida como “um dos pilares da organização do território sob o capitalismo” (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p. 85) e porque, segundo a análise, os “loteamentos na periferia” constituíam a forma predominante de realização da habitação por parte da classe trabalhadora. Contudo, mesmo sendo específica por conta desta ilegalidade jurídica, a favela pôde estar vinculada ao conceito de periferia justamente por apresentar, ainda que muitas vezes localizada próxima aos centros urbanos (dos quais aos poucos são também expulsos pelo “jogo especulativo”), grande escassez ou inexistente infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços coletivos, principalmente à medida que a valorização urbana tornou esta alternativa a forma de habitação preponderante junto à população de baixa renda. Para Kowarick (1979, p. 97), esta população também se vê excluída dos processos produtivos, e ressalta que

(...) os favelados – camada super espoliada da classe trabalhadora – estão particularmente sujeitos aos usos e abusos de um sistema cujo crescimento tem se realizado através da exclusão daqueles que constroem as riquezas que não as suas.

Nesses termos, isto é, a partir destas leituras, os sujeitos que sobrevivem nas favelas constituem parte do excedente de trabalho disponível ao capital.⁴¹

Considerando a proposta aqui desenvolvia, a favela enquanto identificada aos espaços denominados periféricos, assim se qualifica não só por não possuir aqueles elementos da centralidade urbana (meios de consumo coletivos etc.), mas, sobretudo por, quando os possui, o faz majoritariamente através de instalações consideradas ilegais (os denominados “gatos”), bem como a

⁴¹ “Desta forma, enquanto caso exemplar de mão-de-obra que se apresenta como ‘pau-para-toda-obra’, o favelado pode facilmente preencher as necessidades mais imediatas da engrenagem produtiva que na cidade e no campo, frequentemente, precisa mobilizar de maneira rápida contingentes ponderáveis de força de trabalho não-qualificada” (KOWARICK, 1979, p. 89)

aquisição da moradia não efetiva a propriedade privada nos termos da lei, ou seja, a exclusão/segregação socioespacial espalha-se para o campo da ilegalidade jurídica como a condição urbana de existência e reprodução de grande parte da classe trabalhadora no processo de expansão da metrópole de São Paulo; sendo este o sentido - ilegalidade jurídica e urbanística - dado principalmente pela sociologia urbana a esta forma de habitação, a qual se generaliza participando, e de certa forma, produzindo esta expansão.

Para Lúcio Kowarick (1979, p. 91):

(...) o fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de exercício de uma defesa que se processa em torno da questão da moradia. Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação das suas prerrogativas enquanto morador. Assim, nem neste aspecto mínimo o favelado tem aparecido enquanto cidadão urbano, surgindo, aos olhos da sociedade, como um usurpador que pode ser destituído sem a possibilidade de defesa, pois contra ele paira o reino da ilegalidade em que se assenta o direito de expulsá-lo.

Não é raro nas interpretações da sociologia urbana e do urbanismo para esta questão, ao apontar o acesso ilegal à propriedade da terra urbana, pôr na legalidade da mesma (enquadrá-lo na lei), ou no seu processo de regularização, a forma de dotar as favelas da centralidade urbana, torná-la ou inseri-la na “cidade legal”, no sentido dos moradores adquirirem a habitação enquanto mercadoria, já que é este o significado da propriedade privada no capitalismo. Trata-se de outra espécie de dualidade como característica comum às interpretações que analisamos, nas quais o limite da positivação das categorias do capital revela-se como dimensão impossível de ser superada. Assim, a própria normatização ou o Estado surgem como categorias do capital, na medida em que a produção desta “cidade informal”, quando compreendida como distância, contraditória, entre a normatividade e a “cidade real”, pode ser resolvida, ou melhor, assim aparece, através da generalização das regras do mercado, com destaque para os “interesses sociais” deste, numa espécie de universalização dos direitos, mais especificamente o “direito à cidade”, sua

versão “formal”, diga-se de passagem. A interpretação de Ermínia Maricato (1995, p.37) caminha nesse sentido:

O direito à cidade para todos, passa pelo acesso à urbanização como também pelo acesso à condição habitacional legal. Embora a ocupação ilegal da terra urbana seja genérica e crescentemente tolerada, seu reconhecimento legal é raro. É evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exigirá alguma resolução institucional na medida em que as relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a constituição. Mas aparentemente, tudo caminha para estender essa contradição até o limite possível.

Na referida concepção, o processo em curso era o de uma “modernização excludente”, sendo a metropolização derivada de uma “urbanização da industrialização com baixos salários”. Neste sentido, se estava pressuposta uma real acumulação de capital por conta da “maquinaria econômica” alimentada pelo setor industrial, noutros termos, se o capital produtivo punha-se como capaz e movente de toda uma sociedade, o trabalho – na pessoa do trabalhador - é elevado à condição de necessidade social natural porque visto como inerente ao sujeito em qualquer período histórico, enquanto relação social naturalizada, portanto destituído da sua especificidade histórica enquanto substância social que produz valor.

A partir desse entendimento, tais análises transferem a contradição interna ao próprio processo de produção que mobiliza essa sociedade moderna para as condições desiguais de distribuição do excedente produzido, daí a constante crítica posta através do argumento da superexploração do trabalhador, cuja expressão concreta estaria nos baixos salários pagos aos trabalhadores; bem como o discurso produzido por estas leituras trouxeram como elemento central a questão da luta de classes, fazendo com que se somasse à crítica rasa então estabelecida a disputa entre uma classe cujo papel era exercer a dominação social e outra que representaria o “sujeito revolucionário” (PINHO, 2011) e sobre o qual passou a repousar a possibilidade de emancipação social. Momento em que estas interpretações, ao buscarem uma coerência no interior da sociabilidade capitalista, abortam a possibilidade de uma crítica profunda às categorias basilares da modernização capitalista, sobretudo ao trabalho abstrato (valor e valorização do valor) enquanto irracionalidade que carrega em si o sentido dessa absurda mobilização social e precariedade humana. De fato, contribuiu como fonte teórica para tais leituras o “marxismo tradicional”, cujos representantes, como observa Jappe (2006 pp. 9-10)

(...) fossem eles leninistas ou sociais-democratas, acadêmicos ou revolucionários, terceiro-mundistas ou socialistas ditos 'éticos' colocaram no centro dos seus raciocínios a noção de conflito de classe, entendendo-o como luta pela repartição do dinheiro, da mercadoria e do valor, sem pôr em causa estas três realidades em si mesmas (...) suas aplicações práticas mais não foram do que um factor do desenvolvimento da sociedade mercantil ⁴².

Desta forma, o trabalho é incorporado a estas interpretações no sentido de uma atividade que possibilita a socialização pelo trabalho e através de uma relação de assalariamento mais justa, ou seja, não coloca a produção de mais-valia, enquanto fim em si do modo de produção capitalista, como irracionalidade de um processo social cujo objetivo é produzir por produzir e alvo maior da crítica teórica; porém, destina a crítica à distribuição desigual desse mais-valor, momento em que a questão da exploração da força de trabalho, sua ausência ou formas precárias ou redobradas de exploração são postas como contradição do modo de produção capitalista, de modo que este sistema pudesse ser menos perverso ao estabelecermos outros níveis ou modos de exploração. Nisto reside a leitura de que a marginalidade pode ser “caracterizada enquanto um modo de inserção nas estruturas produtivas” (KOWARICK, 1985, p. 19).

Não de forma diferente, o fetichismo por trás da noção de acumulação ou crescimento econômico, expressos principalmente na materialidade das infraestruturas e equipamentos coletivos urbanos ou mesmo no montante dos bens consumidos, opera no sentido de não revelar a crise imanente do capital enquanto massa crescente de capital atingida simultaneamente à dispensa maior ainda de trabalhadores do processo de produção do valor. Tal contradição fundamental e estrutural, porque estabelecida na relação capital-trabalho, mas que é iludida como cíclica/temporária, impediu de se fazer a crítica aos limites lógicos dessa “maquinaria produtiva”, cujas engrenagens (capital constante) já não dependem tanto do trabalho vivo, ou seja, estaria estabelecida a

⁴² Robert Kurz (1993) já havia interpretado a crise do “marxismo tradicional” como parte integrante da crise global do capitalismo, pois que, diferentemente da perspectiva de dualidade sistêmica que opôs países capitalistas aos países do “socialismo real”, este filósofo estabelecia a abstração valor e a produção de mercadorias como identidade entre tais realidades, de maneira que a crise do e ao trabalho representa uma crise, e respectiva crítica, comum a ambas realidades.

incapacidade do denominado “exército industrial de reserva” ser reabsorvido como força de trabalho no movimento de valorização do valor.

A passagem dos anos 1970 aos 1980 foi marcada por uma mudança substancial nesse processo de acumulação de base industrial-exploração da força de trabalho como aponta o próprio Lúcio Kowarick (2000), já que não apenas há um recrudescimento da pauperização, bem como “muitos nem mesmo conseguem se transformar em mercadoria superexplorada por um capitalismo que se atola no pântano da recessão” (KOWARICK, 2000, p. 21). Contrapondo esse novo contexto àquele que serviu de base para a produção teórica que analisou a cidade enquanto oposição centro-periferia e determinada por tal produção industrial, torna-se pertinente repensarmos também que as periferias urbanas deixam de constituir o “lócus da classe trabalhadora” (PINHO, 2011), daqueles que foram de alguma forma inseridos nas unidades produtivas da “maquinaria econômica”. O crescimento do desemprego e do setor de serviços em relação ao setor industrial, no período, já demonstra a determinação negativa da relação capital-trabalho no processo de valorização do valor, na condição de processo que tende a expulsar definitivamente a força de trabalho conforme se desenvolve. Desta forma, a crise do trabalho só permite aos trabalhadores integrarem-se negativamente ao mundo do trabalho, em setores não produtivos (de valor) como serviços, finanças e bancos. Nessa passagem, ao não incorporarem a crítica do valor às suas análises, as abordagens que exploramos perdem pertinência elucidativa e capacidade crítica na apreensão da realidade urbana pós anos 1990, principalmente no que tange à relação dos espaços considerados periféricos com a metrópole em geral, da qual aqueles são partes integrantes, e com a “sociedade produtora de mercadorias”, enquanto totalidade que os põe como uma só realidade: expressões do moderno e da modernização.

Observa-se ainda que o final da década de 1980 apresenta mudanças importantes para a teorização da exclusão socioespacial, principalmente em relação ao entendimento dos espaços periféricos do ponto de vista da escassez de infraestrutura, serviços públicos etc. e da pobreza, pois não só houve conquistas urbanas decorrentes da pressão popular na forma de movimentos

organizados (BRANT *et al*, 1989) – energia domiciliar, água corrente, ruas pavimentadas, escolas, postos de saúde, transportes coletivos etc. -, sendo o início da urbanização de favelas um dos exemplos; bem como a pobreza, característica frequentemente imputada às periferias e favelas, redistribuiu-se espacialmente em São Paulo, o que explica, por exemplo, a busca por moradias mais baratas por parte da classe média (TASCHNER e VERAS *apud* PAULINO, 2007). Ressalta-se o recorrente distributivismo como enfoque teórico e, inclusive, prática estatal no enfrentamento das contradições sociais, o que não resolve, senão iludindo ou repondo, seus pressupostos críticos.

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas impõe uma maior concorrência entre capitais individuais e tem como consequência a *queda tendencial da taxa de lucro*, condição na qual os capitais migram dos setores produtivos (indústrias) para outros que apresentam maiores retornos financeiros. Trata-se da denominada “nova economia”, representada principalmente por setores modernos, e improdutivos no que se refere à mais-valia, tais como serviços em informática e telecomunicações, finanças, turismo etc., mas também através da generalização dos serviços domésticos, serviços gerais e autônomos, momento em que a terceirização da mão de obra e a informalidade crescentes expandem a precarização do trabalho na metrópole como um todo (CARLOS, 2004). Desta forma, como a produção e o emprego industriais já não permitem identificar São Paulo por esta atividade, e portanto perde sentido estabelecer a “centralidade da periferia como local da classe trabalhadora” (ALFREDO e SILVA, 2011, p. 177), estabelece-se a necessidade de entendermos que, a despeito das significativas conquistas sociais obtidas a partir das interpretações que denunciaram as distintas facetas da exploração da força de trabalho no processo de metropolização de São Paulo, o contexto de crise do trabalho supera esta perspectiva de exploração do trabalhador (KURZ, 1992), principalmente se considerarmos, como aponta Pinho (2011), que as interpretações (derivadas do pensamento marxista hegemônico) as quais valeram-se desse argumento no debate sobre a dicotomia centro-periferia, no final das contas vislumbravam a integração da população marginalizada ao consumo de mercadorias e uma distribuição mais justa dos equipamentos de

consumo coletivo em geral, à sociabilidade posta como centralidade, e cuja forma de inserção nessa “nova economia”, por se efetivar exclusivamente enquanto consumidores, dispensados da produção do valor, demanda outra perspectiva interpretativa. Hoje se estabelece como necessidade de o capital inserir as pessoas no âmbito do trabalho (abstrato) mesmo que este esteja determinado pela sua negatividade.

O que desconstrói essa dualidade na apreensão da realidade urbana produzida neste novo momento é a simultaneidade da crise do trabalho e da reprodução crítica do valor, como processo que permeia toda a sociedade, portanto que torna inócuo o conflito de classes como viés interpretativo pretensamente crítico a uma forma social cujo único sujeito do processo é a abstração valor. Por outro lado, a sociabilização pelo não trabalho, a integração à “sociedade produtora de mercadoria”, a financeirização e o consumo impulsionado pela “democratização do crédito” minam as diferenças que opunham centro a periferias ou a favelas. Aproximando a noção de “simultaneidade negativa”, de Robert Kurz, à realidade metropolitana, Pinho (2011) aponta que “esses espaços [periferias] estão cada vez mais integrados à metrópole pelo viés do consumo e das mídias de comunicação, através do processo de *socialização negativa* promovida pelo consumo” (PINHO, 2011, p. 54, grifo meu).

Destarte, se por um lado a denúncia à distribuição injusta da mais-valia ou à da produção material urbana, na forma exaustivamente discutida, tanto na arquitetura, bem como em correntes da própria geografia, como ambiente construído, sacralizaram o trabalho, almejando a inserção dos trabalhadores no mercado formal, e pressupondo o “alargamento das classes médias” (PINHO, 2011) de modo a permitir maior “justiça social”, por outro a ausência de crítica às categorias de base do capital e ao processo crítico posto por este não permitiu tais abordagens enxergarem na convergência dos espaços e padrões de consumo a exacerbação das contradições sociais sob a égide do valor, principalmente se considerarmos que “as diferenças se desfizeram por conta das novas formas de integração através do mercado e do crédito que cada vez mais vem invadindo esses espaços” (PINHO, 2011, p. 55). Através desta pertinente

apreensão, a própria atuação do Estado, ao estabelecer como meta o acesso aos meios de consumo coletivo e infraestruturas urbanas, por parte da população pobre da metrópole, e de maneira geral o faz, revela como o fetiche de contradição social na forma de distribuição desigual desses “benefícios urbanos” possibilitou uma integração social através destas formas críticas de reprodução do capital.

Essa lógica, disfarçada também através da forma jurídica enquanto instância capitalista, aí posta como direitos constitucionais do cidadão, está presente na tática urbanista de urbanização de favelas, cujo conteúdo (planejamento) estratégico é resgatar, ainda que indiretamente, a dualidade centro-periferia ou cidade formal-cidade informal como mote para viabilizar a integração, do que é pressuposto (ou aparece) como não incluído, à centralidade urbana. Portanto, a exacerbação da institucionalização de relações sociais e realidades como as características às favelas igualmente revelam o momento de colapso do sistema capitalista⁴³, sendo a determinação do capital fictício a lógica que põe a monetarização dessa população - expandindo-se a base de consumo nas formas de distribuição de renda/bolsas assistenciais, incentivo ao crédito, regularização fundiária e de instalações de água, luz, telefone e internet entre outras - como necessidade da reprodução crítica do valor, mas que devido ao fetiche a este inerente apenas como crescimento socioeconômico aparece.

Na proposta interpretativa por nós produzida, enquanto uma modesta tentativa de “ruptura ontológica” (KURZ, 2007b), o próprio processo de urbanização derivado da lógica da reprodução crítica do valor, sentido a partir do qual pode ser apreendida a formação da metrópole de São Paulo, senão a urbanização nacional como um todo, necessita ser explorado enquanto uma “urbanização crítica”, nos termos da crise e crítica mobilizados por Amélia Luisa Damiani (2004) e (2009), sobretudo em relação aos desdobramentos da forma de capital que insiste em se reproduzir negando o trabalho produtor de valor.

⁴³ Cabe observar que a denominação de “colapso” em relação ao capitalismo, interpretada por Robert Kurz (1993, p.ex.), e da qual partilhamos, não remete ao fim do capital, mas à sua forma crítica de reprodução social (crise dos seus momentos lógicos necessários), a partir da qual não se tem a produção de valor como lastro, mas, contraditoriamente, generaliza-se o capital na sua forma fictícia (dinheiro mobilizado para gerar mais dinheiro, fora dos processos de produção).

5.2 Processo de metropolização de São Paulo enquanto expansão do consumo

As análises que fazem uso das lógicas dualistas tais como: a oposição de setores modernos a arcaicos, presentes no debate acerca do desenvolvimento-subdesenvolvimento; centro e periferia; desenvolvimento nacional x dependência externa; e os desdobramentos dessas lógicas em problemas apontados como “marginalidade”, “segregação” etc. correspondem a interpretações que se desenvolvem partindo do pressuposto da realização interna do modo de produção capitalista, considerando inclusive a formação completa das categorias próprias ao capital (trabalho, acumulação, preço etc.) ou, na impossibilidade de pressupô-las realizadas, condicionam ao devir, enquanto sucessão temporal, a possibilidade deste encontro da realidade nacional com a realidade das economias centrais, no fazer-se capitalista através da modernização.

Como as interpretações aqui analisadas apontam para uma reprodução capitalista que excluía o trabalhador dos processos produtivos, a crítica então, de forma rasa e afirmativa, estabeleceu-se no sentido de buscar alternativas – impossíveis, diga-se de passagem⁴⁴ - para que os trabalhadores recuperassem “o seu lugar” na produção e participassem da distribuição da pretensa riqueza gerada; nesse sentido propunha-se, no campo da relação capital-trabalho, maiores índices de assalariamento dos trabalhadores “marginais” e, na escala da cidade, por meio da atuação do Estado, permitir maior acesso aos equipamentos públicos, infraestruturas e meios de consumo coletivo aos moradores dos espaços considerados “marginais” (periferias, favelas etc.), objetivando que estes pudessem se reproduzir enquanto trabalhadores e partícipes da modernização capitalista nacional.

⁴⁴ Esta observação caminha no sentido capturado por Marx, n’*O Capital*, de que justamente por objetivar a produção incessante de valor, a qualquer custo - inclusive negando a substância elementar na produção dessa abstração, o trabalho – o capital tende ao desenvolvimento crescente das suas forças produtivas e numa constante redefinição da relação entre capital variável e capital constante, num movimento de sobre-determinação do trabalho morto, sua parte constante, em relação ao trabalho vivo, sua parte variável representada na pessoa do trabalhador.

O nacional desenvolvimentismo, enquanto ideologia, previa que com o processo de substituição de importações a indústria nacional decolaria rumo aos níveis de acumulação alcançados pelos países “centrais”, objetivo que seria atingido através do investimento estatal no desenvolvimento do departamento de bens de produção e de consumo duráveis e não duráveis e da consequente alta na produtividade interna. O pressuposto dessa corrente interpretativa, a qual esteve presente no pensamento de esquerda de 1930 a 1960, é de que desejável modernização nacional (nacional-desenvolvimentismo) colocaria fim à lógica das trocas desiguais inerentes à relação imperialista mantida entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Conforme observa Damiani (2004, p. 25),

A ideia de capitalismo dependente, combinada à interpretação do imperialismo, sugeriu durante muito tempo o universo de interpretação da indústria, da cidade, dos fenômenos da industrialização e urbanização. Havia a necessidade de modernizar o país, de se unir às burguesias locais para viabilizar a capitalização em nosso país, que levaria, com o tempo, à crítica do imperialismo. A ideia de modernização incluía a do desenvolvimentismo, atrelada à necessidade do Estado, incentivando e assegurando maiores patamares de acumulação. Não era possível atingir o imperialismo, a não ser se modernizando.

Mesmo as análises interpretativas do processo de metropolização de São Paulo, tendo como foco o desdobramento do crescimento industrial para a urbanização, produzidas a partir de 1970, e de cunho esquerdista, não deixaram de buscar na afirmação do trabalho, e do próprio modo de produção capitalista especificamente realizado na condição periférica brasileira, a solução ou equalização dos problemas socioeconômicos então tomados como contradições sociais, de modo que, de dentro de um sistema que se apresentava ciclicamente excludente, puderam vislumbrar a inclusão das camadas “marginais” no “mundo de benefícios” do capitalismo, onde um consumo mais equitativo entre as classes conflitantes significou a meta teórica e prática dos pesquisadores envolvidos e dos movimentos sociais urbanos, incluindo desde a mobilização operária à participação de setores progressistas da Igreja Católica e de partidos políticos, como movimentos que despontaram neste horizonte da luta de classes e do trabalho ontologizado.

Desta forma, o limite teórico dessa “crítica interpretativa” (KURZ, 2007b) correspondia ao próprio limite estrutural do capital, de maneira que ao direcioná-la para as possibilidades da luta operária tomar o controle social da produção e da distribuição da riqueza, enaltecendo as virtualidades da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2007), a centralidade do trabalho sob o marxismo operário inviabilizou a pertinência de uma crítica que deveria ter sido direcionada à lógica da valorização do valor e a sociabilidade pela mercadoria, a partir das quais o valor se põe como único sujeito do processo, portanto destituindo de sentido pensar-se a sociedade atual enquanto exploração de uma classe pela outra. A crítica do valor vai descartar a subjetivação do capital na forma de classes antagônicas, personificação essa na condição de fetichismo do valor, entendendo-as, tais “classes”, como sujeitos igualmente subordinados à lógica objetiva de valorização do valor: esta “maquina social de um objetivo em si mesmo sem sujeito” (KURZ, 2007a).

Sob a perspectiva da “crítica do valor”, como observa Kurz (2007b), não só o movimento operário do ocidente, mas inclusive os socialismos existentes tornaram-se obsoletos no contexto da crise global da 3ª Revolução Industrial. Assim,

(...) tanto a reflexão teórica como a ação prática moviam-se sob a capa do moderno sistema produtor de mercadorias, a forma fetichista do valor. O marxismo do movimento operário assumira a ontologização desse contexto da forma da Modernidade a partir da filosofia iluminista burguesa. Particularmente o ‘trabalho’ (‘trabalho abstrato em Marx), como substância da forma valor, assumiu ao longo desse processo um estatuto trans-histórico. Na crise mundial da 3ª Revolução Industrial, o ‘modo de produção baseado no valor’ (Marx) esbarra em seu limite interno absoluto, precisamente pelo fato de minar a sua própria substância, o ‘trabalho’, tornando-o obsoleto. As determinações supostamente ontológicas revelam-se historicamente limitadas e decrépitas. (KURZ, 2007b, s.l.).

Como observa Amélia L. Damiani (2004), a condição desta nova realidade capitalista demanda capturarmos o trabalho pelo seu inverso, ou seja, “o trabalho como puramente negativo” (DAMIANI, 2004, p. 28), apreendendo a forma precária de inserção do mesmo no processo produtivo enquanto lógica inerente à simultaneidade crítica do desenvolvimento capitalista, e não como especificidade da formação deste modo de produção na periferia do sistema ou

“preço a se pagar” por apresentarmos uma “industrialização tardia” com “tecnologia acumulada”, como conclui Oliveira (2003), cuja análise procura dar sentido a um processo (industrialização) destituído de sentido ou razão, sendo esta sua forma particular mesmo de ser enquanto capital mobilizado.

Mas o sentido de diferenciação industrial, que hoje se esclarece, é expelir trabalhadores do processo produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas significa essa expulsão compulsória: para manter o nível de emprego, com o acrescentamento das forças produtivas e das técnicas, seria preciso um investimento acrescentado exponencialmente (DAMIANI, 2004, p. 29).

Desta forma, achamos necessário que as leituras produzidas a respeito do que se denominou “marginal”, em suas mais gerais aplicações, sejam rediscutidas tendo como norte a simultaneidade dessas realidades sobre as quais esse conceito é aplicado em relação ao capitalismo dos países denominados “centrais”, o qual apenas diversifica suas determinações aparentes de existência. Assim, o próprio debate em relação à oposição centro-periferia necessita ser repensado, pois que, numa relação identitária posta pela simultaneidade, a condição de termos distintos entre si transforma-se numa relação em que ambos, centro e periferias, são efetividades de um mesmo processo, de modo que centro só faz sentido existir em relação à periferia, e vice-versa. Isso, se pensarmos na hipótese de que há uma “auto-diferenciação não só do trabalho, mas da própria centralidade social deste oriunda” (ALFREDO e SILVA, 2011, p. 160), pode significar que - se houve um processo de industrialização capaz de incorporar determinada força de trabalho urbana como necessidade da acumulação alardeada, com conseqüente diferenciação dual (centro-periferia) do espaço urbano (uma “urbanização desigual”) até os anos 1970 – após esta década, a realização crítica, porque determinada pela simultaneidade mundial da crise de valorização do valor, do próprio trabalho (abstrato) enquanto categoria fundante da modernização e como não trabalho, impôs a redefinição desta relação na forma da socialização não mais através do trabalho, mas mediada pelo consumo; sendo determinante para esta nova sociabilidade a mudança de uma economia pautada no capital produtivo para a generalização de capitais financeiros e fictícios a comandarem a “nova economia”.

Essa mudança no modo de acumulação, na verdade de aparente acumulação, redefine a relação da centralidade da categoria trabalho e da classe operária para com os espaços da metrópole, principalmente em relação às periferias, já que sob a hegemonia do capital produtivo industrial estes espaços foram interpretados como local da exploração da força de trabalho e da reprodução do exército de reserva, portanto da exclusão do trabalho. Sob essa nova forma de reprodução (crítica) do capital, a partir da qual o dinheiro - enquanto uma das formas do processo tautológico de valorização do valor - distancia-se cada vez mais dos processos produtivos e se autonomiza da “substância abstrata do trabalho” (KURZ, 2009), essa condição do trabalho na periferia metropolitana generaliza-se no urbano. Na observação de Pinho (2011, p. 73):

Este quadro cria um movimento de reprodução crítica para os trabalhadores e para os pobres, no qual é preciso viver do trabalho num mundo sem trabalho. (...) Este novo momento parece cada vez mais afirmar que todos os espaços estão destituídos [de trabalho] e, neste sentido, a condição antes posta para os locais periféricos se homogeneíza por toda a sociedade. Dialeticamente, é justamente neste período que o mercado, na sua reprodução crítica, procura inserir os sujeitos monetários como consumidores na perspectiva de realizar capitais ociosos.

Neste sentido, analisar as contradições urbanas associadas “à dinâmica da acumulação de capital”, já que, conforme aponta Kowarick (2000), “é ela que gera, em última instância, a configuração espacial de uma cidade e os diferentes graus de inclusão-exclusão em termos de acesso aos benefícios” (KOWARICK, 2000, p. 99), a partir de um momento em que a nova dinâmica deste processo está determinada quase que totalmente pelo desemprego estrutural e pelo desprendimento da substância valor em relação ao processo produtivo, respectivamente nas formas de dispensa relativa da força de trabalho e da autonomização do dinheiro em relação ao ciclo D-M-D’ (incapacidade do dinheiro empregar trabalho abstrato/explorar trabalho vivo no seu processo de valorização, a partir de um processo propriamente produtivo) ou seja, reproduzindo-se no ciclo D-D’, permite apreendermos a crise de valorização como lógica que nivela, a partir do consumo e monetarização generalizados à população como um todo, realidades espaciais cujas diferenças foram pautadas em carências de consumo, mas também pode desvendar o quanto a

representação destes espaços como áreas excluídas, informais ou marginais aos “benefícios do consumo” revela-se como estratégia capitalista numa aparência de solucionar a crise estrutural, já que a “integração” destes espaços à cidade é formalizada através da socialização pelo consumo, principalmente de mercadorias, mas também de serviços.

Cabe observar, inclusive, que a “subjetividade social”, como elemento que Kowarick (2000) desenvolve para redefinir seu conceito de “espoliação urbana”, no sentido de trazer as experiências, vivências, e interpretações dos sujeitos acerca das condições concretas posta pelo capitalismo, para a análise das contradições urbanas, não possibilita o avanço para uma teoria crítica que atinja o núcleo do capital enquanto processo imanentemente crítico. Ao contrário, ao conceber a solução para essas falsas contradições através do “processo de institucionalização de direitos”, ou “extensão da cidadania” na forma de maior acesso aos bens e serviços coletivos, não apenas desconsidera-se que a relação entre sujeito e objeto sob o capitalismo efetiva-se como consciências reificadas (formas de pensar como produto da lógica do valor), bem como se estabelece uma condição de “ilusão jurídica”⁴⁵, já que o par Estado-Direito apresenta-se como fetiche de superação calcado na possibilidade de racionalização (institucionalização) daquilo que essencialmente é irracional ou não administrável; antes, necessita apresentar-se como possível igualdade de direitos.

Da mesma forma, pensando ainda sobre as cisões no interior do urbano, espaços denominados formais e informais nas cidades só constituem oposições se observados como forma aparente e necessária do capital manifestar-se como racionalidade, neste caso como coisas em si e destoante de um tipo ideal de urbanização então posta como modelo a ser seguido. Portanto, o próprio conceito de favela não pode ser absolutizado, necessita sim ser repensado como

⁴⁵ Esse termo está presente numa nota que Marx (1984) destina às observações de F.M. Eden, devido este não observar a natureza específica, determinada, e não determinante, das “instituições burguesas”. Nesse sentido, esta concepção pode corroborar o nosso pressuposto de que o Estado e a normatização atrelada à sua efetividade devem ser apreendidos antes na condição de produto das relações sociais de produção específicas à forma social capitalista, que considerá-lo (o Estado) como ente que paira sobre e produz tais relações. Por isso que Eden, conforme critica Marx, “não considera a lei como produto das relações materiais de produção, mas, pelo contrário, as relações de produção como produto da lei” (LI, T2, p.190, nota 73).

momento integrante à lógica de sociabilização pelo valor, entendendo-a, a favela, como realidade específica e relacionada a um capitalismo realizado periféricamente, ou seja, como manifestação concreta das determinações de uma modernização particular, na qual o valor desde cedo já se estabelece como crise de valorização, e o trabalho, como não trabalho.

Nesse sentido, a crítica a tais realidades precárias não pode ser destinada aos aspectos físicos que as caracterizam ou mesmo às suas carências materiais, já que o aparente ou concreto se põe como falsa essência do real, escamoteando as determinações abstratas que as efetivam. Ainda, a concepção física dessa realidade é limitada enquanto explicitação da relação favela - processo de metropolização como fenômenos determinados pela metafísica do capital, o qual põe as relações sociais das quais derivam estes fenômenos socioespaciais. Isto é, o material deve ser apreendido enquanto fetiche, negação do conteúdo pela forma, e não na condição de “explicação do Real moderno” (Alfredo, 2009). Tratam-se (as periferias, favelas etc.) de instâncias nas quais se expressa a forma valor, este enquanto abstração geral da modernização, e para a qual a crítica deve ser redirecionada.

Desta forma, sugerimos que termos como favela e cidade devem ser tensionados e problematizados enquanto expressões de uma mesma formação social, no sentido de que, sob o capitalismo e sua sociabilidade através da mercadoria, favela é cidade.

Estendendo o argumento, o que distingue a realidade brasileira daquelas onde a forma “clássica” do capitalismo efetivou-se é a antecipação e ilusão categorial do capital e das suas formas como condição da participação do Brasil no moderno e na modernização; na condição de “modernização retardatária” (KURZ, 1993). Nesse sentido, o nacional-desenvolvimentismo, antes de constituir o desdobramento de uma “acumulação estritamente interna” (ALFREDO, 2008a) de capital a qual teria levado ao revolucionamento das forças produtivas nacionais, ou seja, como processo determinado por uma necessidade ou demanda de modernização da periferia, teve na expansão de capitais internacionais superacumulados, sobretudo os de origem norte americana, após a segunda guerra mundial, a real determinação dessa modernização periférica

então necessariamente iludida como desenvolvimento nacional. (ALFREDO e SILVA, 2011).

Nessa medida, a própria definição da industrialização como sendo “tardia” (OLIVEIRA, 2003), não explicita a versão periférica desse processo enquanto determinada pela concomitância da produção global do valor, de forma que, se assim definida, abre espaço para a perspectiva da superação, através do tempo transcorrido, de uma industrialização “meia boca” para o modelo “completo”, característico às economias centrais. Como aponta Anselmo Alfredo, “(...) se a reprodução da forma valor, no pólo externo da relação se estabelece, a mesma se põe, contraditoriamente, como formação interna, de modo que o tardio é somente uma forma de expressão da simultaneidade posta pelo valor” (ALFREDO, 2008a, p. 9).

Diferentemente de representar as “hesitações da modernidade” (MARTINS, 2008, p. 29), a constituição do nacional, e do próprio Estado nacional, expressa a condição periférica de realização da nossa realidade como expressão da crise de reprodução global do valor, já que os capitais externos incorporados fetichistamente como desenvolvimento econômico interno nada mais são que forma de vazão pelas quais as economias centrais buscavam superar a crise de superprodução absoluta que partilhavam. Assim, os investimentos no setor de bens de produção nacional, via forma monetária (aplicação de grandes somas de dinheiro) e endividamento do Estado, em essência procuravam agilizar a circulação do estoque de mercadorias formado por estes países; momento em que o capital pressupõe-se como se transmutado em todas as suas formas, porém sendo esta sua forma fenomênica, e contraditória (capital negando os seus momentos/formas constituintes), a realização do fetiche categorial (antecipação) no qual reside a especificidade da realidade nacional como momento da reprodução mundial do valor nas suas bases críticas. Segundo Alfredo (2008a), antes deste processo remeter a certo “atraso da modernização”, ou de “modernidade anômala” (MARTINS, 2008, p. 10) “trata-se de reduzir o tempo mundial de realização [rotação] do capital, é o que se põe, ao menos, resultante de contradições do processo geral de acumulação”.

Isto permite observarmos que os bens de capital importados pelo Brasil são considerados altamente produtivos não pela natureza das relações entre capital e trabalho e do conflito de classes internos aos países (centrais) que os produzem, como supõe Francisco de Oliveira (1982), mas possuem esta característica por conta da contradição movente do capital enquanto processo que, ao objetivar a infinita valorização do valor, nega a substância necessária para este fim, o trabalho que gera valor, na medida em que a constante evolução das forças produtivas redefine a composição orgânica do capital numa sobre-determinação da parte constante sobre a parte variável⁴⁶.

Nesse entendimento, a urbanização derivada desta condição periférica de realização crítica do valor é expressão da forma negativa do trabalho constituir-se na realidade brasileira. Assim, o patamar de produtividade atingido pelas economias centrais, e presente nos bens de produção importados pelo Brasil para compor os parques industriais pós anos 1950, determinam a incorporação do trabalho na produção industrial nacional já como dispensa relativa e estrutural de trabalho, impossibilitando a acumulação interna resolver-se a partir da exploração de uma mão de obra industrial crescente. (ALFREDO e SILVA, 2011, p. 176).

Desta forma, a população que constituía a “explosão demográfica urbana”, tinha como principal alternativa ocupar-se no setor de serviços, o qual crescia, em números relativos de empregos, mais que o setor industrial, possibilitando inclusive interpretações biologizantes como “urbanização sócio-

⁴⁶ Francisco de Oliveira (2003), ao não estabelecer a negatividade crítica do trabalho como aquilo que fundamenta a relação capital-trabalho, deixa de conceber uma urbanização igualmente crítica, pela qual a perspectiva distributivista, tão presente nesta sua análise, não se mostra pertinente como crítica radical às contradições sociais postas pela sociabilidade capitalista, cuja simultaneidade da periferia em relação a valorização mundial do valor necessita ser problematizada com a impossibilidade de uma acumulação interna que possibilite essa distribuição de renda sem constituir uma crise do capital. Assim, este autor não observa o processo de acumulação como crise de acumulação – na condição de uma racionalidade irracional (ALFREDO, 2009) - mas o incorpora como processo potencializado, cujo aspecto tecnológico, enquanto análise fenomênica, sobressai-se em relação a uma análise pertinente que poderia ser dirigida à crescente magnitude do capital constante sobre o capital variável, em que pese para sua análise a própria lógica do fetiche do capital, ou seja, a contradição entre essência e aparência como modo deste se pôr. Não obstante, “(...) a industrialização, em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, no nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de ‘trabalho morto’ que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que iniciaram o processo de industrialização recentemente” (OLIVEIRA, 2003, p. 67).

pática” ou “selvagem”. Nesse sentido, Oliveira (2003) estabelece a crítica à ideia de terciário “inchado” e pontua que essa urbanização foi marcada pela existência de um setor terciário realizado por serviços pessoais e de “pseudo-pequenos proprietários”, portanto, não realizado por empresas prestadoras de serviços, mas que assim sendo, teriam possibilitado a redução dos custos da produção industrial, pois que “realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese” (OLIVEIRA, 2003, p. 57). Porém, seguindo a perspectiva de uma urbanização crítica, entendemos que, como aponta Alfredo e Silva (2011, p. 176), tal barateamento da produção, se existiu, ocorreu como resultado da crise determinante do processo de produção “e não como condição do processo produtivo periférico propriamente”.

Como já havíamos observado, considerando que determinada acumulação de base urbano-industrial forneceu os elementos para a concepção da dualidade centro-periferia e como argumentação de que a periferia representava o local da classe trabalhadora, com a mudança na base de acumulação capitalista - declínio da participação da atividade industrial nos investimentos e do trabalho produtor de mais-valia - e a expansão do setor terciário, altera-se também a forma de reprodução social antes assentada na produção desse mais-valor, mas que agora possui a qualidade de sociabilidade realizada pelo não trabalho (trabalho improdutivo) e através da monetarização de uma parcela cada vez maior da população. Tratou-se de uma urbanização cuja divisão social do trabalho não efetivou “uma socialização pelo trabalho, mas pela posição de indivíduos subsumidos pela forma monetária de realização social, cujo sentido primordial foi a subsunção a um mundo do trabalho em sua face como não trabalho” (ALFREDO, 2008b, p. 15).

Essa sociabilidade crítica põe atualmente os poucos operários das fábricas, os trabalhadores do setor de serviços e autônomos, e os desempregados, todos, na única condição de participação na sociedade produtora de mercadorias, a saber, enquanto sujeitos monetarizados sem dinheiro (KURZ, 1993).

O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição, a esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração. Por isso, também não pode haver nesses países uma reforma social social-democrata burguesa. Ninguém ‘precisa’ da grande maioria dessas massas desarraigadas, levando esta parte uma vida miserável e improdutivo fora de qualquer estrutura de reprodução coerente.

(...) A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social (...) (KURZ, 1993, pp. 194-195).

Ainda que quantitativamente se fale em aumento dos postos de trabalho, de ocupações, ou mesmo que se ressalte a constante extinção de vagas no mercado de trabalho, ainda assim o fato de pessoas possuírem alguma forma de trabalho assalariado não significa que esta condição sustenta a hipótese de que esta sociedade alicerçada na forma valor e na sua reprodução através da exploração do trabalho assim se mantenha (ALFREDO e SILVA, 2011). A relação entre trabalho produtivo e improdutivo, estabelecida por Marx, é necessária para descortinar a geração de vagas de emprego como aparente superação da crise do trabalho, mas principalmente para a explicitação da expansão do setor de serviços (improdutivo) enquanto desdobramento da *queda tendencial da taxa de lucro*.

A relação capital-trabalho, o fundamento do modo de produção capitalista, é contraditoriamente a força totalizante e negativa do próprio capital (GRESPLAN, 1999), sendo que esta negatividade acompanha a expansão capitalista por todos os poros sociais, numa exacerbação da contradição no momento em que seu auge coincide com a negação do trabalho que produz valor, de modo que crise e acumulação constituem momentos simultâneos e inseparáveis, “faces de uma só unidade”, residindo aí a identidade do capital (ALFREDO, 2010). Esta contradição, cabe lembrar, como é inerente ao capital, traduz-se como uma barreira sempre estabelecida pelo capital, mas que historicamente vem corroendo sua finalidade que é valorizar o valor. Desdobrada da referida *lei tendencial*, esta contradição foi esmiuçada por Marx também como embate entre a expansão da produção de mercadorias e a valorização aí implicada, ressaltando a identidade crítica entre acumulação e crise de acumulação

enquanto simultaneidade processual do capital. Aqui se torna importante citar a longa, mas pertinente, observação feita por este n' *O Capital*.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho se mostra duplamente: primeiro, na grandeza das forças produtivas já produzidas, na extensão de valor e na extensão da massa das condições de produção, sob as quais a nova produção tem lugar, e na grandeza absoluta do capital produzido já acumulado; segundo, na relativa exiguidade do capital desembolsada em salários em face do capital global, ou seja, na relativa exiguidade do trabalho vivo que é exigida para a reprodução e valorização de dado capital, para a produção em massa. Isso pressupõe ao mesmo tempo concentração de capital.

Em relação à força de trabalho empregada, o desenvolvimento da força produtiva mostra-se de novo duplamente: primeiro, no aumento do mais-trabalho, ou seja, na redução do tempo de trabalho que é exigido para a reprodução da força de trabalho. Segundo, na diminuição da quantidade de força de trabalho (número de trabalhadores) que é empregada em geral para pôr em movimento dado capital.

Ambos os movimentos não só correm paralelos, mas se condicionam reciprocamente, são fenômenos em que a mesma lei se expressa (...) (MARX, 1984, LIII, T1, p. 187).

Nesse sentido, buscando a produção de mais-valia como meio para a realização desse fim tautológico que é a valorização do capital, o capitalismo mobilizou mentes e recursos materiais para um crescente aumento da produtividade de mercadorias e, conseqüente, acumulação de capital; mas todo esse processo, até fins da década de 1970, ainda estava baseado na exploração da mais-valia relativa, cuja constante incorporação da força de trabalho e o estabelecimento de jornadas exaustivas constituíam um contrapeso à contradição imanente. Assim, essa mobilização de atividades concretas e sensíveis, determinadas, alterando-se para a finalidade de uma produção abstrata e indeterminada, posta como produção (real) de mais-valia e como transformação de mercadorias (trabalho morto) em dinheiro, impunha a extração da “mais-valia relativa”, porém ainda se incorporava muitos trabalhadores ao processo produtivo para dar conta da grande produção de mercadorias, por meio de um processo de desenvolvimento das forças produtivas e racionalização das etapas de produção a partir dos quais “(...) o problema não era a falta de trabalho, mas a natureza grosseira desse próprio trabalho” (KURZ, 1993, p. 190). Somava-se alta produtividade com exploração do trabalho produtivo, de modo que o “(...)

enorme salto que a racionalização permitiu em nome da produtividade levou a uma ampliação da produção tão forte que se necessitava não de menos, porém, ao contrário, de mais trabalhadores” (KURZ, 2004, p. 22-23).

Robert Kurz (1993) denomina esse período de apogeu fordista – segunda metade do século XX em diante - momento em que a concorrência determina o redobrar das forças produtivas em níveis de desenvolvimento sem precedentes à época, intensificando a produção de mais-valia e pondo-a em “dimensões empiricamente nunca vistas”, bem como se estabelece o capitalismo como “um sistema mundial total” (KURZ, 1993, pp. 85-86). Contudo, como a própria finalidade sistêmica determina sucessivas redefinições no processo produtivo, uma vez potencializada a extração do mais-valor na sua forma relativa, através principalmente da extensão da racionalização e automação industriais para inúmeras unidades globais de produção, segundo Kurz (1993), a capacidade de o capitalismo reabsorver força de trabalho abstrata pelo mundo inteiro – pelo menos como trabalho produtor efetivo de mais-valia - encontra determinado limite lógico. Assim,

(...) com a decadência do *boom* fordista e o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização, foram também estabelecidas novas condições irreversíveis da rentabilidade, nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata de força de trabalho (KURZ, 1993, p. 191).

De certo que este limite lógico enquanto crise estrutural, seja entre capital e trabalho ou mesmo entre trabalho produtivo e improdutivo, já nasce com o próprio capitalismo, a expansão do modelo fordista de trabalho produtor de valor garantiu até certo ponto encobrir-se a crise imanente ao capital, possibilidade pela qual se por um lado a sua forma fenomênica representa a incorporação de vasta massa de trabalho produtivo, por outro, conforme Kurz (1995), “este mesmo desenvolvimento só foi possível com a repentina expansão da logística social, das condições infra estruturais e assim por diante; ou seja, como o incremento do trabalho improdutivo”.

Com a introdução das “novas forças produtivas da microeletrônica” (cientifização, racionalização e automatização)⁴⁷, há imprescindíveis mudanças na composição orgânica do capital, noutros termos, cada vez mais uma maior parte do investimento é consumido pelo capital constante (trabalho morto) em detrimento de constantes parcelas menores destinadas ao capital variável, bem como amplia-se o setor terciário enquanto esfera improdutiva que atua em complementação ou intermediação ao setor que efetivamente produz mais-valia (industrial). Nesse sentido, Robert Kurz (1995) trata do processo de terciarização tensionando a relação decisiva para a reprodução capitalista entre “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, de maneira que para este sociólogo alemão, a reprodução do setor de serviços está vinculada à geração da mais-valia industrial, e, uma vez que há simultaneamente redução do que chama de produção real de trabalho abstrato e generalização social daquele setor, a determinação crítica do valor nega a sua relação estruturante, pois, “no conjunto, aumenta incessantemente a parcela dos trabalhadores improdutivos que (do ponto de vista da produção de mais-valia) nada mais representam que consumo social, ou seja, ‘despesas gerais’”, assim como, “os custos das condições gerais e da logística da produção real de mais-valia crescem de tal maneira que esta última começa a sufocar” (KURZ, 1995).

Analizando a importância do setor terciário, na condição de atividades mediadoras para o desenvolvimento do capital, mais especificamente para os desdobramentos do avanço das forças produtivas e suas consequências sobre o rebaixamento tendencial da taxa de lucro, Ernest Mandel (1985) aponta que a crescente divisão social do trabalho, esta enquanto condição necessária para o caráter de produção generalizada de mercadorias do modo de produção

⁴⁷ “Em suma, pode dizer-se que com a revolução microeletrônica cujo potencial está longe do esgotamento, a partir de inícios dos anos 80, juntamente com a expansão fordista estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global. Isto significa que hoje já não existe o mecanismo histórico de compensação, que sustentou a expansão simultânea do trabalho improdutivo em termos capitalistas. Na verdade, a base da reprodução capitalista já alcançou o seu limite absoluto, ainda que seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal. Mas tal realização já não se apresenta como diminuição acentuada da taxa de lucro. Esta expressão indica, de fato, somente o modo como aparece o limite *relativo* da reprodução capitalista nas condições duma massa absoluta de lucro ainda em crescimento (ampliação do modo de produção)”. (KURZ, 1995)

capitalista, “só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho” através do crescimento dessas “funções intermediárias” (comércio, transportes, serviços em geral) (MANDEL, 1985, p. 269); sendo que na fase do “capitalismo tardio” a capitalização de todos os momentos da vida, ou o que denomina de “industrialização da esfera de reprodução”, transforma, racionalizando, os distintos serviços individuais em “serviços capitalistas”, num processo de “socialização objetiva dos serviços” ((MANDEL, 1985, p. 270).

Nesse sentido, tal expansão da sociabilidade capitalista pelas esferas da circulação e da reprodução significa grande inversão, de capitais até então ociosos, no setor de serviços, o que do ponto de vista da desproporção do capital improdutivo sobre o produtivo revela a irracionalidade movente do capital - a sua “verdadeira barreira”⁴⁸ -, mas que racionalmente aparece como investimento e novas possibilidades de lucros para os capitalistas. Eis aí o fetiche do capital sempre intervertendo sua lógica; como coloca Marx (1985, LIII, T1, p. 38), “quanto mais perseguimos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de pôr a nu o segredo de seu organismo interno”.

Desta forma, a expansão do setor de serviços enquanto dimensão do trabalho improdutivo, ou seja, de um trabalho produtivo em latência, mas que não consegue realizar sua verdade categorial (valorizar o valor, reproduzi-lo) – já que o setor produtivo exige cada vez mais altos investimentos (capital constante), com consequente rebaixamento nas remunerações – tal expansão é antes uma determinação e manifestação da crise imanente ao capital do que uma nova possibilidade de acumulação capitalista. Para Ernest Mandel (1985, p. 272, grifo do autor),

Em última instância, todas essas tendências correspondem à característica básica do capitalismo tardio: o fenômeno da *supercapitalização*, ou capitais excedentes não investidos,

⁴⁸ Em Marx (1984): “A *verdadeira barreira* da produção capitalista é o *próprio capital*, isto é: que o capital e sua valorização apareçam como ponto de partida e de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o *capital* e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a *sociedade* dos produtores (...) O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo ilimitado, a valorização do capital existente. (L III, T1, p.189, grifos do autor).

acionados pela queda secular da taxa de lucros e acelerando a transição para o capitalismo monopolista. Enquanto o ‘capital’ era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia, nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetram cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes.

A análise de Mandel, podemos afirmar, aponta para sociedades nas quais houve um “processo interno de valorização do valor” (ALFREDO e SILVA, 2011, p. 180), onde a produção de mais-valia através de inversões de capital nos processos produtivos industriais realizou-se de modo a significar uma forma de reprodução social estabelecida na lógica do valor e do capital, pondo inclusive as cidades como momento e condições espaciais imprescindíveis para a realização da sociabilidade capitalista. A crise dessa forma de reprodução, que é expressão da crise do capital, sobretudo considerando-se que produção intensificada é também capital em crise, é posta por Mandel como desdobramento da *queda tendencial da taxa de lucro*, e pode ser apreendida como uma sociabilidade na qual o mais-valor deixa de ser seu determinante, bem como momento em que o dinheiro desprende-se da sua importância enquanto “capital monetário empresarial, que emprega trabalho abstrato no seu processo de valorização” (KURZ, 1995), autonomizando-se em relação ao valor e ao processo produtivo, do qual é forma fenomênica (valor representado monetariamente), e pondo-se como “fim-em-si-mesmo capitalista”, como dinheiro que ascende aos céus (KURZ, 1995). Mas como entender essa “Lei: tendência a cair a taxa de lucro”⁴⁹, enquanto simultaneidade negativa do valor? Vejamos.

Sendo que o que gera valor no processo de produção é o trabalho humano empregado, temos que, de acordo com o exposto n’O Capital, o lucro resultante desse processo advém de uma parte da mais-valia (trabalho não pago) daí

⁴⁹ Título da terceira parte do Volume IV do Livro Terceiro d’O Capital. MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant’Ana, [s.d.], [s.l]: Civilização Brasileira, Vol. IV, Livro III, pp. 241-305.

incorporada pelo capitalista na forma de rendimento (lucro industrial), de modo que as demais partes são distribuídas nas formas de juros e renda da terra. Ainda como parte da riqueza social aí então produzida, temos o Capital Variável (CV), posto na forma de salário pago ao trabalhador, compondo, com o Capital Constante (CC), ou seja, maquinário, matéria-prima e materiais auxiliares, o Capital Total envolvido na produção (CT). Desta forma, a mais-valia, enquanto Taxa de Mais-Valia (TMV), portanto relação que demonstra a magnitude – para usar termo do próprio Marx – ou o grau de exploração do trabalhador, é expressa como $TMV = MV \div CV \times 100$, assim como a Taxa de Lucro (TL), a qual indica a rentabilidade do capital, expressa por: $TL = MV \div (CV+CC) \times 100$ ⁵⁰. Sobre essa tendência expõe Marx (1984, L III, T1, p. 243, grifos do autor) que:

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro.

Trata-se de um momento necessário para a exposição dessa tendência observada por Karl Marx, percurso que corresponde à hipótese do mesmo acerca do desenvolvimento simultâneo e negativo do capital e de suas categorias. Nestes termos, trabalho e capital realizam-se enquanto relação necessária, porém crítica, para o andamento do processo, donde a contradição como imanência, e não característica conjuntural, desse mover-se tem a pertinência de desfetichizar o que aparece como acumulação crescente, expressada nos altos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, investimento em maquinário, em novas tecnologias, intensificação do trabalho, portanto maior produtividade etc.- materialidade ao extremo - pois que, em

⁵⁰ A simbologia bem como os exemplos de cálculos utilizados nesta passagem e no gráfico a seguir foram extraídos do texto “O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro”, de produção do Labur.DAMIANI, Amélia L. *et al.* *O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro*. São Paulo: AGB, LABUR/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006, 1ª edição, 72p.

essência há exploração do trabalho mais intensa concomitante com a negação desta mesma “abstração moderna” (KURZ, 1993) enquanto produtora de valor.

Destarte, corresponde este percurso aqui empreendido, que enxerga a categoria da crise como “contradição necessária” (ALFREDO, 2008) ao movimento do capital, em suma, seu “*modus operandi*” (ALFREDO, 2008, p. 3), àquilo que o próprio Marx expôs como “apenas outra maneira de expressar-se o desenvolvimento progressivo da composição orgânica do capital social médio” (MARX, 1984, L III, T1, p. 243).

Em outras palavras, o processo de acumulação de capital, cuja objetividade é a valorização do valor via trabalho abstrato, efetiva-se como irracionalidade, já que, em sendo a remuneração do capital alicerçada na relação entre trabalho excedente apropriado e capital constante somado a capital variável, esta proporção entre grandezas tem-se realizado crítica e generalizadamente na condição do que Marx teorizou como *tendência a cair a taxa de lucro*, onde temos desemprego em massa paralelamente a “crise de produção de um valor novo”. Pois que,

Quanto mais Capital Constante soma-se ao processo produtivo, menos trabalho proporcionalmente o processo requisita; então, o trabalho é negado dentro da produção, contraditoriamente, quando ele é o elemento da produção que cria valor novo. Através da taxa de lucro, temos a compreensão do processo do ponto de vista do Capital e, ao mesmo tempo, se revela que ele não é independente do trabalho. Eis uma enorme contradição: temos crise de emprego, mas temos também crise de produção de um valor novo. Estas duas crises vêm juntas (DAMIANI et al, 2006, p. 20).

Desta forma, o que se apresenta como expansão da acumulação através de grandes somas investidas nas forças produtivas, resultando em maior produtividade - e aqui, conforme Alfredo (2009), há a necessidade de desvendarmos a mercadoria produzida não como materialidade, mas a compreendendo como trabalho social médio encerrado – faz-se como crise de acumulação, sem que essa incoerência seja explicitada no plano do real, pelo contrário, aparece como desenvolvimento social, ainda que cada vez menos indivíduos são empregados no processo de valorização do valor.

Analisando relacionalmente⁵¹ as distintas categorias do Capital no movimento da realização da mais-valia e do lucro, o desenvolvimento ou “duplicação das forças produtivas” (DAMIANI et al, 2006, p. 28) promove maior intensidade na exploração do trabalho, o que implica em demissões dos empregados e precarização das formas de trabalho; para o Capital, há menor proporção do Capital Variável no montante do Capital Total e, portanto, aumenta a parte correspondente ao Capital Constante nessa totalidade, ou seja, há crescente desproporção do trabalho morto – “massa de trabalho materializado” (MARX, [s.d.], [s.l.], p. 244) - em relação ao trabalho que pode gerar valor – “massa de trabalho vivo empregado” (DAMIANI et al, 2006, p. 28). Ou mesmo, com a intensificação da exploração do trabalhador tem-se um crescimento da mais-valia, a qual se analisada no histórico de um capital investido – capital num movimento de valorização - apresentar-se-á através de um seu aumento proporcionalmente decrescente, o que implica num aumento exponencial da Taxa de Mais-Valia, mas que, na estrutura do capital, resultará no aumento cada vez menor da Taxa de Lucro.

No movimento interno do processo essa “lei de dupla fisionomia” deve ser apreendida não como desvio, mas na condição de uma lógica irracional enquanto “razão suficiente” (ALFREDO, 2009), condição *sine qua non*, da acumulação de capital, onde as diferentes manifestações da forma-valor determinam-se negativamente uma em relação com as outras, numa contradição necessária ao estabelecer contínuo da reprodução capitalista, pois que, segundo Karl Marx ([s.d.], [s.l.], p. 249, grifos do autor),

O número de trabalhadores que o capital emprega, ou seja, a massa absoluta de trabalho que mobiliza e por conseguinte a massa absoluta de trabalho excedente que suga, ou de mais-valia ou de lucro que produz podem portanto crescer, e crescer

⁵¹ Marx, nessa mesma parte de sua obra máxima, faz frequentemente questão de destacar a importância de se analisar a referida *lei* a partir da condição relacional, e não em termos absolutos, do lucro para com a mais-valia global, esta mesma ligada ao montante global de capital posto em movimento, de modo que, se esse (lucro) tende a cair, esta queda corresponde ao decréscimo proporcional do trabalho excedente em relação ao capital total empregado; ou nas palavras do próprio Marx: “ O lucro de que ora falamos é apenas outro nome para a própria mais-valia, considerada em relação a todo o capital e não apenas em relação ao capital variável donde deriva. A queda da taxa de lucro expressa portanto a proporção decrescente da própria mais-valia com o capital global adiantado, e por isso não depende da distribuição, qualquer que ela seja, da mais-valia entre diversas categorias” (MARX, s.d.,s.l,p. 244-245).

de maneira contínua, apesar da queda progressiva da taxa de lucro. No regime de produção capitalista, isto é mais que uma *possibilidade*, é uma *necessidade*, se abstrairmos das flutuações temporárias.

A tabela-síntese abaixo sintetiza este processo contraditório, demonstrando a variação da taxa de mais-valia.⁵²

Tabela 1 - Quadro síntese da duplicação das forças produtivas (taxa de mais-valia x taxa de lucro)

Capital Constante (CC)	Capital Variável (CV)	Capital Total	Mais-Valia (MV)	Produto Total	Taxa de Mais-Valia (TMV)	Taxa de Lucro	Aumento da Taxa de Lucro
60	40	100	40	140	100%	40%	-
60	20	80	60 (40+20)	140	300%	75%	35% (75%-40%)
60	10	70	70 (60+10)	140	700%	100%	25% (100%-75%)
60	5	65	75 (70+5)	140	1500%	115%	15% (115%-100%)

O quadro acima nos permite observar que, tomado um processo de redução da parte variável do capital (CV), portanto eliminação gradual de trabalho do processo produtivo, em relação à parte constante (CC), a qual então tende a aumentar enquanto parcela componente do Capital Total, a valorização do valor ocorre de forma crítica e contraditória, de modo que o pequeno aumento da extração de mais-valia não só deixa de repor os pressupostos da reprodução do capital, bem como impede a aplicação de mais capitais na esfera da produção, já que se tem simultaneamente um crescimento exponencial do grau de extração do mais trabalho e, porém, uma decrescente rentabilidade do

⁵² Quadro extraído de DAMIANI *et al*, 2006, p. 33.

investimento, demonstrada nos decrescentes percentuais de aumento da Taxa de Lucro. Segundo Damiani et al.(2006, p. 28),

(...) chega-se no limite que este aumento da MV [mais-valia] é tão pequeno, de uma composição à outra do capital, que não se compensa ao mesmo investir nas forças produtivas. Está é uma contradição básica que move diferentes formas de o mesmo superar esta crise, crise que é própria da natureza do capital.

Nesse contexto, se a soma de capitais ociosos decorrente da contradição acima exposta dinamizou as denominadas funções intermediárias através da expansão do setor dos serviços, como analisou Mandel (1985) em relação a realidades “centrais” ao capitalismo e num momento de revolução microeletrônica, expondo a determinação dos processos improdutivos e da autonomia do dinheiro (sem produção real de riqueza) para a reprodução social, o atual momento de simultaneidade crítica do valor, principalmente com a generalização do dinheiro na sua forma de crédito (comercial e bancário), põe a realidade periférica (como a do Brasil) numa condição de socialização pelo consumo, por meio de “uma grande diferenciação do consumo” (MANDEL, 1985, p. 273), estimuladas por uma crescente monetarização (concessão de diversas formas de crédito) de parcelas cada vez mais pobres da população, indivíduos não sujeitados ao trabalho – à produção de trabalho abstrato – mas subsumidos pelo dinheiro em sua forma creditícia.

A expansão do dinheiro enquanto “capital que rende juros” (D-D’, em Marx) (1984) corresponde à lógica (irracional) de reprodução social baseada num processo de produção vazio de valorização e cuja incessante produção de mais-valia relativa, porque gerada por meio de dispensa relativa de trabalho, é contraditoriamente rebaixamento da massa de mais-valia gerada (Alfredo e Silva, 2011)⁵³. Trata-se de um capital, na qualidade monetária e de crédito, que não só se realiza como promessa de capital a mobilizar a real produção de

⁵³ Numa passagem do Livro III, do Capital, ressalta-se a contradição capital-trabalho como fundamento desse processo de desprendimento do dinheiro do processo real de produção de mais-valia, de modo que “A assim chamada plethora do capital se refere sempre essencialmente à plethora do capital para o qual a queda da taxa de lucro não é compensada por sua massa (...) Essa plethora do capital surge nas mesmas circunstâncias que provocam uma superpopulação relativa e, por isso, é um fenômeno complementar dessa última, embora ambas estejam em polos antitéticos, capital desocupado de um lado e população trabalhadora desocupada de outro” (MARX, L III, T I, p. 189).

trabalho abstrato, mas que no movimento de sua generalização (superacumulação) “descobre-se” como autonomamente capaz de desdobrar de si próprio mais de si mesmo (sem a mediação da mercadoria e o trabalho abstrato nela contido), ou seja, o dinheiro como mercadoria, em que pese o fetiche de se identificar o próprio dinheiro a qualquer mercadoria. Conforme aponta Kurz (1995), “A única fonte efetiva de ‘dinheiro que gera dinheiro’ (Marx), o consumo de trabalho abstrato na produção real de mercadorias, desaparece assim na ‘forma sem conteúdo’ (Marx) do próprio movimento” (KURZ, 1995, p.3).

Nesse sentido, o movimento tautológico do dinheiro a juros representa a mundialização do capital e o desdobramento do processo crítico por trás do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, de modo que os crescentes níveis de produtividade e a concorrência fazem a produção empresarial, e o próprio consumo individual, demandarem cada vez mais esta forma (crítica) do dinheiro que é o crédito, subvertendo o elo essencial entre o dinheiro e o valor. Há uma tendência à financeirização do capital, substituindo-se dividendos empresariais por cotações nas ações das diversas bolsas pelo mundo. Aqui,

A ‘condição de possibilidade’ de o dinheiro se desligar da sua real substância de trabalho é tanto mais forte, quanto maior se torna na reprodução geral a parte que se refere ao capital que rende juros. Quanto a isso, pode de fato constatar-se a longo prazo um desequilíbrio a favor do crédito. A extensão gradual da racionalidade empresarial a toda a produção, a sua cientificação e o conseqüente aumento, em escala secular, da intensidade do capital (ou seja, custos prévios sempre mais altos para uma produção competitiva de mercadorias), além da extensão concomitante do capital acionista anônimo, exigem massas sempre maiores de dinheiro creditício, para poder manter em curso a produção capitalista (KURZ, 1995, p. 5).

Este processo crítico, do “dinheiro que ascende aos céus”, do pondo de vista de países que tiveram condições internas de realizarem valorização do valor por meio do desenvolvimento lógico das categorias do capital, com produção real de trabalho abstrato, adquire outro significado (não menos crítico - pelo contrário, reforça ainda mais a razão irracional por trás do sistema produtor de mercadorias) se observadas realidades periféricas as quais, por um lado, sequer reproduziram uma acumulação própria por meio de determinado “boom

fordista”, e por outro se constituíram enquanto momento simultâneo da reprodução crítica do valor, efetivando uma sociabilidade mediada não mais por trabalho que valoriza o valor, mas determinada por desdobramentos do capital financeiro.

Assim, a realidade brasileira, como partícipe da crise planetária do trabalho, tem dos anos 1990 em diante seu processo de modernização determinado pelo capital financeiro internacional os quais são aqui investidos (investimentos ou empréstimos) já de modo a reproduzir-se como dinheiro que busca sua imediatividade como mais dinheiro, que já não expressa determinada quantidade de trabalho no tornar-se mais de si mesmo; abandona sua função de representante do valor e generaliza-se como meio de circulação (crédito), de modo que o capital social atual teria se estagnado nessa forma monetária sem transmutar-se nas suas formas necessárias.

A contradição entre capital e trabalho, nesse momento como desprendimento do dinheiro em relação ao processo social por ele representado, efetiva-se como simultaneidade da reprodução crítica do valor, o elo entre países centrais e periféricos. A circulação financeira (capital bancário), como fomento para a produção e para o consumo, assume o posto de possibilidade (fetichizada, pois não há exploração de trabalho vivo) de remuneração (ALFREDO, 2010). Isso como processo mundial, mas que na realidade periférica brasileira vem a corroborar a hipótese de que há uma “antecipação categorial” do capital como determinante no seu processo de modernização, sendo a crise do trabalho seu fundamento. Nesse caminhar, cabe observar como apontam Alfredo e Silva (2011, p. 181) que,

Trata-se da inserção do consumidor sem a passagem por uma condição de trabalhador de modo aplastar a própria diferença, no consumo, entre trabalho e capital.

A generalização do não trabalho⁵⁴, ou se se preferir, do trabalho improdutivo se fez como esta simultaneidade na medida em que o mesmo se faz, contraditoriamente, como a forma de

⁵⁴ É através da sua negatividade que as categorias do capital se efetivam. Assim, como observa Anselmo Alfredo (2010, p. 43): “O não-trabalho, sejamos claro, não é o fim do trabalho, mas a condição antitética e identitária do próprio trabalho, isto é, o trabalho é trabalho e não-trabalho, sendo esta contradição a identidade da categoria substancial da modernização. Numa perspectiva temporal, a realização do trabalho é a sua destituição”.

valorização, dada a ausência do produtivo na modernização periférica brasileira.

Deslocado de sua relação substancial com o trabalho abstrato, como desdobramento daquela *lei*, o dinheiro nada mais é que ficção do valor. Desta forma, o crédito, como elemento que dinamiza a necessidade do capital em ser naturalmente circulante, realiza-se como “promessa de trabalho, numa sociedade cujo tempo de trabalho é o tempo zero de trabalho, isto é, a sua plena improdutividade” (ALFREDO, 2010, p. 46). Ainda que a origem do crédito, como tratada em Marx n’O Capital, esteja atrelada entre a produção e o consumo, de modo a incrementar ambos, contribuindo para crescente exploração da força de trabalho, com o desenvolvimento capitalista essa função de acelerar a circulação esfuma-se diante da miragem representada pelos juros.

O momento atual da sociedade produtora de mercadorias, nesta determinação da crise categorial do trabalho, em muito expressa as determinações de uma reprodução social crítica cujo suporte econômico baseia-se na expansão não mais do capital industrial, mas na sua derivação como crédito, enquanto forma aparente da reprodução ampliada do capital; momento em que o fetiche por trás do dinheiro redobra a sua expressão ou representação como valor. Porém, essa determinação crítica do capital apresenta-se de forma invertida, como desenvolvimento positivo do capital, ou seja, ainda que a crise do capital se efetive como negação imanente dos seus momentos constituintes, as relações sociais não só são reproduzidas a despeito do dinheiro não conter valor, bem como essa mimese de valor mobiliza uma pretensa acumulação de capital. Como observa Alfredo (2010), “(...) Se em condições produtivas o fetiche do dinheiro se põe como fetichização do valor que nele está – ou seja, o dinheiro não tem valor – mas que aparece como sendo dele, na crise deste fetichismo é necessário fetichizar a posição de um valor que se nega” (p. 46-47). Nas observações de Damiani (2009, P. 318), “há uma tendência à reprodução volátil do capital, financeirizando-se, isto é, movendo a si mesmo sem substância de valor real produzido”.

Toda esta argumentação atinente à expansão da ficcionalização da economia como determinação atual da reprodução crítica do capital, e sendo

fundamentada pela crise do trabalho, caminha no sentido de aproximar a hipótese de desidentificação da centralidade da periferia como lugar de reprodução da classe trabalhadora e da exploração desta, excluída da dinâmica do capital, e também de uma centralidade que estaria circunscrita aos espaços de apropriação das classes médias, e portanto separados dos espaços considerados periféricos; hipótese esta desenvolvida por Alfredo e Silva (2011) e Pinho (2011).

Destarte, entendemos que a atual fase do capitalismo imprime uma necessária ressignificação da relação destes espaços com a metrópole paulistana, no sentido de que há uma “complexificação desses espaços da metrópole” (PINHO, 2011, p. 88) a partir de um processo pelo qual centro e periferia passam a constituir realidades identificadas à mesma lógica totalizante da (crise de) acumulação de capital, momento em que a *pletora* de capital monetário impõe a generalização do consumo, nas suas diversas formas de crédito, pressupondo o desenvolvimento de uma sólida economia, na forma de aparência de reprodução ampliada do capital. Esta forma fictícia do capital imprime à circulação financeira um movimento próprio, por assim dizer, um aparente movimento de valorização do valor, iludido necessariamente como realização categorial do capital, num aprofundar da contradição objetiva do capital, negar o trabalho como fonte da abstração valor.

Em um dos momentos dos nossos diálogos no grupo de leitura d’O *Capital*, no Labur, o professor Anselmo Alfredo observara que cada categoria do capital só é categoria, para Marx, a partir do momento em que ela realiza a relação capital-trabalho que é movente do capital (trata-se de uma relação necessária). Porém, quando o capital estagna e sobra na forma monetária, e isso já decorrente da sua crise imanente, temos o fetiche categorial exacerbado, pois que a forma monetária constitui a forma mais fetichista na estrutura do processo capitalista, mais que outras formas particulares do capital pôr-se. Desta forma, no momento atual não cabe apreender o capital como produtor ou não de mais-valia, mas antes se torna pertinente compreender como a negatividade desse valor-trabalho tem se desdobrado na reprodução do capital e numa sociabilidade a lhe conferir racionalidade, momento em que a generalização do trabalho

abstrato e da circulação financeira, enquanto capital que nega trabalho, carregam esta contradição fundamental para outros patamares da reprodução social. No seu “aparecer-ser” capital realizado, o fetichismo constitui-se em algo real, pois temos a aparência efetivada, mas a contradizer/disfarçar sua essência.⁵⁵ Nas palavras de Anselmo Alfredo (2008c, p. 71),

(...) A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação a sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor.

Pensando o processo de metropolização a partir dessa mudança qualitativa na reprodução capitalista, podemos afirmar que o nexos da mercadoria e o consumo como sua realização são os elementos que subsumem ambas as realidades (centro e periferias), e as homogeneízam como partes integrantes do sistema produtor de mercadorias; em outros termos, o “mundo do espetáculo” as integra⁵⁶. Consequentemente, afirma-se “que o que une centro e periferia, destituindo a relação, é a perda da centralidade do trabalho, que põe a crise como universalidade” (PINHO, 2011, p. 86).

A dimensão da crise do trabalho na atualidade, observada pela magnitude social das formas de trabalho improdutivo, corrobora a hipótese de esfacelamento da dualidade entre centro e periferia para o entendimento da formação da realidade metropolitana, sobretudo se levarmos em consideração que a “negatividade absoluta do trabalho” (DAMIANI, 2009) vem solapando não só os denominados proletários periféricos, mas também, e principalmente, as velhas classes médias urbanas. As formas precárias de trabalho, desde

⁵⁵ “(...) a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma (...) A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (...) em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser substância social do valor econômico. Mas por outro lado quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância” (KURZ, 1993, p. 81).

⁵⁶ Para Guy Debord (1997, p. 25), “O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem”. E o que não é o capital, nos seus fundamentos atuais, se não um simulacro de si mesmo?!

terceirizações, flexibilizações (ambas responsáveis pelo crescimento do setor de serviços), subempregos e na pior das hipóteses o desemprego são determinações dessa negatividade categorial as quais se fazem presente em qualquer espaço da metrópole, de modo que a reprodução do capital em sua base fictícia – ou seja, dependente da expansão do crédito em geral – efetiva-se como sociabilidade comum aos sujeitos, sejam eles moradores de favelas ou de áreas consolidadas como bairros. Vive-se numa sociedade em que o trabalho abstrato se põe como nexos, mas que, contraditoriamente, não só se tem realizado negativamente, bem como generalizou-se como antecipação de trabalho futuro: mais-valia ainda não produzida, nisto que reside a forma do crédito.

Nesse contexto, podemos entender que a mesma lógica do “microempreendedor individual”, comum ao pequeno empresário representante da classe média, atualmente é ofertada, e com burocracias reduzidas, ao comerciante, ao trabalhador autônomo e ao desempregado que vivem nas áreas precárias da metrópole. Trata-se de um processo que Robert Kurz (2008) denominou de “individualização abstrata”, indivíduos na forma da “Eu, S.A.” ou “auto-empresarização da força de trabalho”, enquanto processo derivado da autonomização estrutural do sistema financeiro. Esta forma crítica de reprodução do valor, desdobrando-se em novos conteúdos sociais, também trouxe uma nova condição de pobreza, pois segundo KURZ (2004):

A nova pobreza não surge pela exploração na produção, mas pela exclusão da produção. Quem ainda está empregado na produção capitalista regular já figura entre os relativamente privilegiados. A massa problemática e ‘perigosa’ da sociedade não é mais definida por sua posição no ‘processo de produção’, mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição. Trata-se de desempregados permanentes, de beneficiários de apoio social ou de prestadores de serviços baratos nos domínios do *outsourcing*, até chegar aos empresários da miséria, vendedores de rua e coletores de lixo. Essas formas de reprodução são, segundo critérios jurídicos, cada vez mais irregulares, inseguras e amiúde ilegais; a ocupação é irregular, e as rendas rondam o limiar do mínimo necessário para a existência ou até caem abaixo disso.

No tocante a crise do trabalho e seus desdobramentos na realidade periférica brasileira, se tomarmos a metrópole paulistana como fragmento que

sintetiza a simultaneidade da crise mundial do valor, portanto como momento do moderno e da modernização, esta atual fase de reprodução crítica da acumulação capitalista põe a pertinência de pensarmos como ao social é imposto o desafio de ter de dar conta, nas esferas de reprodução dos sujeitos, da reprodução de um valor que se descola cada vez mais da sua substância.

No âmbito da reprodução das relações sociais na metrópole, o urbano realiza-se cada vez mais como uma “realidade economizada” (DAMIANI, 2009), no sentido de que “o urbano está sintetizando este momento crítico” (DAMIANI, 2004, p. 31), de modo que principalmente às parcelas mais empobrecidas da população recaem os custos da determinação da crise imanente do capital, numa situação em que a generalização do consumo e das formas de crédito para este fim inverte propositalmente a reprodução da lógica abstrata do valor em reprodução social. São custos assumidos – incorporados impositivamente - na forma de crédito pessoal, cartões de crédito, inúmeras formas de endividamento pessoal, contas de consumo (água, luz, gás encanado, telefone, TV por assinatura etc.). O pagamento de todas estas dívidas ocorre muitas vezes na forma de novas dívidas contraídas por meio de microcréditos pessoais, na forma de um constante ciclo de antecipação de trabalho futuro que tende a não se realizar, senão como mais capital fictício (mais crise do valor). Nesse sentido, conforme observam Alfredo e Silva (2011, p. 183), “(...) Ressalte-se, de uma reprodução onde o consumo se estabelece como a reprodução que, contraditória e criticamente, se põe como a forma de reprodução ampliada não do capital, contudo, da crise da reprodução capitalista”.

Desta forma, o processo de modernização brasileiro, enquanto momento da reprodução planetária do valor (crise de sua valorização, vale dizer) põe determinações sobretudo no âmbito do processo de urbanização nacional, sendo a metropolização de São Paulo um significativo momento desse processo na periferia do sistema produtor de mercadoria. Por outro lado, estão implícitos aos “caos” ou à “desordem” desta metrópole os conteúdos e os termos de uma “urbanização crítica”, seguindo a análise da professora Amélia Damiani (2004) e (2009), conteúdos os quais, devido à passagem da hegemonia do capital produtivo para o capital financeiro, fictício, já não se permitem desnudar a partir

da perspectiva da luta de classes e da dualidade centro x periferia. O deságua do dinheiro - a forma creditícia do capital, ou, dinheiro que busca reproduzir-se automática e imediatamente - constitui o nexu crítico da reprodução social inclusive no horizonte do urbano, pois que a “urbanização crítica” se põe como urbano produzido por um processo de capitalização (DAMIANI, 2004). Outrossim,

(...) o mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. (...) o mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterrâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação dos meios de vida e de produção, de embate entre as formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma de dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica. (DAMIANI, 2004, p. 39).

Nesse caminhar, a realidade da favela de Heliópolis, como fragmento da metrópole paulistana que sintetizaria os termos dessa “urbanização crítica”, surge como possibilidade de aproximação da crítica do valor à realidade em que se efetivam as determinações mais gerais e abstratas do capital, terreno no qual a aparência inverte o conteúdo essencial do real ao seu modo e necessidade. Assim, a seguinte e derradeira parte do nosso trabalho tratará, primeiro: do Programa de Urbanização de Favelas do Município de São Paulo, cujos pressupostos e propósitos estão imbricados, a nosso ver, com a dualidade centro – periferia ou cidade informal/cidade formal; momento que comporta determinada crítica ao Estado e ao direito nos termos estabelecidos por Pachukanis (1988); segundo: especificamente de Heliópolis, como realidade socioespacial na qual as formas de reprodução social vão sendo mobilizadas para dar conta da crítica valorização do valor na medida em que o morar (e também o trabalhar) têm que, necessariamente, efetivarem a lógica do consumo, seja de mercadorias ou de serviços, sem revelar a precariedade dos “sujeitos sem dinheiro mas monetarizados” (KURZ, 1993) – ou também, “sujeitos de direito” - e, sobretudo, de uma sociabilidade cuja medida é não possuir medida.

6 JURIDIFICAÇÃO DA CRISE: PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E REPRODUÇÃO DA CRISE DO CAPITAL

O Programa de Urbanização de Favelas é apresentado pela Prefeitura do Município de São Paulo como um programa governamental⁵⁷ cujo objetivo geral é solucionar o problema habitacional desta cidade, em específico os problemas de moradia comuns às famílias que ocupam assentamentos precários como as favelas. A população envolvida corresponde a grupos familiares de baixa renda, em geral apresentando renda abaixo de três salários mínimos, um dos motivos pelos quais o mercado formal de habitações deixa de atendê-las, excluindo-as, como aponta o programa (SEHAB, 2008), e segundo o qual colabora para esta exclusão “o nível de exigências das normas urbanísticas e edilícias vigentes, que impõem padrões de infraestrutura e serviços que encarecem o valor dos terrenos, empurrando, mais ainda, a população de baixa renda para as *áreas informais da cidade*” (SEHAB, 2008, grifos meus).

Um breve histórico das intervenções do poder público municipal paulistano no contexto da urbanização de favelas permite observarmos que as propostas iniciais giravam em torno da necessidade de desfavelamento (Lei do Desfavelamento, de nº 10.209/86) ou mesmo remoção das favelas, quando estas ainda eram tidas como fenômenos provisórios, passando pela incorporação da sua realidade pela municipalidade já como “fenômeno social” (FRANÇA, 2009) - ocupações consolidadas e resultante de relações mais complexas - até a mais recente concepção, a qual preconiza que as favelas, incluídas na noção de assentamentos precários, devem ser incorporadas à

⁵⁷ A essência das determinações do Estado não consiste em que possam ser consideradas como determinações do Estado, mas sim como determinações lógico-metafísicas em sua forma mais abstrata. O verdadeiro interesse não é a filosofia do direito, mas a lógica. O trabalho filosófico não consiste em que o pensamento se concretize nas determinações políticas, mas em que as determinações políticas existentes se volatizem no pensamento abstrato. O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica. (MARX, 2005, pp. 38-39).

totalidade da cidade, “à sua paisagem”. Ainda segundo Elisabete França⁵⁸(FRANÇA, 2006, p. 30),

No final da década de 70, as políticas de remoção e desfavelização, baseadas na ideia da temporalidade da favela, tinham se esgotado. A partir daí, as políticas públicas para as favelas passaram a considerá-las como fenômeno urbano, integrante da paisagem. Tal percepção coincidia com as primeiras mobilizações dos movimentos de representantes dos favelados, os quais reivindicavam o acesso às benfeitorias mínimas, em oposição às ideias do desfavelamento.

Programas como o PROFAVELA, posto em prática em 1979 durante o governo do prefeito Reynaldo de Barros, cujo contexto era o de multiplicação e consolidação das favelas existentes, acompanhados por crescente mobilização popular por melhorias habitacionais nessas áreas, já tinha como objetivo a instalação e a manutenção de infraestruturas básicas como luz, esgoto etc. nessas áreas. Após a gestão de Jânio Quadros (1986-1988), considerada um retrocesso nos avanços sociais até então obtidos, conforme literatura sobre o assunto, assume a prefeita Luiza Erundina (1989-1992) com a proposta de rever a lei de desfavelamento, ora recuperada por seu antecessor, e manter as famílias nos locais de moradia. Elisabete França (2006, p. 44) destaca que em 1988 é aprovada a nova Constituição do país, trazendo “novos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e a garantia da moradia como direito social”.

A urbanização de favelas ganha o ritmo das grandes obras, as quais marcaram a gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996), com destaque para a verticalização residencial através da construção de prédios de cinco andares, projeto denominado de CINGAPURA, modelo que substituía parte das casas removidas por prédios de até cinco andares, escondendo o restante da favela atrás destes edifícios. O projeto Cingapura fora mantido pela municipalidade no mandato posterior, o do prefeito Celso Pitta (1997-2000).

A consolidação da proposta de urbanização de favelas como política pública habitacional ocorre a partir do governo da prefeita Marta Suplicy (2001-

⁵⁸ Elisabete França, arquiteta urbanista, foi, entre 2005 e 2012, superintendente de habitação popular da Secretaria de Habitação da Cidade de São Paulo (SEHAB), onde coordenou a elaboração do Plano Municipal de Habitação e programas habitacionais como o Urbanização de Favelas.

2004), de modo que novos programas são elaborados, como o programa Bairro Legal, bem como há a alteração do Projeto Cingapura para o PROVER - Programa de urbanização e verticalização de favelas, devido, segundo França (2009), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ter reprovado o projeto anterior por conta da sua alta taxa de inadimplência.

Na literatura das áreas de sociologia urbana e geografia sobre o tema habitação, em geral, nota-se grande destaque ao denominado Estatuto da Cidade (Lei federal nº10.257) aprovado em 2001, cujo conteúdo, no âmbito do que se tem chamado de “direito a cidade”, busca realizar, entre outras determinações, principalmente a função social da propriedade⁵⁹. Desta forma, incorporando elementos dessa lei federal, foram aprovados o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo e a criação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). Este instrumento possibilitou ao governo municipal regularizar fundiariamente as favelas, cujos moradores receberiam instrumentos de garantia de posse, por meio de “outorga de títulos de concessão de direito real de uso ou de concessão de uso especial para fins de moradia, registráveis em cartório” (FRANÇA, 2006, p. 56).

É com o propósito de resolver esta “informalidade”, dotando as áreas denominadas de assentamentos precários com infraestruturas básicas e serviços coletivos e, principalmente, instituindo a regularização das habitações construídas pelos próprios moradores, e também aquelas produzidas através do programa, que a prefeitura busca efetivar o que denomina “direito a cidade” por meio da realização da “função social da propriedade”, a qual adquire, no âmbito do programa aludido, formas derivadas da propriedade propriamente dita, já que as famílias contempladas recebem, ao final do processo de regularização, termos de posse ou termos de permissão de uso (TPU); em geral, trata-se da “titulação através da concessão de uso especial para fins de moradia” (FRANÇA, 2006, p. 15).

Esta situação de “informalidade”, tão presente e enfatizada na produção textual (livros, relatórios etc.) da Secretaria Municipal de Habitação e no discurso

⁵⁹ Ver, por exemplo, MARICATO, Ermínia. “O estatuto da cidade periférica”.

dos técnicos que a compõem, ainda que aí não apareça embasada bibliograficamente, resgata a dualidade centro-periférica por nós aqui abordada, momento em que as áreas nas quais o programa é realizado, denominadas “periferias da metrópole”, são qualificadas pelos órgãos envolvidos como possuidoras de infraestrutura básica e serviços públicos insuficientes e precários, e conseqüentemente as caracterizam como espaços não integrados à cidade. Conforme o Plano Nacional de Habitação (PMSP, 2011)⁶⁰, instrumento norteador para as políticas públicas voltadas para a habitação, tais carências são tratadas como “inadequações urbanas”, as quais, somadas às irregularidades em torno da propriedade privada (“inadequações fundiárias”), compõem o que denominam “inadequações habitacionais”. São qualificações a partir das quais decorrem ações do poder público no sentido de “urbanizar” e “regularizar” as favelas, por exemplo.

Tendo como “propósito central a superação de um conjunto de déficits relacionados à infraestrutura, acessibilidade, disponibilidade de equipamentos sociais e serviços públicos, como também a construção de dignas moradias” (FRANÇA, 2006, p. 19), a proposta municipal de urbanização de favelas não produz uma reflexão sobre a cidade observando-a enquanto momento de uma condição crítica de reprodução social, endossando, a partir desta de reflexões rasas, uma realidade metropolitana cuja totalidade socioespacial, seja centros ou periferias, repõe os nexos de uma sociedade mercantilizada, produtora de um “urbano economicizado” (DAMIANI, 2004) onde a mercadoria, principalmente a propriedade privada, constitui o elo do que se convencionou denominar, por exemplo, formal e informal. Assim, não se estabeleceu uma crítica nem ao conceito de cidade nesta situação de “modernização retardatária” em que se efetiva o Brasil e, portanto, nem ao que representaria, criticamente, “integrar” outros espaços à “cidade”.

No nosso entendimento, a própria condição de “exclusão” ou “excluído” atribuída ao favelado pelo poder público, inclusive utilizado como álbi para o

⁶⁰ Prefeitura do Município de São Paulo. PMH (2009-2024), Outubro de 2011. Disponível em: http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/pmh/pmh_versao_outubro_2011_pdf/PMH_outubro_2011.pdf

discurso e a prática do planejamento urbano – *status* (o de excluído) que também pode ser observado na fala do próprio morador - antes de ser apreendida como uma externalidade do capital - o não urbano, o ilegal, ou mesmo produto do subdesenvolvimento - necessita o ser enquanto forma negativa de participação (ou mesmo inclusão) a esta sociabilidade capitalista, de modo que o que é apresentado e defendido publicamente, sem se dar conta, é a aparência da exclusão, motivo suficiente para a proposta de urbanização de favelas ser ofertada e incorporada como resolução de contradições sociais; ou mesmo incorporada pelo morador na sua identificação com a cidade, no sentido de perceber-se pertencente ou não a esta realidade. Nesse entendimento, a forma precária de reprodução social experimentada pelos sujeitos que vivem nas favelas, ainda que mediadas por subterfúgios legalmente irregulares como os diversos “gatos” feitos nas redes de água e de energia elétrica, por exemplo, já remete a participação numa sociabilidade capitalista, pois que são relações e ações imbricadas e comprometidas com a reprodução do valor e da forma mercadoria, esta deveras presente no cotidiano da sociedade em sua totalidade, sendo a favela apenas um momento da sociedade capitalista. Contudo, expor a realidade da favela como algo externo à cidade, portanto carente de seus benefícios e de suas leis, significa pôr em prática um discurso *pari passu* com a lógica totalitária capitalista.

Em outros termos, pressupor a existência de espaços não urbanizados, com a promessa de integrá-los ao urbano propriamente dito constitui estratégia - na forma de planejamento estratégico – de realização generalizada da forma mercadoria e do consumo a ela relacionado. Desta forma, a cidade formal (mas que em essência é uma realidade síntese de contradições sociais), quando não é vista como ordem caótica e, por isso, carente de planejamento urbano, aparece como modelo urbano, centralidade exemplar, a servir de parâmetro para os espaços periféricos, considerados informais ou segregados. Ou seja, nos propósitos do Programa de Urbanização de Favelas de São Paulo não se questiona a lógica da reprodução social sob a égide do capital/da mercadoria e das relações jurídicas impostas por estas formas. Parte-se da forma da cidade, sem se questionar as determinações que produzem o conteúdo, as relações,

que a constitui momento da reprodução capitalista; ao contrário, tais propósitos funcionam como argumentos para a inserção de camadas pobres da população no consumo de bens e serviços capitalistas, reproduzindo-se a sociabilidade que sequer superficialmente critica-se. Nesse sentido, a ação do Estado (poder público municipal) é imbuída do seguinte propósito:

Tomando a própria cidade como fonte de solução, esse tipo de intervenção tem como principal objetivo a construção de espaços públicos de qualidades que respeitem as preexistências ambientais e culturais e que provoquem, sobretudo, *a diluição das fronteiras urbanísticas e simbólicas entre a área antes marginal e o bairro formal*. A urbanização de favelas, e sua *integração à cidade*, dotada de bens, equipamentos e serviços *necessários à vida urbana contemporânea*, faz com que seus moradores tenham multiplicadas suas possibilidades de acesso ao trabalho, ao estudo, à saúde, invistam na melhoria das casas e, finalmente, adquiram reais condições de cidadania (SEHAB, 2008, p. 19, grifos meus).

Ao enfatizarmos a simultaneidade como lógica que rege a sociedade capitalista, a condição de não estar integrado à cidade, ou mesmo aquela de não ser cidadão, de acordo com os motivos observados na citação acima, em si já remete à lógica aludida. Trata-se de termos contraditórios que só na relação identitária entre internalidade e externalidade em relação à forma social capitalista podem ser desnudados (ALFREDO, 2011). Contudo, o Estado e a forma de pensamento encerrada no planejamento urbano, e aquela que este campo (do conhecimento) mesmo encerra, enquanto momentos do próprio capital, ofertam a propriedade e a cidadania, por exemplo, como possibilidades de conquistas de direitos constitucionais, como formas de participarem de dentro da sociedade que os “excluí”. Desta forma, o que se observa como engodo nesta oferta é a ilusão de igualdade – neste estudo, a de que as contradições sociais podem ser resolvidas com a titulação de novos proprietários e/ou tornando-os cidadãos, e aqui está pressuposto o fetiche do vir a ser (tempo decorrido) junto à ação estatal – quando, em essência, a sociabilidade alicerçada no valor necessita pôr o não proprietário ou o não cidadão enquanto momentos simultâneos dos seus pares propriedade privada e cidadão como unidades ou totalidades do moderno. (ALFREDO, 2011).

A dimensão do real, no contexto dessa institucionalização das formas do capital, permite explorarmos como o direito, enquanto um dos campos do conhecimento científico, só pode ser apreendido como uma instância da totalidade do capital, como pensamento produzido sob medida para este. Sendo assim, o direito burguês, uma relação social específica, e comprometido com a sociedade produtora de mercadorias. Trata-se de situarmos o direito a partir desse determinado e historicamente específico modo de produção, e não sob ele, como algo que paira sobre a sociedade burguesa. O direito e suas determinações normativas plenamente desenvolvidas compõem o que Pachukanis (1988) denominou forma jurídica específica, momento em que considera necessário apreendermos as relações sociais entre os indivíduos a partir das mediações contratuais existentes (relações jurídicas) entre esses proprietários privados, já que é sob esta condição – a de proprietários abstratos, bem como a de pessoas livres para venderem sua força de trabalho – que o capital impõe a existência desses sujeitos na sociedade hodierna, enquanto sociedade civil. Razão pela qual este jurista soviético considera que o direito mantém íntima conexão com as relações de produção especificamente capitalistas. Em outros termos, o direito, se considerado a partir dessa formação social, é, segundo Alaôr Café Alves, “expressão generalizada de relações contratuais de troca de bens de valor equivalente, entre sujeitos de direito formalmente iguais” (ALVES apud KASHIURA Jr, p. 10).

Nesse sentido, sendo o direito necessariamente não um sistema conceitual, ideologicamente posto (superestrutura social), mas tomado como um sistema particular de relações, produto de uma sociabilidade determinada pelas equivalências do valor, as derivações conceituais dele decorrentes, tais como propriedade, sujeito jurídico, liberdade, igualdade jurídica etc., exigem o mesmo esforço praticado por Marx na sua crítica à economia política, de modo que a maneira invertida, e necessária, de se apresentarem, através de uma aparência que contradiz a essência, esconde uma lógica que identifica este sistema de relações jurídicas com o nexos social posto pelo capital; portanto, em sendo produto deste, o direito guarda não só o fetichismo por trás da relação contraditória entre forma e conteúdo, mas, principalmente, expressa atualmente

a exacerbação da crise de reprodução do capital através da positivação de categorias como a de igualdade jurídica.

Do mesmo modo que a riqueza da sociedade capitalista reveste a forma de uma enorme acumulação de mercadorias, também a sociedade, em seu conjunto, apresenta-se como uma cadeia ininterrupta de relações jurídicas. A troca de mercadorias pressupõe uma economia atomizada. O vínculo entre as diferentes unidades econômicas, privadas e isoladas, é mantido a todo momento graças aos contratos que se celebram. A relação jurídica entre os sujeitos não é mais [que] o reverso da relação entre os produtos de trabalho tornados mercadorias (PACHUKANIS, 1988, p. 47).

Contudo, como adverte Pachukanis (1988), nesta obra em que faz uma análise marxista do direito - tal como Marx, n'ó *Capital*, que para esmiuçar a lógica da sociedade capitalista começa por analisar a forma mercadoria, sua categoria mais elementar - devemos buscar, nessa forma plenamente desenvolvida do direito (o modo de produção capitalista) também o respectivo elemento indecomponível ou elementar, ou seja, o "sujeito de direito". Antes, afirma, "[t]oda relação jurídica é uma relação entre sujeitos. O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o seu elemento mais simples, que não se pode decompor" (PACHUKANIS, 1988, p. 68). Desta forma, na aproximação necessária proposta por Pachukanis entre forma mercadoria e sujeito de direito, enquanto aquela encerra distintas qualidades de trabalho humano nos genéricos produtos do trabalho (mercadoria qualquer), este, o sujeito de direito, concentra e reduz diferentes personalidades humanas a um ser abstrato, livre e igual entre os demais proprietários de mercadorias e, juridicamente, portadores de mesmos direitos. Para este marxista, o vínculo social, então, se estabelece entre valor (trabalho social médio) e sujeito de direito, apontando que:

Do mesmo modo que a diversidade natural das propriedades úteis de um produto não aparece na mercadoria senão sob a forma de simples embalagem do valor e assim como as variedades concretas do trabalho humano se diluem no trabalho humano abstrato, como criador de valor, assim também a diversidade concreta da relação do homem com a coisa surge como vontade abstrata do proprietário e todas as particularidades concretas, que diferenciam um representante da espécie *Homo sapiens* de um outro, se diluem na abstração do homem em geral, do homem como sujeito jurídico (ALVES apud KASHIURA Jr, p. 72).

Assim encaminhado, se as análises do governo municipal, no âmbito do programa de urbanização de favelas, produzem alguma crítica à forma de sociedade então posta, estas caminham no sentido de ampliar a “cidadania capitalista” aos sujeitos “desafortunados” que ficaram de fora dos “benefícios da modernidade”. Esta interpretação também é explorada nos campos do urbanismo e por pesquisadores da sociologia urbana, como podemos ver, respectivamente, em Maricato (2000) (2010) e Kowarick (2000). Para este último, as contradições que assolam as “metrópoles do subdesenvolvimento industrializado” produzem, através de um processo político, uma condição de “subcidadania urbana”, a qual poderia ser superada, segundo o autor, através de determinada “institucionalização de direitos” (KOWARICK, 2000, p. 108) ou por meio duma “concepção de universalidade cujo fundamento é o direito de ter direitos” (KOWARICK, 2000, p. 94).

Estas são interpretações que buscamos contestar, pois não só tomam as relações jurídicas – entre sujeitos e entre o Estado e estes – como determinadas *a priori*, ou mesmo petrificam no pensamento a existência de um sujeito portador de direitos supra-histórico, bem como, ao incorporarem ao discurso o fetiche da existência de realidades carentes da razão capitalista, findam por obscurecer a pertinência da crítica radical, a qual deve direcionar-se à negatividade identitária das categorias postas pelo e que compõem o capital (o sim e o não enquanto sua totalidade), ao invés de pressupor o desenvolvimento destas como modo de superação de algo incompleto, não incluído, ilegal, não desenvolvido etc. Como conclui Anselmo ALFREDO (2011, p. 11)

Daqui depreende-se que a crítica à carência de cidadania deve ser uma crítica à cidadania, e não a busca dela, pois que sua totalidade é este sim e não simultâneos que aparecem na temporalidade do Estado como forma fetichista de ser do real. A institucionalidade social posta sob as prescrições legais que formam o indivíduo jurídico sob a ilusão de igualdade é, ao mesmo tempo, a forma externa de si, o que não está sob a lei é a efetividade do legal.

Nesse horizonte, o racionalismo urbanista por trás do planejamento urbano, enfatizemos, uma forma de pensamento reificada e produto do moderno, não possui outra lógica de apresentação senão a de inverter a realidade sob a qual é aplicado. Desta forma, o fetichismo do capital opera no sentido de

apresentar um real onde a desigualdade na aplicação da norma, regulamentação, lei etc. representaria a contradição social em si, bem como as diversas formas de sobrevivência da população favelada aparecem como meios ilegais de reprodução social e constituem, através desta ótica, um setor não atendido pelo mercado formal da habitação, por exemplo. Assim posto, fica fácil, porém ilusório, apontar-se a ausência de planejamento urbano e seus respectivos instrumentos jurídicos de uso e ocupação do solo como determinação de existência dos espaços periféricos que compõem a chamada “cidade ilegal”.

Em exemplos da literatura produzida pela sociologia urbana brasileira sobre as periferias urbanas podemos observar a tese de que tais espaços são produtos da desigual aplicação das leis e dos instrumentos urbanísticos, já que outros espaços da cidade teriam recebidos as infraestruturas e melhorias presentes nos planos urbanos enquanto as periferias nem sequer constariam nesses instrumentos. Em Maricato (2000, p. 123), por exemplo, afirma-se que o planejamento e a regulação urbanística assim aplicados contribuiriam “para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”. Não por acaso, na concepção da urbanista citada, a “cidade ilegal” representar o que chama de “o lugar fora das ideias”, ou seja, a contradição social, que aí adquire o caráter de injustiça, residiria na “lógica da aplicação discriminatória da lei”; noutros termos, no movimento de periferização da cidade de São Paulo, a contradição corresponderia ao fato de abundante e rigoroso aparato legal que se produzia acerca do planejamento urbano (então criticado por sua origem europeia) não ser aplicado de forma homogênea na totalidade da cidade, ou, nas suas palavras, “enquanto os projetos de leis constituíam ideias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupasse as ideias” (MARICATO, 2000, p. 151).

Destarte, a apreensão de uma realidade que se apresenta fenomenologicamente como o contrário do que é – sendo esta a forma necessária de se pôr do valor enquanto relação social – se conduzida desta maneira, qual seja, a desconsideração de que o capital determina inclusive o aparato legal de que dispõe esta sociedade, obscurece qualquer tipo de crítica

que contra esta se produza. Isso porque as leis não são externalidades em relação à sociedade capitalista, ao contrário, constituem antes *conditio sine qua non* para a reprodução do capital, necessidade observada por Marx já no primeiro livro d'O *Capital*. Contudo, inversamente, as leis aparecem como possibilidade de inclusão de todos os sujeitos numa sociedade mais justa, como correção de uma ilegalidade pressuposta. Ermínia Maricato, em *Brasil, Cidades – alternativas para a crise urbana* (2001) conduz a análise acerca do processo de urbanização no Brasil seguindo este viés legalista, apontando que há um distanciamento entre a produção/aplicação das leis e o que chama de cidade real, ou seja, que os poderes judiciário e legislativo desconsideram as faces ilegal e segregada da “cidade real” (MARICATO, 2001) ao se eximirem de aplicar a legislação nas distintas áreas que compõem da cidade. Assim, não se contesta o legal e o ilegal como contrários que coexistem simultaneamente e negativamente enquanto categorias determinadas pela crise do valor. Ou seja, no limite, o direito positivo não pode resolver uma crise social da qual faz parte.

Por esta razão a solução para o que se pressupõe ser uma espécie de mau funcionamento da lógica do capital, desregulamento das suas engrenagens, faz passar às costas do observador a compreensão de que se perceber ou ser apontado como excluído na e da realidade hodierna - portanto na e da sociedade e das relações sociais como um todo – constitui também uma determinação do capital. Não obstante, o acesso ao mercado de consumo, ou mesmo pensando-se no processo global de reprodução do capital- a circulação (como momento imprescindível para a realização do capital, e por isso crítico), deixa-se entender por possibilidade de solução para um problema do qual faz parte, de modo que não há questionamento desta enquanto momento do capital negar-se categorialmente (mercadoria, dinheiro...). Ao contrário, a ampliação dessa fase crítica do processo do capital aparece e é captada como solução, a luz do problema aqui estudado, para a informalidade, ou exclusão, dos favelados em relação à cidade. Senão vejamos:

A essência das ocupações ilegais e da produção dessa cidade informal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado legal privado (em outras palavras, é preciso baratear o produto), prevendo a participação de agentes lucrativos e não lucrativos e a promoção pública subsidiada para

as famílias cujas rendas estejam abaixo dos cinco salários mínimos. Em outras palavras, as favelas e os loteamentos ilegais continuarão a se reproduzir enquanto mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais. A questão da ilegalidade e das alternativas de moradia legal é uma questão de política urbana (função social da propriedade e investimento voltado para a ampliação e democratização da infraestrutura urbana) e de regulação do financiamento imobiliário (MARICATO, 2003, p. 4).

Para esta pesquisadora, em países periféricos como o Brasil, no qual o processo de industrialização se fez através, principalmente, de baixos salários e vínculos empregatícios precários ou informais, a obtenção da moradia por parte da grande massa de proletários ocorreu também por meio do mercado informal. É justamente a partir desta perspectiva, a qual retoma a tese da superexploração da força de trabalho, que se assumem como solução para a contradição social – nestes termos posta sob o desigual acesso à mais-valia produzida – outras formas de acesso ao mercado denominado formal, ou legal, interpretação esta que serve de base Ermínia Maricato apontar, por exemplo, o crédito habitacional subsidiado e a regularização fundiária das áreas ocupadas ilegalmente, como solução para a precária situação de moradia em que vive grande parte dos pobres nas metrópoles brasileiras. Desta forma, segundo Maricato (2003, p. 6), “(...) A regularização fundiária é um complemento natural da urbanização. Não se trata de um mero apego à norma legal. Apenas com a regularização jurídica podemos reconhecer como cidadãos os moradores dessas áreas.”

Mais uma vez faz-se necessário retomarmos a forma de consciência fetichizada de que nos fala Anselmo Alfredo (2010), esta como forma necessária posta por e a favor da crise fundamental do capital, uma lógica fetichista de segunda ordem, já que é tecida sob um momento em que a ficção toma o lugar do real (ALFREDO, 2010). Assim, partilhamos o pressuposto de que a crise categorial impõe necessariamente a inversão do seu fundamento crítico (crise de valorização do valor), este então aparecendo como potência de acumulação. A reboque dessa necessidade substancial, o capital oferta o legal como sua totalidade, portanto colocando o antitético a este, ou seja, o ilegal, já sob a condição de algo externo ou que tenha escapado à sua totalidade, análogo ao que Anselmo Alfredo pondera, pois que, se assim aceito, “legal e ilegal se desvanecem enquanto identidade na contradição (...)” (ALFREDO, 2011, p. 23).

Deixa-se de compreender, ao condicionar-se apenas ao aparente, a unidade negativa entre tais termos, como o que efetivamente os põem enquanto totalidade do capital. Não de forma diferente, a institucionalização das relações entre indivíduos sob a forma de sociedade civil também corresponde a uma determinação da forma valor, portanto, trata-se de uma forma de consciência que tem na forma fenomênica do capital o limite da sua capacidade de questionar, na medida em que a situação de não estar amparado pela lei, ou não ser reconhecido como cidadão, por exemplo, não se permitem entender como explicitação da crise inerente ao capital. Antes, a sociabilidade mediada pela mercadoria inverte a contradição que move o valor lançando-a como ausência de regulação, da presença do Estado, do alcance do mercado, portanto, como algo distante da totalidade econômica. Desta maneira, as ações políticas surgem como esperança, subterfúgio para a mitigação das contradições expostas numa realidade na qual *as determinações são antes lógicas que históricas*, como se houvesse uma “externalidade possível” ao invólucro capitalista. Outrossim,

(...) O civil, entretanto, é tão somente uma forma de ser do totalitário, determinado pela totalidade engolfante da forma mercadoria. Estar dentro ou fora da forma é tão somente uma referência e uma reverência a ela. Nesta medida, o segregado, o guetizado, o marginal e o excluído são formas de expressão desta prescindibilidade como forma de ser do capital enquanto sociabilidade e formas fetichistas de expressar a unidade dos opostos como identidade capital. Estas separações, entretanto, não são o que está fora da forma, mas sim modos de ser da forma mercantil que, figurado como forma de consciência, ***aparece como o que carece de direito e de cidadania.*** (ALFREDO, 2011, p. 26, grifos meus)

A materialidade é a forma ou aparência do capital apresentar-se socialmente. Portanto, o fetiche determina a aparição desta abstração que responde por uma sociabilidade específica, a sociabilidade da forma mercadoria. Assim, a forma física do capital – sua produção, as mercadorias – efetivam a mediação entre os indivíduos e a lógica capitalista, momento em que o fetichismo obscurece a contradição entre a física e a metafísica que move o capital, obscurecendo o fato de que é a crise imanente de valorização do valor que empreende o aumento incessante da produção material, e não uma infinidade pressuposta. Contudo, o fetichismo não só opera invertendo essa simultaneidade crítica do capital, mas, sobretudo, vende a ideologia de que

exercer “direitos” e ser cidadão significa poder consumir, ser proprietário de alguma mercadoria, ou mesmo “inserir-se” na “cidade legal”.

Aproximando estas observações às premissas do Programa de Urbanização de Favelas do município de São Paulo, a crise, posta superficialmente na qualidade de conjuntura, demanda então medidas políticas, presas ao desenvolvimentismo como solução. Desta forma, o processo crítico de reprodução do valor desdobra-se em ilusão de desigualdade, falseamento que, a partir do nosso entendimento, permite Maricato (2001) deduzir o seguinte: “A política de inclusão urbanística tem em seu eixo o direito à moradia e à cidade (...) esses direitos serão assegurados por programas habitacionais diversificados que apontem para duas direções: 1) a ampliação do acesso ao mercado legal; e 2) recuperação das áreas degradadas ocupadas irregularmente.” (MARICATO, 2001, p. 119) Neste sentido, a lei, a norma, produtos também do moderno e da modernização capitalista, surgem como mediação para a igualdade jurídica, e porque não social, preterida, sem, porém, explicitar a negatividade processual do capital enquanto i-racionalidade (ALFREDO, 2008b) intrínseca aos seus desdobramentos mais gerais. Tratou-se de enquadrar o lugar – as áreas precárias da cidade – nas ideias, ou seja, ao planejamento urbano, sem situá-los (lugar e ideias) no contexto de crise estrutural do capitalismo.

Figura 1 - Acesso à Heliópolis a partir do Ipiranga

Comércio informal, autoconstrução e Cingapura. Autor: Anselmo Bastos, março de 2019.

Figura 2 - Boletim Informativo de Urbanização - SEHAB

FONTE: SEHAB/HABI-Sudeste, 1ed., setembro de 2010. "Heliópolis em movimento": a nova realidade da favela após algumas intervenções urbanas.

A atuação do Estado, nesse momento, é evocada para garantir, assim supõe-se, a ampliação do mercado, e do consumo de um modo geral, de maneira que a população de baixa renda conquiste as benesses da sociedade capitalista. Conforme Maricato (2001, pp. 119-120):

(...) Quanto menor o mercado, maior a exclusão e a ilegalidade, maiores são os lucros especulativos, menor é a produtividade na indústria da construção. Daí a necessidade de repensar o mercado legal para repensar as políticas de interesse social. A ampliação do mercado em direção às classes média e média-baixa as libera da disputa pelos recursos subsidiados que podem, então, concentrar-se no atendimento da população de baixa renda.

(...) Parte desses procedimentos [flexibilização das normas edilícias para construção cooperada de moradias] poderia ser oferecida ao capital privado para ampliar sua atuação em direção a um mercado mais popular. Ampliar a produção visando um produto mais barato requer a diminuição da margem de lucro por unidade e a ampliação da produtividade.

Essas observações correspondem aos propósitos do programa de urbanização em questão na medida em que as ideias aí presentes, principalmente a difusão da moradia como mercadoria a ser adquirida por a população mais pobre do município, são centrais nos documentos públicos com os quais tivemos contato, bem como representam motivos de embates entre os moradores e os técnicos da Secretaria de Habitação do município de São Paulo (SEHAB), observados através de participações em eventos e reuniões, em Heliópolis, envolvendo o processo de regularização fundiária⁶¹ e posterior comercialização de lotes, casas e apartamentos na região, por parte da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), atual proprietária da área em que está situada esta favela. Recentemente, a COHAB-SP, em parceria com a SEHAB, lançaram o “Plano de Regularização Fundiária” e o “Programa de Titularidade Social de Heliópolis” (ANEXO A), os quais buscam a regularização jurídica das 14 glebas, com respectivo parcelamento em lotes⁶²,

⁶¹ Segundo a PMSP, “Regularização fundiária é o processo através do qual áreas ocupadas irregularmente passam a integrar o contexto formal da cidade, em suas dimensões urbanística, jurídica e administrativa, proporcionando aos moradores o acesso equânime aos serviços públicos e o exercício pleno da cidadania.” (SEHAB, 2008, p. 101)

⁶² Hoje, Heliópolis possui 12.274 lotes, 5.081 unidades habitacionais em empreendimentos da COHAB, SEHAB e CDHU, e conta com 1.630 unidades formalizadas, isto é, pouco mais de 10% da área está regularizada, conforme dados do prospecto “Minha Heliópolis” (ANEXO I).

abrindo possibilidade para a emissão do “título de posse”, documento necessário para o registro de escritura. O que está posto como fim desse processo é a possibilidade de os moradores da favela continuarem realizando a função de mercadoria dos respectivos imóveis, com o diferencial de que, de posse da escritura, poderá mobilizar a propriedade da terra com menos entraves e muito provavelmente redimensionando, para cima, claro, os preços dos imóveis na região. Usamos o termo “continuarem” pois, a despeito da referida regularização ainda não alcançar a totalidade das “propriedades” ou posses em Heliópolis, os atos de compra, venda e aluguel de terrenos (são raros na favela) ou de imóveis seguem a dinâmica e os nexos do mercado imobiliário efetivados na metrópole. Não somente isso, pois, em tempos de alta na especulação imobiliária, a realização desses negócios parece aumentar na favela em relação aos bairros mais estruturados. Dentre eles, a partir de nossas andanças na região, observamos que os espaços mobilizados para atender a pequenos e médios comércios têm se destacado na paisagem.

Figura 3 - Centralidade em Heliópolis

Imagem da Rua Cristo Redentor, região central da favela. Uma das ruas mais dinâmicas na região, cuja rede de comércio e serviços se concentra nas proximidades do Complexo Hospitalar de Heliópolis e dos pontos finais de ônibus que conectam Heliópolis com os bairros do Sacomã e Ipiranga, sobretudo com o Terminal de Ônibus e Metrô Sacomã. Autor Anselmo Bastos, outubro de 2019.

Figura 4 - Moradores questionam política da COHAB-SP(Jornal UNAS)

FONTE: Jornal da "UNAS", ANO 5, Maio de 2009, Nº 19.

COHAB quer cobrar caro por lotes em Heliópolis

No último dia 08 de maio a COHAB/SP apresentou para a UNAS proposta de venda (comercialização) dos primeiros 1.058 lotes em Heliópolis. A UNAS convocou diversas Assembléias (veja dados no box ao lado) para debater com os moradores a questão, além de

realizar encontros com lideranças e entidades da comunidade. Entretanto, a UNAS defende que a comercialização seja feita por um valor simbólico, respeitando o direito dos moradores consagrados pelo Estatuto das Cidades.

Participe das Assembléias

DIA	NÚCLEO	LOCAL	HORÁRIO
18/05 Segunda	120	Rua Dr. João Pedro Carvalho Neto, 465	19h30
19/05 Terça	Lagoa	Rua Santo Antonio, 2	19h30
20/05 Quarta	Heliópolis	Rua Coronel Silva Castro, 58	19h30
21/05 Quinta	Mina	Rua da Mina, 38	19h30
22/05 Sexta	Pam	Rua São Gregório, 01	19h30

Proposta da COHAB

Comercialização de 1058 lotes, já regularizados e liberados pela área técnica com valor de R\$ 225,00 o m² o lote.

Etapas da comercialização

- Atualização do cadastro de todos os moradores;
- Esclarecimentos e entrega de relação de documentos necessários para a elaboração dos contratos;
- Atendimento individualizado, com recepção de documentos e resolução de dúvidas;
- Assinatura dos contratos;
- Entrega dos contratos, assinados e cancelados.

Comercialização

Será assinado um contrato de compromisso de compra e venda; Cobertura de seguro por morte e invalidez permanente; Todas as famílias que residem no lote serão cadastradas; Mesmo que houver mais do que um proprietário todos assinarão contratos; Exemplo: se num lote houver quatro proprietários, o percentual de cada um será de 25%.

A UNAS defende

Direito à Cidade, Direito à moradia digna

A Urbanização de Heliópolis é um grande desafio. Com a destinação de 196 milhões do PAC -

Programa de Aceleração do Crescimento para obras de urbanização e regularização fundiária de Heliópolis.

Já começaram as obras dos córregos Sacomã, mas há muito o que fazer, por isso a UNAS defende: Independência e a construção de 320 unidades habitacionais,

- Construção de 3.500 moradias nas áreas do Petrobras, Sabesp e Terramoto;
- Regularização das casas e terrenos com entrega da escritura pagando um valor simbólico, respeitando o Estatuto das Cidades;
- Construção de creches, escolas e áreas de lazer e espaços comunitários;
- Cumprimento do acordo que destina 10% das novas moradias para os sem teto;
- Anulação dos nomes das ruas e a realização de plebiscito para aprovação dos nomes pelos moradores, ou manter o que já existe;
- Transparência financeira e participação popular nas tomadas de decisões do Projeto de urbanização;
- Apresentação de um cronograma das obras e do dinheiro que será utilizado nas obras do PAC, por frente de trabalho, em cada núcleo onde haverá intervenção.

23 de Maio Sem Teto promovem Ato pelo direito à Moradia

Reunião do Movimento Sem Teto

O ato vai começar às 10h com concentração na Rua Coronel da Silva Castro, 58. São esperadas mais de 2 mil pessoas e vários artistas populares da comunidade. Participe, preste sua solidariedade. O movimento sem teto de Heliópolis se reúne

todo último Sábado do mês. A próxima reunião acontece dia 30 de maio às 15h na rua Coronel da Silva Castro nº 58. Você que paga aluguel ou mora de favor participe deste ato! Vamos lutar para garantir o direito à moradia!

Sintonize a Rádio Heliópolis 87,7FM e fique por dentro das notícias da nossa Heliópolis

Reportagem mostra descontentamento da população com a política habitacional do município.

Fonte: Jornal da UNAS, maio de 2005.

Como meio de divulgação nacional e internacional do Programa de Urbanização de Favelas, a SEHAB realizou, em 2012, a "Jornada da Habitação", momento em que representantes desta secretaria de habitação e profissionais envolvidos nos projetos de urbanização de favelas como São Francisco (Leste), Cantinho do Céu (Sul), Bamburral (Norte), Heliópolis (Sudeste), Paraisópolis (Sudoeste) e de alguns cortiços do Centro expuseram, nas respectivas áreas, os

propósitos e resultados obtidos. Em matéria sobre essa jornada e o programa⁶³, a então secretária adjunta e superintendente de habitação do município, Elizabete França, expôs que as intervenções urbanas da PMSP nessas áreas significam pôr as “ideias no lugar”, em alusão a expressão “ideias fora do lugar”, desenvolvida por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas*. Segundo França (2012, sl),

A urbanização de favelas trata de implantar um conjunto de benfeitorias que a cidade já tem e, mais importante, integrar o que antes era informal à cidade legal. O projeto da cidade de São Paulo não se move por conceitos trazidos de fora, ou seja, de implantar grandes equipamentos sofisticados que não resolvem problemas imediatos da comunidade e cujo projeto não estabelece uma linha direta com os territórios existentes.

Figura 5 - Jornada da Habitação: poder público e moradores

Realizada em 2012 no CEU Heliópolis, o evento contou com atividades culturais, “aconselhamento jurídico” para a população e palestra sobre o programa de urbanização de favelas da PMSP. Autor: Anselmo Bastos, maio de 2012.

Os apontamentos da superintendente de habitação popular refletem muito o compromisso da estratégia de planejamento adotada pela PMSP no entendimento e na relação com a população que ocupa essas áreas da cidade, relação essa que pretende superar o urbanismo conservador, ou “urbanismo racionalista”, segundo a própria⁶⁴. A visão defendida elege as experiências dos

⁶³ Disponível em: <http://www.jornadadahabitacao.org/about> Acesso em 13/03/12.

⁶⁴ Opinião exposta em texto intitulado “Urbanismo na cidade informal”, disponível em: http://cidadeinformal.prefeitura.sp.gov.br/?page_id=238&lang=pt-br Acesso em 13/03/12.

moradores, suas memórias e imaginações em relação ao ambiente construído, como considerações relevantes para a implantação do programa em termos da *paisagem* das favelas no conjunto da cidade, no sentido de que “O pensamento contemporâneo entende a favela como um fenômeno urbano que se configura no território, sendo, portanto, parte integrante da cidade, um dos elementos da morfologia urbana que conformam seu desenho” (FRANÇA, 2012). Porém, não se estabelece uma crítica em relação às contradições sociais que fizeram com que as camadas pobres da população ocupassem ou invadissem as áreas envolvidas no programa, bem como em relação às formas de subjetivação da sociabilidade posta pela forma mercadoria – a dimensão da sociedade do consumo e dessas realidades enquanto fragmento do todo. Apenas superficialmente problemas como a especulação imobiliária, altos preços dos aluguéis, desemprego etc.⁶⁵ são citados, como se não fossem implicações de uma totalidade social. Por outro lado, a realidade assim cindida e apreendida apenas reforça nossa hipótese de que o planejamento, em sendo uma forma de pensamento forjada no e para o moderno, não intenta proporcionar outra compreensão, sendo esse o seu limite. Desta forma, o fundamento real das contradições é obscurecido por pressupostos nos quais, no máximo, conclui-se que é a forma fenomênica das favelas (os elementos da sua paisagem), resultante do próprio trabalho dos moradores, que as revela como partes integrantes à cidade. Conclui Elisabete França (2012):

Só a partir desse entendimento – das favelas como parte integrante da cidade – é possível dar início a elaboração dos projetos de urbanização, os quais não serão o ‘espelho da cidade convencional’; ao contrário, os projetos para as regiões periféricas, caracterizadas por toda sorte de precariedades, devem apostar em uma definição baseada em novas relações

⁶⁵ Problemas sociais como a especulação imobiliária e o crescente preço dos imóveis já são contradições mais que presentes nas favelas que recebem intervenções do programa de urbanização, constatação, em campo inclusive, a qual reforça a ideia de que a totalidade do capital não permite a leitura de que existe cisão entre centro e periferia. Em algumas dessas áreas, a renda já é critério de exclusão. Vide matéria do jornal Estadão: “Depois da urbanização, imóveis em favelas paulistanas valorizam até 900%”. Disponível em: <http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,depois-da-urbanizacao-imoveis-em--favelas-paulistanas-valorizam-ate-900-,866668.htm?reload=y> Acesso em 16/05/12.

de espaço, tempo e distância próprios, que entendam as rupturas e a ordem das diversas ocupações.

Figura 6 - Imobiliária com anúncios de imóveis localizados na favela

Autor: Anselmo Bastos, Heliópolis, outubro de 2019.

A partir desse contexto, as ações públicas voltadas para a “adequação urbanística” e, em geral, para resolver a segregação socioespacial presente na cidade, conforme aponta o discurso oficial e também algumas das produções acadêmicas, partem da ideia de que o estado pode resolver a “crise urbana” por meio de instrumentos que regulam não só a oferta de moradia, mas também o acesso às distintas formas de crédito e subsídios, sejam eles redução das taxas de juros oferecidas para o financiamento habitacional, conforme classes de rendimentos, ou mesmo o estado assumindo parte do custo das moradias construídas. Em Denaldi (2003, p.195, grifos meus) podemos observar a dimensão dessas medidas políticas:

A moradia é uma mercadoria especial, que se vincula com a questão fundiária urbana e com a macroeconômica, visto que depende de regulação pública e de subsídios ao financiamento.

É óbvia a importância de articular a política habitacional com o planejamento e gestão urbana. Por um lado, a ampliação da oferta de moradias se relaciona com a ampliação do acesso à terra urbana servida por infraestrutura e serviços. Depende do estabelecimento de uma política urbana e fundiária que amplie a oferta de terra urbanizada, garantindo o uso social do espaço urbano e combatendo a especulação imobiliária, assim como também do *estabelecimento de instrumentos urbanísticos para regular o mercado e promover a moradia social*.

Grande parte dos custos do programa de urbanização de favelas em análise corresponde a investimento público provindo das três esferas de governo

– federal, estadual e municipal – aos quais se somam recursos financeiros do Banco Mundial e apoio técnico e financeiro (doações) do programa internacional Alianças de Cidades (Cities Alliance)⁶⁶. No que se refere aos recursos financeiros provindos dos governos federal e estadual, o programa de urbanização de favelas de São Paulo, através da SEHAB, já previa receber, entre 2005 e 2008, aportes da ordem de 2 bilhões de reais; e, a partir de 2008, contaria com o montante de 1 bilhão de reais, por meio de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶⁷ e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo (SEHAB, 2008, p. 16), aos quais se somam repasses do orçamento do próprio município, repasses da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Orçamento Geral da União (OGU), através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), criado em 2005.

A SEHAB (2008) ressalta que, em 2007, houve importante aumento, em geral, do orçamento público destinado à urbanização dos assentamentos precários deste tipo, momento em que a própria municipalidade divulga cronograma de obras afirmando que a “Prefeitura de São Paulo faz o maior investimento em habitação popular nos últimos sete anos”⁶⁸, volumes que só têm aumentado a partir do referido ano. Neste horizonte, uma leitura mais apurada e em consonância com a perspectiva que aqui temos procurado

⁶⁶ O Aliança de Cidades é um dos programas técnicos mantidos pelo Escritório Regional para América Latina e Caribe (ONU-HABITAT), portanto vinculado a Organização das Nações Unidas-ONU, correspondendo à “uma iniciativa conjunta entre ONU-HABITAT e o Banco Mundial, que busca o melhoramento de assentamentos precários e promove políticas e estratégias de desenvolvimento de moradia digna; ajuda a desenvolver a Campanha Urbana Mundial e ações como o planejamento, a gestão urbana sustentável, a gestão do solo e a reconstrução de cidades atingidas por conflitos ou desastres naturais”. Fonte: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat/>

⁶⁷ Programa criado em 2007, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), com o objetivo de resgatar o planejamento e a execução de grandes obras nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, “contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”, conforme consta no sítio <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Segundo esta fonte, de 2007 a 2010, o governo federal estimou investir 11, 6 bilhões de reais do PAC – o qual destinava o total de 106 bilhões de reais para a habitação - na urbanização de favelas.

⁶⁸ Segundo matéria publicada no sítio: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/habitacao/2007/05/0005> Acessado em 09/12/2007.

desenvolver, qual seja - a de que a reprodução crítica do valor precisa apresentar-se perante a sociedade como reprodução plena e sem percalços, ou seja, acumulação real ainda que fictícia – torna pertinente a crítica teórica à ideia de que o Estado pode e deve regular as determinações do que se entende, em Maricato (2001), por exemplo, como “crise urbana”, no sentido de que intervenções políticas, leiam-se, a mão do Estado guiando a “mão invisível” do mercado, irão reduzir ou mesmo acabar com contradições sociais, as quais adquirem a qualidade de contradições socioespaciais no nível do urbano. Deriva deste entendimento, entre outros exemplos, propostas como a regulação dos agentes financeiros e a *realização da função social da propriedade*, e entre estes a regularização fundiária das áreas envolvidas, momento em que, a nosso ver, a propriedade enquanto mercadoria põe-se como finalidade do programa; não obstante, o Estado age, nesse contexto, efetivamente como mediador, sem que assim apareça.

Nesta forma de pensamento, pressupõe-se que o Estado seja indiferente ao capital, de forma a atuar na contramão dos seus fundamentos; porém, o que a partir da nossa perspectiva permite-se apontar é o que Kurz (1997) definiu como “falta de autonomia do Estado”, pondo-se este sob o fundamento crítico daquele, já que entendemos ser ambos, mercado e Estado, economia e política, “polos de um mesmo campo histórico” (KURZ, 1997): a moderna sociedade produtora de mercadorias, “a forma da mercadoria totalizada”, ou, em outros termos, “a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a ‘valorização’ ou a economicização abstrata do mundo” (KURZ, 1997, p. 93). Isso posto, reinterpretemos as intervenções do Estado, neste caso no nível do urbano, enquanto instituição que só pode planejar sob os auspícios das “formas do mercado”, isto é, sob as determinações da mercadoria e do dinheiro (KURZ, 1997). Ou seja, o Estado como “indutor do crescimento” não tem o condão de resolver a crise social da qual faz parte; porém, como necessariamente o capital estabelece uma relação recíproca com o Estado, este também incorpora a inversão da substancialidade negativa do valor, que é a crise imanente da relação capital trabalho, apresentando-se como viabilizador do desenvolvimento socioeconômico, de modo que tempo e espaço

são ilusoriamente postos como fronteiras para novos ciclos de valorização do capital.

Temos aqui um uso mais instrumental do espaço, próximo ao que Henri Lefebvre, segundo Damiani (2009), define como espaço concebido, momento em que há uma intensificação da infraestrutura existente acompanhada da generalização do econômico sobre o solo urbano, e por que não falarmos de uma “produtividade do espaço” mobilizada por esta *função social da propriedade*? (DAMIANI, 2009). Nesse sentido, as favelas em processo de urbanização podem ser problematizadas a partir da lógica da produção do espaço, não como “nova raridade” ou “como condição sempre renovada da realização do ciclo econômico” (CARLOS, 2004), mas na qualidade de um aprofundar da crise de reprodução do valor, ou seja, a reprodução espacial projeta-se contraditoriamente como uma extensão e momento necessário para a aparente acumulação capitalista. A partir desse entendimento, podemos afirmar que a propriedade privada tem seu significado (mercadoria) reforçado tanto na concepção do programa de urbanização analisado - na forma do incremento do estoque de moradia formais - quanto no ideário dos sujeitos que sobrevivem nas favelas “urbanizadas”, posto que, sob a totalidade (do capital) que os forjam, estreitam-se os laços identitários entre a forma mercadoria, a condição de consumo (ter dinheiro) e o constituir-se urbano. Em Amélia Damiani (2004), a “urbanização crítica” revela esta seletividade imposta, pois que:

Tornar o lugar mais urbano significa, no limite da racionalidade deste Estado e da propriedade da terra urbana, expulsar a população que é excedente. A luta pela sobrevivência e pela cidadania pode, dependendo de seus termos, expulsar e selecionar e essa seleção é quase naturalizada – aparece como natural. (DAMIANI, 2004, p. 33).

A nossa hipótese de que o processo de urbanização atual reafirma as formas desdobradas do capital, ou seja, que o planejamento estatal coaduna-se com a reprodução crítica do valor, ganha solidez quando observamos esta seletividade em campo, e mais ainda quando constatamos que a mesma faz parte do discurso dos agentes públicos envolvidos diretamente com o programa de urbanização. Como exemplo citamos a frase, à época (março de 2012), da diretora da secretaria municipal de habitação de São Paulo, Maria Cecília Sampaio, numa ocasião em que falava com moradores da Favela da Coruja

(Zona Norte da cidade), atingida por um incêndio: *"Pra morar nesta cidade, pra ser cidadão em São Paulo, que é a terceira maior cidade do mundo, tem que trabalhar, tem que ter um custo e tem que ter condição de pagar. É o preço que se paga pra morar numa cidade como essa."* E avisa: "Neste terreno a gente pretende começar um processo de desapropriação."⁶⁹

Através de entrevista que realizamos com outra representante da Prefeitura do Município de São Paulo (SEHAB), Márcia Terlizzi, podemos entender mais de perto os termos da regularização fundiária prevista como penúltima etapa do programa de urbanização de favelas, já que sua última fase, como deixou bem claro Terlizzi, é a comercialização (venda) das propriedades junto aos moradores – *aqueles que puderem arcar com os custos*. Segundo Terlizzi, "serviço de moradia a gente [PMSP] não criou ainda, nós trabalhamos com mercado de moradia... serviço social tem só o aluguel social".⁷⁰

Notamos que atualmente há um esforço por parte da municipalidade para regularizar a questão fundiária das áreas ocupadas – processo não realizado quando da urbanização através de programas como o Prover, antigo Cingapura, conforme afirmações da nossa entrevistada. Em relação às moradias construídas anteriormente ao atual programa de urbanização de favelas, afim de incluí-las no contexto e propósitos dessa comercialização, a Secretaria de Habitação do Município (SEHAB) - diante da deterioração dos prédios e das unidades habitacionais, bem como da recorrente inadimplência que atinge os condomínios - desenvolve concomitantemente a este programa outro denominado de 3 R's, o qual significa Regularização, Recuperação dos créditos e Revitalização dos empreendimentos.

O contato com os termos técnicos e com a lógica que move a esfera pública possibilita deduzirmos que a sociabilidade posta pelo valor necessita redefinir suas categorias, até mesmo contraditoriamente, para tentar dar conta da reprodução do capital, pois que, por exemplo, a própria propriedade privada, sua representação como categoria capitalista, tem sido suprimida por meio de

⁶⁹ Reportagem da Rede Brasil Atual, disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/03/pra-ser-cidadao-em-sp-tem-que-pagar-diz-diretora-da-prefeitura> Acesso em 13/03/2012.

⁷⁰ Entrevista realizada em pelo autor em 02/08/2012.

instrumentos jurídicos (Termo de Permissão de Uso, Termo de Posse entre outros), isto é, flexibiliza-se a norma/lei/forma jurídica a favor da reprodução (crítica) do valor e das relações sociais de produção capitalistas. Assim como, nesse sentido, impõem-se novas necessidades aos sujeitos (aqui, o mutuário torna-se permissionário – termos que ressaltam tal flexibilização), aos quais recai a condição (precária) de proprietário, resultando daí que os mesmos incorporam novas obrigações tais como contas de água, “luz”, prestações de financiamento das casas, boletos de condomínios, como condição para “se tornar” cidadãos, momento em que muitos passam a buscar outras fontes de renda, desdobrando-se em mais horas nos empregos etc. para saldarem estes “custos da modernidade” ou, segundo a matéria citada (com a diretora da SEHAB, Maria C. Sampaio), “o preço que se paga para morar na cidade”. Nesse contexto, a fala da coordenadora do programa 3 R’s, Márcia Terlizzi, revela e muito os termos e conteúdo dessa “urbanização crítica”, do planejamento estratégico atuando na esfera pública ou, noutros termos, a mobilização do Estado como partícipe na reprodução social crítica. Vejamos:

Márcia: A finalidade [do programa municipal de urbanização de favelas, a regularização fundiária envolvida] é comercializar, o restante é benefício.... você tem a melhor qualidade de vida, você tem a autonomia dos moradores, a capacitação dos moradores para gerenciar essa moradia...você dá a eles segurança na posse, termo de posse, enfim, tudo isso é subsequente da finalidade, né?! O objetivo final é comercializar, e com a comercialização eles passam a ter uma estrutura dos seus apartamentos, como proprietários....aí como qualquer cidadão dessa cidade. E como proprietários eles podem utilizar o imóvel como a lei prevê, pode até vender, pode até alugar...tendo a propriedade eles passam a ter esse direito.

Não adianta falar que pôs água, pôs luz, se não tem título de propriedade...ainda está na informalidade...até conseguir a segurança plena da posse você ainda está na informalidade....a propriedade ainda é soberana” (Entrevista concedida em 02/08/2012).

Assim como nos grandes conjuntos habitacionais empreendidos pela Cohab, guardadas as devidas proporções, o conceito estatista de “habitação social”, a partir do qual efetivam-se “as políticas sociais do Estado” (DAMIANI, 2004, p. 40), é igualmente explorado e praticado pelo programa de urbanização de favelas.

Considerando o exposto, é necessário recordarmos que o capital carrega consigo a negatividade categorial enquanto lógica, no limite em que o atual processo de reprodução do valor por ele engendrado consiste na sobre-determinação da sua forma monetária em relação ao capital estritamente produtivo - aquele que gera valor - sendo esta a sua finalidade processual ainda que contraditória, residindo aí a base sobre a qual o mesmo vêm, criticamente, reproduzindo-se. Temos o que Marx definiu como o processo tautológico D-D' (dinheiro *em si* como capital, sem a transmutação do capital em mercadoria)⁷¹, desenvolvido por Robert Kurz (1995) como “desubstancialização do dinheiro”, já que nesse patamar impera um processo fictício através do qual “a superestrutura financeira especulativa” oferece rendimentos crescentes, sobre valores fictícios, tratados como rendimentos reais, compondo uma massa absurda de capitais fictícios, portanto desvinculados do processo produtor do mais valor. Cada vez mais temos o crédito comercial (consumo) e o crédito bancário (produção) derivados de um trabalho ainda a ser explorado, na forma de antecipação de um valor que talvez nem o seja produzido (promessa de valor), haja visto a insistência lógica do capital em dispensar força de trabalho⁷². Em suma, é o que se explicita como tendência à financeirização do capital, frente a decrescente taxa de lucro.

Problematizar a atuação do Estado nesse processo de generalização do capital financeiro e especulativo faz-se necessário. Nesse sentido, a proposta de urbanização de favelas, encabeçada na forma da economia política municipal, contém nuances que podem refinar a crítica ao processo cego de reprodução do capital nas suas bases atuais. Isto significa que os interesses por trás do planejamento estratégico empreendido pela PMSP no âmbito da urbanização de favelas, em linhas gerais, coadunam com o processo de monetarização e

⁷¹ Nos *Grundrisse*, Marx já apontava: “O *dinheiro*, na medida em que já existe agora *em si* como capital, é por essa razão simples *título sobre trabalho futuro* (novo). Objetivamente, ele existe somente como dinheiro.” (2011, p. 293).

⁷² As observações de Damiani et al (2006, p. 43) são esclarecedoras: “Como a lógica do capital é acelerar a circulação, e o crédito favorece esse aceleramento, chega-se ao ponto em que o crédito parece se desenvolver em um circuito à parte, desvinculado da produção; circulando uma quantidade de dinheiro sem os parâmetros do valor da produção, pois muitas vezes se torna mais vantajoso que a produção em si, caracterizando assim a formação de capital fictício (estágio avançado de reprodução de sua natureza abstrata)”.

consumo (disponibilização de crédito para o consumo) das parcelas mais pobres da população, expondo um movimento que revela a simultaneidade da crise mundial de reprodução do valor, no qual o Estado figura antes como engrenagem de uma maquinaria corroída por seus próprios fundamentos, portanto que compartilha dessa e com essa crise, do que na condição de capataz de um processo administrável. Nesses termos, a institucionalização das relações sociais, com o intuito de “regularizar” estratégias de sobrevivências ou “igualar” condições sociais, efetivadas na forma de aparentes contradições, explícita a determinação do fetiche para esta forma de consciência, revelando-a como momento lógico do capital, bem como pode ser interpretada como identificação do Estado enquanto um momento da crise inerente ao capital, mas que assim não aparece. A passagem a seguir apresenta a importância da ilusão jurídica, ou seja, a institucionalização da sociedade no processo econômico, como relação necessária para a (tentativa de) administração política dessa crise. A relação entre o econômico e o social, cuja finalidade lógica é a valorização (crítica) do valor, encontram-se aí imbricadas.

As relações entre o crescimento da cidade e as normas e leis constituem uma dinâmica na qual a formalização das relações sociais (urbanas, trabalhistas e econômicas) atingiu de forma desigual o território e a população. Estima-se que cerca de 40% das relações econômicas sejam informais e que vivam hoje na cidade cerca de 3 milhões de pessoas em assentamentos informais. Essa condição gera limitação da capacidade do poder público em intervir na cidade em busca da promoção de condições dignas de vida, de um lado, e perda de receitas, de outro (São Paulo-PMSP, 2012, p. 34).

A realidade, nesse sentido, é mobilizada por esta promessa de valor que, numa totalidade maior, esconde uma acumulação a se fazer criticamente, pois neste processo o capital abdica da qualidade do dinheiro como mediador do metabolismo social e o estabelece como o fim em si mesmo dessa modernização assentada, cada vez mais, não no trabalho abstrato, mas na sua negação pelo dinheiro como mercadoria. Essa autonomização do capital em sua forma financeira encontra-se bastante problematizada por Robert Kurz (1995), para quem:

A única fonte efectiva de ‘dinheiro que gera dinheiro’ (Marx), o consumo de trabalho abstrato na produção real de mercadorias, desaparece assim na ‘forma sem conteúdo’ (Marx) do próprio movimento. No capital que rende juros, a produção de ‘mais

dinheiro' não aparece, de facto, como *expressão* social (fetichista) da produção capitalista de mercadorias, mas antes como uma produção de mercadorias entre outras, assim como a produção de meias, velas ou viagens de aventura.

Quando falamos da autonomização do capital na sua forma financeira, não exatamente concluímos que este passe a ser independente do capital produtivo, mas se trata de uma maneira de enfatizar o desdobramento dessa determinação numa maior pressão sobre este último, no sentido de que tanto o capital produtivo quanto sua substância, o trabalho, necessitam dar conta da reprodução social em um contexto em que o capital portador de juros isola-se como pressuposto do seu próprio processo de reprodução. Assim, “no descompasso entre essas duas formas de capitais pode se instituir tanto o capital fictício como as crises” (DAMIANI *et al.* 2006, p. 56). Ainda segundo Damiani, “(...) esse avançado estágio de financeirização, que a economia capitalista alcançou, como superação de seus limites, não resolve as crises, apenas a empurra para outros níveis” DAMIANI *et al.* 2006, p. 58), momento em que vislumbramos o Estado como instância social que não resolve tal irracionalidade; antes, redobra-a.

No que concerne à Aliança de Cidades, sua atuação têm sido efetivada em torno da aplicação de planejamento estratégico na relação entre a secretaria de habitação e as características socioeconômicas e demográficas da população que reside nas favelas, por meio de análises teóricas e pesquisas de campo, gerando material estatístico⁷³ que serve de diagnósticos e parâmetros não só para a implementação de programas de “requalificação urbana” (termo muito utilizado nos materiais produzidos pela SEHAB), mas sobretudo aproveitados para a regularização de serviços de consumo coletivo (água, energia elétrica etc.), oferecimento de microcréditos e financiamentos diversos, através de um processo de monetarização da população mais pobre da cidade. Assim, a racionalidade do planejamento enquanto lógica capitalista determina a prática das políticas públicas habitacionais como esta, momento em que o discurso da

⁷³ Talvez o mais completo conjunto de informações e dados estatísticos referentes à habitação social no município seja o Habisp (Sistema de informações para a habitação social em São Paulo), o qual agrega dados socioeconômicos às informações geográficas, possibilitando, assim, dados georreferenciados, disponíveis no sítio www.habisp.inf.br. Atualmente, essa plataforma é utilizada pela SEHAB como sistema de cadastro do programa auxílio aluguel.

otimização dos recursos disponibilizados empurra essa parcela da população aos imperativos do capital fictício, endividando-os, sob a alegação de integrá-los à cidade. Desta forma, o Banco Mundial e a Aliança de Cidades assim orientam a PMSP, no horizonte do Plano Municipal de Habitação:

A parceria com o setor privado pode se estender para o setor financeiro, caso as primeiras iniciativas em relação ao microcrédito para melhorias habitacionais demonstrem a viabilidade do programa. O estudo no âmbito deste projeto aponta a possibilidade de criação de um programa de microcrédito voltado especificamente para esta finalidade, destinado a famílias moradoras de assentamentos que estejam em fase final de regularização física e fundiária (PMSP, 2011).

A generalização do consumo, como sustentamos, ocorre na totalidade da cidade, sendo que nas áreas mais carentes e ou periféricas, as formas de institucionalização do crédito exacerbam-se justamente por significarem efetivamente a finalidade, ainda que não de maneira aparente, da urbanização enquanto processo posto pelo e para o capital. Aqui, os “sujeitos monetarizados, mas sem dinheiro” a que se refere Robert Kurz (1993) personificam a determinação negativa do valor, pois, ainda que o desemprego – produto da crise imanente à relação capital trabalho – faça parte do cotidiano da favela, o sujeito não vislumbra uma sociedade destituída dessa forma de sociabilidade, mediada pelo consumo. O discurso do moderno, nesse contexto, subjaz na obrigação, incorporada como necessidade, de ter que pagar pela energia elétrica, água, esgoto, tv por assinatura, condomínio e a pela própria moradia, então regularizados. A inclusão, nestes termos, significa estar incorporado ao mundo da mercadoria, conquanto dê vazão à reprodução cada vez mais crítica do valor, porém sob a forma ilusória do cidadão que conquista seus direitos.

Figura 7 - Matéria de jornal sobre novos condomínios.

CIDADE		imprensaoficial
FOLHA DE S. PAULO	03/10/2010 DOMINGO	clipping

ANÁLISE FAVELA COR

Fenômeno mostra integração à cidade formal

População incorporou novas necessidades; um amplo campo de trabalho está aberto para os jovens arquitetos

ELISABETE FRANÇA
ESPECIAL PARA A FOLHA

Aos poucos, a urbanização de favelas vai sendo incorporada ao campo da arquitetura e do urbanismo como um de seus objetos de intervenção. Porém ainda são poucos os que se dedicam ao tema.

A transformação de partes do território municipal, incorretamente denominadas informais, ocasionam mudanças profundas no cotidiano das famílias, desde a sua inclusão na cidade formal até o despertar da cidadania.

Mesmo os que trabalham com o assunto há algum tempo são pegos de surpresa com tais transformações.

O que mais chama a atenção no momento é o trato dado à decoração dos novos apartamentos populares, a preocupação com a organização do espaço interno.

EM CALOROSAS REUNIÕES DOS CONDÔMINOS SÃO DEBATIDOS OS PRÓS E CONTRAS DA COZINHA INTEGRADA À SALA

Os projetos de arquitetura adotados nas urbanizações resultaram na incorporação de novas necessidades.

Em calorosas reuniões dos futuros condôminos são debatidos os prós e contras da cozinha integrada à sala, da possibilidade de reversão e remoção de paredes, tudo com vistas ao planejamento da compra e disposição do novo mobiliário e das peças de decoração do ambiente.

Um novo e amplo campo de trabalho está aberto para os jovens arquitetos.

É um desafio para uma profissão vista por grande parte da sociedade como elitista, quando não supérflua.

Trata-se, porém, de um desafio fácil de ser enfrentado, porque nos assentamentos mais precários da cidade encontra-se uma qualidade de relações comunitárias, de amizade e convívio, que certamente não existe em nenhum bairro de São Paulo.

A apropriação da boa arquitetura é um momento importante da incorporação dos moradores das favelas à cidade formal. As fotos dos apartamentos decorados são uma imagem da diferença que isso faz.

ELISABETE FRANÇA é doutora em arquitetura pelo Mackenzie, secretária-adjunta de Habitação e superintendente de Habitação Popular de São Paulo.

Famílias mudam de hábito para vida em condomínio

DE SÃO PAULO

Antes de se mudar para um conjunto de habitação popular da prefeitura em Heliópolis, a maior favela de São Paulo, o eletricitista José Antônio Pereira nunca havia pago uma conta de luz. Nem de gás. Nem de água.

Com a nova casa, vieram as despesas. Condomínio de R\$ 20, financiamento da casa própria de R\$ 80, conta de água de R\$ 8, R\$ 17 de gás e mais R\$ 38 pela energia.

Pior que isso, ele teve de se adaptar a regras rígidas de convivência coletiva, como não fazer barulho depois das 22h, não ouvir som alto, hora certa para jogar o lixo fora e

um conjunto de não.

“A prefeitura tem de nos ouvir mais. Cada família tem uma necessidade própria. Eu mesmo tive de diminuir a sala e aumentar o espaço do quarto para caberem os meus quatro filhos”, diz Pereira.

No barraco onde morava antes da mudança, estava acostumado a construir puxadinhos para aumentar o espaço para a família.

Para contornar problemas como esse, a prefeitura agora tem criado plantas com “drywall”, que permite uma maior maleabilidade dos ambientes. Assim, quem quiser pode aumentar a sala ou ter apenas um quarto, em vez de dois, como é entregue.

A empregada doméstica

Marinete dos Santos também teve dificuldade de adaptação à vida coletiva quando se mudou para o conjunto da prefeitura em Paraisópolis.

“Na favela eu tinha mais intimidade e mais liberdade no meu barraco. Agora, tenho vizinhos que nunca vi na vida e preciso respeitar as regras do prédio”, afirma.

Com as dicas da patroa, ela também decorou o novo apartamento com sanca, lâmpada dicroica e paredes coloridas texturizadas.

A conta saiu cara — pouco mais de R\$ 4.000, mas parcelada em 24 meses no armazém de construção. A mão de obra veio dos vizinhos pedreiros. E, como pagamento, ajudou no mutirão do prédio.

DV18/AR

4

Matéria de jornal abordando a implantação de novos condomínios como “integração à cidade formal”

Propondo resolver o “caos urbano” — qualitativo usualmente difundido através de observações superficiais ou mesmo por estudos planejadores, prevalecendo em ambos uma “concepção de ordem” do espaço — as

intervenções públicas nas favelas paulistanas estão revelando, ou pelo menos permitem a leitura, a subsunção de realidades precárias pela crise imanente ao valor, momento em que o Estado atua como mediador, por exemplo, para o espraçamento do setor de serviços: operadoras de cartões de crédito e débito, cujas máquinas são instaladas nos pequenos e médios estabelecimentos comerciais, desde bares, salões de cabeleireiros, pet shops, mercearias, oficinas mecânicas, depósitos de materiais de construção, a padarias, lan houses, lanchonetes tipo fastfood entre outros; operadoras de telefonia móvel, fixa e de internet; Sem contar a imensidão de antenas de tv por assinatura, um serviço que visivelmente tem se expandido na cidade, e sobretudo nas favelas, onde as antenas ocupam os espaços mais inusitados.

Figura 8 - Televisão por assinatura.

Autor: Anselmo Bastos, junho de 2012.

Figura 9 - Divulgação de televisão por assinatura na favela

O serviço de “tv” por assinatura está entre os principais serviços que tem reconfigurado a paisagem das periferias e favelas como Heliópolis. Contudo, o que não aparece na sua forma fenomênica é um endividamento maior da população e as determinações do setor de serviços (capitalistamente improdutivo) para uma sociedade fundamentada na crise de reprodução do valor. Autor: Anselmo Bastos, junho de 2012.

O setor de serviços, na importância processual do capital em que o colocara Marx, n’O *Capital*, e, principalmente, Mandel (1985), permite a partir desse cotidiano observarmos o quanto a generalização do consumo redefine, inclusive, os termos da relação entre centro e periferia na realidade urbana brasileira, em que pese a as “transformações qualitativas do trabalho produtor de valor” (ALFREDO e SILVA, 2011, p. 184), pois que temos aí não um desenvolvimento urbano representado por múltiplas centralidades, ou “poli centralidades”, como citam Alfredo e Silva (2011) e Pinho (2011), mas sim uma “urbanização crítica” a expor a crise enquanto lógica que permeia tal relação, significando esta difusão de centralidades o oposto do que materialmente representa: a favela não se aproxima da cidade, da qual já faz parte, mas são as determinações de um urbano em crise que aí se acentuam. Ou, como apontam Alfredo e Silva (2011, p. 186) “[n]este aspecto, uma vez mais, estabelece-se a simultaneidade espacial da crise como categoria analítica e fundamento contraditório da modernização periférica na qual a cidade de São Paulo se põe como uma das formas de expressão”.

No atual contexto de crise de reprodução do valor, esta fé depositada no aparato legal remete ao que Marx (1984) concebeu como “ilusão jurídica”, pois que a esfera jurídica aparece como determinante na reprodução das relações sociais, momento no qual a Constituição e as leis derivadas ganham *status* de

produtos suprassociais. Antes, e as relações de fetiche próprias e necessárias à reprodução do valor contribuem para este limite reflexivo, estas (a carta magna e as leis em geral) são *determinações* da totalidade do capital, de sua sociabilidade implicada; são momentos de sua reprodução e que na crise estrutural e imanente do capital representam a generalização das ilusões necessárias para o capital reafirmar-se como não crítico, como produtor de realidades conjunturalmente desiguais, mas que podem tornar-se igualitárias segundo as perspectivas desenvolvimentistas. Portanto, não se trata de uma modernização apenas para alguns, sendo a realidade das favelas o lado arcaico desta modernização, como afirma Ermínia Maricato (2003), mas entendemos que o moderno e a modernização, ao invés de comportar esta perspectiva desenvolvimentista e temporal (superação do ilegal pelo legal, da irracionalidade, a do capital, pela própria razão, a capitalista), compreendem uma reprodução social mediada por categorias cuja essência ou fundamento efetiva-se como uma negatividade interna, o ser e o não ser, concomitantes, como identidade categorial, principalmente se considerarmos que temos uma forma social cujo fundamento é sua desfundamentação (ALFREDO, 2009).

Na crise da reprodução ampliada, posta sob a forma generalizada do capital fictício, o fetichismo que permeia a relação sujeito objeto, na condição de forma de pensar a partir da qual a contradição social é obscurecida como desigualdade social, põe a questão da legalidade enquanto ideologia incontestada e ratificadora do moderno sistema produtor de mercadorias. Podemos aproximar esta forma de consciência reificada ao que Lukács (2003, p. 475) observou como “visão legalista de mundo”, já que o Estado, a economia burguesa e o direito são alçados à instâncias imprescindíveis para a sociedade, e portanto não passíveis de terem seus fundamentos contestados. Sua crítica caminha no sentido de desmistificar tais entes como o sendo portadores do fundamento contraditório da relação categorial donde derivam: a relação (crítica) capital trabalho. Trata-se de extrapolar o domínio do existente, este correspondendo à totalidade social sob a tutela do valor, sem se apresentar como contração, pois, como observa Georg Lukács (2003, p. 471) “(...) Com efeito, toda ordem estatal e jurídica, e a ordem

capitalista principalmente, baseia-se no fato de que sua existência e a validade de suas regras não são problematizadas, mas simplesmente aceitas”..

Observar que tanto o Estado como as relações jurídicas “são formas da sociedade burguesa” (PACHUKANIS, 1988), portanto determinadas lógica e historicamente, põe-se como necessidade preliminar de uma crítica substancial dirigida à perspectiva legalista de entendimento do real. Nesse sentido, a desmistificação do Estado como ente suprassocial, idealizado/objeto do pensamento, força autônoma etc. surge como necessidade do pensamento crítico, pois que a tarefa da essência ponente do capital é redobrar suas abstrações antes como determinações naturais, negando-as como produto de relações sociais, ou seja, enquanto elaboração de sujeitos concretos. Para Pachukanis (1988, p. 114),

Assim que o poder do Estado é representado como a encarnação de uma regra objetiva situada acima dos sujeitos-partes, ele funde-se, por assim dizer, com a norma e torna-se, no mais elevado grau, impessoal e abstrato. A exigência do Estado aparece como lei imparcial e desinteressada. Neste caso é quase impossível conceber o Estado como sujeito, uma vez que está despido de toda a substancialidade, uma vez que se transformou numa garantia abstrata das relações entre sujeitos reais, proprietários de mercadorias.

A propósito da generalização das relações jurídicas, na forma das ilusões jurídicas outrora observadas por Marx, cabe lembrarmos que Engels e Kautsky, em *O socialismo jurídico*, empreenderam importantes críticas a “concepção jurídica de mundo” própria à ideologia burguesa, de modo a analisarem a passagem da visão teológica de mundo feudal a tal concepção burguesa, momento em que o direito apresenta-se como produto específico da sociedade produtora de mercadorias, ou seja, relaciona-se aí a forma do direito com a lógica da forma mercadoria, uma como necessidade para a determinação social da outra, e ambas como desdobramentos da totalidade do capital. Entretanto, nesta obra, a crítica é empreendida contra a normatização das relações sociais através da proposta da igualdade jurídica; contra a forma invertida de o Estado manifestar-se como garantidor dos direitos inalienáveis do sujeito, este elevado ao posto de cidadão, indivíduos livres e iguais perante o direito burguês. Efetivamente, nessa passagem (de sujeito à cidadão), as formas fetichistas

derivadas do valor apenas são repostas, esta como uma possibilidade de leitura que nos permitem os autores. Como afirmam,

Tratava-se da secularização da visão teológica. O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e créditos – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pelo Estado -, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado (ENGELS e KAUTSKY, 2012, pp. 18-19).

Nesse sentido, o indivíduo jurídico (ALFREDO, 2011) recebe o significado de “um núcleo onde se concentra certa soma de direitos”, na forma do que Pachukanis denomina “sujeitos jurídicos” (1988). Ademais, ser livre na sociabilidade capitalista corresponde ao estar livre enquanto força de trabalho, momento em que a relação capital trabalho realiza-se tendo como pressuposto a forma jurídica do contrato, ou, em outros termos, necessita do reconhecimento mútuo entre os sujeitos como proprietários privados, constituindo uma sociedade de proprietários de mercadorias.

É sob esse horizonte que o Estado atua de maneira a se dizer de bem-estar social, ou que prioriza o social, pressupondo distribuir a riqueza que concentra, investindo na sociedade, momento em que se concebe a cidade como o urbano dividido, portanto carente de desenvolvimento. Contudo, a superficialidade destes argumentos instiga a crítica a desvelar o poder das determinações do fetiche sobre a racionalidade do planejamento estatal, para quem a produção material da sociedade – portanto do capital – nada tem de abstrata. Por outro lado, se se quer falar em distribuição, falemos em distribuição social da crise, cabendo ao Estado reafirmar as determinações críticas da reprodução do valor, pois, segundo Anselmo Alfredo, na crise dessa reprodução, qualquer distribuição corresponde à distribuição da crise, mera reprodução do que está posto, a saber, massa de capital fictício. E a partir dessas determinações críticas, porque negativas, poderemos falar um pouco da favela de Heliópolis, a qual sintetiza esse momento crítico da modernização periférica.

Figura 10 - Mosaico de projetos habitacionais em Heliópolis

A partir da montagem de imagens acima, podemos desdobrar o entendimento de como prédios de diferentes programas de verticalização, reconfigurados nas formas da lógica do planejamento urbano, principalmente no bojo dos programas de urbanização de favelas, dialetizam tanto a forma da paisagem quanto os processos sociais implicados. Fonte: adaptado de MASSIMINO, 2018.

LEGENDA (se alinhado o mosaico na horizontal, da esquerda para direita, de cima para baixo, temos):

- 1 – Residencial Almirante Delamare (1990-1992)
- 2 – Operações Interligadas (1989-1992)
- 3 – Projeto Cingapura, Gleba L (1994-2004)
- 4 – Projeto Cingapura, Gleba A (1996-2004)
- 5 – Gleba A (2005-2009)
- 6 – Conjunto Habitacional Gleba A (2007)
- 7 – Projeto Cingapura (1994-2000) e Projeto Urbanização de Favelas (2009), Gleba A
- 8 – Gleba N (COHAB 1994) e SEHAB (2009)
- 9 – Residencial Heliópolis I (Projetados por Ruy Ohtake), Gleba K (2011)
- 10 – Residencial Comandante Taylor, Gleba K (2008-2011)
- 11 – Residencial Silvio Baccarelli, Gleba H (2009-2013)
- 12 – Conjunto Residencial Juntas Provisórias, Gleba G (2013-2014)

Figura 11 - Programa de Urbanização de Favelas, Jornal da USP

6.1 Crise do trabalho e “urbanização crítica”: os sentidos da formação de Heliópolis.

“As formas da própria lógica, enquanto formas de todo pensamento, são muito abstratas e, entretanto, elas são as pedras angulares e o ponto de partida de toda reflexão metodicamente conduzida” ⁷⁴

A temática ou o estudo sobre favelas tem resultado em inúmeras pesquisas, das mais diversas áreas do conhecimento. Essa temática há algum tempo tem motivado pesquisadores a desenvolverem análises que possibilitem compreender o significado da realidade que é a favela buscando-se, geralmente, apontarem soluções para a integração desta à cidade, principalmente a partir de um contexto histórico em que o desenvolvimento econômico nacional foi acompanhado de expressivo crescimento urbano - concentrado em grandes regiões metropolitanas como é o caso de São Paulo - porém expondo contradições socioespaciais gritantes, momento em que o “fenômeno” favela explode enquanto única alternativa de moradia - frente aos altos preços dos aluguéis, da terra e dos imóveis - para uma crescente população que é empurrada para os grandes centros urbanos. Conforme Censos do IBGE (2010), a população que ocupa os denominados “aglomerados subnormais”⁷⁵ passa de 1,89% dos domicílios brasileiros em 1980 (480.595 domicílios) para 3,28% em 1991 (1,14 milhão de domicílios) e, no ano de 2000, significa 3,04% do total dos domicílios brasileiros (1,65 milhão). Já em 2010, segundo dados do último Censo esse percentual representa 6% da população, ou seja, quase 12 milhões de brasileiros vivem em assentamentos precários⁷⁶ (SOUZA, 2012).

⁷⁴ LEFEBVRE, 2008, p. 86 – ao expor sobre a pertinência do método de Marx.

⁷⁵ Trata-se de uma definição (utilizada pelo IBGE), utilizando-se de critérios diferentes, para os assentamentos precários. Para este órgão, aglomerados subnormais “é o conjunto de, no mínimo, 51 unidade habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente [título da propriedade do terreno obtido há 10 anos ou menos], terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”. Identificados conforme os seguintes critérios: a) ocupação ilegal da terra; b) possuírem uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes (vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos); ou, precariedade dos serviços públicos essenciais. (IBGE, 2010)

⁷⁶ O conceito de “assentamento humano precário” é a denominação da Organização das Nações Unidas (ONU) para áreas socialmente precárias como favela. Esta é uma das modalidades de assentamento precário, assim como loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, núcleos

Muitas são as definições sobre o conceito de favela, sendo que em grande parte destas ressalta-se a condição jurídica da propriedade envolvida, bem como se enfatizam diversas irregularidades praticadas pelos moradores, as quais vão desde padrões construtivos a formas de acesso (consumo) de serviços coletivos públicos e privados que fogem à regra na sociedade capitalista, relação entre sujeitos e sociedade interpretada como realidade que nega a “verdadeira” cidade, aquela em que a Lei impera, de forma que a favela estaria a estabelecer uma condição urbana ilegal, reduto de irregularidades.

Nesse horizonte, o fragmento do urbano que procuramos analisar, por sintetizar um momento da reprodução das relações de produção capitalista, numa condição crítica, permite tensionarmos a relação identitária negativa entre o legal e o ilegal enquanto forma de existência dessa favela na realidade urbana, como o que a realiza enquanto parte da cidade, e não negando esta.

Isto posto, observamos que a inserção de Heliópolis no tecido urbano da cidade de São Paulo foi e ainda é bastante potencializada pelo Ipiranga, tradicional bairro paulistano e antiga sede de grandes indústrias, dentre elas indústrias automobilísticas, responsáveis por seu destaque econômico entre os anos 1950 e 1970 (atividade hoje isolada na ocupação industrial entre os quilômetros 11 e 14 da Via Anchieta), posição atualmente ocupada pelo comércio e setor de serviços, os quais empregam parte dos moradores desta que é atualmente a segunda maior favela de São Paulo (em número de habitantes), relação econômica que envolve uma circulação de pessoas e de capital importante para a nossa observação acerca da lógica do consumo e da exacerbação do econômico sobre o urbano, noutros termos, da totalidade crítica do capital, enquanto nexos (a lógica da mercadoria) indiferente à divisão conceitual que outrora se produziu (e que ainda persiste) entre centro e periferia. Contudo, antes de desdobrarmos a realidade de Heliópolis a partir deste entendimento, faz-se necessário resgatarmos a formação desta favela,

urbanizados e cortiços. Quanto ao conceito de favela, conforme definição da PMSP, este corresponde a “ocupação feita à margem da legislação urbanística e edilícia [conjunto de regras que regem, ordenam e controlam o uso e a ocupação do solo urbano da cidade], de áreas públicas ou particulares de terceiros, predominantemente desordenada e com precariedade de infraestrutura, com construções predominantemente autoconstruídas e precárias, por famílias de baixa renda e vulneráveis socialmente” (PMSP, 2011, p. 22).

alinhando o seu percurso com um processo maior - e que entendemos conter a crise como determinação - a metropolização da cidade de São Paulo.

Como possibilidade de concretização da moradia, esta forma de reprodução social precária no urbano acompanha o processo de crescimento da cidade de São Paulo, estando diretamente relacionada com o avanço da especulação imobiliária no centro desta cidade e a partir deste, já que temos aí um processo que se desdobrou para as demais regiões através de loteamentos em direção as áreas suburbanas do município, empurrando a população trabalhadora para localidades desprovidas em todos os sentidos. Desta forma, mesmo havendo cortiços e outros exemplos de moradias precárias no centro histórico do município já no início da implantação da malha ferroviária (1867 – Estrada de Ferro São Paulo Railway), criada para dar escoamento à produção cafeeira do interior do estado ao Porto de Santos, foi com a expansão da mancha urbana, principalmente após 1940, que áreas adensadas com moradias precárias como a favela se formaram.

Com a estrutura da rede ferroviária a cidade concentrava tanto centros comerciais como determinados serviços voltados para a economia cafeeira, assim como centralizava as residências dos grandes produtores de café, as quais ocupavam os bairros centrais e, portanto, com a melhor infraestrutura à época. A transferência de uma economia de base agrária (café) para outra de cunho industrial impôs uma modernização da cidade em termos de formação de novos bairros, implantação de infraestrutura de saneamento e do sistema de transportes, com destaque para a operação dos bondes elétricos, mantendo-se como dinamizador dessa modernização e ocupação do solo urbano o sistema ferroviário.

Nesse sentido, temos a ocupação, por unidades industriais e bairros operários, das várzeas dos principais rios da cidade de São Paulo: a princípio, ocupam-se as várzeas do rio Tamanduateí, nas proximidades do centro histórico de São Paulo; depois as várzeas do rio Tietê e, mais tarde, do rio Pinheiros. Langenbuch (1971) considera este processo de ocupação através do trinômio “ferrovia - terrenos grandes e planos rejeitados pela expansão residencial [portanto baratos] - curso fluvial”, situação geográfica que propiciou a instalação

das primeiras indústrias e a formação de vilas e bairros operários, instalados paralelamente aos rios Tamanduateí (fins do século XIX) e Tietê (início do século XX). Desta forma, enquanto bairros como Brás e Belenzinho estruturam-se ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, Mooca e Ipiranga seguem a estrada de ferro Santos-Jundiaí; ao passo que Barra Funda, Água Branca e Lapa instalaram-se ao longo da ferrovia “Sorocabana” (SOUZA, 2012).

Langenbuch (1971) destaca a importância desse sistema de transporte sobre trilhos para a expansão urbana de São Paulo, principalmente enfatizando a importância do espraiamento da população na direção das áreas suburbanas da grande São Paulo, analisando o processo de metropolização da cidade. O trem permitiu a ligação da região central a áreas mais afastadas, possibilitando-se a consolidação das mesmas e a respectiva ocupação irregular, as quais, ainda assim, possuíam pouca infraestrutura urbana básica, porém representavam, e ainda representam espaços mais acessíveis à população de baixa renda. Este “elemento indutor”, a ferrovia, não só possibilitou a instalação de pontos comerciais e novos bairros nas proximidades das estações – veja-se a Vila Carioca, por exemplo – bem como induziu o estabelecimento de cidades como São Caetano do Sul, conforme observa Vanessa Padiá de Souza (2012, p. 45). Por outro lado, a renovação do centro da cidade, buscando uma modernização que atendesse aos anseios da burguesia, representadas, por exemplo, através do Plano de Avenidas idealizado pelo Prefeito Prestes Maia (1930) e a Lei do Inquilinato (1942), empurrou a população mais pobre para as áreas periféricas da cidade, nas quais a alternativa do loteamento clandestino e a autoconstrução constituíam a forma mais viável para a realização da moradia.

Segundo Elisabete França (2009), as primeiras favelas em São Paulo datam desse período (1942-1945), fruto da política de remoção adotada pela municipalidade, sendo que a primeira delas, conforme aponta Nabil Bonduki (BONDUKI apud FRANÇA, 2009, p. 22), provavelmente, corresponde a ocupação do terreno do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), localizado junto a Avenida do Estado, favela denominada de Várzea do Penteado, construído em 1942.

Já no final da década de 1950 o crescimento do tecido urbano intensificase, com destaque para a implantação e difusão do sistema rodoviário, interligando São Paulo aos múltiplos centros do país e ao porto de Santos. Nesse sentido, temos a construção de importantes rodovias como a Anchieta (São Paulo-Santos), Anhanguera (São Paulo-Campinas-Minas Gerais) e a Dutra (São Paulo-Rio de Janeiro), de modo que não só houve intensificação nas trocas mercantis, consolidando a posição de São Paulo como grande centro de produção e de consumo, bem como esta priorização ao transporte rodoviário contribuiu para o espraiamento da mancha urbana e simultânea periferização da população trabalhadora. Seguindo o processo de industrialização iniciado entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente com a instalação de inúmeras unidades de indústrias de bens de produção nos municípios do ABC – sudeste da RMSP, em direção ao litoral paulista/Porto de Santos – muitos trabalhadores passaram a ocupar os vazios urbanos existentes tanto nas áreas mais afastadas do centro de São Paulo como nos existentes entre os municípios de uma grande região que se conurbava (Grande São Paulo-RMSP), sendo uma dessas áreas ocupadas, ao longo do vetor sudeste da metrópole, a grande gleba onde está localizada a favela de Heliópolis. Como observou Kowarick (1979, p. 41), “a localização das favelas tendeu a seguir a trilha da industrialização, amontoando-se em áreas próximas ao mercado de mão-de-obra não qualificada”. Heliópolis é representativa enquanto realidade social resultante deste processo.

Essa favela, fragmento de uma totalidade urbana crítica e por isso escolhida como realidade a ser analisada por nós, situa-se no bairro do Ipiranga, zona sudeste da cidade de São Paulo, distando cerca de 8 km do seu centro (marco zero, Praça da Sé). Sob a administração da subprefeitura do Ipiranga, e pertencente ao subdistrito do Sacomã, a área que ocupa corresponde a aproximadamente um milhão de metros quadrados, divididos em 14 glebas. Beneficiada por excelente situação geográfica, Heliópolis conta com importantes vias de acesso, seja para a região central da cidade de São Paulo, como a Avenida dos Estados e a Avenida das Juntas Provisórias, bem como para a área portuária de Santos, através da Via Anchieta, a qual permite o acesso também para os municípios da região do ABC paulista: Santo André, São Bernardo do

Campo e São Caetano do Sul, este último com o qual Heliópolis faz divisa, sendo interligados, também, por vias como a Avenida Almirante Delamare e a Estrada das Lágrimas. O complexo da favela de Heliópolis compreende ainda a favela de São João Clímaco, área contígua e em direção a São Caetano do Sul, compondo nos dias de hoje um fragmento urbano caracterizado por padrões de moradia e perfis socioeconômicos múltiplos e contraditórios.

Atualmente, Heliópolis apresenta uma população estimada em 65 mil habitantes, segundo o último Censo do IBGE - 2010⁷⁷, e possui elevado grau de consolidação se comparada a outras favelas do município, bem como dispõe, hoje, de considerável infraestrutura urbana, tal como as vias de acesso mencionadas - as quais são importantes eixos de ligação com outras áreas do município e da RMSP - e a disponibilidade de transporte público diversificado e multimodal: a população local tem à disposição razoável número de linhas de ônibus municipais, intermunicipais, conectadas ao único terminal de ônibus do distrito do Ipiranga (Terminal Sacomã), três estações de metrô no entorno (Sacomã, Tamanduateí e Alto do Ipiranga, pertencentes a Linha 2-Verde do Metrô) e a opção da estação de trem Tamanduateí (Linha 10 - Turquesa, da Companhia de Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM), linha a qual permite o acesso tanto para o centro da capital paulista, assim como para municípios do ABC paulista.

Porém, estas constatações materiais merecem, ao nosso ver, uma apreensão mais detida sobre as determinações abstratas que as põem, necessariamente, enquanto formas ilusórias de superação das contradições sociais observadas no nível do urbano.

⁷⁷ A UNAS aponta uma população de aproximadamente 125 mil habitantes em 2013.

Mapa 1 - Localização de Heliópolis

Figura 12 - Heliópolis acessado a partir do Sacomã

À direita, observamos prédios do projeto Cingapura com comércios e serviços irregulares instalados no calçamento e, à esquerda, construções de alvenaria, numa mescla de residências e comércios, sobretudo bares e barbearias. Autor: Anselmo Bastos, setembro de 2019.

Mapa 2- Localização de Heliópolis no Município de São Paulo.

Aglomerados subnormais no Município e São Paulo – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Heliópolis dispõe também de serviços públicos em geral, como é o caso do Hospital Heliópolis (construído em 1969), do Posto de Atendimento Médico Municipal (PAM), Unidades Básicas de Saúde (UBS), algumas creches municipais, escolas de ensino fundamental e de nível médio, dispondo de serviço

cartorário e atendimento jurídico, instalados no bairro do Ipiranga. Esta favela é, hoje, razoavelmente servida por principais serviços de consumo coletivo, tais como energia elétrica, linhas telefônicas/acesso à de internet, água encanada e possui ampla cobertura em relação a outros serviços urbanos como vias asfaltadas, iluminação pública, rede de esgoto, coleta de lixo etc. Situação que contrasta com a realidade no início da ocupação da área, conforme estudos analisados Sampaio (1991)⁷⁸ e Souza (2012). Contudo, como discutiremos mais adiante, a condição dessas “conquistas”, resultantes de importantes momentos de mobilização popular, expõe atualmente uma relação contraditória dos moradores com a metrópole como um todo, na forma de dilemas que a economia política da urbanização explicita, momento em que a luta diária na busca por reproduzir-se socialmente se faz, impositivamente, mediada pelo consumo. É o consumo como forma de, se não a própria, relação social.

A ocupação da área na qual se formará a favela de Heliópolis ocorre entre os anos de 1971/72, quando a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da então Secretaria do Bem Estar Social (SEBES), removeu cerca de 150 famílias que estavam morando sob o Viaduto Vila Prudente (Favela de Vila Prudente) e na Favela do Vergueiro, com o objetivo de executar obras de readequação viária (construção da Avenida Prof. Anhaia Melo, por exemplo), transferindo parte de seus habitantes para alojamentos provisórios⁷⁹ instalados em Heliópolis, numa grande gleba pertencente ao IAPAS (SAMPAIO, 1991) (SOUZA, 2012), atual INSS.

Sampaio (1991) aponta que essa gleba pertencia ao Conde Silvio Alvares Penteado e outros, e fora comprada deste, em 23 de abril de 1942, pelo então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), o qual pretendia construir na área moradia para os seus associados. O que não ocorreu. O nome Heliópolis remete ao antigo Sítio Moinho Velho (atual bairro do Ipiranga), pertencente à Condessa Alvares Penteado. Ainda segundo Sampaio (1991), em

⁷⁸ *Heliópolis: o percurso de uma invasão*. Tese de Livre-Docência. FAU-USP, 1991.

⁷⁹ O projeto “Vilas provisórias” surgiu em 1972 e, desenvolvido pelas SEBES, funcionava como sistema de desfavelamento e tinha como objetivo oferecer moradia provisória para famílias de baixa renda, assim como proporcionar condições socioeconômicas que aproximassem as favelas ao “restante da cidade” (GODINHO apud SOUZA, p. 19).

1923 a proprietária denominou parte da terra como Condomínio Residencial Vila Heliópolis, correspondente a um conjunto de casas destinadas a aluguel, e a loteou, solicitando posteriormente a regularização e o arruamento à prefeitura.

Mapa 3 - Mapa Topográfico do Município de São Paulo 1928-1930.

Figura 13 - Foto aérea do entorno do bairro do Ipiranga, 1940

Foto aérea que ilustra o parcelamento do solo empreendido pela Condessa Álvares Penteado, com destaque para a formação do bairro do Ipiranga (parcelamento inicial) e parcelamento da área inicial da Vila Heliópolis, inicialmente constituída para ser vila operária. O grande “vazio” entre a Antiga Estrada SP-Santos e a Avenida Almirante Delamare será maciçamente ocupado, a partir de 1973, dando início à formação da favela de Heliópolis, a partir de um entorno que se estruturou fortemente após 1950. Fonte: EMPLASA/PMSP; “Trecho do Bairro Ipiranga em 1940” SOUZA (2012), adaptado pelo autor, BASTOS, Anselmo, 2014.

Com a unificação dos diversos institutos previdenciários, por meio do Decreto- Lei n.72, em novembro de 1966, no então INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), essa gleba é transferida ao IAPAS. Entre 1967 e 1977, este órgão federal, por sua vez, vendeu partes do terreno à Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.) e algumas das casas construídas na Vila Heliópolis a pessoas físicas, sendo que uma parte considerável da área fora desapropriada em 1978,

a favor da Sabesp, para construção da Estação de Tratamento de Esgotos do ABC (SAMPAIO, 1991). Ainda segundo Maria R. A. Sampaio (1991), o IAPAS construiu na gleba o Hospital Heliópolis e o Posto de Assistência Médica. Entre 1977/78 grileiros começam a comercializar lotes irregularmente em Heliópolis, obrigando o instituto a requerer judicialmente a reintegração de posse da área.

Em 20 de fevereiro de 1984, a Prefeitura Municipal de São Paulo firma convênio com o Ministério do Interior, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Banco Nacional da Habitação (BNH, extinto em 1986), objetivando a transferência da gleba de Heliópolis para o BNH, a ser destinada ao Plano Habitacional Integrado de Heliópolis, de atendimento a famílias de baixa renda (SAMPAIO, 1991). Segundo Sampaio (1991, p. 66),

Na ocasião, a imprensa noticiou amplamente a transferência da gleba do IAPAS para o BNH. Essa informação não só perturbou os grileiros que agiam na favela, como atraiu, igualmente, interessados em viver numa área que seria objeto de projeto de urbanização.

Na esfera municipal, cabia a COHAB a realização do programa habitacional, recebendo esta, em março deste mesmo ano (1984), a autorização do IAPAS para a retomada da posse e da guarda da gleba, o fazendo de imediato. Em julho de 1987 ocorre a compra da gleba pela COHAB-SP, lavrando-se a escritura definitiva no próprio ano. Durante este processo observa-se, a partir da pesquisa da arquiteta Maria Ruth Amaral de Sampaio (1991), que houve grande mobilização dos moradores da favela ao saberem desta transferência, os quais reivindicaram, à época: compra da gleba pela Prefeitura junto ao IAPAS e que a municipalidade vendesse os lotes, já urbanizados, a eles (moradores) de acordo com suas posses; urbanização da área (ruas, lotes, creches, escolas, rede de água e esgoto, luz, áreas de lazer etc.); que a Prefeitura fornecesse as plantas e propiciasse condições (financiamento da compra de materiais às famílias carentes) para a população construir suas casas por meio de mutirões. (SAMPAIO, 1991).

A pressão popular junto ao poder público tinha como principal articulação a Comissão de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco, a qual congregava representantes de diversos núcleos (áreas) de Heliópolis, cujas assembleias

gerais da favela, a partir de 1984, chegavam a reunir aproximadamente 3.000 pessoas. Esta organização e respectiva mobilização popular contavam com o apoio de partidos políticos (especificamente representantes do Partido dos Trabalhadores - PT), de advogados do Centro Acadêmico XXII de Agosto (ligado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e de setores progressistas da Igreja Católica, por meio da Pastoral de Favelas da Cúria Metropolitana - por exemplo, constantemente a Paróquia Santa Edwiges servia de espaço para discussão dos direitos dos favelados, segundo Souza (2012). Em maio de 1986 essa comissão de moradores, que atuava sem reconhecimento oficial, constituiu-se socialmente como União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS), representando atualmente a principal associação de moradores de Heliópolis e região.

Figura 14 - Primeira sede da UNAS.

Primeira sede da Comissão de Moradores de Heliópolis – denominada UNAS após 1986, sendo hoje a principal organização social interlocutora da população local com o poder público (novembro de 1981). Fonte: autor desconhecido/Acervo UNAS.

Figura 15 - “Volante” produzido em 1984, pelo movimento de moradia.

Por meio do qual esta comissão informava aos moradores acerca da possibilidade de pleitearem a compra da gleba por eles mesmos junto à PMSP (Fonte: SAMPAIO, 1991.), reivindicação que ainda faz parte da pauta da UNAS.

Ao analisarmos a ocupação da favela, tomamos conhecimento de que seu adensamento foi possibilitado tanto pela considerável infraestrutura urbana de que sempre dispôs como também por estar no perímetro de grandes indústrias alocadas no Ipiranga e da concentração industrial do ABC. Segundo Sampaio (1991, p. 34), “essa localização privilegiada, junto à pujante concentração industrial, foi sem dúvida responsável pelo rápido adensamento da área”. A população que inicialmente ocupou a área era composta majoritariamente de nordestinos, provindos de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Bahia, e que, expropriados do campo e sem condições de continuar pagando aluguel de suas moradias iniciais, nos grandes centros urbanos como São Paulo, foram empurrados para regiões mais carentes, obrigados a se reproduzirem em espaços desprovidos de condições mínimas para se viver (formas de habitação, por exemplo), como é a realidade nas favelas, e a de Heliópolis, portanto.

Ainda conforme esta pesquisadora, a formação da favela de Heliópolis tem relação direta com a omissão do poder público, seja o municipal (PMSP) por ter aí instalado alojamentos provisórios, ou o federal (IAPAS), este por deixar

abandonada uma área da qual era proprietário. Ambos, enquanto proprietários sucessórios da área,

Figura 16 - Início da formação de Heliópolis

Foto aérea de 1973. Ao centro, Hospital Heliópolis.

Fonte: EMPLASA/PMSP (SOUZA, 2012).

não se preocuparam ora em “zelar” pela mesma ou, após consolidada a sua ocupação e as construções irregulares decorrentes, em tornar público os termos da urbanização da favela na forma do Plano Habitacional Integrado, parcialmente discutido com a população local e seus representantes, e sempre postergado, como observa Sampaio (1991). Observa a mesma que havia ainda muitos momentos de “queda de braço” entre moradores/lideranças comunitárias e poder público (COHAB-SP/PMSP), por exemplo, quando esta companhia de habitação escondia seu interesse em vender terrenos da gleba para construção de condomínios privados (período Jânio Quadros/1986-88), ao passo que, ao mesmo tempo, os moradores aguardavam incentivos públicos (verbas e terrenos) para a construção de mutirões; impasses que, segundo a pesquisadora, incentivaram maior especulação imobiliária ou a vinda de mais

“invasores”, e geraram descrédito da população local em relação aos seus governantes, o que propiciou crescente adensamento promovido por meio de ações individuais, portanto sem um projeto coletivo (SAMPAIO, 1991).

Figura 17 - Foto aérea de Heliópolis, entorno e glebas.

Observa-se a divisão da favela nas 14 glebas (nomeadas de “A” a “N”) adquiridas pela COHAB em 1987, sendo que apenas duas delas estão oficialmente registradas em cartório (“C” e “I”). Posição privilegiada em termos de infraestrutura urbana, a área sempre despertou interesse de empresas do ramo imobiliário. O terreno pertencente à Petrobras (cerca de 420 mil m²) foi adquirido pela Caixa Econômica Federal, em 2013, e será destinado à construção de 5 mil unidades habitacionais e equipamentos públicos, por meio de parceria entre PMSP e Governo Federal, com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, segundo *Jornal Heliópolis e Região*, publicado pela UNAS. Vislumbra-se aí um mercado consumidor para o dinheiro sobrando através de tudo o que se constitui como mercado imobiliário. Fonte: INSTITUTO POLIS, s.d.

A tese de Maria Ruth A. Sampaio (1991) permite entendermos como a formação e o desenvolvimento da favela de Heliópolis remete ao crescimento da participação popular observada nos anos finais do regime autoritário no Brasil. Desta forma, a ação dos movimentos populares em reivindicarem melhores condições de vida, sobretudo no meio urbano, significou, no caso do município de São Paulo, maior pressão popular sobre o poder público na implantação de

infraestrutura básica (serviços de água e luz) em áreas carentes como as favelas. Em Heliópolis observa-se o resultado desse movimento popular na gestão do prefeito Reynaldo de Barros (1979-1983), o qual, na busca por maior “justiça social”, principalmente a partir de um quadro de expansão do número de favelas, implantou programas sociais tais como o PROFAVELA, e seus subprogramas, PROAGUA e PROLUZ. Destes programas, Heliópolis recebeu, à época, apenas instalações de água e energia elétrica, então previstos como infraestrutura relacionada a urbanização de favelas, por meio de novas tecnologias desenvolvidas respectivamente pela SABESP e Eletropaulo, e pensadas especificamente para esta forma de moradia popular (FRANÇA, 2006). Estas concessionárias de serviços de consumo coletivo desenvolveram medidores individuais de energia elétrica (Eletropaulo) - instalados em postes mais leves e metálicos - e tubos de polietileno flexível (SABESP) (SAMPAIO, 1991) visando atender um número maior de residências consumidoras, numa espécie de modernização sob medida para um espaço autoconstruído e que, portanto, não segue os padrões de construção que imperam no urbano. Este padrão construtivo na favela segue a necessidade de se reproduzir e a capacidade monetária dos seus moradores. Referido desenvolvimento tecnológico, pensado especificamente para favelas, pôde ser novamente observado nos medidores atuais de energia elétrica, dos quais falaremos mais adiante.

A administração Mário Covas (1983-1986) prometia destinar maior atenção e recursos para a habitação voltada para camadas de baixa renda, principalmente por o prefeito ter manifestado entendimento de que “o problema de habitação é essencialmente uma questão de renda” (SAMPAIO, 1991, p. 58), de modo que caberia ao poder público subsidiar a moradia à população mais carente, buscando-se saber as necessidades dessa população por meio das suas representatividades locais (organização comunitária, assembleias), sendo esta a lógica que nortearia o Plano Habitacional do Município de São Paulo. Em relação às favelas, a política adotada no “Plano Covas” era a urbanizar áreas de domínio público, levando-se em consideração sua fixação e inserção no tecido urbano, bem como o nível de organização da população residente. No contexto geral do Plano de Habitação idealizado, seriam viabilizadas, mediante orientação

e gerenciamento de recursos, as práticas de autoconstrução e mutirão (SAMPAIO, 1991).

Figura 18 - Mobilização de moradores para a construção de suas casas.

Mobilização de moradores para a construção de suas casas através do sistema de mutirão, em Heliópolis. Foto sem data, mas provavelmente corresponde ao início dos anos 90. Fonte: Autor desconhecido/Acervo Unas.

O momento era de crise econômica, caracterizado por desemprego estrutural crescente e rebaixamento dos salários, os quais eram corroídos por elevados percentuais da inflação. No plano do urbano e da habitação, a crise redobrava os níveis de segregação socioespacial já observado nas cidades. Nesse contexto histórico, a incapacidade constante dos salários pagos aos trabalhadores permitirem a compra da casa própria ou mesmo a insuficiência de custarem os aluguéis, possibilitou teorizações sobre a implicação da moradia construída pelo próprio trabalhador nos seus dias de folga, processo que foi interpretado como redução do custo de reprodução da força de trabalho, portanto a favor da acumulação capitalista que estaria em curso, como observou Francisco e Oliveira (2003)⁸⁰, tese que influenciou outros pesquisadores, como Lúcio Kowarick (1979) (1985) e Ermínia Maricato (1995).

⁸⁰ “Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu

Cabe destacar a pertinência dos argumentos de Francisco de Oliveira, por meio de sua *Crítica à razão dualista*, em relação à apreensão dessas estratégias enquanto “economia natural” no interior das cidades ou resquícios de ruralidade no urbano; contudo, nossa perspectiva diverge das suas ideias no que tange ao entendimento do rebaixamento salarial, resultante deste processo, como o que teria permitido maior acumulação de capital e de forma a beneficiar o que Kowarick (1979) tratou como pujante maquinaria econômica. Antes, como expõe Fernão Lara (2013, p. 119),

(...) não se pode associar os expedientes de “mais valia absoluta” a uma necessária acumulação em favor de um capitalismo nacional; a expansão das favelas em escala global, primeiramente pelas chamadas periferias do capitalismo, é reveladora dessa simultaneidade que põe na expansão da massa de produção de mercadorias a necessidade e a impossibilidade de se pagar mais salário face a uma crescente massa de população mobilizada para o capital, que na maioria das vezes não se incorpora produtivamente – evidenciando os limites postos não apenas por realidades “nacionais” e escolhas políticas, mas de forma sistêmica.

No que concerne à Heliópolis, durante a gestão Mário Covas, houve estreitamento da relação da população local (Comissão de Moradores) e a municipalidade, através da FABES (Secretaria da Família e Bem Estar Social), em cujas reuniões eram discutidos demandas básicas dos moradores, assim como a proporção que a ocupação irregular tomava, sobretudo após o anúncio da venda da gleba ao BNH e sua posterior transferência de posse e guarda à COHAB-SP, em 1984. A possibilidade de regularização da área, através do Plano Integrado Heliópolis, envolvia ainda expedientes em que a violência, seja policial e de seguranças particulares, representando o Estado/Cohab, ou mesmo praticada por tradicionais grileiros da região contra líderes comunitários e contra demais moradores, expressa a condição precária da população pobre em busca do seu lugar na metrópole. O risco de serem expulsos da área estava sempre presente, principalmente em momentos de indecisão política ou quando ações

resultado - a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – para deprimir os salários reais pagos pelas empresas.” (OLIVEIRA, 2003, p. 59)

do poder público acenavam a priorização das classes que tinham maiores condições de arcar com os custos da moradia, como o foi a política habitacional adotada pelo sucessor de Covas, Jânio Quadros (1986-1988).

Figura 19 - Despejo em Heliópolis (Década de 1970)

A violência do Estado opera como efetividade no processo de exclusão da população pobre ao acesso à terra. Fonte: Acervo UNAS, autor desconhecido.

Nesse período, como aponta Sampaio (1991) não só a prática da autoconstrução perdeu força como alternativa para a moradia popular, já que a opção por mutirão fora substituída por unidades menores concebidas dentro do Projeto Modelar, bem como o espaço concedido por Jânio às construtoras na produção de moradia popular despertou maior preocupação dos moradores. A política de financiamentos do setor adotada por este governo passou a direcionar investimentos diretamente para empreiteiras particulares, minimizando a importância da COHAB no atendimento à moradia popular, momento em que, no caso de Heliópolis, prédios residenciais são construídos e oferecidos a famílias de classe média. Segundo esta pesquisadora, o interesse da COHAB em levar adiante a urbanização da área devia-se ao fato de que “a favela ocupava parte de gleba muito maior, com grandes áreas livres extremamente bem localizadas, que poderiam abrigar inúmeros empreendimentos destinados a populações de

renda média, uma vez que o bairro do Ipiranga é local de residência de classe média” (SAMPAIO, 1991, p. 91). Diante dessa priorização, a população local passou a mobilizar-se reivindicando o direito real de uso do espaço apropriado, seguindo as determinações do Movimento Unificado das Favelas.

Figura 20 - UNAS e moradores reivindicam o “direito à cidade”.

Faixa disposta no acesso à favela de Heliópolis a partir do bairro do Ipiranga. Unas e moradores reivindicam o “direito à cidade”, 1993. Fonte: autor desconhecido/Acervo Unas.

A favela, inicialmente entendida enquanto fenômeno passageiro, mostrava-se como realidade permanente no cotidiano da cidade. Durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), a população mais carente volta a ser o centro das políticas públicas e, no âmbito da habitação, medidas conservadoras como o desfavelamento, retomadas por Jânio Quadros, são revistas e a prática de autoconstrução como os mutirões são institucionalizados como política pública e tem-se o início o programa de habitação social, por meio do programa FUNASPS. Como aponta Souza (2012), as intervenções no tecido da favela tomam maiores proporções, ao passo que seu entorno, principalmente o bairro do Ipiranga, consolida mais ainda seu caráter industrial; aí se instalam grandes empresas como Petrobrás, Shell e Sabesp. Por outro lado, a especulação imobiliária, somada a esta estruturação urbana disponível, fizeram com que os poucos espaços vazios na gleba fossem definitivamente ocupados.

Figura 21 - Foto aérea da região do Ipiranga, em 1989.

Notam-se traços de consolidação e nível de integração física de Heliópolis, ao tecido urbano, característicos aos de hoje. No horizonte da moradia popular, as casas construídas por meio de mutirões passam a ocupar espaços na favela. Na reprodução do urbano, transferiam-se gradualmente para o valor da terra as benfeitorias públicas conquistadas. Fonte: SEHAB/PMSP, adaptado pelo autor, Anselmo Bastos, 2014.

6.2 Expansão do consumo e endividamento: os nexos mais recentes do “inserir-se” no urbano

Podemos argumentar que tanto a morfologia da favela, bem como a qualidade das relações sociais próprias a estes espaços foram redefinidas conforme se implantavam os prédios do Programa de Verticalização de Favelas, popularmente conhecidos como Cingapura, como marca da gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996), mantidos por seu sucessor, Celso Pitta. Também conhecida por priorizar grandes obras viárias, a administração Maluf impôs, de cima para baixo, a lógica do morar em condomínio aos moradores das favelas paulistanas.

Uma política de massificação das unidades habitacionais reconfigurava o tecido urbano da cidade. Porém, a racionalização aí implicada, enquanto conhecimento aplicado na forma de planejamento urbano, envolve contradições que vão além do “embelezamento” proporcionado por esta inovação física (padronizada) produzida em um espaço em que a regra é não ter padrões. Contudo, o discurso oficial apontava tais empreendimentos como reconhecimento de integração das favelas à cidade. Em Heliópolis, além de promover remoção sem o devido reassentamento de todas as famílias que antes residiam nas áreas atingidas, esta opção como solução para a questão da moradia popular apresentou-se, com o passar do tempo, como solução aquém das possibilidades monetárias de muitos dos seus “beneficiados”, exigindo a implantação de planos de recuperação física e financeira por parte da PMSP. Nesta favela, a gleba “A” concentra a produção destas unidades. Cabe observar que, enquanto os mutirões eram financiados a fundo perdido, os condomínios do Programa Prover/Cingapura estavam inseridos numa nova lógica de financiamento público decorrente de empréstimos em parte subsidiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Souza, 2012). Mudam-se os padrões arquitetônicos da “habitação social” (suas formas físicas), mas as determinações desta materialidade mobilizada pelo capital entram em contradição com a condição social da população pobre.

Nesse sentido, ao observarmos as moradias construídas pelos próprios moradores, e tomando conhecimento de seu cotidiano, nota-se que a casa é

autoconstruída de acordo com seus rendimentos, tempo disponível e necessidades, tais como a chegada de algum parente, crescimento da família, bem como pode significar uma fonte de renda. Igualmente, para possibilitar a sobrevivência, estratégias como ligações clandestinas de água e energia elétrica passam a fazer parte do cotidiano do morador favelado. Entretanto, o estigma de proprietário ilegal (KOWARICK, 1979) não só está exposto na discriminação tão comum a que é submetida a população que mora em áreas dessa natureza, mas é inerente à própria forma deste morador sentir-se sujeito nesta sociabilidade capitalista, pois que, pagar e ter o comprovante de uma conta de água ou de luz, ou mesmo ter o “documento” do terreno, “ter um endereço comprovado”, faz parte da fala dos moradores. Assim, para uma das nossas entrevistadas, a senhora Maria das Graças Paulino - moradora de Heliópolis desde 1985, mas que há 12 anos mora em um dos poucos locais em que existem barracos de madeiras, situada no muro do Hospital Heliópolis e de extrema precariedade⁸¹ – *“o sonho de todo morador é ter algo seu, pra ser cidadão, mas tem que pagar pelo que usa, senão não dá valor.....por isso lutamos pra Sabesp pôr os relógios aqui....no início não queriam, depois fomos lá e aceitaram....agora nossa briga é pra sair daqui, cada um ter seu apartamento e pagar suas contas...mas a prefeitura dá atenção só pra Unas, eles não saem de lá. Vamos continuar pressionando!”*⁸²

Desta forma, a “necessidade” de possuir um comprovante de endereço está cada vez mais, com o avanço da urbanização nesta favela, mediada por contas de consumo de toda natureza, de modo que envolve os moradores em uma lógica de novos compromissos financeiros e consequentes endividamentos. Assim, prestigia-se a condição de possuir endereço e de pagar por aquilo que consome. Para o morador Evangelista José dos Santos, conforme entrevista concedida à revista *Renova SP*, “ter endereço é ter cidadania”; segundo a matéria, “os problemas que um morador de área ainda não regularizada enfrenta

⁸¹ A área ocupada, conhecida pelos moradores e associações locais como “Comunidade da Ilha”, sofreu um incêndio em 07/07/2013, deixando três pessoas mortas e cerca de 860 famílias desabrigadas, as quais foram cadastradas no programa de bolsa aluguel da PMSP, conforme “Jornal Heliópolis e região”, edição de julho-agosto de 2013.

⁸² Entrevista realizada pelo autor em 16/06/2012.

vão muito além da dificuldade de abrir conta em banco”⁸³. A difusão das “tarifas sociais”, descontos nas contas de consumo, conforme renda e consumo, praticados pela AES Eletropaulo (atual ENEL) e Sabesp nas áreas de favelas urbanizadas, escamoteiam esses novos custos.

Ao realizar outros campos no horizonte da pesquisa da graduação, entrevistamos moradores de um dos condomínios do programa de urbanização de favelas, entregue em 2012. Destacamos a entrevista com a Sra. Shirlei⁸⁴, moradora e “diretora” do Condomínio Residencial Comandante Taylor, conjunto de prédios com 420 apartamentos. Ela informou que mora há 35 anos em Heliópolis, e que “o apartamento conquistado é resultado da luta como participante do MSTI” (Movimento dos Sem Teto do Ipiranga), no qual se engajou a participar após não conseguir mais pagar aluguel, chegou a morar em cortiço. Ao ser questionada sobre os custos desta nova moradia (segundo ela, R\$ 20,00 de água, R\$ 58,00 de luz, R\$ 22,00 de gás encanado e R\$ 120,00 de condomínio), e da situação em morar em condomínio, responde: *“eu já vim consciente de que teria que pagar entre R\$ 400 e R\$ 500,00...pra morar num lugar digno tem que pagar....normas, organização é necessária”*

A Sra. Shirlei reclamou da inadimplência de cerca de 200 unidades, correspondendo a uma dívida de R\$ 70.000,00 que o condomínio possuía a época. Quanto às assembleias, que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores, ela afirma que tem muito tumulto e pressão para a direção reduzir o valor da prestação de condomínio. Segundo nossa entrevistada, a Prefeitura faz reuniões periódicas para tratar das finanças do condomínio, fora as reuniões voltadas para conscientizar o morador sobre seus direitos e deveres. Esta capacitação dos “administradores” dos novos conjuntos habitacionais surge como imposição da Aliança de Cidades (Cities Alliance) e é realizada por

⁸³ Edição impressa, de Nov./Dez. de 2011. Trata-se de material produzido pela Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, no qual se observam conteúdos que enaltecem o programa de urbanização de favelas e procuram difundir as benesses do desenvolvimento urbano que chega às favelas, cortiços etc. Para tanto, valem-se de dicas de arquitetura, construção e decoração, obrigações e deveres de quem passa a viver em condomínios, empreendedorismo etc. Trata-se de um exemplo de como o Estado (a PMSP) age como catalisador dos interesses do mercado, institucionalizando o consumo nas favelas.

⁸⁴ Entrevista realizada pelo autor em 27/07/2012.

“gerenciadoras sociais” contratadas pela prefeitura, conforme informação de Márcia Terlizzi, uma das coordenadoras na SEHAB/PMSP.⁸⁵

O movimento do Programa de Urbanização de Favelas no espaço em que se formou Heliópolis permite apreendermos, como temos sustentado, os termos de uma urbanização que carrega consigo a contradição capital trabalho, de modo que o nosso fragmento analisado, a gleba de Heliópolis, sua realidade no contexto urbano e os sujeitos aí implicados, são reveladores de como a crise inerente ao capital precisa ser interpretada e conduzida de forma a idealizarem-se outras formas de realização social que não aquela na qual o desenvolvimento capitalista apareça como farsa, razão pela qual uma interpretação que apreenda a negatividade identitária de suas categorias, antes colocadas como obstáculos a serem superados, detêm a pertinência de expor, por exemplo, a inclusão social enquanto ilusão própria de uma sociedade em que inclusão-exclusão constitui uma só unidade (ALFREDO, 2011).

Neste horizonte, as intervenções do poder municipal no sentido de urbanizar esta favela ganham novos contornos a partir do governo da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), por meio do Programa Bairro Legal, a partir do qual se buscava considerar o “reconhecimento das pré-existências” locais nas ações urbanísticas em “assentamentos precários” deste tipo, evitando-se habitações desconexas com o espaço da favela (SOUZA, 2012). Como conclui esta arquiteta, responsável pelo Projeto de Urbanização e Plano Urbanístico de Heliópolis entre 2005 e 2012, nesse período “ocorre a retomada de ações de administrações anteriores (...) *com o intuito de integrar a favela à cidade*. O projeto de urbanização adquire um papel central, constituindo peça essencial do processo caracterizado pelo desenvolvimento de ações integradas” (SOUZA, 2012, p. 119, grifo meu). Heliópolis se põem cada vez mais como uma realidade que necessita reproduzir as determinações críticas do capital, na sua totalidade, para se fazer entender parte da cidade.

⁸⁵ Entrevista realizada pelo autor em 02/08/2012.

Figura 22 - Foto aérea de Heliópolis.

A foto espacializa muito bem a distribuição das intervenções públicas realizadas na favela entre 1989 e 2012. Reproduzir a crescente expressão material da (crise de) acumulação capitalista tem constituído sua condição para “inserir-se” urbano. Autor Marcelo Rebelo, 2011. Fonte: Coordenação do Plano Urbanístico Heliópolis, SEHAB/SOUZA, 2012.

6.3 Um negócio chamado favela: o avesso dos “laços financeiros”

Figura 23 - Vistoria técnica na Gleba H, Heliópolis

Foto da Gleba H. Ao fundo, prédios da COHAB, cujo projeto original previa nove edifícios, porém apenas cinco foram concluídos, sendo que três ficaram por fazer e um foi destruído por um incêndio trágico ocorrido em 1996. O espaço não concluído pelo projeto foi densamente ocupado por quem não tinha onde morar. Como veremos, em 2012 o Programa de Urbanização de Favelas-Consórcio Urbanizar São Paulo conclui na área ocupada informalmente a construção do Conjunto Residencial Silvio Baccarelli. Foto: Vigliecca e Associados.

Neste momento, a lógica totalitária do desenvolvimento social, com ênfase na expansão do consumo no espaço da favela, permeia as mais diferentes realidades familiares, expressa-se nas diversas mercadorias que invadem desde precárias casas situadas em vielas e becos à residências com melhores estruturas, a despeito da determinação crítica do capital na produção dessa realidade, pois que “a exacerbação material obscurece a sua determinação antitética, a redução crítica do valor e de sua consequente valorização” (ALFREDO, 2011, p. 32). Observam-se, então, novos materiais de construção empregados nas casas de alvenaria, e no interior destas, carros, televisores - muitas vezes onde falta espaço para se morar – além de computadores, videogames entre outros aparelhos eletrônicos; fenômeno

também apreendido na realização das “novas necessidades” impostas aos sujeitos que “conquistam” seu apartamento na favela. O espetáculo do consumo, envolvido no programa de urbanização e que também o envolve, permite inclusive a ilusão de uma nova classe média, agora nas favelas⁸⁶, a ilusão da classe “C”. Assim, o “transformar-se” em bairro, ou o deixar-se de ser favelado, em que pese a ideia de centralidade no urbano, efetiva-se na realidade da favela enquanto reprodução de um consumo - na forma de créditos financeiros às pessoas físicas ou jurídicas (microempreendedores) - posto para toda a sociedade, mas que passa a ser observado como elemento a ressignificar o lugar das periferias na metrópole (e porque não a subverter a identificação dos sujeitos favelados com a cidade?!), na forma da “socialização negativa” proposta por Pinho (2011), já que para se reproduzir socialmente os pobres estão cada vez mais atrelados ao consumo generalizado e a mediação dos empréstimos pessoais, cartões de crédito e financiamentos diversos mobilizados para esta finalidade. Por isso, conforme permiti-nos entender Pinho (2011, p. 152),

É preciso destacar que a população de menor renda tem recorrido ao crédito, além do acesso ao consumo de produtos industrializados, inclusive para sua reprodução, nas suas diversas modalidades, oferecidas principalmente pelas grandes e pequenas redes de supermercados, ou seja, num processo de financeirização e creditização que não separa os espaços periféricos daquilo que se denomina centralidades”.

Lembramos que aqui não se coloca em questão a melhoria nas condições de vida dos moradores de Heliópolis, notada com o passar dos anos, mas procuramos problematizar o custo social e algumas determinações mais abstratas por detrás desse “melhorar”, pressuposto como maior igualdade social, sua ilusão como discurso, a expor uma subjetivação imposta pela mercadoria aos consumidores, através de um processo de “consumação do indivíduo”

⁸⁶ Matéria do jornal Diário de São Paulo, de 01/12/2010, interpretou a expansão do consumo e do comércio em geral na favela de Heliópolis como o surgimento de uma nova classe média. “A nova classe média da favela - Crescimento econômico, investimentos públicos em novas moradias, educação e urbanização mudam conjunto habitacional, no Ipiranga, na Zona Sul, a maior comunidade da capital.”

Informações recentes sobre os “aglomerados subnormais”, divulgadas pelo IBGE (Censo Demográfico de 2010), dão conta da crescente incorporação dos mais variados bens duráveis pelos moradores das favelas, consumo que se aproxima ao praticado nos espaços considerados “legais” das cidades.

(2011). No limite, trata-se de interpretar o momento em que a forma valor ganha sentido na favela (na periferia). Noutros termos, a favela precisaria reproduzir a lógica da forma mercadoria para constituir-se como urbano, e o sujeito, realizar esta consumação para se fazer entender membro da sociedade civil, “legalizando sua ilegalidade”, ainda que esta forma crítica de pertencimento esteja posta enquanto dispensa permanente e generalizada da sua força de trabalho do próprio mercado de trabalho. O fetiche da igualdade carrega consigo esta contradição, contudo, sua apresentação social é invertida de modo que a aparência esconda o essencial. Para Anselmo Alfredo (2011, p. 34),

A generalização da civilidade é sua crise enquanto expressão fetichista de igualdade. A configuração da desigualdade é o plano daquilo que efetiva o civilismo. A diferença e a desigualdade sociais passam, assim, a ser razão de Estado e a injustiça o justo. O fundamento real da ilusão de igualdade, o trabalho, não se faz como mediação da mesma, pois que se tem o consumidor apesar do trabalho. Nesta configuração fictícia do capital, subjetivada como consumidor, a violência da *dignidade pelo trabalho* se transmuta numa violência ao acesso ao consumo cuja determinação é o salto mortal, mas fictício, da mercadoria como reprodução de capitais urbano industriais, meros pressupostos da circulação de capital financeiro.

Adentrarmos nos processos de consumo e endividamento em realidades nas quais reside grande parcela da população considerada pobre do país, como as periferias ou favelas, implica resgatarmos, ainda que brevemente, como o acesso às formas creditícias do dinheiro foram generalizadas para a população brasileira como um todo, mas sobretudo para as camadas mais pauperizadas, e em particular para trabalhadores que formal ou informalmente tiveram acesso aos chamados “produtos financeiros”.

Nesse sentido, quando buscamos o momento divisor de águas, se é que assim podemos dizer, para situarmos quando e como esse processo de espraiamento da financeirização entre os mais pobres iniciou-se, é necessário reler as políticas públicas de cunho financeiro empreendidas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente no decurso dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Com tal intento, se observarmos o discurso de Lula, em 2003, sobre a política de microcrédito, a tônica que foi adotada pelo governo a partir daquele momento carrega as

determinações de um capital sobranete pelo mundo e que aqui, assim como em outros países que passaram pelo processo de modernização retardatária (KURZ, 1993), ofereciam taxas generosas de juros e, conseqüentemente, fluidez para a pletora de dinheiro que se arrastava pelo centro do capitalismo. Lógico, estamos falando aqui em termos do que está nas entrelinhas do discurso oficial e pró-mercado, atuando o Estado como viabilizador para a fluidez desse capital sobranete. Afinal, o fundamento desse processo, como é essencial ao capital, só poderia aparecer por meio da sua face racional, ainda que efetivado por determinações irracionais ao nexo do capital, vez que estamos falando de investimento de dividendos externos em busca de geração de mais dinheiro, na forma de juros.

Nesses termos, o se apresentar como fenômeno racional, positivo, portanto, faz alusão ao processo ter sido apresentado pelo governo federal como “democratização do crédito”, em que o referido processo de tornar mais democrático denota fazer chegar aos mais pobres às formas de acesso ao dinheiro do sistema financeiro, especialmente os serviços bancários como conta corrente, financiamentos, cartões de crédito, e as respectivas “maquininhas” aos “tomadores” (comerciantes, vendedores autônomos, prestadores de serviços, profissionais liberais etc.) empréstimos das mais variadas modalidades – sobretudo o empréstimo consignado, aquele descontado diretamente na folha de pagamento ou na conta do trabalhador - bem como aos seguros de todo tipo, principalmente para de bens de consumo (desde automóveis a aparelhos celulares) e, ainda, “seguro contra bala perdida”⁸⁷, assim como, mesmo que em menor volume, participações em previdência privada e títulos de capitalização. A concepção do pobre como bom pagador não pode mais se limitar, nesse contexto, aos pagamentos das suas contas geradas por meio do “fiado”, da

⁸⁷ Diz ao título da matéria do *Estado*, de 24/02/2010: **“Morador de favela já pode ter seguro contra bala perdida. Novo produto é um projeto-piloto da Bradesco Seguros. Seguro está sendo oferecido a moradores da Rocinha e de Heliópolis”**. “O novo produto é um projeto-piloto da seguradora para entrar no mercado de microsseguros, que deve ser regulamentado ainda este ano no Brasil. Mais do que um “seguro popular”, que pode ser oferecido a clientes de qualquer classe social, o microsseguro é um produto direcionado exclusivamente à baixa renda, como uma forma de inclusão e até de assistência social.”

anotação no “caderninho” do dono do mercadinho, busca-se essa “confiança” na realização de compromissos mais “lucrativos” na reprodução do capital.

O Brasil precisa de mais crédito e, de preferência, mais barato. Estamos hoje tomando medidas que vão democratizar o acesso ao crédito neste país e contribuir para a redução do custo do dinheiro. Trata-se de um passo decisivo para estender a milhões de brasileiros o direito de financiar a compra de um bem ou produzir e gerar renda por conta própria. Livre do sacrifício de ter que cortar gasto com alimentação, por exemplo, para adquirir um bem de maior valor. Democratizar o crédito é, também, uma questão de cidadania. No Brasil ele falta justamente para quem não dá calote. Justamente para o pobre que compra e paga em dia (LULA DA SILVA, 2003).

Assim, para dar vazão à enxurrada de dinheiro do mercado financeiro, o Estado precisou reafirmar a ilusão jurídica da forma da “cidadania” como premissa de justiça social, isto é, ter ou não acesso ao crédito em geral, principalmente aquele “mais barato”, implica o sujeito na condição de incluído ou excluído socialmente, da mesma maneira que se o mesmo não tivesse acesso aos bens de consumo coletivo. Ter o “nome limpo na praça”, como “patrimônio mais valioso” (LULA, 2003), tem conferido, na forma de dívidas sobre dívidas, mais endividamento que “direitos” à população pobre. Ou, em termos mais críticos, o acesso aos denominados bens de consumo coletivo tem se realizado cada vez mais por meio de contração de dívidas, seja ela na forma do Estado que se financia cada vez mais na base do endividamento ou dos “cidadãos” que “conquistaram o direito” de pagar uma conta de energia elétrica ou o boleto de financiamento da tão sonhada casa própria.

Se pararmos para refletir sobre a relação entre universalização dos bens de consumo coletivo e expansão do crédito e endividamento, na atualidade há muitos municípios brasileiros que, por exemplo, apesar da inexistência ou insuficiente rede de fornecimento de água potável e ou de tratamento de esgoto, possuem, no mínimo, um agente concessor de empréstimos, seja agência de grandes bancos, correspondente bancário ou lojas financeiras em geral. Quando coexistem, se resumem na forma de boletos: mais contas a pagar. O que chamam de “novas formas da capilaridade das finanças”, sugerem, na perspectiva aqui mobilizada, mais que a incursão de um “circuito” dito superior sobre outro (o inferior), até então concebido como desinteressante para setor

financeiro (MONTENEGRO, 2017): indicam que a reprodução social sob as determinações críticas do capital se generaliza necessariamente mediada pelo processo de autonomização do dinheiro, pressuposta esse desdobramento do capital (forma equivalente) enquanto abstração que já perdeu sua “medida de valor” (MARX, 1984). Destarte, não há política pública que resolva tais impasses, vez que o Estado não páira acima do processo social, ao contrário, é parte da crise da sociabilidade capitalista. Qualquer esperada “capacidade regulatória para reformar o mundo das finanças” (MONTENEGRO, 2017, p. 12) recaí na ilusão do capitalismo envolver uma racionalidade possível. Para Marx (2011, p.165) “O dinheiro, assim como o Estado, não surge de convenções. Surge da troca”.

Figura 24 - Palestra Sebrae-Bradesco, em Heliópolis: “acesso ao crédito”

Figura 25 - "Crédito orientado"

Realizada na unidade do Centro Educacional Unificado (CEU) Heliópolis-Profª. Arlete Persoli. Autor: Anselmo Bastos, novembro de 2018.

Na ocasião da palestra citada, Guilherme Afif Domingos, então presidente do Sebrae e um dos palestrantes, enfatizara que “o pobre é bom pagador”, “a lei é que está fora deles”, no sentido de que a “agência[bancária] tem de vir para cá”, apresentar o “crédito orientado”. Após exibirem vídeo do “Valdir Pipoqueiro”, como “exemplo de empreendedor”, os palestrantes afirmaram que todos podem ser mais um caso de sucesso como esse e, quanto ao papel do banco e crédito nesse percurso, o “dinheiro tem de ser meu aliado, não um problema”.

Figura 26 - Exemplos de ações práticas do Sebrae e Banco Bradesco

Prospectos de cursos, “capacitações”, “produtos” e serviços bancários voltados para a categoria de microempreendedor individual, popularizado como “MEI”.

Contudo, o discurso da necessidade de disseminação de crédito estava apenas ganhando espaço, já que se pressupunha a existência de potencialidades travadas ou restringidas em relação à dimensão das “micro finanças”, como se dizem, dos pobres – na verdade, entendemos ser mais um processo que expõe uma população de “sujeitos monetarizados sem dinheiro” (KURZ) do que qualquer preconização de inclusão social. Se se quiser falar nos termos de inclusão, talvez a leitura mais pertinente correspondesse a de uma explícita inclusão fetichista, enquanto socialização por dívida. Porém, esse processo se efetivou pelo seu lado avesso, qual seja, como desenvolvimento

social, cuja face neo-harmonicista, pode-se dizer, enquanto economia política do distributivismo, encontra respaldo em algumas produções acadêmicas e também naquelas alheias a esse meio, como no livro *Um País Chamado Favela* (MEIRELLES; ATHAÍDE, 2014), porém que convergem para a reafirmação da população pobre como aqueles que estariam “refazendo o paradigma do consumo” ou mesmo como “empreendedores” emergentes.

Como outra produção interpretativa que corrobora tais concepções desviantes dos reais fundamentos que determinam a sobrevivência de boa parte da população pobre do país, citamos *Laços Financeiros na Luta Contra a Pobreza* (ABRAMOVAY et al., 2004), elaborado na vanguarda do discurso governista e que coaduna, desde lá, com o crescente interesse (certamente o termo mais apropriado é dependência) dos bancos e demais figuras do mercado financeiro em relação a essa população. Nessa obra, fala-se de uma “densa vida financeira das famílias pobres”, pessoas essas que, para os autores, demandam por serviços financeiros, não realizados pelo mercado formal de crédito. O estudo, apesar de se deter sobre realidades de alguns municípios rurais do país, explicita os termos da pretensa inclusão financeira (suas relações fetichistas) das parcelas pobres. Assim, como os pobres envolvidos não sobrevivem sem pequenos empréstimos, muitas vezes realizados informalmente, tomados de parentes, comerciantes e outros tipos de agiotagem – no horizonte do que denominam “densidade social das finanças informais”- a lógica de fazer circular o dinheiro estaria reposta, porém, na interpretação dos autores, ocorrem por meios tradicionais que refletem, e reproduzem muitas vezes, as relações de dependência personalizada, clientelismo e patronagem tão comuns às existentes relações sociais nas quais já se encontram inseridos, isto é, o acesso aos meios informais de endividamento reforçaria a pobreza (ABRAMOVAY et al., 2004). Aqui, a “emancipação” dos pobres vai além da distribuição da mais-valia, atrela-se ao conhecimento de como o pobre ganha seu dinheiro e como gasta ou toma mais emprestado, propondo que nas situações em que as redes formais de crédito não atendam as particularidades demandadas – e aqui situam a população pobre – formas mais “condizentes” com tais realidades, tais como cooperativas de crédito, resolvam o “dinamismo” financeiro dos pobres através

de meios mais “civilizados”. Na apresentação da obra, Paul Singer (2004, pp.13-14), ao abordar essa demanda popular por crédito, afirma que:

Consequentemente, a luta contra a pobreza mudou de rumo. Não se trata mais de apenas redistribuir o valor apropriado pelo capital mas de criar condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção, tendo em vista o aumento de ganho do trabalhador autônomo, individual ou associado. Trata-se também de redistribuir a propriedade como meio para redistribuir a renda.

[...] A novidade é o reconhecimento de que, ao mesmo tempo, também é necessário que os pobres se integrem em cooperativas de comercialização e em cooperativas de crédito, para que ganhem acesso a mais capital e a melhor tecnologia, a fim de aproveitar novas oportunidades econômicas, que lhes permitam superar a pobreza.

Esta financeirização da parcela mais pobre da sociedade conta com a iniciativa do próprio Estado, neste caso a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual produziu, em 2007, em parceria com a “Aliança de Cidades – Cities Without Slums” o “Estudo de viabilidade de implantação de um programa de microcrédito habitacional na cidade de São Paulo”, objetivando identificar “demanda potencial” por microcrédito destinado à população de baixa renda, na forma de financiamentos de materiais de construção a serem contratados junto às lojas de materiais de construção dos bairros envolvidos. Neste ponto, notamos o dinheiro improdutivo efetivando uma forma de Estado não só desprovido de autonomia (KURZ, 1997), mas, sobretudo, dinamizador da reprodução (crítica) do capital, pois que temos aí a viabilização da monetarização de sujeitos sem dinheiro. Em Heliópolis, o Banco Real/ABN AMRO (atual Banco Santander) passa abrir contas e fornecer empréstimos pessoais em 2011, além de mobilizar crédito para pequenos empresários, conforme aponta matéria do Sebrae⁸⁸.

⁸⁸ Matéria intitulada “Bancos privados abrem as portas para informais”. Disponíveis em: <http://revistapegn.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA515934-2999-6,00.html>. Acesso em 17/08/2011.

Figura 27 - Caminhada pela Paz, em Heliópolis

CAMINHADAS DA PAZ REÚNEM MAIS DE 6 MIL PESSOAS

A 13ª caminhada da Paz de Heliópolis foi realizada em junho de 2011 e contou com a participação de mais de 5 mil pessoas, mesmo embaixo de chuva. Eram alunos, professores e moradores da comunidade.

E tem mais caminhada neste ano. No dia 14 de junho, a partir das 13h, com concentração no Polo Cultural. As reuniões preparatórias do Movimento Sol da Paz, reúne a organização da Caminhada da Paz, acontece sempre nas últimas 4ª feiras de cada mês, às 09h, no Polo Cultural de Heliópolis.

Na região do Jardim São Savério, Parque Bristol e Jardim Climax, foi realizada a 2ª Caminhada da Paz que contou com a participação de mais de mil pessoas. A 3ª edição acontece em 20 de maio de 2012, a partir das 13h, com concentração na rua Canção do Exílio, Jardim São Savério.

MOVIMENTO SOL DA PAZ
TRANSFORMANDO HELIÓPOLIS
NUM BAIRRO EDUCADOR

2ª CAMINHADA DA PAZ
EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA

Você está pensando em reformar a sua Casa ou Negócio?
A Habitat para a Humanidade traz uma ótima oportunidade para você!

Casas sua casa de forma planejada
Com a assistência técnica da Habitat você poderá construir e corrigir de sua casa. Aprenda melhor seu dinheiro e deixe sua casa mais bonita e confortável.

Mais conforto e saúde para sua família
Com a assistência técnica você poderá reformar ou ampliar sua casa com segurança, trazendo maior conforto e saúde para sua família.

Melhore seu negócio
Se você tem um negócio em casa poderá estruturar o espaço utilizado e promover melhor sua atividade, atendendo satisfatoriamente seus clientes e ampliando seu retorno financeiro.

Com a orientação técnica de Habitat você poderá ter:
- Projeto de reforma
- Definição de tipo e quantidade de materiais, a fim de promover economia e evitar desperdícios
- Orientação para comprar materiais e contratar pedreiro
- Acompanhamento da obra

Se você é um empreendedor: comerciante, feirante, cabeleleira... Poderá financiar sua reforma através do Santander Microcrédito.
Estamos com uma promoção de desconto no valor do acompanhamento técnico. Aproveite esta oportunidade. Não perca tempo. Ligue agora mesmo e agende sua visita!

Informações:
Juliana Moretti (Habitat): 9360-4013

Parceria: Habitat para a Humanidade, Santander

PÁG. 3

Edição de fevereiro-março de 2012 do Jornal da UNAS. Com destaque para a 13ª “Caminhada da Paz”, movimento organizado pela principal associação de moradores de Heliópolis, tradicional no bairro e que está na sua 21ª edição, atualmente como “Caminhada pela Paz”. Logo abaixo, oferecimento de reformas para casas e comércios da região por meio de financiamento através do “Santander Microcrédito”, em parceria com a “Habitat para a Humanidade Brasil”, organização global não governamental.

Em qualquer caminhada pelas ruas e vielas de Heliópolis, percebe-se também a proliferação de anúncios de “aceitam-se cartões” e dos pequenos estabelecimentos comerciais que os permitem como meio de pagamento, como elementos mobilizadores do consumo, momento em que as periferias e os sujeitos nela envolvidos apresentam níveis de consumo na maioria das vezes em descompasso com as rendas auferidas, muitas das vezes a significar a incorporação do chamado “limite do cartão de crédito” como se renda fosse, escamoteando a antecipação de um trabalho ainda não realizado. Nesse sentido, aponta Cláudia Sciré (2009, p. 149):

Ao fornecerem aos seus possuidores a possibilidade de dispor da existência de uma quantia de crédito além dos rendimentos mensais, os cartões tornam-se elementos cruciais na gestão do orçamento doméstico, ou seja, muitas famílias já calculam seus gastos contando com a presença de uma renda ‘a mais’ que não corresponde àquela que verdadeiramente possuem.

Assim, a dívida compõe o salário, ilusoriamente, na forma do dinheiro enquanto efetividade, sendo esta a própria efetividade do capital, qual seja, iludir-se enquanto tal.

Este momento de ampliação dos níveis de consumo a partir da concessão de microcréditos bancários revela, sobretudo, o estreitamento das relações entre os agentes bancários e as associações comunitárias como parte do processo de financeirização dos pobres, enquanto uma necessária aproximação com as lideranças locais na expansão desse chamado “crédito solidário”. No caso de Heliópolis, as principais associações de moradores tem representado e executado muito bem esse papel de fazer fluir, não só as intervenções culturais e políticas mobilizadas por parte da população em parcerias com organizações da sociedade civil e empresas, mas também tem viabilizado a entrada de produtos financeiros e outros meios de institucionalização sobre uma população consideravelmente pobre e que tem se inserido precariamente no mercado de trabalho. Nesse sentido, tornar-se bairro ou comunidade significa reproduzir a totalidade da crise do valor na forma do capital financeiro. Os propósitos do “Real Microcrédito”⁸⁹, assim como o de outras formas de acesso ao mercado das finanças contém este momento crítico de reprodução do valor, mas que, fenomenicamente, aparece como conquista social, para os moradores, e sustentabilidade econômica (“crédito sustentável”) para os setores bancário e financeiro.

Figura 28 - Divulgação de uma das empresas de crédito.

Panfleto de uma das empresas de crédito na região, 2019.

⁸⁹ “O principal diferencial do programa Real Microcrédito é trabalhar junto à comunidade. O intuito é facilitar ao máximo o acesso à informação e ao próprio crédito. O primeiro contato é feito com a associação de moradores, a fim de facilitar ministrar palestras, treinamentos e encontros com a população, a fim de difundir o projeto. Logo após a entrada na comunidade, agentes especializados fazem o contato com os interessados no microcrédito, caso a caso (...).” Disponível em: <http://www.agendasustentavel.com.br/case.aspx?id=1704&area=emprego>

Estas intervenções, como momentos de institucionalização, ganham maior racionalidade nas administrações seguintes, principalmente se considerarmos a criação, em 2008, durante o governo de Gilberto Kassab (2006-2012), do Sistema de Informação para a Habitação Social-HABISP. O mapeamento dos denominados assentamentos precários, somados a produção de dados socioeconômicos de entidades como Fundação Seade e IBGE tornam-se ferramentas do planejamento estratégico enquanto apropriação do espaço urbano pelo poder público, o qual passa a agir, cada vez mais, através das suas três instancias: municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, muitas das formas de reprodução e estratégias de sobrevivência características ao cotidiano do morador das favelas, concebidas como ilegais perante a sociedade da mercadoria, são passíveis de regularizações por meio de ações do poder público ou de programas desenvolvidos pelas concessionárias responsáveis por serviços de consumo coletivo. Sobre estas últimas, podemos observar, no caso de Heliópolis, o quanto o discurso da inclusão social e urbana tem representado a elevação da arrecadação das empresas prestadoras dos serviços de energia elétrica e água/esgoto a partir das constantes intervenções inseridas no contexto do programa de urbanização de favelas.

No caso da energia elétrica, a AES Eletropaulo, concessionária que presta este serviço em São Paulo, por meio do “Programa de transformação de consumidores em clientes” (AES-Eletropaulo, 2102, atual Enel Distribuição São Paulo), tem desde 2004 regularizado as instalações clandestinas nas áreas precárias como as favelas. Assim, com o propósito de promover “a inclusão social e a cidadania à população de baixa renda”, esta empresa substituiu desde os leitores de medição de energia, bem como geladeiras, chuveiros e lâmpadas convencionais por outros produtos mais “econômicos”, processo que, no limite, tem significado, de um lado, novas despesas aos moradores, já que a alternativa ao “gato” foi dificultada restando o consumo através da forma legal, de outro, temos o aumento no número de clientes e nas receitas dessa multinacional prestadora de serviço.

Figura 29 - Novos medidores "econômicos" de energia elétrica

Na foto observam-se medidores individuais de consumo de energia elétrica instalados nas casas. Tem-se aí uma realidade em que ter uma conta no próprio nome literalmente tem saído caro. Nova tecnologia aplicada aos aparelhos reduz a quase zero a possibilidade de ligações clandestinas. Autor: Anselmo Bastos, junho de 2012.

O custo social do “ter uma conta com o nome”

Eletropaulo

Boletim Informativo
Fórum das Associações de Heliópolis
Agosto / Setembro / 2005

A AES Eletropaulo e o Fórum Permanente da Comunidade de Heliópolis informam as novas condições para a regularização da região.

Atualmente a empresa realiza o cadastramento das unidades consumidoras que serão beneficiadas com a tarifa social da baixa renda após a regularização das ligações elétricas.

A ligação das casas à rede da AES Eletropaulo começa em setembro, a partir da quadra K.

Serão enquadradas na tarifa de baixa renda as famílias com renda mensal de até R\$ 100,00 por pessoa.

Pelo menos até março de 2006, a conta de luz vai cobrar no máximo, 150 kWh (mais ou menos R\$ 34,00 pela tarifa de baixa renda), mesmo que o consumo de energia tenha sido maior. Se a família consumir 200 kWh no mês, a cobrança será de 150 kWh. Se o consumo for de 100 kWh, serão cobrados 100 kWh.

Depois de março de 2006, será avaliada junto ao Fórum das Associações a possibilidade de manter esse limite de cobrança para as famílias mais carentes.

Quem paga taxa mínima será cadastrado na Tarifa Social de Baixa Renda, como previsto na lei.

Todas as casas da comunidade serão numeradas conforme os critérios da Prefeitura.

A AES Eletropaulo vai instalar **GRATUITAMENTE** o padrão de entrada ("Kit Econômico" formado por caixa de acrílico e disjuntor).

A AES Eletropaulo também vai:

- Instalar iluminação pública em vielas;
- Trocar algumas lâmpadas das casas por modelo econômico;
- Fornecer materiais para reforma da instalação elétrica para famílias carentes.
- Trocar a borracha de vedação de geladeiras em mau estado das famílias mais carentes.

Será implantado Posto Especial de Atendimento da AES Eletropaulo no interior do bairro de Heliópolis.

As alterações efetuadas e maiores facilidades conquistadas são fruto do trabalho de parceria entre a AES Eletropaulo e as entidades comunitárias de Heliópolis. Continuaremos trabalhando em conjunto para implantar outras ações de responsabilidade social que possam contribuir para o desenvolvimento de todos.

Entidades: UNAS, AOS, Laferr Bola Brasil, ASCAFH, CONSEG, Ação Social Jerusalém, AMUSP, AOBEM, Associação de Mulheres da Estrada das Lágrimas, Anjos da Terra, Associação Moradores da Praça Dom Pedro, Associação Moradores de São João Climaco, AVINTE, Comissão Quadra H, Conselho Popular, Criança Feliz Brasil, Movimento Democrático Popular, Nova Heliópolis, Núcleo Quadra A, Núcleo Quadra N, Paquistão, Projeto Viver Bem, Radio Paraiso, SDA, ACACIA.

AES Eletropaulo: mais energia na sua vida.

“Boletim informativo” emitido pela Eletropaulo informando sobre regularização de instalações elétricas e condições para enquadramento na “tarifa social da baixa renda”. Atualmente, muitos moradores reclamam de alterações arbitrárias e pouco esclarecidas nesse programa, o que tem resultado em aumento significativo no valor na conta de consumo.

Figura 30 - MEI: Panfleto distribuído à população local

O “formalizar-se” remete a uma condição de ilegalidade que pesa sobre a população em todos os seus sentidos.

Figura 31 - "Formalize-se Heliópolis"

Divulgação de evento sobre o programa MEI em uma das unidades socioculturais da UNAS. Autor: Anselmo Bastos, outubro de 2011.

6.4 Empreendedorismo como discurso contraditório: a lógica da “formalização”

O cotidiano da favela de Heliópolis, sobretudo no últimos dez, quinze anos, permite observarmos um substancial crescimento do número de pequenos comércios, sobretudo mercadinhos, bares e adegas (esses são vários), restaurantes, pizzarias, lojas de roupas e acessórios, comércio de secos e molhados, hortifrutis, lojas de acessórios eletrônicos etc., bem como de prestadores de diversos serviços, entre eles eletricitas, mecânicos, lavadores de veículos, pedreiros, costureiras, “pet shops”, clínicas dentárias etc. – que fazem do possível e impossível para terem seus negócios devidamente “formalizados”, correspondendo essa regularização a, no mínimo, alvará de funcionamento, quando se trata de atividade que precisa de autorização de órgãos de controle específicos (vigilância sanitária, corpo de bombeiros etc.) e, principalmente, a determinação de um número de cadastro de pessoa jurídica (CNPJ ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). No caso desse último instrumento de formalização, a maioria dos comerciantes e prestadores de serviços que abordamos afirma que “ter um CNPJ” é necessário para acessar tanto as formas de financiamentos nos bancos e demais instituições financeiras, obter melhores preços com os fornecedores, bem como poder emitir nota fiscal. Destacam ainda a importância desse cadastro social para aquisição das famosas “maquininhas de cartão”, muito embora já percebemos que não só nos demais espaços centrais da cidade mas também em Heliópolis já é possível a aquisição dessas máquinas diretamente com as prestadoras de serviço (cujo volume aumentou sobremaneira nos últimos anos) ou com os próprios bancos, mediante abertura de conta corrente.

No contexto desses processos de institucionalização das relações sociais, cabe aqui abordar alguns aspectos do meio de formalização de muitas das atividades econômicas ocupadas pela considerada população pobre da metrópole: trata-se da figura jurídica do microempreendedor individual (MEI)⁹⁰.

⁹⁰ Segundo matéria do canal eletrônico “G1”, o Brasil já possui mais de 8 milhões de microempreendedores formais. Fonte: g1.globo.com.br Acesso em 03/04/2019.

Contudo, observamos que este programa governamental tem alcançado não apenas a população pobre, mas também outras parcelas com rendimentos maiores, na qual é comumente difundido como “pejotização”, isto é, como processo pelo qual os trabalhadores ou são contratados diretamente como prestadores de serviços por meio de contrato de trabalho precário (leia-se: sem os amparos sociais definidos pela CLT) ou, como também é corriqueiro no atual mercado de trabalho brasileiro, tais trabalhadores têm seus contratos registrados em carteira profissional rescindidos, para então serem recontratados, pelo mesmo empregador, porém na forma do microempreendedor (MEI)⁹¹, cujas “vantagens” se restringem aos auxílios e demais benefícios previdenciários “garantidos” pelo INSS. Ao fazê-lo, o discurso do empregador é a possibilidade de ganhos maiores pela parte do empregado. Do governo, é a modernização das relações de trabalho, incorporado sobretudo para mensurar a baixa nas taxas de desemprego. Entretanto, na esfera da situação de quem se vê obrigado a realizar esse processo, o trabalhador, o avesso da pretensa modernização se explicita ou, no mínimo, sugere sobre quem a reprodução crítica do capital recaí.

Nº de microempreendedores individuais formalizados

Gráfico 1 - Crescimento do número de MEIs no Brasil

⁹¹ A figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) foi legalmente criada em 2008, pela Lei federal nº 128, modificando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, de 2006. Abrange, atualmente, “pequeno empresário individual” que exerce determinadas atividades, tenha faturamento anual limitado à R\$ 81.000,00 (2019), desde que contrate no máximo um empregado e não seja sócio em outra empresa. Os tributos foram “simplificados” para INSS (5% do salário mínimo) mais ISS ou ICMS, conforme a natureza da atividade. Com o passar dos anos, o MEI ganhou o amparo de entidades como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério do Meio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resultando em maior alcance social dos lastros dessa formalização. Fonte: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao> Acesso em 04/10/2019.

Nesse sentido, podemos entender um pouco mais sobre os desdobramentos dessa “formalização” no cotidiano e nas formas de sobrevivência de alguns moradores de Heliópolis, momento no qual a prática do campo nos aproxima dessas experiências. As conversas estabelecidas com os sujeitos que vivem a realidade da cidade, aqui especificamente no fragmento dessa favela, são bastante pertinentes.

Gráfico 2 - Atividades com maior nº de MEIs cadastrados (março/2019)

Fonte (gráficos): Portal do Empreendedor; G1.

Figura 32 - Evento “MEI é ser legal”, 2011.

Encontro promovido pela UNAS em 2011 para debater prioridades, junto à população local, sobre as obras de urbanização em Heliópolis. Destaca-se, por ocasião do evento, o convênio entre PMSP, Sebrae e FACESP – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo na busca por novos microempreendedores. Autor: Anselmo Bastos, outubro de 2011.

Em uma dessas conversas, entrevistamos José Airtton, piauiense, veio da sua terra natal para São Paulo em 1983, e três anos depois foi morar em Heliópolis. Após trabalhar muitos anos com carteira registrada, em algumas metalúrgicas, mas principalmente como motorista de caminhão de grande porte, hoje ele ainda trabalha como caminhoneiro, mas na condição de microempreendedor (MEI). Sua história ele nos conta assim:

Quando eu vim aqui pra São Paulo, eu vim através de um primo, Ezequias, que me trouxe duma forma que eu não tinha praticamente recursos, e ele me levou lá pro Livieiro [bairro da zona sudeste de São Paulo]...começa daqui começa de acolá e eu comecei numa construtora [sem registro em carteira] e a coisa andou, depois passei para uma metalúrgica⁹², através de um outro colega também, já falecido, que se chama Veri.....vim de Elesbão Veloso, no Piauí...lá eu trabalhava carregando terra para construção na cidade, enchendo o caminhão com a pá.... a gente ia pro barreiro e lá paleava toda aquela terra pra cima do caminhão, uns dois ou três caras pra levar pra cidade...aí quando Ezequias chegou e viu aquele serviço resolveu me tirar de lá, onde eu agradeço demais a ele...ele mora em Sergipe...de vez em quando eu converso com ele pelo whatsapp, foi um caminho muito preciso pra minha pessoa...

Ai eu vim aqui pra São Paulo, pro Patente [bairro da zona sudeste de São Paulo], rua Antônio de Lotufo, pagando aluguel lá.....depois meu cunhado comprou a primeira casinha em Heliópolis, perto da Estrada das Lágrimas, mas na rua dos fundos dela, ali era onde a gente se habitava...aí começamos ali [em Heliópolis, em 1986]...aquele barraco de madeira, que a gente via quem estava de fora e de lá não se via nós, sabe? Não era de bloco, mas tinha essa lógica.

A gente trabalha por conta hoje, Anselmo, é uma bola de neve.....como autônomo, te digo uma coisa, eu tô sempre fazendo o lado mais ruim do trabalho, e tendo hora pra chegar e sem hora pra voltar pra casa, me viro do

⁹² Metalúrgica Pereira e Ruiz, localizada no Sacomã, “onde trabalhei no setor de rebarba de chapas, comecei como ajudante de setor e depois acabei virando operador de prensa, prensa fria...empresa muito boa a Ruiz....pagava muita hora extra ela, viu? Trabalhei com carteira registrada lá, trabalhava bem umas 12 horas por dia quando tinha umas extras.....a gente fazia peças pra montadoras de carro no ABC, GM, Ford e outras...sabendo economizar dava pra guardar umas economias, se tivesse cabeça boa podia juntar o que precisava...trabalho tinha, só que era puxado”.

jeito que dá e quem não dá pra deixar o caminhão prestando pra trabalhar mas pra quem chama pra transportar nunca tá bom, na empresa mesmo tem mecânico, mas não podemos usar, e caminhão tem que tá arrumado, só que tem que ser eu pra levar no meu mecânico, saiu do orçamento do mês...

Na Transbasso, empresa do João Basso...pensa num cara bom, é ele...lá tinha trabalho interno, mas eu já tinha habilidade com caminhão....o João Basso sabia que tinha um caminhão a venda, numa empresa falida.....daí o Basso me deu o motor do caminhão, eu já trabalhava lá...aí então eu comecei a trabalhar com caminhão na própria transportadora dele....aí eu ia pra rua, ia pra Santo Amaro, onde tinha Lojas Pernambucanas, a gente carregava e ia entregar...o depósito era na Mooca e a empresa ficava em São Caetano do Sul....numa ocasião, como eu conhecia de construção, ele me chamou pra ir na casa da mãe dele, disse pra eu encostar o caminhão uns dias pra fazer uma reforma no apartamento da mãe dele, na Rua Japaratuba, em São Bernardo do Campo, confiava bastante em mim e disse que se eu iria receber e se precisa-se do caminhão pra fazer uma viagem botaria um motorista pra não precisar parar a obra..

Um caminhão só de carga, vamos dizer um caminhão de dez pneus, ele leva 14, 15 toneladas de carga...eu comecei com um de 6 toneladas, um caminhão toco, hoje eu tenho um truck, não tem mais baú nem carroceria só o tanque mesmo, eu transporto produtos líquidos...depois do acidente da moto, sabe, eu não fiquei mais transportando tambor, eu fiquei capengando...aí houve essa oportunidade de eu comprar o tanque e com o tanque eu não pego peso....eu chego engato a mangueira na bomba do cliente, a bomba puxa o produto e joga pra bomba do cliente, de um pro outro...

Eu saí da Basso e fui pra Toniato, em Guarulhos [deixou de ser registrado e passou a ser contratado, autônomo/agregado], lá eu vendi o caminhão vermelho e comprei o amarelo....tinha juntado um dinheiro e financiei um pouco direto com o próprio donosempre é necessário tá renovando o transporte, por que se não fica sem trabalho, eles não querem, tem umas exigências...daí eu corro atrás porque tem outros com caminhões em dia, sabe? E as empresas deixam no máximo com 10 anos de uso, daí tem que acompanhar....mas aí a gente se aperta daqui e dali...o dinheiro precisa render pra pagar o conserto, a manutenção, fica tudo direitinho.....na verdade

você se arruma torcendo pra que tenha serviço, transporte todo dia, mas as vezes um dia bom cobre outro ruim...só que eles não querem saber se deu problema no caminhão, e não sabem se você passou o fim de semana resolvendo isso e se gastou o que não tinha pra poder trabalhar, tem que tá lá na hora do transporte....na Toniato eu fazia só transporte aqui em São Paulo...transportando produtos químicos perigosos...

Eu saí da Toniato e fui trabalhar na TQUIM, precisei fazer transportes fora de São Paulo, ficar longe de casa, foi estressante, fiquei ruim, aqui em casa ficaram preocupados...não foi fácil.....mas aí eu me habituei nas viagens....tive que abrir um CNPJ pra continuar fazendo o transporte....tive que trocar o caminhão também, por causa do ano do caminhão, você entendeu, por cauda do ano, por que foi exigência da empresa...na área de produtos químicos, nessa área que eu venho trabalhando há muitos anos aí, um veículo não pode ter muitos anos de vida...tem empresa que a resolução é só 10 anos de vida....a Rodhia mesmo só aceita 10 anos de vida, indústria muito forte de Paulínia, pra um caminhão entrar na indústria dela....o que ocorre, aonde eu tô hoje, a transportadora até 20 anos de uso ela aceita, mas um porém, tem empresa em que nós não entra, por exemplo, a Braskem só aceita carro da própria transportadora, sabe? Não aceitam motorista autônomo, só caminhões da própria frota da transportadora contratada....o autônomo é um cidadão que ele trabalha em cima do muro, ele tem que se virar e dá conta de tudo quanto é exigência....você vê, um pneu novo, de marca que presta, custa R\$ 1.800,00, mas o governo não ajuda em nada....pensa no cidadão que pra continuar batalhando tem que trocar 10 pneus.....eu me aperto as vezes, com troca disso e daquilo, tudo pra poder trabalhar....o diesel é um gasto caro, e tem que tá com o carro abastecido, né? Sem diesel no tanque não trabalha...

Sabe, eu tenho uma intuição de tentar me aposentar...se eu me aposentar eu acho que paro de viajar, eu me aposentando eu vou olhar pro lado mais simples da vida, vou plantar uma fruta, pegar um enxadinha e ir capinar...minha companheira já tá entrando também no círculo de se aposentar, entendeu? Por que eu venho motoristas aí na estrada de 70 anos de vida detrás de uma direção de um caminhão, avista ruim, já cansada, por que se você for olhar, é muitas e muitas horas de volante...minha mão é

calejada que se você olha pensa que o cara vive com um cabo de marreta na mão...a direção de um caminhão se você for ver é melhor de dirigir ele do que um carro pequeno, mas devido de você ficar por muito tempo grudado o sangue foge, o couro engrossa, vai calejando e assim por diante...daí tem a casa também, a labuta pra uma reforma ou outra em dias de folga....aqui ainda falta fazer umas coisinhas, eu queria rebocar por fora, queria não, quero...eu tinha minha intuição que, morando aqui no Heliópolis eu ia trabalhar, juntar um pouco de economia e comprar uma casa, uma propriedade que fosse nossa, só que em outro bairro aí fora, sabe? Com documentação e tudo certinho...só que não é assim tão simples, o pouco que ganha vai embora...daí vamos investindo na casa que já tem, mesmo sem um documento, uma garantia.

O relato de José Airton nos dá ideia de como a realização do sujeito como microempreendedor individual envolve contradições, dilemas no dia a dia de quem só possui o trabalho como forma de sobrevivência. Tais contradições estão principalmente na situação pela qual a sua contratação, com o empregador atual, na forma de pessoa jurídica, fez recair sobre ele e a família os custos de manutenção e abastecimento do caminhão, seu meio de trabalho. Não obstante, novos trajetos (viagens para fora do estado) e jornadas extenuantes na estrada têm comprometido sua saúde. Sobre os gastos com o caminhão, Ivete, sua esposa, ainda argumenta: *“usamos o cartão de crédito para pagar o diesel. Um cartão vence dia 5, e o outro, dia 20. Um paga o outro. Tentamos fazer com que o Igor [filho do casal] entenda que não dá pra comprar tudo em qualquer momento”*.⁹³

Ivete ainda ressalta que voltou a trabalhar para ajudar a pagar as contas, principalmente a parcela do financiamento do caminhão, a qual custa em torno de R\$ 1.700,00 por mês. Destaca que conseguiu realizar o sonho de se formar em pedagogia e atualmente auxilia na rede de ensino mantida pela UNAS em Heliópolis.

⁹³ Entrevista realizada em 04/06/2019.

Figura 33 - Na favela também há "novo conceito" de barbearia

Barbearia “Will-Estilos”, em Heliópolis. O proprietário não tinha mais espaço no ponto anterior, então alugou novo ponto numa das ruas de maior movimento na região. Como ressalta o dono, a decoração segue os padrões dos salões estilizados da cidade.

Em Heliópolis entrevistamos também o cabelereiro Willian (“Will”), 34 anos, paulistano, e sua esposa, Iane, 34 anos, natural de Itabuna, Bahia⁹⁴. Iane veio com sete anos para São Paulo, trabalhava em restaurante e resolveu fazer um curso de manicure para ajudar o esposo no salão, que funciona de segunda-feira, das 14h às 20hs, e de terça-feira a sábado, das 9h às 20h. Iane atende em domicílio e, nos horários agendados, trabalha no salão. Ambos juntaram suas economias e resolveram investir no salão, comprando os itens mais caros, como cadeira e máquinas de cortar cabelo, por meio de parcelamento em cartão de crédito. O salão inicialmente se localizava na Rua Barão do Rio da Prata, em Heliópolis mesmo, mas há quatro meses resolveram alugar um espaço maior, pois no local anterior os clientes precisavam esperar do lado de fora. Com a mudança, mantiveram os clientes e fizeram novos, principalmente por ser a localização atual do salão uma das mais movimentadas ruas da favela, via de passagem para quem vem da região do Ipiranga para o interior de Heliópolis, situação que foi determinante na escolha, afirma Willian. Sobre o estabelecimento dispor de máquina para pagamentos em débito ou crédito, Iane comenta que:

⁹⁴ Entrevista realizada em 23/07/2019.

Se não tiver, hoje, atrapalha, pois a maioria das pessoas que vem aqui pergunta se aceita....e ajuda muito também por não ter o fiado, né...aí já passa no cartão de crédito....desde quando tivemos outro salão lá na Bahia, foi feito o CNPJ, o MEI....como a gente trabalha por conta, né, precisa de um auxílio...como não tem registro então precisa....para maquininha não precisou, tem um cartão pré-pago...

Conversava com lane enquanto Will cortava o cabelo de um cliente. Quando ela titubeou sobre as tarifas que a empresa administradora (PagSeguro) cobra pela liberação do valor, ele prontamente suspendeu o corte e respondeu:

2,75[%] no débito e 3,19[%] no crédito...tem dia que o pessoal corta mais no cartão que no dinheiro....na maquininha já tem essas taxas automáticas, se eu precisar antecipar tem um juros de 4,99....tem essa função pra antecipar dentro de 15 dias ou 30 dias, eu já deixo essa opção cadastrada direto, daí quando o pessoal passa o cartão, desconta esse valor e na mesma hora já cai o valor na conta da PagSeguro e na mesma hora eu já transfiro pra minha conta...é daí que eu uso pra pagar o aluguel, água, luz, o MEI...

O pessoal dos bancos, Santander, Bradesco, costuma passar aqui oferecendo abertura de conta para quem tem MEI...inclusive ela [lane] abriu uma conta MEI no Santander e veio uma maquininha também, da Getnet, mas até hoje não usamos....é uma conta empresarial, que tem diferencial pra quem for microempreendedor...agente só faz depósito por enquanto, vamos usar ainda, porque a taxa de antecipação sai mais barato que a “moderninha”[maquina da PagSeguro].

Tinha também o Banco do Povo, eles passavam por aqui entregando panfleto, oferecendo empréstimo, era coletivo, né...ficava na Estrada das Lágrimas....

Pergunto sobre a decoração do salão:

A decoração do salão eu peguei ideia de outros profissionais, a gente foi juntando as ideias e mudando....o cliente gosta dessas referências...aí, pergunta se foi referência do “Seu Elias” [trata-se de um barbeiro renomado, famoso por cortar cabelo de celebridades, sobretudo de jogadores de futebol].Eu observava nos outros salões aqui da região....

E sobre a formalização do negócio Willian comenta:

Antes era mais difícil abrir uma conta, né, tinha que ter contrato de aluguel, ninguém vinha atrás da gente e quando a gente ia não dava pra fazer nada, porque tinha que ser praticamente proprietário do lugar que você estava.....bom, eu trabalhei como porteiro por cinco anos, mas não tinha férias...tem as coisas positivas e negativas, hoje eu não tenho que responder ao patrão...mas se você for olha, cada cliente é um patrão seu, eu troquei um por vários, pois se eu for no médico o cliente vai ligar e cobrar de todo jeito, né...dependendo a quantidade de cliente a cobrança é maior...na época que eu trabalhava eu tirava uns R\$ 1.200,00, hoje tá melhor e já sei o que vai cair e pra quem tem esposa e filho só aquilo não dá...não penso em trabalhar para os ouros no momento...

(....) a gente vai se atualizando, eu mesmo já fiz uns dez cursos, porque os clientes vão pedindo....por exemplo, tem o corte de mil, né [um estilo de corte na moda entre os jovens], eles pedem...daí se não tiver o material e não tiver a técnica não consegue....eu acompanho os cursos no youtube e vou em workshops, que dependendo do cara que for dar, o curso sai por uns R\$ 100,00, R\$ 200,00 e até R\$ 500,00...o pessoa cobra aqui se eu faço tal corte...aqui eu faço luzes, pinto cabelo também, faço alisante, e o que está na moda também e a barba pigmentada.

O filho do casal tem 15 anos e trabalha de vez em quando no salão. Seguindo o pai:

Ele já cortava meu cabelo quando tinha dez anos, fez um curso quando completou os treze...hoje ele tá com quinze e já fez workshop também, uns quatro e já participou de batalha de barbeiros também, e ganhou essa cadeira como prêmio...ganhou também tesoura, secador já ganhou dois em batalha....ainda quero colocar mais umas duas cadeiras pra atender aqui....pretendo no futuro, quando ele tiver dezoito anos, abrir outro salão para ele aqui na região....

A conversa que tivemos com esse jovem casal de moradores diz bastante sobre como a ideia de abrir o próprio negócio tem se generalizado, sobretudo nas periferias. Ao mesmo tempo, devido à expansão da figura jurídica do MEI e de toda a cadeia de serviços e produtos financeiros derivados dessa forma de

institucionalização, nota-se que o linguajar antes restrito aos comércios e realidades econômicas ditas mais centrais, isto é, os termos no mundo financeiro e bancário como juros, taxas de antecipação etc. estão na ponta da língua dos microempreendedores. Não de forma diferente, os próprios estilos de corte de cabelo ou mesmo os itens de decoração da barbearia Will-Estilos segue padrões decorativos que estão na “onda” do momento no setor, bem como há em Heliópolis outras barbearias como essa, que em nada deixam a desejar em relação aquelas situadas em bairros mais consolidados e regulares do ponto de vista do urbano como um todo.

Nesse sentido, o comércio em geral e os estabelecimentos que prestam os mais variados serviços na região, e as relações sociais engendradas, parecem sugerir que, se não se trata de um processo de generalização das práticas de consumo como qualidade da própria urbanização hodierna, haveria no mínimo uma generalização dos termos do que se define como centralidade urbana, posta nos espaços que compõem a realidade periférica representada pela favela de Heliópolis. Contudo, esse espraiamento do consumo não ocorre sem contradições, implica um conteúdo crítico. Ao adentrarmos nesses argumentos, tomamos a liberdade de recuperar, sobretudo pela sua qualidade teórica, o estudo mobilizado pelo geógrafo Alexandre Souza da Rocha, em que propõe a interpretação do espaço metropolitano a partir de suas contradições. Assim, em *Centralidade e Periferia na Grande São Paulo – Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole* (ROCHA, 2000), movimentando o método dialético lefebvriano com conhecimento de causa, Alexandre parte da premissa que tais contradições produzem a dicotomia centro-periferia, de modo que “o morar na periferia” (ROCHA, 2000) implica a busca das mediações entre os dois termos.

Para este geógrafo, se a nossa leitura assim nos permite, a periferia não se explicaria como “caos” ou “desordem”, como mero fenômeno, ao contrário, envolve processo social, resulta de “um mundo de centralizações”, da centralização como movimento produzido, enquanto lógica engendrada pelo Estado e o capital. (ROCHA, 2000, p.06). Aqui, a metrópole permite ser interpretada como “resultado da adjetivação centralidade, pois é isto que a caracteriza: a policentralidades” (ROCHA, 2000, p.15, grifos meus). Ocorre que

a condição crítica de reprodução do modo de produção capitalista parece efetivar o embaralhar desses termos na realidade socioespacial que ora estudamos, vez que o cotidiano da favela, envolvido simultaneamente pelos planejamento estratégico público-privado e as estratégias dos agentes econômicos, tem reproduzido as relações que já estavam postas para a metrópole como um todo. Basta observarmos que os produtos e serviços que antes eram encontrados apenas em lugares externos à Heliópolis - cujo consumo era realizado pelos seus moradores em bairros contíguos como Sacomã ou Ipiranga, ou mesmo na região central de São Paulo – hoje se concentram no interior ou nas bordas dessa favela, compondo centralidades como as observadas na Rua Coronel Silva Castro, nas proximidades do Hospital Heliópolis e do ponto final das suas principais linhas de ônibus, bem como na aglomeração residencial e comercial em que se encontra encravado o Shopping Heliópolis (vide foto a seguir), na Estrada das Lágrimas, uma das vias de maior circulação e adensamento populacional na região. O processo parece sugerir a generalização do conjunto que qualificamos de centro, o que pode pressupor a relatividade necessária com a qual devemos compor o argumento.

Pela relatividade que a centralidade traz consigo não temos um único centro, o centro explodiu, temos vários centros, tantos quantas as atividades, os objetos e as situações demandarem (ROCHA, 2000, p. 15).

Figura 34 - Shopping Heliópolis

Shopping Heliópolis: localizado na Estrada das Lágrimas, inaugurado no final de 2016, apresenta uma materialidade que destoa da lógica das autoconstruções do entorno, sobretudo se observarmos o lado oposto ao da sua calçada, no qual a propriedade formal da terra ainda não existe. Autor: Anselmo Bastos, dezembro de 2017.

No andamento do trabalho, entendemos que caberia a produção de um mapa⁹⁵ que sintetizasse o que propusemos explicitar, assim, a produção cartográfica a seguir tenta dar conta de representar as “policentralidades” possíveis no entendimento de Heliópolis como fragmento do urbano, enquanto realidade que reproduz não apenas os fundamentos, mas sobretudo as contradições da urbanização em curso na metrópole, enquanto processo alinhado com a reprodução crítica global do capital. Outrossim, tentamos mobilizar no papel o processo de generalização dos meios e práticas de consumo, possibilitados pelo espraiamento das grandes e pequenas redes de comércio e serviços, bem como dos agentes bancários e financeiros, a promover uma homogeneização das relações de consumo – guardadas as devidas proporções face os rendimentos desiguais – entre o que se apresentava como centralidade para Heliópolis, qual seja, o entroncamento comercial representado pela região da Rua Silva Bueno, como centro comercial comum aos bairros do Ipiranga e Sacomã – e a realidade efetivamente periférica do complexo social Heliópolis. Nesse sentido, a infinidade de pequenos e médios pontos comerciais ou consultórios dentários que podem ser observados no interior ou no entorno da favela, a investida de grandes bancos e financeiras na região, acompanhadas das recorrentes práticas de institucionalização do cotidiano dos moradores de Heliópolis sugerem algo que vai além da relação entre centro e periferia ou, sobretudo, da coexistência de dois circuitos econômicos, um moderno e outro atrasado (SANTOS, 2008; SILVEIRA, 2009). Ou, no mínimo, trata-se de um momento do urbano que embaralha os termos da dicotomia centro periférica. A título de curiosidade: O Shopping Heliópolis, construído na Estrada das Lágrimas, não encontra equivalente, em todos os sentidos, na região do Ipiranga, bairro há muito consolidado na cidade e que talvez já não represente tanto o principal centro comercial a que recorre o morador de Heliópolis.

⁹⁵ Mapa “Localização da rede de comércio, serviços e equipamentos públicos do entorno do complexo Heliópolis”.

Mapa 4 - - Localização da rede de comércio, serviços e equipamentos públicos do entorno do complexo Heliópolis

Os termos da urbanização crítica de que nos fala Amélia Damiani (2004; 2009) possibilita-nos apreender, inclusive, como a urbanização enquanto instância de realização do econômico põe a realidade de Heliópolis no centro, e não nas margens, de um processo que envolve toda a metrópole. Nesse sentido, observamos nesta favela um comércio que envolve produtos das mais variadas marcas e qualidades, desde produtos falsificados a grandes marcas do mercado, o que remete a dimensão do consumo no espaço e nas relações sociais no interior deste nosso fragmento de análise. Não por acaso são inúmeros os pequenos estabelecimentos comerciais tais como mercadinhos, salões de beleza, bares, lanchonetes, lojas de roupas etc. distribuídos pela favela e que contam com máquinas de operadoras de cartão de débito e crédito como forma de pagamento.

Figura 35 - Loja de conveniência “Preço Justo”, Heliópolis.

O proprietário fez questão de informar que quis investir principalmente na “estética” da loja, bem como no horário que atende: costuma permanecer aberto até de madrugada no fim de semana, para atender sobretudo ao público jovem. Autor: Anselmo Bastos, outubro de 2019.

Figura 36 - Lanchonete “Mec Favela”, Heliópolis.

Localizada numa das ruas mais representativas e históricas de Heliópolis, a Rua da Mina Central, e ao lado da biblioteca da UNAS, a lanchonete vende lanches a partir de um real. Autor: Anselmo Bastos, outubro de 2019.

Figura 37 - Lojas de fastfood “Ragazzo”

A referida loja pertence ao grupo Habib's (franquia) e está instalada em área na qual a propriedade do imóvel talvez não esteja constituída legalmente (lado “irregular” da Estrada das Lágrimas). Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Para disporem destes equipamentos (maquinas de operadoras de cartão de crédito), os proprietários necessitam constituir empresa, cujo tipo de enquadramento jurídico variará de acordo com o faturamento anual, ou contratar o serviço com as operadoras. Como insistimos em discutir, trata-se de um movimento em que ganha corpo na favela estas estratégias de formalização dos pequenos comércios na forma do microempreendedor individual (MEI), através de mobilizações do governo federal (INSS), PMSP e SEBRAE, articulados em eventos realizados nos espaços das favelas e geralmente dispondo da popularidade das associações de moradores para o “sucesso” destas campanhas de “formalização”.

Figura 38 - Paisagem e cores recentes de Heliópolis, 2019.

Destaque para o tipo de ocupação recente do espaço: composição de rendimentos por meio de aluguel residencial e comercial (à frente); investimento na construção de pequenos edifícios para locação (ao fundo). Autor: Anselmo Bastos, outubro de 2019.

Figura 39 - Divulgação de financiamento.

Divulgação de financiamento para reformas nas casas: serviço e informação disponibilizados durante a “Jornada da Habitação”, realizada em Heliópolis pela PMSP. Autor: Anselmo Bastos, maio de 2012.

Figura 40 - Agências bancárias e loja da Casas Bahia

Ocupação do espaço na Estrada das Lágrimas, Heliópolis: comércio popular na vertente “irregular” e grandes bancos e redes no lado “formal”. Autor: Anselmo Bastos, dezembro de 2017.

Figura 41 - Presença de lojas de departamentos.

Em Heliópolis, e nos seus arredores, principalmente na Estrada das Lágrimas, alguns dos principais bancos, redes de farmácias e lojas varejistas, sem contar os pequenos estabelecimentos comerciais, redefinem espaços antes ocupados por moradias. Destaca-se propaganda da rede Magazine Luiza, a qual oferece desde empréstimo pessoal, consórcio de carro, motos, imóveis e de serviços educacionais até venda e financiamento de eletroeletrônicos em geral pela internet. Assim, o consumo reafirma Heliópolis no tecido urbano, explicitando os nexos de sua urbanização. Fonte: prospecto da própria loja.

Em relação a este comércio local, e às formas de efetivação do consumo aí tradicionalmente envolvidas (principalmente o fiado), cabe observar que, no atual contexto de financeirização da sociedade como um todo, sem distinção de classes, perde relevância a interpretação do desenvolvimento econômico nacional a partir da divisão sistêmica entre dois circuitos da economia urbana nas realidades dos países subdesenvolvidos, um superior e outro inferior, como teorizou Milton Santos na década de 1970, ou seja, enquanto aquele representaria o consumo das classes médias, setores e serviços modernos (bancos, comércio, indústrias, atacadistas) dispendo de alto índice de inovação tecnológica, dinheiro na forma de crédito bancário e empregando trabalhadores formalizados, este, o inferior, corresponderia aos serviços não modernos, pequenas manufaturas e pequenos estabelecimentos comerciais, serviços

indivíduos. Noutros termos, entendemos ser importante deslocar a crítica da distribuição injusta do crédito - já que sob esta ilusão de contradição não se discute a determinação crítica da financeirização da economia, mas a desigualdade na apropriação dos produtos financeiros entre os dois circuitos econômicos - para os fundamentos de uma sociabilidade assentada na valorização sem produção de valor, tendo a reprodução do dinheiro como início e fim do processo social, momento em que a forma creditícia do valor está exacerbadamente posta para qualquer indivíduo na sociedade capitalista, ainda que para os mais pobres aparece como “crédito desburocratizado”. Desta forma, a favela de Heliópolis, enquanto espaço de reprodução de sujeitos pobres da cidade, explicita no seu cotidiano as determinações críticas da sociedade produtora de mercadoria e da reprodução sem limites, porém crítica, do capital fictício.

Em outra ocasião, tivemos oportunidade de conversar com outra comerciante da região e, de forma inesperada, com um de seus clientes, Diego, vendedor de por em porta em Heliópolis⁹⁶. Seus relatos são importantes para entendermos como a formalização dos diversos negócios envolvem novas relações sociais e determinada mobilização do espaço na reposição da favela no contexto da urbanização em curso.

Arlene, 40 anos, é uma das comerciantes já bem estabelecida em Heliópolis, onde administra uma loja de roupas e acessórios, aberta há aproximadamente doze anos. É natural de Campo Maior, no Piauí, onde trabalhou na lavoura e, na época em que concluía os estudos, foi para a capital, período em que trabalhou informalmente com vendas, somente nos dias de feira. Chegou em São Paulo há cerca de 21 anos, quando começou a trabalhar com limpeza, no bairro do Morro Doce, zona oeste do município. Na ocasião, residia com uma irmã. A empresa fechou e Arlene arrumou um emprego num bingo localizado na região da Vergueiro, próximo a Heliópolis. Devido à proximidade e a economia que faria com transporte, Arlene mudou-se para Heliópolis, passando a morar, no início, de favor com um primo seu, do qual posteriormente

⁹⁶ Entrevistas realizadas em 31/07/2019.

virou inquilina. Um ano após se mudar para Heliópolis, Arlene conseguiu comprar uma pequena casa, resultado de pequenas economias e empréstimo no banco, uns R\$ 5.000,00 à época, quando ainda tinha facilidade de encontrar casas na favela, afirma. Antes de abrir o próprio negócio, Arlene trabalhou por três anos numa gráfica na Vila Carioca, um dos bairros contíguos à favela, e que ainda se caracteriza por sediar indústrias dos ramos gráfico, químico e metalúrgico, bem como transportadoras e grandes galpões de logística. Além dos bairros Ipiranga, Sacomã e Moinho Velho, próximo à rodovia Anchieta, a Vila Carioca representa ainda os lugares aos quais os moradores de Heliópolis se dirigem com o currículo em mãos. Trabalhou também como segurança, na mesma época em que cursava a faculdade de administração na Vila Formosa, por meio do Programa Escola da Família. Nos conta assim esse período:

Aí o que eu fazia: eu fazia faculdade a noite e eu trabalhava durante o dia como segurança, de lá eu ia pra faculdade; e no final de semana eu trabalhava nas escolas do Estado, aqui na região [exigência do programa estudantil]. Eu fiquei quatro anos nessa luta! No terceiro ano eu comecei a vender roupa e bijuteria na faculdade...aí pensei, sabe que é isso que eu quero, pois já tinha trabalhado no norte com vendas....aí na época eu saí da área de segurança, peguei o dinheirinho da rescisão e montei um box numa galeria em Taipas [zona noroeste de São Paulo, próximo a Pirituba]...eu não tinha o dinheiro pra mercadoria, e resolvi pegar o cartão do meu marido e parcelar a mercadoria, eu tinha uns contatos.... mas o espaço era muito pequeno e eu não conseguia trabalhar com todas as marcar que eu queria, tinha uma concorrência e daí um poderia queimar o outro se vendesse as mesmas coisas, daí eu não expandi muito.

(...) na época do box, em 2006, eu não era legalizada, era difícil abrir empresa...o banco não queria abrir uma conta se eu não tivesse um faturamento de seis meses, aí eu abri a empresa em maio de 2007 e fui mantendo, eu deixo até ali na parede [apontando para o cadastro do CNPJ que mantém exposto em uma das paredes da loja], porque sempre preciso da inscrição estadual e pra fiscalização, né...aqui tá tendo isso também...se tiver produtos sem notas eles estão levando. E assim, eu trabalho totalmente legalizada, dentro da lei...eu pago imposto...fiquei um ano só mais ou menos sem formalizar...

Pergunto se não estar “formalizada” atrapalhava em algo no negócio:

Porque eu não conseguia, exatamente, e aí que vou chegar.....Antes, pra mim ter que usar a máquina, e aí não dava pra ficar com uma só, porque não passava todos os cartões...antes era Visa e Master, agora é Cielo e Rede, mudou a bandeira....daí eu precisei abrir a empresa pra pegar essas máquinas, e também abrir conta no banco...e só me aceitaria com seis meses de faturamento....aí eu fui em vários bancos, nenhum me aceitou, só o Itaú aceitou a proposta com as condições que eu tinha. Consegui pegar as duas máquinas e mantenho a conta com eles até hoje...quando eu abri a loja aqui em Heliópolis eu fiquei uns dois meses sem passar cartão, e os clientes diziam que queriam passar cartão, passar cartão....já estou nesse ponto faz uns doze anos.....daí com o CNPJ e a inscrição estadual eu comecei a comprar de outros estados...não era MEI porque tem limite, meu faturamento ficava de fora....comecei a movimentar e, antes, a concorrência aqui era baixa, eu conseguia vender bem e a máquina ajudou bastante....fui girando e girando e conquistei uma carteira de clientes bem grande.

Sobre relacionamento com o banco e se há divulgação de outros na região, Arlene explica que:

O Banco Itaú mesmo disponibilizou uma linha de crédito, devido meu bom relacionamento e o tempo....só que assim, não pra investir aqui, porque meu lucro sempre cobriu as despesas, mas eu precisei pra minha vida pessoal, só que aí não deu certo, fiquei até desmotivada e pensei em fechar a conta enfim...pensei em abrir conta com outro banco e resolvi abrir aqui com a Caixa, aqui em Heliópolis mesmo...fui mantendo e peguei um empréstimo com eles...na época tinha o Banco do Povo, acho que já fechou, não peguei com eles, o pessoal aqui da região costuma usar esse banco....o Santander mesmo está sempre por aqui....ah, também tem o consórcio dos comerciantes aqui de Heliópolis. É um consórcio entre a gente. Por exemplo, você é cabelereiro, eu sou lojista, e você precisa de um dinheiro, aí toda segunda o grupo faz reunião e um sorteio, cada semana um recebe. Vamos supor, você precisa de dez mil reais, se for sorteado você recebe e vai pagando em parcelas...isso ajuda muito...mas é uma iniciativa só da gente, todo mundo que tá no grupo se conhece, são pessoas honestas e de

confiança, que não vai falhar...porque os bancos, se a pessoa tem nome sujo, não emprestam, mas entre a gente, que se conhece, não tem problema....alavanca bastante, mas eu entrei uma vez só...o Banco do Povo eu nunca usei, sabe, como é mais formal, se um não paga já viu, quando envolve o nome da gente, tem um vínculo, né....já o consórcio, não é legalizado, mas todo mundo respeita....

(...)os fornecedores vem aqui na loja mesmo, aí conforme eu compro eles emitem as duplicatas...eu acompanho os lançamentos, agora no domingo mesmo tem feira, showroom de alto verão, aí a gente vai lá e escolhe as peças, eles entregam e emitem o boleto...mas eu uso bastante o cartão de crédito também, o meu pessoal; devido eu ter um bom relacionamento com o banco, o meu limite supre mesmo a necessidade....quando dá eu pago à vista, mas parcelo muito também...costumo usar toda a semana, quando vou ao Brás mesmo, pra comprar mercadoria, eu uso.

Figura 43 - Lojas de Roupas "Arlene Modas"

Lojas de roupas situada entre espaços residenciais. Localizada estrategicamente entre a Estrada das Lágrimas e principais rua de Heliópolis. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Questiono sobre se costuma antecipar os créditos das vendas:

Há seis anos eu consegui a máquina do GetNet, do Santander, na época não precisava ter conta, hoje precisa...eu consegui vincular à conta do Itaú com eles...aí esse dias mesmo eu consulte as taxas do Itaú, eu não costumo

usar, em cinco anos antecipei só uma vez, faz uns quinze dias....o cartão ajudou bastante, principalmente em relação ao fiado, mas eu ainda tenho uns clientes de confiança, que anoto nas fichinhas [nos mostra uma caixa com alguns cadastros onde marca as compras a receber]...alguns dão trabalho pra pagar, mas sempre recebo...mas o meu foco maior é vender na máquina mesmo....no dinheiro eu dou a margem de 10% de desconto, poucos aqui dão esse desconto, aí o pessoal prefere aqui....uns 60% pagam no crédito, outros 20 é a vista e tem os 20% das fichas....tem cliente que trocou a ficha pelo cartão, só pra deixa certinho o pagamento.. o ruim da ficha é que, quando o cliente tem que escolher em pagar a fatura do cartão de crédito ou a ficha do fiado, ele acaba priorizando o cartão, aí eu tenho que esperar...

Sobre o desenvolvimento local e a perspectiva de investir no estabelecimento:

Não sei se você percebeu, mas o que tem bastante aqui é salão de cabelereiro, e consultório dentário também, mas não é de gente daqui, veio muita gente de fora....Ah, tem bastante loja fazendo investimento na estrutura aqui em Heliópolis, eu também pretendo....é que aqui eu estou um pouco presa, aqui é alugado ainda, né, e os donos são um pouco acomodados... mas o ponto é excelente, passa muita gente, já até pensei em mudar para onde tem mais espaço, só que é complicado procurar outro lugar por conta disso.

Nesse instante da entrevista, “entra” na nossa conversa um dos clientes de Arlene, na verdade o rapaz é vendedor autônomo na região, vende na rua laticínios em geral em um daqueles carrinhos de mão comuns a esse tipo de comércio, sobretudo nas periferias. Diego, que assuntava o que conversávamos, assim nos fala:

Eu trabalho por conta também...eu vendo na rua, vendo “Danone”, “Yakult”, “queijo”...tenho bastante clientes aqui, evoluiu muito aqui também, é muito grande...vou comprar até uma moto agora, porque de pé não tá dando conta [brinca],é muita gente pra atender...

Então pergunto se ele usa máquina também. Com entusiasmo, Diego diz:

Uso GetNet, tô falando....tem crédito, tem tudo...

Intervém Arlene:

É que o Diego ainda é funcionário, mas pretende trabalhar por conta mesmo...

Completa Diego:

Eu trabalho pra outra pessoa, entendeu...ele me passa as coisas e eu ganho por comissão...eu tenho conta em banco, tenho tudo, daí caí tudo na minha conta...tenho cartão de crédito e vai caindo na conta, vou movimentando e daí vai aumentando minha renda e o crédito também...consegui a maquininha só com o CPF mesmo. Eu abri conta poupança e conta corrente, me deram o cartão de crédito e foi até bom, entendeu? Aumentou o crédito esses dias, o Santander é bom nisso...eles me deram crédito de 300 contos e sabe quanto é que já tá? Cinco mil! Eu recebo dinheiro na maquininha e eles vê o histórico...e aí no dia do meu pagamento meu patrão já deposita o pagamento e é outro dinheiro que caí na conta, de salário, fora as vendas, e o gerente vê esse histórico todo.

Aproveito e pergunto se tem salário fixo, quando Diego responde:

Eu tenho salário fixo e as comissões...o que caí na conta parte é do patrão, das vendas....mas aí o gerente vê a movimentação na conta e pensa que é meu, e aumenta meu crédito. Só que não posso usar o dinheiro, porque é do patrão...mas com o crédito daqui a pouco compro até um carro...

Nosso interlocutor de última hora tem 30 anos de idade, natural interior do Maranhão, mora em Diadema, trabalha há seis anos em Heliópolis, mas ressalta que somente há um ano tem “maquininha” de cartão, a qual lhe fazia muita falta, afirma. Não arriscaria perder a clientela conquistada em Heliópolis para vender em Diadema, aonde “não conheço nada”. Aponta que foi na época precisou ir até ao banco para conseguir o equipamento. Como acrescenta Arlene,

A gente aqui em Heliópolis era muito discriminado, graças a gente ter crescido bastante...hoje em dia eles [os bancos] não fazem mais isso...

Diego interfere:

Até eu cresci!

Continua Arlene:

Graças a deus pôr a gente crescer, fluir nos negócios, eles estão aí hoje...pra você ver, aqui é muita movimentação, aqui gira muito dinheiro, a população é muito grande....e também a região desenvolveu muito pelo consumo do povo daqui, o pessoal fala 'porque você não vai pra Estrada?' [refere-se à Estrada das Lágrimas, importante via de acesso e concentração de comércio e serviços no entorno da favela]....antes lá tinha pouco comércio, hoje é diferente, tem comércio um do lado do outro....já tive oportunidade de ir pra lá, eu que não quis, porque quem compra lá são os daqui de dentro...se eu tenho um produto bom e já, tô aqui há um tempo e já conheço os clientes, por que vou pra outro lugar, se o público é o mesmo?

(...) aqui tudo que colocar vende...eu tenho como expandir, tenho fornecedores e fluxo bom de clientes, mas no momento não dá por conta do espaço....por isso acabo não tendo estoque...já tentei vender calçados mas falta espaço...

(...) olha, sobre permanecer com o negócio próprio, eu já até pensei em voltar a trabalhar como segurança, porque aqui a gente faz uma compra, vamos supor, de dez mil, e não sabe se vai vender, né...hoje tá uma crise, mas tem mês que dá, tem mês que vende menos e tem mês que supera...aí você pensa, que bom que foi ótimo...mas é uma coisa muito incerta também.....tem muita gente desempregada, por isso tem muita gente por conta, abrindo o próprio negócio.....só que o governo já facilitou muito com essa coisa do MEI, eu inclusive já pensei em fechar porque meu imposto é maior [atualmente se enquadra como pequena empresa, no SIMPLES Nacional, cuja tributação é maior, mais burocrática], eu pago 6% de todo o faturamento, eu tenho que declarar, tenho que mandar o faturamento para o contador, daí ele me manda o imposto do INSS e uma vez por ano, R\$ 165,00, o da Prefeitura, referente a legalização.....e aí a gente vai conseguindo pagar conforme vende, né.....eu sou bem honesta, sabe, o que eu vendo no cartão eu passo o valor certinho pro governo, por que querendo ou não o governo tem acesso a tudo que passa pela conta...porque se por acaso a fiscalização chegar, eu tenho tudinho aqui, certinho...

É legal você acompanhar o desenvolvimento por aqui. Inclusive aqui eles têm feito divulgação pelo Facebook [trata-se do projeto "Facebook na

comunidade”, mantido desde 2015 em Heliópolis, em pareceria com a UNAS, com o objetivo de capacitar micro e pequenos empreendedores⁹⁷], tem o curso “Facebook para a comunidade, você já viu? Tem “Instagram para negócios” e outros cursos, eu mesmo já fiz o curso “Facebook para negócios”, de quinze dias....o curso ajudou bastante...tudo em parceria com a UNAS, inclusive foi ela que tentou legalizar a luz aqui no bairro e, na época, muitos moradores se revoltaram com a UNAS porque seria mais custos, mas perceberam as vantagens depois....a UNAS investe muito aqui, inclusive ontem eles mandaram as meninas pegarem o endereço daqui pra colocar no mapa que estão fazendo, aí eu falei que já estou no Google, mas disseram que é um mapa daqui, estão fazendo um mapa do comércio....A Coca-Cola também fez um projeto com os jovens, são parcerias boas, isso evolui muito, beneficia o próprio jovem daqui, tira das ruas enfim...tem muita coisa boa aqui e o comércio flui muito por causa disso...aqui hoje tem, no Shopping Heliópolis, uma academia de uma rede nacional [trata-se da Smart Fit, instalada na Estrada das Lágrimas], tem caixas 24 horas, tem ótica, te lotérica, tem quiosque do Mc Donald's....lá no shopping as maiorias dos lojistas moram aqui, mas tem muita gente de fora também, a dona da loja aqui do lado mesmo é de fora, disse que abriu a loja aqui porque veio, andou com o esposo pela favela, e notou que Heliópolis era carente em loja de roupas...se deu bem e hoje já abriu uma outra lá na Estrada das Lágrimas, do lado de Heliópolis....tem muita gente que percebeu esse fluxo do comércio e tem vindo abrir negócios aqui....aqui o pessoal consome bastante, por exemplo, como tem baile funk as meninas compram bastante roupa, o público dos bailes consomem bastante, e são coisas mais caras, sabe?....aqui criaram um canal de comunicação, whatsapp, que faz a divulgação do comércio, entende, inclusive tem parcerias com as clínicas dentárias, que já são bastante aqui....trabalham com aparelho dentário e Botox pro rosto também...é igual salão de beleza, tem muitos por aqui e com todo tipo de serviços.

⁹⁷ Conforme matéria do Jornal da Unas, publicada em 17/03/2019, intitulada “Há 4 anos em Heliópolis o Projeto Facebook na Comunidade estimula o empreendedorismo e o desenvolvimento local”, disponível em <https://www.unas.org.br/single-post/2019/03/18/Sem-t%C3%ADtulo>, acesso em 05/10/2019.

Figura 44 - Instalações do projeto "Facebook na Comunidade"

Parceria do Facebook com a UNAS, visando capacitação de microempreendedores. Segundo Thiago Costa, professor na unidade: “Além dos números, de quatro mil pessoas atendidas, acompanhamos quem passou por lá e vemos a diferença do projeto. Gente que vendia de porta em porta e hoje tem espaço físico, empregando pessoas da comunidade. Passam a ter melhor qualidade de vida, mais tempo próximo da família, e isso faz também com que a economia local comece a girar dentro da comunidade, as pessoas passam a consumir dentro de Heliópolis. O Facebook na Comunidade veio para fomentar isso, incentivar as pessoas a empreender. Quando o empreendedor passa a usar as redes sociais, percebe o potencial que tem de poder vender mais, e ao perceber isso, vê que pode mudar sua vida, da sua família e da comunidade, sentindo-se empoderado e incentivado a continuar empreendendo mais. Então o projeto tem um resultado que é multiplicado para outras pessoas, pela geração de emprego e incentivo à economia local”.
FONTE: unas.org.br, vide nota 94.

Figura 45 - Loja de roupas disputando espaço com moradias

É comum observarmos nos espaços periféricos como Heliópolis o aproveitamento de espaços possíveis e impossíveis para a realização de mais de uma atividade como meio de garantir alguma renda. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

É importante mencionar mais uma vez que reconhecemos a importância dos movimentos operários e dos movimentos urbanos na conquista por uma distribuição mais justa da infraestrutura urbana e dos equipamentos de consumo coletivo, como desdobramentos da luta contra a espoliação da parcela mais pobre da população nos grandes centros urbanos – a atual realidade de Heliópolis, sua consolidação no contexto da metrópole, é resultante destas formas de contestação social – porém, e aqui lembramos a análise de Pinho (2011), tais movimentos limitaram-se a pleitear uma posição “mais confortável” no invólucro da sociedade capitalista, de modo que não produziram a crítica necessária à questão da condição contraditória de valorização (crítica) do capital na forma de dispensa estrutural de mão-de-obra, de negação do trabalhador enquanto reais sujeitos do processo, pois que tal representatividade coletiva constitui, no limite, momento de uma crítica obsoleta e “revelava-se parte integrante de seu próprio objeto” (KURZ, 2007b). Conforme aponta Pinho (2011, p.64), “o caminho e a luta pela não exploração significou, além da posituação do trabalho, a luta pela integração, que correspondeu a uma integração negativa, uma integração ao mercado de consumo”.

O cotidiano nas periferias é muito dinâmico, sobretudo no sentido de espaços que antes eram usados para uma determinada finalidade, como moradia por exemplo, de um dia para outro, quando você torna a passar, já apresenta outra configuração: onde havia uma construção de um andar, de uma hora para outra surgem dois, três andares. A família que ocupava o térreo para morar já não está mais ali, por conta do preço dos aluguéis quando se trata de inquilino, ou, no caso de “proprietários”, passam a residir nos andares superiores (e põe superior nisso), mobilizando o novo cômodo para uma renda com locação comercial ou para outra família que possa arcar com o novo preço da terra na favela. Essas renovações nas formas de usos dos espaços envolvem um trabalho ora familiar, ora contratado, porém sempre precário, penoso. Salvo algumas exceções, como o recente processo de construção, digamos, mais engendrado com a lógica do planejamento, na forma de pequenos empreiteiros, muitos deles parentes entre si e moradores de Heliópolis, que enxergaram na produção de pequenos prédios residenciais para fins de aluguel, racionalmente

melhor estruturados, uma forma de rentismo na favela. Não é incomum que sejam comerciantes já consolidados na região, cujos lucros se voltam agora para essa crescente atividade nos espaços da favela.

Claro, imaginamos que esse processo estruturado, sobretudo financeiramente falando, não seja a regra nessa dinâmica de revolvimento dos usos e funções da materialidade aí presente, vez que o traço mais presente na paisagem da favela é representado pelas pequenas, porém incontáveis, mudanças, alterações do chamado “meio construído” dos apertados “terrenos”, quando não “cômodos”, tão comuns em Heliópolis. Assim, qualquer espaço “sobrante” tem virado uma possibilidade de renda em um contexto no qual faltam trabalhadores empregados e sobram empreendedores.

Acompanhar esse processo mais de perto ajuda-nos a entender os verdadeiros laços ou fundamentos dessas estratégias de sobrevivência, das investidas necessárias que os indivíduos fazem para se firmarem no contexto urbano, nem que seja por um tempo só, o suficiente para juntar alguma economia e voltar para a terra natal. Adenildo, entendedor da mecânica das motocicletas, 25 anos de idade, natural de Xique-Xique, na caatinga baiana, nos conta um pouco desse investimento, de tempo e de dinheiro na busca pela cidade possível.

Vim de Xique-Xique [BA] em 2016, lá já mexia com moto, sabe? Mas não dava pra tirar muito, tinha pouco serviço....aí meu primo me chamou pra vir pra São Paulo, tentar fazer um dinheiro com o que eu sabia...não tive formação com moto, foi lidando com umas [motocicletas] que apareciam por lá que aprendi a mecânica delas, desmontava de tudo que me davam...mas quando cheguei no interior, sabe, porque fui pra Sorocaba antes de vir pra cá [para a capital], não arrumei trabalho com mecânica logo, mas tinha que me sustentar, né, quem vive aqui sem dinheiro? Ficar parado não resolvia, a gente se vira com o que aparecia...o negócio foi trabalhar lá no laranjal, fazendo a colheita de laranja...não era fácil, parece que não acabava, era muito cansativo e pagavam só uns R\$ 50,00 por dia...pensa só, a gente enchia os “bag” de laranja [“big-bag”, sacolões com capacidade para aproximadamente 600kg], as vezes com o sol quente na cabeça o dia inteiro pra conseguir cinquenta reais...

Trabalhei alguns meses pegando laranja, quase um ano. Depois consegui trabalho em oficina de moto lá no interior mesmo, sem carteira fichada...peguei uma experiência com outras motos que não tinha lá na Bahia, só que o dono [proprietário da oficina mecânica] pagava pouco...tinha serviço sempre, só que pagava pouco pro funcionário, que era quem resolvia o problema....

Já tem pra mais de um ano que vim aqui pra São Paulo [capital], arrumei um trabalho ali na Alencar de Araripe [região do Ipiranga, nas proximidades de Heliópolis], com moto mesmo, aí já era fichado e tinha muito serviço...eu via que quem trabalhava, sabia do assunto, só dava dinheiro pro patrão, tinha umas motos modernas, que dava pra comprar uma casa...mas eu desmontava e arrumava, eu conhecia mais que muita gente lá, não tinha estudo, mas dava um jeito, só que o salário não era justo.....você vê, tinha serviço que entrava dois mil pro dono, era comum serviço assim, mas o que pagavam [salário] não passava dos R\$ 1.200,00, fora os descontos...quem entendia do serviço era os empregados, eu via....ficava apertado pra pagar as contas, né? pagar aluguel...moro aqui no Heliópolis, de aluguel...e minha mulher tá grávida...aí é mais gastos.

Eu tinha juntado um dinheiro da última oficina, não foi muito...falei com minha mulher que podia ter um negócio meu, um ponto pra fazer o que eu já sabia, e ganhar um pouco mais....precisava ter umas ferramentas, pra começar, comprei essas aí [apontando para uma pequena bancada de ferramentas] e parcelei no cartão, o dinheiro só tinha dado pra entrada....tô pagando todo mês...gastei R\$ 4.500,00 com as chaves, alicates e um material pra começar, porque precisa ter um estoque de óleo [lubrificante], lanternas e coisas que motoqueiro precisa trocar na hora....aqui já tenho clientes, abri [a loja] vai fazer um mês....tem a maquininha [máquina de operadoras de cartões de crédito], ajuda bastante e não tem fiado [risos]...

Pergunto se precisou formalizar a empresa, se conhece o MEI:

Eu pago o MEI pra ter uma garantia, sabe? Um auxílio do INSS se precisar, ninguém sabe quando precisa...e pra aposentar um dia, né? Aqui não sou registrado, é meu negócio, então tem que ter alguma coisa de garantia, né?

A, tem as compras também....esse cadastro do governo ajuda a comprar umas coisas que vendo aqui, com preço de atacado...o óleo mesmo sai mais em conta no distribuidor, fica por R\$ 22,00 e vendo por R\$ 30,00...o contador que fez [cadastro do MEI], disse que era importante, pra dar nota [nota fiscal] também e ficar com a empresa regularizada, pra não ter problema...

Figura 46 - Mecânica de motos Xique-Xique

Casas em cima e comércio embaixo: uma configuração espacial muito comum em Heliópolis. Ao fundo, prédio do programa Cingapura. No destaque ao comércio, observa-se a mecânica “Xique-Xique” (nome que faz alusão também à planta homônima, uma espécie de cactos da caatinga), mas que serve imediatamente como referência à terra natal de Adenildo, proprietário do estabelecimento. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Reconhecemos um processo em que a generalização da forma mercadoria e do consumo embaralha, senão destitui de significado, a luta de classes enquanto engrenagem que estaria a mover a sociedade, pelo menos como a interpretava o marxismo do movimento operário, sendo a condição de financeirização, e o crescente nível de consumo, processos que subsumem a totalidade da sociedade, independentemente da condição social do sujeito, seja ele capitalista ou operário. Neste sentido,

A luta de classes foi a forma de movimento imanente ao capitalismo, a forma na qual se desenvolveu a respectiva base aceite por toda a gente: o valor. O valor fez com que os operários entrassem cada vez mais no capitalismo e no trabalho assalariado, em vez de os fazer sair dessas realidades; o valor transformou todos os sujeitos em ‘cidadãos livres’, em participantes na concorrência universal, como forma geral e comum da vida social. (JAPPE, 2006, p. 102)

No que concerne à forma de pensamento que mobiliza a inserção da população favelada nessa condição crítica urbana, ou seja, o planejamento estatal nos termos do programa paulistano de urbanização de favelas, podemos apontar, ainda, o interesse econômico de grandes construtoras e escritórios de arquitetura como momento crítico que envolve este projeto empreendido pela PMSP, e que não está isolado das demais iniciativas do planejamento estratégico adotado como política pública pelos governantes no país, ao contrário, é dinamizado por este. O grande volume de dinheiro tem atraído consórcios envolvendo grandes empreiteiras como Schahin Engenharia, Construbase Engenharia Ltda e Engeform Construções e Comércio (Consórcio Urbanizar São Paulo), bem como se mobilizam concursos em que escritórios do setor de arquitetura e urbanismo disputam os milhões investidos neste pressuposto “filão” em que se converteram os projetos de interesse social, é o caso dos arquitetos (equipes) Hector Vigliecca e Marcos Boldarini. Nesses termos, é importante citar o pertinente trabalho de Flavia Elaine da Silva (2006), *Favela, que negócio é este?*, como uma interpretação importante para o entendimento de como a crise de valorização do capital, e o fetiche de reprodução através da sua forma creditícia, subsume os espaços das favelas, de modo que “a compreensão do fundamento crítico imanente às relações capitalistas de produção reposicionou a abordagem da favela como negócio urbano”, momento em que, para esta geógrafa, “se configura um desvendamento dos projetos de urbanização” (SILVA, 2006, p. 118).

Figura 47 - Residencial Juntas Provisórias, visto a partir do Ipiranga

O conjunto habitacional Juntas Provisórias, localizado à frente e à esquerda, na Gleba G de Heliópolis, foi implantado (2014) em terreno no qual a PMSP havia construído habitações por meio do programa Vilas Provisórias. Na imagem também se observam casas de alvenaria e prédios da COHAB. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Figura 48 - Residencial Juntas Provisórias, vista interna

Conjunto habitacional concebido por Biselli Katcborian Associados, com 200 apartamentos e 50 m² cada unidade. Realizado pelo Programa de Urbanização de Favelas da PMSP. Fonte: PMSP/SEHAB, 2014.

Figura 49 - Ocupação irregular na Gleba H

Foto: Vigliecca e Associados.

Figura 50 - Conjunto Residencial Silvio Baccarelli

Conjunto Residencial Silvio Baccarelli, finalizado em 2013, em espaços antes ocupados por inúmeros barracos, nas proximidades do Hospital Heliópolis. Autor: Anselmo Bastos, setembro de 2019.

Nesse horizonte, discute-se até que ponto as próprias “lideranças dos movimentos urbanos”, não estariam a incorporar o discurso subjacente ao programa de urbanização de favelas, mas, importante dizer, não sem algum tipo de resistência, por exemplo, através de posições contra o valor a ser cobrado, pela Cohab, na comercialização dos lotes regularizados em Heliópolis. Ainda

assim, os vínculos mantidos pelas associações em geral com as esferas municipais e federais, quase como única condição de existência das mesmas, revelam um momento de institucionalização desses movimentos urbanos. São verdadeiros impasses e dilemas com os quais nossa pesquisa se depara, mas que aqui passa também pela condição do pesquisador implicado como morador. O fenômeno do desenvolvimento social, sua expressão como materialidade, contrasta com o custo social que acompanha a efetividade da economia política da urbanização. Como nos permite lembrar Damiani (2004, p 33):

Os movimentos passam pela necessidade da institucionalização, enquanto associações, que possibilitam, enquanto tais, recebimento de verbas públicas e estabelecimento de relações oficiais. Este momento é difícil, pois a institucionalização pode comprometer o movimento de base (há programas de desenvolvimento comunitário, vinculados a políticas internacionais de assistência social, que chegam a definir o perfil das associações de moradores [...]).

O medo das constantes remoções não está tão presente no cotidiano dos moradores das favelas urbanizadas no município de São Paulo como o fora até o fim da gestão Maluf-Pitta, mas podemos observar como a imposição do “bolsa-aluguel” (subsídio ao aluguel) às famílias que não se enquadram na classe de renda prevista para a liberação do financiamento das unidades habitacionais torna-se muitas vezes o próprio despejo da família, principalmente em um contexto de alta dos preços dos aluguéis nas favelas melhores estruturadas e ou localizadas, nas quais a especulação imobiliária tem empurrado os moradores mais pobres às periferias que restam na cidade⁹⁸. Nesse sentido, a Operação Urbana Mooca-Vila Carioca - cujos estudos de viabilidade foram iniciados em 2012, e que pretende “reinserir urbana e economicamente” o eixo que conecta a Rua da Mooca às proximidades da estação de metrô e trem Tamanduateí - poderá intensificar este processo de segregação urbana dos moradores mais pobres.

Ainda sobre os termos em que os processos estratégicos do urbanismo como ideologia repõem os mais distintos espaços da cidade nos nexos da

⁹⁸ Ver sobre isto a interessante matéria publicada na revista “Carta Capital”, nº 679, de 06/01/2012, intitulada “Os retirantes das favelas. Urbanização: o encarecimento do custo de vida obriga famílias pobres a migrar para bairros cada vez mais distantes”.

economia metropolitana, retomamos a flexibilização que o poder público, especificamente a COHAB-SP e a SEHAB, têm promovido com o intuito de formalizar o acesso à terra na favela de Heliópolis, lembrando que esta favela constitui apenas uma das inúmeras realidades precárias incorporadas no conjunto do “Programa de Regularização Fundiária” e de “Titularidade Social” em curso na metrópole.

Nesse sentido, destacamos no bojo dessa flexibilização a questão do que se produziu legalmente como “direito de laje”⁹⁹, ou seja, como bem menciona a cartilha “Minha Heliópolis” (ANEXO A), “se você construiu ou adquiriu um imóvel na parte superior de uma construção no terreno que será regularizado, terá a posse legal do seu imóvel”. Observando-se a legislação mencionada, entendemos que o que há muito se teorizava sobre tornar todo e qualquer espaço da cidade como mercadoria ganha perspectiva real com a aplicação dos dispositivos pelo poder público. No horizonte dos assentamentos precários como é o caso de Heliópolis, vislumbra-se um novo patamar das “atualizações econômicas” (DAMIANI, 2009) nessa realidade socioespacial. Mais uma vez: não que na atualidade o “espaço aéreo” da favela esteja à disposição, sem usos. Ao contrário: como nossas imagens tentam dar conta, os “espaços aéreos” se realizam como as quase únicas possibilidades de expansão de Heliópolis, momento no qual podemos notar a construção de sucessivas lajes em espaçamentos cada vez menores na região, seja em vias alargadas – raridade na favela – bem como nos característicos becos, vielas e travessas que a compõem. Desta forma, a perspectiva do direito como forma derivada das categorias econômicas do capital e, portanto, da sua reprodução crítica, permite,

⁹⁹ Direito de laje ou direito real à laje. Trata-se de instrumento legal aprovado no conjunto da Lei Federal nº 13.465/2017, pelo ex-presidente Michel Temer. No seu conjunto, destacamos os seguintes conteúdos:

[Art. 1.510-A.](#) O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.

§ 1º O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.

§ 2º O titular do direito real de laje responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua unidade.

§ 3º Os titulares da laje, unidade imobiliária autônoma constituída em matrícula própria, poderão dela usar, gozar e dispor.

no mínimo, ventilarmos a ideia de que o “direito de laje” carrega consigo as contradições da formação social a qual se vincula, bem como necessita ser observado a partir das determinações fetichistas do capital, ou seja, pela forma necessária de *aparecer* como justiça social, enquanto direito à cidade (ao menos é assim que as esferas institucionalizadas o concebem), mas que detêm um fundamento crítico, que é o processo de generalização da mercadoria “propriedade da terra”. Tentamos “capturar” os nexos econômicos desse processo em diferentes fotografias mobilizadas no contexto da pesquisa, na qual optamos por inserir outro tanto dessas imagens, conforme a sequência a seguir. vai na sequência. Antes disso, e aqui devemos reconhecer, a realidade urbana não envolve apenas processos estritamente econômicos, há processos sociais de outras qualidades, principalmente aqueles que remetem à luta social frente as determinações da sociabilidade pelo valor. Nessa perspectiva, o processo de Heliópolis sempre implicou uma luta pela sobrevivência na cidade, uma luta coletiva que, apesar dos processos de individuação, insiste em se afirmar e efetivar como um movimento organizado. Sobre essa resistência, falaremos um pouco mais no derradeiro momento da nossa pesquisa.

Figura 51 - Divulgação imobiliária conjugada com outros negócios

Anuncio de imóveis em Heliópolis. A mesma especulação imobiliária, que inicialmente lançou os pobres à favela como alternativa possível de realização da moradia, agora - com os benefícios materiais do programa de urbanização de favelas - dificulta a permanência da população de menor renda nesta favela, enquanto um fenômeno que expõe as contradições, do planejamento urbano como justiça social, e do capitalismo como algo administrável. Autor: Anselmo Bastos, setembro de 2013.

Figura 52 - Prédios residenciais construídos por empreiteiros em Heliópolis

Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Figura 53 - Exemplo de "novo conceito" de bar em Heliópolis

Destaque para a concentração de clientes na própria rua. A instalação de bares altamente estruturados e com comércio de marcas variadas de bebidas, sobretudo cervejas artesanais e whisky de grandes marcas, implicam novas relações de consumo dos moradores com os espaços de Heliópolis. Autor: Anselmo Bastos, janeiro de 2019.

Figura 54 - Comércio consolidado em Heliópolis

Loja instalada há mais de 15 anos na região. Destaca-se o investimento na decoração externa e interna do estabelecimento, cujas funcionárias destacam a importância de serem registradas, bem como de terem uma “carteira” de clientes “fiéis”, com alguns que saem dos seus respectivos bairros para comprarem na favela. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Figura 55 - Mobilização da laje para fins de renda

Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Figura 56 - Grandes marcas investem na favela

Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

Figura 57 - "Fenômeno" das clínicas odontológicas na região

Estrada das Lágrimas, via na qual há grande concentração de consultórios dentários. Os quais se destacam pela suntuosidade decorativa e apelo publicitário nas imagens de “belos” sorrisos vendidos. O aparelho odontológico é um item “obrigatório” no perfil do “jovem ostentação”. Autor: Anselmo Bastos, julho de 2019.

6.5 “Heliópolis, bairro educador”: lutas sociais e resistências urbanas

A história de Heliópolis, desde a sua formação até os dias atuais, não pode ser autonomizada em relação ao movimento de sua gente, pois se trata de uma realidade na qual a história de vida de muitos moradores e seus familiares se confundem com a consolidação dessa comunidade, ou desse bairro, denominações que muitos deles preferem usar em relação ao termo favela. São experiências de vida forjadas muitas das vezes a partir das inúmeras mobilizações, reuniões e enfrentamentos que as associações da região promoveram ao longo do tempo e, destaque-se, ainda é a principalmente ferramenta de resistência e embates dos moradores frente às determinações de ordem econômica e social. Muitos dos líderes e agentes comunitários dessas entidades, sobretudo da associação de maior atuação, a UNAS, enfrentaram desde o poder público à ação de grileiros na região, principalmente no início da formação dessa realidade paulistana.

Há, desta forma, uma rica história de lutas sociais que envolve o processo de afirmação de Heliópolis na realidade metropolitana. Trata-se de estratégias de sobrevivência, individuais e sobretudo coletivas, cuja somatória expõe ou, no mínimo, sugerem, felizmente, não apenas os expedientes econômicos do cotidiano de seus moradores, as formas pelas quais garantem a manutenção financeira, restrita a ideia de realização de habitação, mas também indicam que há uma dimensão da prática do morar em Heliópolis, dimensão essa que, portanto, desdobra-se em momentos implicados, tais como relações de vizinhança e outros momentos do cotidiano que envolvem práticas coletivas, seja no futebol de várzea que ainda resiste¹⁰⁰ ou mesmo por meio de festas típicas, ações culturais como as “baladas” temáticas, shows, sessões de cinema (há o “Cine Favela), peças de teatro, realizadas principalmente no CEU Heliópolis, corrida de rua, “caminhada pela paz”, bem como iniciativas voltadas à

¹⁰⁰ A área sobre a qual se expandiu Heliópolis era característica por concentrar muitos campos de futebol e espaços ocupados por baloeiros mas, devido sucessivos processos de ocupação, tais áreas foram extintas. No caso do futebol de várzea, houve uma institucionalização do campo que ainda resta, praticamente “cedido” pelo Hospital Heliópolis, atualmente como “Arena Oi”.

diversidade que representa o universo de moradores, por exemplo, ações sociais envolvendo o público jovem, a terceira idade, a comunidade LGBT, entre outras políticas de cunho social.

Figura 58 - Cine Favela, Heliópolis

“O Cine Favela é uma associação cultural sem fins lucrativos, que, desde 2003, usa o cinema como papel principal em suas atividades socioculturais”. Fonte: página do projeto no Facebook; cinefavela.org.br.

É notório a centralidade que a UNAS detém nesse protagonismo social que os moradores desenvolveram, seja no âmbito de Heliópolis e também na visibilidade que possui nacionalmente. Essa dianteira nas questões sociais está relacionada com a contribuição histórica dessa associação para com a favela, com a estruturação da mesma em relação aos demais bairros do entorno. O processo implica embates, sobretudo com o poder público, e nesse quesito a UNAS e a população local têm obtido historicamente importantes resultados no que diz respeito a uma melhor condição de vida numa realidade periférica. Tais enfrentamentos são principalmente nas concepções e realizações de infraestruturas de acesso coletivo, nos aparelhos de uso público, no plano urbanístico desenvolvido pelos poderes imediatos (no caso a COHAB-SP e a PMSP), o que envolve a produção de conjuntos habitacionais na região etc. Porém, chama atenção que essa experiência histórica com o urbano e o processo social envolvido, faz com que a UNAS entenda a reafirmação de Heliópolis no contexto do urbano a partir de uma noção de totalidade, isto é, as práticas de apropriação das possibilidades dadas passam por uma ideia de que

não haverá real “direito à cidade” se as atividades desenvolvidas pelos moradores não transitarem por problemáticas mais amplas como conselhos participativos em geral, acompanhamento das discussões do plano diretor do município, dos projetos públicos voltados para as áreas de saúde e transporte na região e, sobretudo, há uma especial atenção às questões voltadas ao ensino, à formação sociocultural da sua população mais jovem.

O movimento para pôr em prática esse propósito de educação libertária, envolve a região no relevante projeto “Heliópolis, bairro educador”, para o qual são mobilizadas diversas ações, coletivas, envolvendo a unidade do CEU, a renomada escola EMEF Campos Salles, acolhida nesse mesmo centro unificado, outras unidades educacionais, a UNAS e a PMSP, principalmente por meio da Secretaria Municipal de Educação. O projeto atrai educadores de vários cantos do país. São formas de resistência frente às determinações econômicas que cada vez mais adentram os espaços da favela. Trata-se de um momento também de expormos nossas inquietações, dilemas mesmo, em relação às contradições do desenvolvimento social nos termos críticos da urbanização em curso.

Figura 59 - "Arraiá da UNAS"

FONTE: Jornal da UNAS, 3ª edição, 2019. Essa associação de moradores preocupa-se constantemente em realizar atividades culturais que resgatem, dialogam e valorizam a diversidade sociocultural dos moradores de Heliópolis.

XII Caminhada pela Paz

“ HELIÓPOLIS: BAIRRO EDUCADOR CONSTRUINDO A PAZ”

Quinta-feira, 10 de junho de 2010 às 13h

Antes

Antes

Depois

Locais de concentração e saída:

E.E. “Prof. Ataliba de Oliveira Rua São Silvestre, 400	CEU Meninos Rua Barbino, 111
EMEF “ Presidente Campos Salles” Rua Cavalheiro Frontini, 87	CCCA Heliópolis Rua Coronel Silva Castro, 58

MOVIMENTO SOL DA PAZ

MANIFESTO DA 12ª CAMINHADA PELA PAZ HELIÓPOLIS:BAIRRO EDUCADOR CONSTRUINDO A PAZ

Muitos materiais
Constroem uma
COMUNIDADE
Sonhos, lutas, esperanças
Ou só a necessidade
Consciência, liderança
Busca da felicidade
Mas o que dá liga a tudo
É a **SOLIDARIEDADE**

Ela existe nos meus olhos
Quando te vejo como eu
E no **BAIRRO EDUCADOR**
Foi o que aconteceu

Uma mulher então se viu
Nos que nem tinham
confiança
Educou-os a lutar
E ensinou-lhes a
ESPERANÇA

Um homem também se viu
Nos que queriam solução
Para as carências dessa vida
CASA, COMIDA E LAZER
Nos que queriam mudanças
E acesso ao **SABER**

Esse homem ensinou
A força da integração
Da corrente que se forma
Corpo a corpo, mão a mão
Pra se construir a base
De uma nova **EDUCAÇÃO**

Depois veio uma **MENINA**
E mesmo sem saber
Ensinou-nos com sua morte
A magia de **VIVER**

EU me verei em **VOCÊ**
Sua voz será meu grito
Só assim construiremos
Um mundo justo e mais
bonito

Depois das dez o silêncio
Para podermos descansar
No espaço que é de todos
TODOS vão se respeitar
TUDO SERÁ SAGRADO
NADA SERÁ PROFANO
Não haverá rico ou pobre
Branco ou negro
Jovem ou idoso
Hétero ou gay
HAVERÁ SER HUMANO

Sua alegria é meu sorriso
Sua tristeza é minha dor
Isto é **SOLIDARIEDADE**
Isto é **BAIRRO EDUCADOR**
Que, com solidariedade
Nos ensina tão bem
Que **A PAZ É DE TODOS**
OU NÃO É DE NINGUÉM!

Figura 60 - Jornal UNAS "Urbanização e Direito à cidade"

FEVEREIRO/MARÇO 2012
HELIÓPOLIS

URBANIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE

SEM TETO UNAS DEFINEM BANDEIRAS DE LUTA PARA 2012

Os Sem Teto da UNAS realizaram em 2011 vários atos e passeatas. Participaram da caravana dos movimentos de moradia à Brasília, tiveram forte atuação nas ocupações dos prédios abandonados no Centro de São Paulo, pressionando o governo estadual e municipal a transformar esses prédios em moradia popular.

Em outubro de 2011, os Sem Teto deliberaram, com mais de duas mil pessoas, as bandeiras de luta para 2012: lutar pela compra de terrenos para a construção de moradia popular nas áreas da Parelheiros, Chácara e a despoluição da área do DSV.

Agora, o cadastramento do Sem Teto é informatizado e todos os cadastrados receberão uma carteirinha que vai melhorar o controle da participação.

As reuniões acontecerão no 1º sábado do mês. A próxima reunião acontecerá no dia 07 de abril, na Rua Coronel Silva Castro, 58, quadra da UNAS/Heliópolis, com duas turnos: às 14h e 16h.

NOVOS CADASTRAMENTOS: Estão suspensos temporariamente.

PAC PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO GOVERNO FEDERAL EM HELIÓPOLIS

O GOVERNO FEDERAL, EM PARCERIA COM A PREFEITURA DE SÃO PAULO E GOVERNO ESTADUAL, DESTINARÃO R\$ 196 MILHÕES PARA URBANIZAÇÃO DE HELIÓPOLIS. COM ESTES RECURSOS ESTÃO SENDO FEITAS OBRAS IMPORTANTES

450 APARTAMENTOS NA ÁREA DA TERRA MOTO

PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS

CANALIZAÇÃO DOS CORREDORES INDEFINIDA E SACOMA

Prédios "redondos" localizados pelo arquiteto Ruy Ohtake

Andréia Maria da Silva, 34 anos, casada, 3 filhos. Recebeu um apartamento na "Redondinha".

Para ela foi uma conquista, fruto da luta junto ao Sem Teto por mais de cinco anos.

Andréia morava no núcleo imperial, em condições precárias. Começou em 2008 participando das passeatas e atos e passou a integrar a coordenação dos Sem Teto.

"Vou continuar na luta e aqui eu não vendo, não tranco, não alugo e nem doo. Quero contribuir para que outras famílias conquistem sua moradia", declarou ela.

PROJETO "BOCINHA"

Not@Fiscal Paulista

DOE SUA NOTA FISCAL PAULISTA PARA A UNAS !

NÃO IMPORTA O QUE VOCÊ ESTEJA COMPRANDO, VOCÊ PODE DOAR SUA NOTA FISCAL PAULISTA PARA A UNAS. PROCURE A SEDE CENTRAL NA RUA DA MINA, 38 OU CENTRO COMUNITÁRIO MAIS PRÓXIMO DE SUA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca das conclusões derradeiras, as quais, mais que resultados acabados, em verdade indicam um outro tanto de implicações a serem desdobradas a partir do processo de formação e, sobretudo, constante reafirmação da favela de Heliópolis no contexto da urbanização e metropolização de São Paulo, procuramos desenvolver um movimento de abstração que realizasse a passagem da favela enquanto fenômeno, isto é, do desenvolvimento material da sua paisagem, das armadilhas que a produção capitalista envolve e pressupõe na forma necessária da aparência, para os fundamentos essenciais da sua reprodução no plano do urbano. Havia, portanto, uma questão subjacente a esta proposta, como problema de método engendrado por Marx, sobretudo n’O *Capital*: a questão do fetiche – da forma mercadoria e das relações sociais por sua lógica implicadas.

Desta forma, para adentrarmos nas possibilidades teóricas de entendimento da realidade periférica aludida, um dos pressupostos dos quais partimos reside na afirmação de que o processo do capital engendra processos sociais, de modo que se o fundamento da sociabilidade posta pelo valor está na relação entre o capital e a forma qualitativa do trabalho que o produz, enquanto única fonte de valor – trabalho como abstração, enquanto média social – a reprodução crítica desse fundamento exige abordagem teórica que acompanhe esse desenvolvimento negativo das categorias então envolvidas, produzidas no invólucro do moderno e da modernização. Nesse sentido, há o pressuposto da crise do trabalho como determinação imanente ao capital. Assim, fizemos o esforço de buscar, no contexto da urbanização, os momentos desdobrados da crise de produção do valor para um contexto que não mais abrange a acumulação de capital enquanto processo urbano-industrial, do qual decorreria a produção e distribuição de da mais-valia, da realização positiva da taxa de lucro como forma da acumulação, mas, que se efetiva pelo avesso, como reprodução crítica do capital, vez que se põe generalizadamente como reprodução tautológica do dinheiro, forma equivalente e cada vez mais descolada do seu nexos social, o valor.

Nesse caminhar, a realidade da favela de Heliópolis, como fragmento da metrópole paulistana que sintetizaria os termos dessa “urbanização crítica”, surge como possibilidade de aproximação - da crítica do valor e das formas sociais que derivam dessa abstração mais geral do capitalismo - à realidade em que tais determinações se efetivam, terreno no qual a aparência inverte o conteúdo essencial do real ao seu modo e necessidade. As contradições que atravessam a sociabilidade posta pelo capital explicitam o tensionamento entre a positividade por trás da aparência harmônica da reprodução do capital e os conflitos, embates, lutas e antagonismos que percolam as relações sociais estabelecidas sob esta formação social. Assim, entendemos que Heliópolis representa um momento dessa modernização contraditória, no mínimo, sob o aspecto, dentre vários, do Programa de Urbanização de Favelas do Município de São Paulo, cujos pressupostos e propósitos estão imbricados, a nosso ver, com a questão da dualidade centro – periferia ou cidade informal e cidade formal.

Com base nesse entendimento, propusemos a rediscussão de alguns autores que mobilizaram essa problemática a luz seja da perspectiva distributivista ou mesmo da teoria dos dois circuitos da economia urbana em realidades periféricas como a brasileira. Buscamos, destarte, debater sobre a pertinência teórica das mesmas para apreensão do processo do capital enquanto reprodução que se realiza a partir da lógica de negação do seu fundamento. Assim, a sustentação do argumento a nosso favor esteve lastreada, no mínimo tentamos, em intérpretes mais alinhados com o método de Marx, enquanto mobilizadores da teoria marxiana do valor, da crise imanente.

Momento que comporta determinada crítica ao Estado e ao direito nos termos estabelecidos por Pachukanis (1988), enquanto formas derivadas da reprodução do capital. E, mais especificamente, como realidade socioespacial (a favela) na qual as formas de reprodução social vão sendo mobilizadas para dar conta da crítica valorização do valor na medida em que o morar (e também o trabalhar) têm que, necessariamente, efetivarem a lógica do consumo, seja de mercadorias ou de serviços, sem revelar a precariedade dos “sujeitos sem dinheiro mas monetarizados” (KURZ, 1993) – ou também, “sujeitos de direito” - e, sobretudo, de uma sociabilidade cuja medida é não possuir medida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

ABREU, Maurício de A. **A cidade da Geografia no Brasil: percurso, crises superações**. In.: OLIVEIRA, Lúcia. L. (Org.) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 43-59.

ADORNO, Theodor W. **Sobre Sujeito e Objeto**. 1969, disponível em <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>, acessado em 08/05/2016.

ALFREDO, Anselmo. **Uma abordagem sobre a problemática espaço-temporal no capitalismo contemporâneo**. In: Boletim Mineiro de Geografia. Belo Horizonte, ano 8, n.13., p. 9-39. Jul./dez.2005.

ALFREDO, Anselmo. **O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre**. In.: GEOUSP – Espaço e tempo – Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2006, n.19, pp. 53-79.

ALFREDO, Anselmo. **Modernização, Contradições Espaciais e Relação Agrário Urbana no Brasil**. Artigo publicado no XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008a.

ALFREDO, Anselmo. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço** São Paulo, mimeo, 2008b.

ALFREDO, Anselmo. **Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação**. In.: GEOUSP – Espaço e tempo – Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2008c, n.24, pp. 63-108.

ALFREDO, Anselmo. **Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização**. In.: Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos/São Paulo: Ed. Expressão Popular, Vol.6, n.10, jul-dez.2009, pp. 381-414.

ALFREDO, Anselmo. **Crise imanente, Abstração Espacial. Fetichismo do Capital e Sociabilidade Crítica**. In: Revista Terra Livre. São Paulo/SP, Ano 26, V.1, n.34, pp. 37-62, Jan-Jun/2010.

ALFREDO, Anselmo. **Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil na crise da modernização**. Texto apresentado na XX Semana de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2011, em mesa redonda sob o tema Cidade e Cidadania.

ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana C. Mota. **Modernizações e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias na metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: aldeamentos indígenas, industrialização e periferia urbana.** In: Boletim Paulista de Geografia-BPG. São Paulo/SP, n.91, jul.2011, pp. 159-188.

ALFREDO, Anselmo. **Crítica materialista e metafísica social sob as determinações do capital**, pp. 01-26. In: Seminário Crise do trabalho e fetiche do capital. Determinações da reprodução contemporânea. Mesa Redonda Negatividade categorial, fetichismo e a crítica à modernização crítica. Coord.: DAMINANI, A. L.; GIANNOTTI, J.A. e TOLEDO, C. de A., realizado em 27 de agosto de 2015, Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 1 ed. 9 reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico.** Trad. Fábio Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 15 a 131.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Élisée Reclus.** Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BASTOS, Anselmo B. S. **Crise, fetiche e institucionalização. Um estudo sobre a favela de Heliópolis, município de São Paulo.** Trabalho de Graduação Individual, DG-FFLCH-USP, 2014.

BERNSTEIN, E. **Las premissas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia. Las crisis y las posibilidades de adaptación de la economía moderna.** In.: COLLETTI, Lucio. El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo. 3ed. México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1985.

BERTELLI, Antônio Roberto; **Berstein-Debate: Cem anos 1899-1999.** BERNSTEIN, Eduard; DEL ROIO, Marcos. Revista Novos Rumos, nº 32, 2000.

BONDUKI, Nabil. e ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho.** São Paulo, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

BRANT, Vinícius C. *et al.* **São Paulo: trabalhar e viver.** São Paulo: Comissão Justiça e Paz/Brasiliense, 1989.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CARLOS, Ana Fani A. **Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre.** In.: CARLOS, A.F. A. (Org.). Os caminhos da reflexão

sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 157-197.

CARLOS, Ana Fani A., **São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro**. In.: CARLOS, A.F.A. e OLIVEIRA, A.U. de. (Orgs.). Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 51-84.

CAMARGO, Cândido. P.F de. *et al.* **São Paulo 1975: Crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

COLLETTI, Lucio. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. 3ed. México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1985.

DA COSTA, Wanderley. M. **Ciência, tecnologia e crise da Geografia**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, 2002. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp12/Geousp12_WanderleiMessias.htm

DAMIANI, Amélia Luisa. **Na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece: as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e produção do espaço**. In.: Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos/São Paulo: Ed. Expressão Popular, Vol.6, n.10, jul-dez.2009, pp. 307-340.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo**. In.: CARLOS, A.F.A. e OLIVEIRA, A.U. de. (Orgs.). Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 19-58.

DAMIANI, Amélia L. *et al.* **O futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro**. São Paulo: AGB, LABUR/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006, 1ª edição, 72p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

ENGELS, F. **As grandes cidades**. In: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, pp. 67-116.

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. Trad. Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2 ed, rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997.

GIANNOTTI, José A. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GONÇALVES, Carlos. W. P. **A Geografia está em crise. Viva a Geografia**. In: Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza, Ceará, 1978.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad. de Geraldo G. de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GRESPLAN, Jorge. L. da Silva. **O Negativo do Capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Editora Hucitec, Fapesp, 1999, 2ª impressão.

GROSSMANN, Henryk. **La ley de la acumulación y del derrumbre del sistema capitalista. Una teoria de la crisis**. México: Siglo Vintiuno Editores, 1979.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. In.: Espaços e Debates – Revista de estudos regionais e urbanos, n.6, jun/set.1982, pp. 6-35.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da natureza**. In.: Encyclopédia das Ciências Filosóficas (em compêndio). Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Imprensa Comercial, 1936, pp. 239-251

HEGEL, G. W. F. **A Razão na História. Introdução à filosofia da história universal**. Lisboa: Edições 70, 1995.

HERMANIN In.: TULA, Jorge. **“A Lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista”**. In.: Revista Novos Rumos. Nº 29, 1999. Traduzido do “Prefácio” em Grossmann, H. La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. 2ª ed. Siglo Veintiuno Editores, 1984, pp. VII-XXXIX.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos Impérios. 1875-1914**. 8ª edição. Tradução de Sieni M. Campos e Yolanda S. Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Conceito de Iluminismo**. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Os Pensadores), pp. 3-30.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor**. Trad. José M. Justo. Portugal: Antígona, 2006.

KASHIURA Jr., Celso N. **Crítica da igualdade jurídica. Contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

KASHIURA Jr., Celso N. **Sujeito de Direito e Capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões, 2014

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. de Célia Neves e Alberto Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KURZ, Robert. **A Intelligentsia depois da luta de classes**. 1992. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt> Acesso em 12/02/2007.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**. 1995. Disponível em: [http:// antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz.htm](http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/rkurz.htm) Acesso em 21/05/2009.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – Pazulin, 2004.

KURZ, Robert. **O declínio da classe média**. Folha de São Paulo, 19 de setembro de 2004. Tradução de Luís Repa.

KURZ, Robert. **Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica redutora**. 2007a. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt> Acesso em 22/07/2010.

KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. O problema da práxis como evergreen de uma crítica do capitalismo e a**

história das esquerdas. 2007b. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt>
Acesso em 02/03/2007.

KURZ, Robert. **O fim da individualização. O crash financeiro global destrói a “segurança social privada”**, 2008. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz305.htm>, Acesso em 08/11/2011.

KURZ, Robert. **Razão Sangrenta – Vinte teses contra o assim chamado Esclarecimento e os “valores ocidentais”**. In.: KURZ, R. Razão Sangrenta. Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor. Limites gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Trad. Lumir Nahodil. Portugal: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. **A crise do valor de troca**. Trad. André Villar Gomes. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

LARA, Fernão L. Ginez de. **Modernização e desenvolvimento: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O campo cego**. In: A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, pp. 33-50.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade e o urbano**. In: Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 79-88.

LEFEBVRE, Henri. **Da teoria das crises à teoria das catástrofes**. In.: De L'État (Tome IV). Les Contradictions de l'État Moderne. La Dialectique et/de l'État. Paris, 1978. p. 211-258. Trad. Anselmo Alfredo, Carolina M. de Paula e Thomas Ficarelli. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 25, pp. 138-152, 2009.

LIMA, Silvio M. **Oeste Paulista: Um ajuste Espacial**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade de São Paulo.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Íntegra do discurso de Lula sobre microcrédito**. São Paulo: Agencia Estado, junho de 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Trad. Marijane V. Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Abril Cultural, T.II., 1984.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES DOS SANTOS, Kauê. **Uma nova pobreza urbana: financeirização do consumo e novos espaços da periferia de São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2017.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, julho de 1995. Disponível em: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília. *et al.* A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, pp. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades. Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001, pp. 47-124.

MARICATO, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In.: CASTRIOTA, L.B. (Org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: Editora Arte, 2003, pp. 78-96. Disponível em: http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf

MARICATO, Ermínia. **O Estatuto da cidade periférica**. In: CITIES ALLIANCE/MINISTÉRIO DAS CIDADES (org.). O Estatuto da Cidade comentado. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.citiesalliance.org/node/1948>

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARRAMAO, Giacomo. **O político e as transformações. Crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta**. Belo horizonte: Oficina de livros, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução. Hegel e o advento da teoria social**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de S. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e História na modernidade anômala**. 2 ed. rev. e amp., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: O Capital. Crítica da Economia Política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Livro I, Tomo 2, Cap.XXIV, pp. 261-294.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro I, II e III. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana, [s.d.], [s.l]: Civilização Brasileira, Vol. IV, Livro III, pp. 241-305.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer, Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MASSIMINO, Gustavo M. **Habitação de Interesse Social em Heliópolis. A visão de quatro arquitetos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. Editora Moderna, 2006.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira**. São Paulo: Ed. Gente, 2014.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MIGLIOLI, Jorge. **A acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

MINKOWISK, H. **Espaço e tempo**. In.: EINSTEIN, A.; LORENTZ, H.A. e MINKOWISK, H. **Textos fundamentais da física moderna. O princípio de relatividade**. Vol. 1. Trad. Mário José Saraiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbendian, 1989, pp. 93-123.

MONTENEGRO, Marina R. **Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano**. In.: GEOgraphia Niterói, vol. 19, n. 40, 2017: mai/ago, pp.92-106.

MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.) **Ratzel**. Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo: Editora Ática, 1990.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEWTON, Isaac. **Definições, axiomas ou leis do movimento**. In.: Princípios. Princípios Matemáticos de Filosofia Natural. Vol. 1. Trad. Triete Ricci, Leonardo Gregory Brunet, Sônia Therezinha Gehring, Maria Helena Curcio Célia. São Paulo: Edusp e Nova Stella, 1990, p. 1-15.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. In.: Espaços e Debates – Revista de estudos regionais e urbanos, n.6, jun/set.1982, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHUKANIS, E.B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PACHUKANIS, E.B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo e ensaios escolhidos (1921 – 1929)**. Coord. Marcus Orione. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PAULINO, Jorge. **O pensamento sobre favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Luiz. (Org) *et al.* **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

PINHO, Rinaldo G. **As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da miséria na metrópole paulistana**. Tese (Doutora em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHO, Rinaldo G. **Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Trad. Amilton Reis e Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris. **“Vai crédito hoje?”: do “curto-circuito” ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Guilherme. **Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal De La Blache**. In.: Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 7-21, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0007.pdf> acesso em 26/06/2019

ROSDOLSKY, Roman. **“A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx”**. In.: REVISTA NOVOS RUMOS, Nº 35, 2001. Traduzido de “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”, em Roman Rosdolsky. Génesis y estrutura de “El Capital” de Marx (estudos sobre los Grundrisse), 3ed. México: Siglo Veinteuno Editores, 1983, pp. 491-554.

ROCHA, Alexandre Souza da. **Centralidade e Periferia na Grande São Paulo. Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Arlete M.; SEABRA, Manoel. **Habitação e espaço social na cidade de São Paulo**. In.: Boletim Paulista de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB. São Paulo: AGB, 1987, pp.19-58.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROLNIK, Raquel. **Regularização urbanística no Brasil. Conquistas e desafios de um modelo em construção**. In.: Anais do Seminário Internacional: gestão da terra urbana e habitação de interesse social, PUCCAMP, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – SEHAB. **Urbanização de Favelas: A Experiência de São Paulo**. São Paulo: Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2008.

SAMPAIO, M. Ruth A. de. **Heliópolis: o percurso de uma invasão**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico como categoria filosófica**. In.: Terra Livre, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2 ed. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Trad. Mirna T. Rego Viana. 2 ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de O. **Consumo popular, fluxos globais. Práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEABRA, Odette C. L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros. Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, Flávia Elaine da. **Favela, que negócio é este? Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo.** In.: Caderno CRH, Salvador, v.22, n.55, p. 65-76, Jan./Abr.2009.

SOUZA, Vanessa Padiá de. **Heliópolis (São Paulo) – As intervenções públicas e as transformações na forma urbana da favela (1970-2011).** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

TUGAN-BARANOVSKI, M. I. **Estudios sobre la teoria y historia de las crisis comerciales en Inglaterra**, pp. 259-279. In.: COLLETTI, Lucio. El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo. 3ed. México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1985.

TULA, Jorge. **“A Lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista”.** In.: Revista Novos Rumos. Nº 29, 1999. Traduzido do “Prefácio” em Grossmann, H. La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. 2ª ed. Siglo Veintiuno Editores, 1984, pp. VII-XXXIX.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana.** Lisboa: Cosmos, 1954 [1922].

SITES CONSULTADOS:

São Paulo (Cidade) Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP. Plano Municipal de Habitação - PMH (2009-2024), outubro de 2011. Disponível em: http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/pmh/pmh_versao_outubro_2011_pdf/PMH_outubro_2011.pdf

São Paulo (Cidade) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **SP 2040. São Paulo: a cidade que queremos.** São Paulo: SMDU, 2012. Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/theke/documentos/outros/sp2040-acidadequequeremos/>

<http://www.jornadadahabitacao.org/about>

http://cidadeinformal.prefeitura.sp.gov.br/?page_id=238&lang=pt-br

http://www.diariosp.com.br/_conteudo/2010/12/14380-a+nova+classe+media+da+favela.html Acesso em: 22/03/2011.

<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,depois-da-urbanizacao-imoveis-em--favelas-paulistanas-valorizam-ate-900-,866668.htm?reload=y> Acesso em 16/05/12

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_su_bnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm

Vigliecca e Associados:

http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/heliopolis-urbanization-glebe-h#tech_chart Acesso em 03/10/2019.

MÚSICAS

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. **Fotografia 3 x 4.** In.: BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes Alucinação. Rio de Janeiro. Polygran/Philips, 1976.

**PERGUNTAS
FREQUENTES**

O que é o Programa de Titularidade Social de Heliópolis?

É um esforço que a Cohab-SP está fazendo para que os moradores dos lotes já regularizados da Gleba K possam ter a escritura definitiva do seu terreno. Este programa inclui desembolsos de 76,13% no valor do lote e financiamentos em até 30 anos.

Em nome de quem ficará o lote?

Essa decisão tem de ser feita entre as famílias que moram no lote. Todas as famílias podem participar do instrumento contratual, ou apenas o morador do térreo. Depois, as famílias que moram nas lajes poderão requerer sua matrícula nos órgãos competentes.

 Para que serve a escritura do lote?

A escritura em seu nome garante que ninguém nunca venha a tomar a sua moradia e lhe dá o direito de passar o seu terreno para os seus herdeiros.

Por que a Cohab-SP está fazendo o Programa de Titularidade Social?

A Cohab-SP, como proprietária da Gleba K de Heliópolis, realizou a regularização fundiária de 996 lotes habitacionais e está pronta para oferecer a propriedade aos moradores, o que só pode ser feito, por lei, mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda.

Para que eu tenha direito a minha laje, é necessário que o lote esteja regularizado e que a escritura esteja em nome do proprietário?

Sim, Por isso é tão importante que o dono do lote (ou donos) procure a Cohab-SP para entrar no Programa de Titularidade Social de Heliópolis.

Se eu moro na laje, como fica o meu direito?

Você poderá requerer o direito de
laje do seu respectivo pavimento, con-
forme a Lei nº 13.465/2017.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TITULARIDADE SOCIAL

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
HABITAÇÃO
Prefeitura Regional
IPIRANGA

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
HABITAÇÃO
Prefeitura Regional
IPIRANGA

Cohab e Sehab lançam

Para resolver uma situação que se arrasta há quatro décadas, a Cohab-SP e a Sehab prepararam o Plano de Regularização Fundiária e o Programa de Titularização Social de Heliópolis, bairro com mais de 1 milhão de metros quadrados na zona sul de São Paulo. Hoje, a maioria de seus milhares de habitantes vive em situação de insegurança em relação à propriedade de seus imóveis, pois não possuem escrituras. A meta é que grande parte da regularização esteja concluída em 2020.

A regularização prevê o parcelamento de lotes, com a individualização das matrículas para o registro da escritura em nome do proprietário do terreno. Hoje, o bairro possui 12.274 lotes, 5.081 unidades habitacionais em conjuntos da Cohab, Sehab e CDHU e 1630 unidades regularizadas. Ou seja, pouco mais de 10% da área é regularizada.

Heliópolis é dividida em 14 glebas. A maior delas é a Gleba K, com 600 mil metros quadrados, que já teve 996 lotes individualizados e regularizados. Outros 6.717 lotes estão em fase de regularização na Gleba K.

Com a regularização fundiária do lote, pode ser emitido o título de posse, para o registro de escritura, que permite a venda, o aluguel ou transferência para os herdeiros do dono do imóvel.

A Cohab fez um ajuste de valores para que todos possam ter a oportunidade de obter o título de propriedade definitivo. Um lote de 35,37 m² na rua do Folclore, por exemplo, avaliado em R\$ 8.299,55, sairá para o morador por R\$ 1.980,51, uma redução de 76,1% no valor.

programa de regularização fundiária

O presidente da Cohab-SP, Edson Aparecido, em reunião com moradores de Heliópolis

A Cohab, por meio dessa redução, fez com que a maioria desses imóveis possa ser adquirida agora por uma média de R\$ 5159 o m², em vez de R\$ 216,00 o m², como era antes

Para obter a titularidade definitiva do imóvel, o morador poderá escolher a quantidade de parcelas em que irá financiar o terreno. A Cohab financia em até 30 anos, desde que a parcela seja de, no mínimo, R\$ 150,00.

Núcleo Hab. (estimativa)	12.274 lotes
C.H Cohab	1813 uhs
C.H Sehab	2.245 uhs
C.H Cdhu	1023 uhs
Regularizado	1630 lotes e uhs.

Gleba K

12.274 lotes
regularizados

30 anos
para parcelar

Situação das glebas

Gleba A

Em regularização da área de 103.675,23 m², cadastrando moradores dos lotes para a divisão dos terrenos.

Gleba B

Em regularização da área de 7.373,50 m². Estima-se 286 lotes para análise da ocupação e levantamento de obras de infraestrutura.

Gleba C

Regularizada a área de 11610,95 m², com 270 unidades habitacionais.

Gleba D

Área da Cohab-SP, com 5.217,45 m², em permissão de uso para uma delegacia e um centro comercial desportivo.

Situação das glebas

Gleba E

Área de 3.117,37 m² regularizada, com 80 unidades habitacionais.

Gleba G

Área de 16.655,40 m², com 199 unidades existentes e 221 unidades a serem construídas pela Sehab, aguardando a divisão da área para depois fazer o licenciamento dos prédios

Gleba H

Área de 114.664,5 m², em regularização Com 220 unidades habitacionais da Cohab e 196 unidades habitacionais da CDHU. Aguardando o habite-se e matrículas das unidades.

Gleba F

Área de 48.026,91m², com uma ocupação estimada em 1281 lotes, aguardando o diagnóstico da ocupação e o levantamento de obras de infraestrutura.

Situação das glebas

Gleba I

Área da Cohab-SP regularizada, com 15.486,05 m² e 288 unidades habitacionais.

Gleba J

Em regularização. com área de 6.005,30 m² e ocupação estimada de 251 lotes. O levantamento de obras de infraestrutura também será feito.

Gleba K - 120

Área em regularização, com 4.175,67 m², 120 unidades habitacionais, aguardando processo para licenciamento das construções, instituição de condomínios e obtenção de matrículas das unidades.

Gleba K - Rocinha

São 72 unidades habitacionais na área de 2.148,38 m² da Sehab, que está em fase de parcelamento para o licenciamento das construções, instituição de condomínios e obtenção das matrículas dos imóveis.

Situação das glebas

Gleba K - Lagoa

Em regularização, com 27 unidades em conjuntos Cohab-SP. Licenciamento para a matrícula dos imóveis.

Gleba L

Área de 105.927,83 m², com 672 unidades habitacionais construídas pela Cohab-SP e 600 unidades habitacionais construídas pelo Prover- Sehab, que se encontra sob gerenciamento ambiental e plano de avaliação das ocupações irregulares.

Comandante Taylor

Área de 4.175,67 m², com 421 unidades habitacionais, aguardando licenciamento ambiental das construções para instituição de condomínios e obtenção de matrículas individuais dos imóveis.

Gleba N

Área de 60.874,89 m², com 774 unidades habitacionais da Cohab, 140 unidades habitacionais do CDHU e 1.663 lotes. Estão em processo de parcelamento condômino dos lotes, para licenciamento, obtenção da matrícula individual dos lotes, convenção dos condomínios e matrícula de cada unidade.

Confira o passo a passo do Programa de

Histórico de Heliópolis

Em 6 de março de 1987, a Cohab-SP adquiriu a área que hoje constitui a comunidade de Heliópolis, com 14 glebas, num total de 966.822,13 m². Na época, o preço pago pela Companhia foi de CZ\$ 26.075.192,85, como está na matrícula de nº 93.400, registrada no 6º Cartório de Registro de Imóveis. Esse valor, atualizado pelo IPC-FIPE, hoje é de R\$ 8.071.738,90. O valor atual da Gleba K, com 576.083,81 m², é de R\$ 4.885.138,74.

Redução de valores

Para conceder a titularidade dos lotes aos moradores, a Cohab-SP aplicou um desconto de até 76,3% no valor dos imóveis. Com isso, o valor de mercado da Gleba K, avaliada em R\$ 20.471.673,85, em 2017, foi reduzido para os R\$ 4.885.138,74 citados acima. Essa medida fez com que 93,1% dos lotes na Gleba K ficassem com valor de até R\$ 8 mil para quem já mora neles.

Confira a tabela abaixo:

Área (m ²)	Endereço	Valor do m ²	Valor lote R\$	Prazo (meses)	Prestação Mensal
28,50	Vila Acai do Marajó	32,62	929,68	6	155,32
31,45	Rua da Alegria Popular	47,93	1.507,48	10	151,35
32,82	Rua Caqui de Heliópolis	47,93	1.573,15	10	157,94
34,16	Rua Florestal	47,93	1.637,58	10	164,39
35,37	Rua do Folclore	55,99	1.980,51	13	153,14
66,84	Estrada das Lágrimas	84,60	5.654,72	37	155,09

Titularidade Social da Gleba K

Direito de Laje

A Lei nº 13.465/2017 estabeleceu o direito real à laje. Se você construiu ou adquiriu um imóvel na parte superior de uma construção no terreno que será regularizado, terá a posse legal do seu imóvel. Para ter direito à matrícula da laje é importante que, antes, o lote esteja regularizado e o terreno com a escritura em nome do proprietário, o que poderá ocorrer após a assinatura do contrato pelo Programa de Titularidade Social da Cohab-SP.

Vantagens do financiamento

Ao assinar com a Cohab-SP o contrato que dará o direito à Titularidade definitiva do imóvel onde mora, você ainda poderá escolher em quantas parcelas fará esse financiamento. A Cohab-SP financia em até 30 anos, desde que a parcela seja de, no mínimo, R\$ 150,00.

76%

DE DESCONTO

Próximos passos

Caso você decida aderir ao programa de Titularização pelo Valor de Viabilidade Social, siga as etapas abaixo:

- 1) Você deve entrar em contato com a Cohab pelo telefone: 3396-8754 E-mail: comercial@cohab.sp.gov.br e solicitar a adesão ao programa;
- 2) O atendente solicitará uma relação de documentos que você deverá entregar no Posto de Atendimento da Cohab:

Agência de atendimento Ipiranga

Rua Lino Coutinho, nº 444 - 1º andar sala 77

Prefeitura Regional do Ipiranga

Telefone: 2808-3616 E-mail: ipiranga@cohab.sp.gov.br

- 3) Após a coleta de documentos, estes serão enviados para a emissão do contrato pela Cohab;
- 4) Feita a aprovação dos documentos, você será chamado para a assinatura do contrato no Posto de Atendimento da Cohab, na Prefeitura Regional.